

FERNANDO SCHEEFFER

**IDEOLOGIA E COMPORTAMENTO PARLAMENTAR NA
CÂMARA DOS DEPUTADOS: FAZ SENTIDO AINDA FALAR
EM ESQUERDA E DIREITA?**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia Política da Universidade Federal de
Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutor
em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Yan de Souza Carreirão.

Florianópolis
2016

Scheefffer, Fernando
Ideologia e comportamento parlamentar na Câmara dos
Deputados : faz sentido ainda falar em esquerda e direita?
/ Fernando Scheefffer ; orientador, Yan de Souza Carreirão
Florianópolis, SC, 2016.
291 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia Política. 2. Ideologia. 3.
Governo/oposição. 4. Câmara dos Deputados. I. Carreirão, Yan
de Souza. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. III.
Título.

Fernando Scheeffter

**IDEOLOGIA E COMPORTAMENTO PARLAMENTAR NA
CÂMARA DOS DEPUTADOS: FAZ SENTIDO AINDA FALAR
EM ESQUERDA E DIREITA?**

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de “doutor”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 18 de agosto de 2016.

Prof.^a Marcia Grisotti, Dr.^a
Coordenadora do Programa

Banca Examinadora:

Prof. Yan de Souza Carreirão, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Erni Seibel, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Julian Borba, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Tiago Daher Padovezi Borges, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Ednaldo Ribeiro, Dr.
Universidade Estadual de Maringá

Prof.^a Gabriela Tarouco, Dr.^a
Universidade Federal de Pernambuco

Este trabalho é dedicado a todos que vislumbram a política a partir do seu sentido etimológico, e como tal, enquanto instrumento para a efetivação de um país melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em especial ao Centro de Educação Superior do Alto Vale do Itajaí (CEAVI), por conceder afastamento para concluir o Doutorado, bem como o apoio informal de técnicos, professores e alunos.

Aos professores do CEAVI, pelas preciosas contribuições.

Ao Centro de Documentação e Informação (CEDI) da Câmara dos Deputados, que se mostrou sempre solícito para esclarecer eventuais dúvidas.

A Andréa Freitas e Andréa Junqueira Machado, que, em nome do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), disponibilizaram o banco de dados legislativos.

Ao Núcleo de Estudos sobre o Congresso (NECON) e ao pesquisador Júlio Canello, por fornecer a base de dados atualizada.

À Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP), funcionários, professores e colegas de turma, por serem parte fundamental da minha formação.

Ao prof. Dr. Yan de Souza Carreirão, pelas imprescindíveis contribuições ao trabalho, e de forma mais geral, à minha carreira acadêmica.

À minha família, que sempre me incentivou e, especialmente, à minha esposa, Cristiana Pereira Machado, que compreendeu minha dedicação durante todo o processo de doutoramento.

A história é um labirinto. Acreditamos saber que existe uma saída, mas não sabemos onde está. Não havendo ninguém do lado de fora que nos possa indicá-la, devemos procurá-la nós mesmos. O que o labirinto ensina não é onde está a saída, mas quais são os caminhos que não levam a lugar algum.

(Norberto Bobbio)

RESUMO

Bem ou mal utilizados, os termos esquerda e direita continuam fazendo parte do debate político. Um dos focos de interesse na literatura brasileira recente é a verificação do grau em que as supostas diferenças ideológicas entre os partidos interferem no comportamento dos atores políticos. Diante desse cenário, o presente trabalho se propõe verificar o peso da ideologia no comportamento parlamentar em tempos atuais a partir da análise de um conjunto de votações nominais ocorridas durante o governo Dilma Roussef na Câmara dos Deputados brasileira, sejam elas ligadas a temas clássicos ou novos temas que se fazem presentes no debate contemporâneo. São analisados temas substantivos do ponto de vista político-ideológico e que, em tese, implicariam em dissenso entre parlamentares e partidos de esquerda e de direita. O banco de dados utilizado consiste nas informações disponibilizadas pelo site da Câmara dos Deputados e de responsabilidade do Centro de Documentação e Informação (CEDI). Visto que a asserção mais em voga é que a ideologia tem se tornado um determinante fraco para prever o comportamento parlamentar, enquanto o posicionamento estratégico relacionado à polaridade governo-oposição explicaria melhor a atuação dos partidos, as duas variáveis são colocadas em disputa. Em termos metodológicos, além de terem sido calculados coeficientes de contingência a partir de tabelas de contingência, o estudo utilizou a análise de correspondência múltipla (ACM), e análises de regressão logística. Os resultados não corroboram as teses de que há no sistema partidário brasileiro uma baixa coerência ideológica e de que fazer parte do governo ou não é o principal determinante do voto. Sem pretender negar a importância das relações presentes no nosso presidencialismo de coalizão, o trabalho mostra que em temas com teor ideológico claro, sobretudo aqueles que extrapolam a tradicional dimensão relativa a mais ou menos Estado, a ideologia prevalece e os partidos em sua maioria se posicionam de forma coerente com o que é esperado do ponto de vista político-ideológico. A exceção são os casos em que estão em jogo recursos financeiros, seja onerando significativamente ou então gerando receita vultosa ao executivo federal.

Palavras-chave: Ideologia. Governo/oposição. Câmara dos Deputados. Comportamento parlamentar.

ABSTRACT

Well or poorly used, the terms left and right still have an important role in the political debate. One of the main focus in recent Brazilian literature is the verification of the grade in which the so supposed ideological differences between political parties interfere in the behaviour of political actors. In this scenario, the present study is proposing to verify the weight of ideology in parliamentary behaviour in modern times starting from the analysis of a set of roll call votes in the Brazilian Chamber of Deputies that took place during Dilma Rousseff's government, whether they are related to classical themes or new themes that have been present in the contemporary debates. Substantial themes were analysed from the political-ideological point of view; themes that in theory would involve disagreements between parliamentarians (and parties) from left and right. The used database is the information provided by the website of the Deputy Chambers, with responsibility of the Center of Documentation and Information (CEDI). As the prevailing assertion in the literature is that the ideology has become a weak determinant to predict parliamentary behaviour, while strategic position related to the polarity government-opposition would better explain the actions of parties, both variables were placed in dispute. In methodological terms, besides there has been calculated the coefficient of contingencies, the study used the multiple correspondence analysis (MCA) and logistic regression analysis. The results do not support the thesis that there is a low ideological coherence in Brazilian party system and that to take part in the government (or not) is not the main determinant for voting. Without trying to deny the importance of relations that exist in our coalition presidentialism, the study shows that in themes with a clear ideological content, specially those that go beyond the traditional dimension relative to a more powerful state or a less powerful one, the ideology prevails, and the parties, in their majority, stand themselves coherently with what is expected from the ideological-political point of view. The exceptions are the cases in which financial resources are in dispute, because very significant amounts of federal resources will be needed or because very high financial allowance to the federal executive will be generated.

Keywords: Ideology. Government/opposition. Chamber of deputies. Parliamentary behavior.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Desenho da pesquisa.....	93
-------------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Divergências em relação a temas ligados as ideologias clássicas.....	49
Quadro 2 – Argumentos no debate brasileiro sobre ações afirmativas	60
Quadro 3 - Divergências em relação aos “novos” temas.....	61
Quadro 4 – Legislação analisada.....	94
Quadro 5 – Regras para o serviço terceirizado.....	142
Quadro 6 – Mudanças MPV 665.....	148
Quadro 7 – Pontos polêmicos da emenda 164.....	183
Quadro 8 – Síntese dos resultados.....	225
Quadro 9 – Comparação escala E-D especialistas <i>versus</i> comportamento efetivo.....	242

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Transformação dos correios em sociedade anônima: votação por blocos (%).....	104
Tabela 2 – Voto “não” transformação dos correios em sociedade anônima: análise de regressão logística.....	104
Tabela 3 – Transformação dos correios em sociedade anônima: votação por partido.....	105
Tabela 4 – Superávit primário: votação por blocos (%).....	109
Tabela 5 – Voto “não” superávit primário: análise de regressão logística.....	110
Tabela 6 – Superávit primário: votação por partido.....	110
Tabela 7 – Concessão do pré-sal: votação por blocos (%).....	114
Tabela 8 – Voto “não” concessão do pré-sal: análise de regressão logística.....	115
Tabela 9 – Concessão do pré-sal: votação por partido.....	116
Tabela 10 – Previdência complementar servidores públicos: votação por blocos (%).....	120
Tabela 11 – Voto “não” previdência complementar servidores públicos: estatísticas das variáveis do modelo.....	120
Tabela 12 – Previdência complementar servidores públicos: votação por partido.....	121
Tabela 13 – 10% PIB educação: votação por blocos (%).....	125
Tabela 14 – Voto “não” 10% PIB educação: análise de regressão logística.....	125
Tabela 15 – 10% PIB em educação: votação por partido.....	126
Tabela 16 – Cobrança especialização universidades públicas: votação por blocos (%).....	129
Tabela 17 – Voto “não” da especialização universidades públicas: análise de regressão logística.....	129
Tabela 18 – Cobrança especialização universidades públicas: votação por partido.....	130
Tabela 19 – Valor do salário mínimo: votação por blocos (%)..	133
Tabela 20 – Voto “não” valor do salário mínimo: análise de regressão logística.....	134
Tabela 21 – Valor salário mínimo: votação por partido.....	134
Tabela 22 – Seguro-desemprego trabalhadores domésticos: votação por blocos (%).....	138
Tabela 23 – Voto “não” seguro-desemprego trabalhadores domésticos: análise de regressão logística.....	139

Tabela 24 – Seguro-desemprego trabalhadores domésticos: votação por partido.....	139
Tabela 25 – Terceirização da atividade-fim: votação por blocos (%).	144
Tabela 26 – Voto “não” terceirização da atividade-fim: análise de regressão logística.....	144
Tabela 27 – Terceirização da atividade-fim: votação por partido.....	145
Tabela 28 – Seguro-desemprego e abono salarial: votação por blocos (%).	150
Tabela 29 – Voto “não” seguro-desemprego e abono salarial: análise de regressão logística.....	150
Tabela 30 – Seguro-desemprego e abono salarial: votação por partido.....	151
Tabela 31 – Expropriação de terras e trabalho escravo: votação por blocos (%).	154
Tabela 32 – Voto “não” expropriação de terras e trabalho escravo: análise de regressão logística.....	155
Tabela 33 – Expropriação de terras e trabalho escravo: votação por partido.....	155
Tabela 34 – Financiamento empresarial de campanha: votação por blocos (%).	159
Tabela 35 – Voto “não” financiamento empresarial de campanha: análise de regressão logística.....	160
Tabela 36 – Financiamento empresarial de campanha: votação por partido.....	160
Tabela 37 – Redução da maioria penal: votação por blocos (%).	165
Tabela 38 – Voto “não” redução da maioria penal: análise de regressão logística.....	165
Tabela 39 – Redução da maioria penal: votação por partido.....	166
Tabela 40 – Criação da CSS: votação por blocos (%).	169
Tabela 41 – Voto “não” criação da CSS: análise de regressão logística.....	169
Tabela 42 – Criação da CSS: votação por partido.....	170
Tabela 43 – Aumento da CSLL: votação por blocos (%).	173
Tabela 44 – Voto “não” aumento da CSLL: análise de regressão logística.....	174
Tabela 45 – Aumento da CSLL: votação por partido.....	174
Tabela 46 – Tratado de Itaipu: votação por blocos (%).	179

Tabela 47 – Voto “não” Tratado de Itaipu: análise de regressão logística.....	179
Tabela 48 – Tratado de Itaipu: votação por partido.....	180
Tabela 49 – Código Florestal: votação por blocos (%).....	185
Tabela 50 – Voto “não” emenda 164: análise de regressão logística.....	186
Tabela 51 – Código Florestal Brasileiro: votação por partido....	186
Tabela 52 – Rotulagem de transgênicos: votação por blocos (%).....	190
Tabela 53 – Voto “não” rotulagem de transgênicos: análise de regressão logística.....	191
Tabela 54 – Rotulagem de transgênicos: votação por partido....	191
Tabela 55 – Cotas para concurso público: votação por blocos (%).....	194
Tabela 56 – Voto “não” cotas para concurso público: análise de regressão logística.....	195
Tabela 57 – Cotas para concurso público: votação por partido..	195
Tabela 58 – Criminalização de práticas indígenas nocivas: votação por blocos (%).....	199
Tabela 59 – Voto “não” criminalização de práticas indígenas nocivas: análise de regressão logística.....	200
Tabela 60 – Criminalização de práticas indígenas nocivas: votação por partido.....	200
Tabela 61 – PNPS: votação por blocos (%).....	205
Tabela 62 – Voto “não” decreto legislativo 1491/2014: análise de regressão logística.....	205
Tabela 63 – PNPS: votação por partido.....	206
Tabela 64 – Identidade de gênero: votação por blocos (%).....	210
Tabela 65 – Voto “não” identidade de gênero: análise de regressão logística.....	211
Tabela 66 - Identidade de gênero: votação por partido.....	212
Tabela 67 – Cotas para mulheres no legislativo: votação por blocos (%).....	216
Tabela 68 – Voto “não” cotas para mulheres no legislativo: análise de regressão logística.....	217
Tabela 69 – Cotas para mulheres no legislativo: votação por partido.....	217
Tabela 70 – Criação da Comissão Nacional da Verdade: votação por blocos (%).....	222
Tabela 71 – Voto “não” criação da Comissão Nacional da Verdade: análise de regressão logística.....	222

Tabela 72 – Criação da Comissão Nacional da Verdade: votação por partido.....	223
Tabela 73 – Percentual de voto esperado da Esquerda.....	230
Tabela 74 – Percentual de voto esperado da Direita.....	233

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Transformação dos correios em sociedade anônima: análise de correspondência múltipla.....	103
Gráfico 2 – Superávit primário: análise de correspondência múltipla.....	109
Gráfico 3 – Concessão do pré-sal: análise de correspondência múltipla.....	114
Gráfico 4 – Previdência complementar servidores públicos: análise de correspondência múltipla.....	119
Gráfico 5 – 10% PIB educação: análise de correspondência múltipla.....	124
Gráfico 6 – Cobrança especialização universidades públicas: análise de correspondência múltipla.....	128
Gráfico 7 – Valor do salário mínimo: análise de correspondência múltipla.....	133
Gráfico 8 – Seguro-desemprego trabalhadores domésticos: análise de correspondência múltipla.....	138
Gráfico 9 – Terceirização da atividade-fim: análise de correspondência múltipla.....	143
Gráfico 10 – Seguro-desemprego e abono salarial: análise de correspondência múltipla.....	149
Gráfico 11 – Expropriação de terras e trabalho escravo: análise de correspondência múltipla.....	154
Gráfico 12 – Financiamento empresarial de campanha: análise de correspondência múltipla.....	159
Gráfico 13 – Redução da maioria penal: análise de correspondência múltipla.....	164
Gráfico 14 – Criação da CSS: análise de correspondência múltipla.....	168
Gráfico 15 – Aumento da CSLL: análise de correspondência múltipla.....	173
Gráfico 16 – Tratado de Itaipu: análise de correspondência múltipla.....	178
Gráfico 17 – Código Florestal Brasileiro: análise de correspondência múltipla.....	184
Gráfico 18 – Rotulagem de transgênicos: análise de correspondência múltipla.....	190
Gráfico 19 – Cotas para concurso público: análise de correspondência múltipla.....	194
Gráfico 20 – Criminalização de práticas indígenas nocivas:	

análise de correspondência múltipla.....	199
Gráfico 21 – PNPS: análise de correspondência múltipla.....	204
Gráfico 22 – Identidade de gênero: análise de correspondência múltipla.....	210
Gráfico 23 – Cotas para mulheres no legislativo: análise de correspondência múltipla.....	216
Gráfico 24 – Criação da Comissão Nacional da Verdade: análise de correspondência múltipla.....	221
Gráfico 25 – Percentual de voto ideológico e estratégico por partido.....	237
Gráfico 26 – Escala esquerda/direita a partir do posicionamento em plenário.....	240

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	27
1.1	OBJETIVOS.....	28
1.1.1	Objetivo Geral.....	28
1.1.2	Objetivos Específicos.....	29
2.	ESQUERDA E DIREITA: VELHOS E NOVOS TEMAS.....	35
2.1	IDEOLOGIA.....	35
2.2	DIREITA E ESQUERDA: ORIGEM E DISTINÇÕES CLÁSSICAS.....	37
2.2.1	A socialdemocracia.....	41
2.2.2	O ideário neoliberal.....	44
2.2.3	Diferenças em temas substantivos.....	47
2.3	VELHAS IDEOLOGIAS CEDEM LUGAR À NOVAS?.....	50
2.3.1	Esquerda, direita e pós-materialismo:	66
3.	CONDICIONANTES DO VOTO: POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO <i>VERSUS</i> IDEOLOGIA.....	71
3.1	O CONGRESSO NACIONAL E A CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	71
3.2	PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO E A RELAÇÃO ENTRE EXECUTIVO E LEGISLATIVO.....	74
3.3	IDEOLOGIA E COMPORTAMENTO PARLAMENTAR.....	82
4.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	91
4.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	91
4.2	SELEÇÃO DE CASOS E COLETA DE DADOS.....	93
4.3	PROCEDIMENTOS UTILIZADOS NA ANÁLISE DE DADOS	96
5.	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	101
5.1	TRANSFORMAÇÃO DOS CORREIOS EM SOCIEDADE ANÔNIMA (MPV 532/2011).....	101
5.2	SUPERÁVIT PRIMÁRIO (PLN 36/2014).....	107
5.3	CONCESSÃO DO PRÉ-SAL (PL 6726/2013).....	112
5.4	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR SERVIDORES PÚBLICOS (PL 1992/2007).....	117
5.5	10% DO PIB EM EDUCAÇÃO (PL 8035/2010).....	123
5.6	COBRANÇA ESPECIALIZAÇÃO	

	UNIVERSIDADES PÚBLICAS (PEC 395/2014).....	127
5.7	VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO (PL 382/2011).....	131
5.8	SEGURO-DESEMPREGO TRABALHADORES DOMÉSTICOS (PLP 302/2013).....	136
5.9	TERCEIRIZAÇÃO DA ATIVIDADE-FIM (PL 4330/2004).....	141
5.10	SEGURO-DESEMPREGO E ABONO SALARIAL (MPV 665/2014).....	147
5.11	EXPROPRIAÇÃO DE TERRAS E TRABALHO ESCRAVO (PEC 438/2001).....	153
5.12	FINANCIAMENTO EMPRESARIAL DE CAMPANHA (PEC 182/2007).....	157
5.13	REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL (PEC 171/1993).....	163
5.14	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA A SAÚDE – CSS (PLP 306/2008).....	167
5.15	AUMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL (MPV 675/2015).....	171
5.16	TRATADO DE ITAIPU (PDC 2600/2010).....	176
5.17	CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO (PL 1876/1999).....	182
5.18	ROTULAGEM DE TRANSGÊNICOS (PL 4148/2008).....	188
5.19	COTAS PARA CONCURSO PÚBLICO (PL 6738/2013).....	193
5.20	CRIMINALIZAÇÃO DE PRÁTICAS INDÍGENAS NOCIVAS (PL 1057/2007).....	197
5.21	PLANO NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL (PDC 1491/2014).....	202
5.22	IDENTIDADE DE GÊNERO (PL 7699/2006).....	207
5.23	COTAS PARA MULHERES NO LEGISLATIVO (PEC 182/2007).....	213
5.24	CRIAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (PL 7376/2010).....	220
5.25	ANÁLISE GERAL.....	225
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	245
	REFERÊNCIAS.....	251
	APÊNDICES.....	281
	ANEXO.....	291

1. INTRODUÇÃO

Apesar de renegada, a terminologia direita e esquerda continua fazendo parte do discurso político. Bem ou mal utilizados, os termos continuam familiares para o eleitorado e vinculados reiteradamente nos mais diversos meios de comunicação. Diante disso, faz sentido analisar o que esses termos, com conotações de várias ordens, representam nos dias atuais, se é que representam. Embora etimologicamente os termos direita e esquerda tragam uma conotação espacial oriunda da Revolução Francesa, passaram a denotar perfis político-ideológicos distintos. Cabe à Ciência Política buscar atualizar o significado da terminologia, diante de um contexto muito mais intrincado e “plurivariado”, comparado à sua origem.

Como aponta Heywood (2010a), não há consenso da importância das ideias e ideologias, sendo a política muitas vezes considerada nada mais que uma luta pelo poder, pura e simplesmente. Sendo isso verdade, as ideias políticas seriam apenas uma espécie de anúncio publicitário, um conjunto de palavras e *slogans*, uma “vitrine” que teria por fim maior atrair o apoio do eleitor. Por outro lado, a ideologia, mais especificamente a ideologia política, pode ser compreendida como um conjunto de ideias que, além de oferecer uma “visão de mundo”, propicia uma concepção de “sociedade ideal”, ou seja, é base para a ação política. Nesse sentido, como aponta Basile (2015), um papel importante dos partidos seria o de agrupar ideias convergentes sobre um projeto de Estado e propostas de governo e enunciá-las de modo coeso, e, enquanto programas que devem orientar a ação política, mormente membros partidários no exercício de mandatos que lhes foram atribuídos pelo voto.

Recentemente, passa a ser foco de interesse a verificação em que grau as supostas diferenças ideológicas entre os partidos acarretam diferentes comportamentos dos atores políticos. Parte da literatura sugere que as questões ideológicas pouco explicam o comportamento dos atores políticos, hoje, ao constatar a presença de outras variáveis mais importantes (MAINWARING, 1993; MIGUEL, 2009; ZUCCO JR., 2009; 2011; LUCAS; SAMUELS, 2011). Por outro lado, outra gama de autores, com nuances e metodologias distintas, defende que os parlamentares ainda pautam suas ações nos conteúdos programáticos e nas ideologias de seus respectivos partidos (RODRIGUES, 2002; MARENCO; SERNA, 2007; ROMA, 2006; MELO; CÂMARA, 2012; TAROUCO, 2011; KINZO, 1990; 1993; LEONI, 2002; FIGUEIREDO; LIMONGI, 1995).

Dentre as variáveis concorrentes à ideologia destaca-se o pertencimento ao governo e à oposição. Zucco Jr. (2009; 2011), por exemplo, acredita que haja evidências o suficiente para acreditar que a ideologia, nos últimos anos, tem se tornando um determinante pouco relevante do comportamento legislativo na Câmara dos Deputados. Para ele, a clivagem estratégica (governo/oposição) se sobrepõe à ideológica, ocupando papel predominante e pautando a disputa política em tempos atuais. Já para Kinzo (1990; 1993), a ideologia demonstra-se um componente importante, quando inseridas no debate questões relevantes. Analisada a atuação dos partidos na Constituinte, propõe que, diferente do que se possa imaginar, interesses pessoais e eleitoreiros dão lugar a posições distintas e claras entre os partidos que sugerem um componente ideológico presente e duradouro.

Nicoletti (2014) sintetiza esse dilema substancial afirmando que o comportamento legislativo é calcado predominantemente na concorrência entre essas duas variáveis fundamentais: oposição/situação e ideologia. Seriam dois tipos distintos de implementação de agendas e a pergunta fundamental seria: não negado o presidencialismo de coalizão e a formação de coalizões majoritárias, será que a variável ideologia não se sobressai em temas com cunho ideológico presentes na agenda política? Essa parece ser a pergunta central a ser respondida.

A partir do que foi exposto até então, o problema que se coloca é buscar saber qual o peso da variável ideologia, em tempos atuais, a partir da análise de votações nominais de leis com teor ideológico, ou seja, que se espera que dividam os deputados segundo o posicionamento ideológico de seus partidos. Essas possíveis distinções estão ligadas a temas clássicos e a “novos” temas que se fazem presentes no debate contemporâneo. Diante disso, seguem os objetivos da presente pesquisa.

1.1 OBJETIVOS

Para Richardson (2011), o objetivo geral de uma pesquisa acaba sendo o que se pretende alcançar com sua realização. Já os objetivos específicos estão relacionados a aspectos-chave que se pretende estudar e que contribuem para que se alcance o objetivo geral.

1.1.1 Objetivo Geral

Verificar o peso da ideologia na Câmara dos Deputados.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Destacar a adequação da terminologia direita e esquerda, hoje;
- Apresentar as características do chamado “presidencialismo de coalisão”;
- Verificar a compatibilidade entre as votações nominais dos parlamentares com o campo ideológico em que está situado o partido a que pertencem.

Poucos estudos brasileiros se aproximam do que é pretendido aqui. Kinzo (1990), pautada na análise das questões mais polêmicas do Projeto Cabral submetido ao plenário da Constituinte, propôs cinco categorias, a fim de analisar os diferentes posicionamentos: governismo, conservadorismo, “democratismo”, nacionalismo e oposicionismo ao sistema financeiro. A partir das votações, criou uma escala de 0 a 10 para mensurar os posicionamentos em cada uma das categorias. Como era de se esperar, do ponto de vista teórico, os partidos à direita tiveram melhor pontuação em governismo e conservadorismo, ao passo que os partidos de esquerda demonstraram-se contrários a essas categorias e com altos escores em “democratismo”, nacionalismo e com postura claramente anti-bancos. Este estudo é o que mais se aproxima do presente trabalho, embora em um outro contexto e com um recorte diverso.

Leoni (2002), por sua vez, buscou estimar as posições ideológicas dos deputados a partir das preferências expressas em votações nominais realizadas em plenário, entre 1991 e 1998. Analisadas as votações da 49ª e da 50ª legislatura e utilizados o banco de dados do CEBRAP, é possível afirmar que a Câmara dos Deputados brasileira encaixa-se no modelo espacial, semelhante ao que ocorre em países famosos pela disciplina partidária. Segundo ele, há uma estrutura ideológica basicamente unidimensional e as posições dos partidos são previsíveis e estáveis, ao longo do tempo. Dimensões adicionais não melhoram significativamente a capacidade explicativa do modelo estatístico. A disposição dos partidos de forma espacial (centro, esquerda e direita) é bastante nítida.

A grande questão que se coloca é saber até que ponto os parlamentares votarem disciplinadamente ou semelhantemente a partidos posicionados no mesmo espectro ideológico significa afirmar que se trata de um voto ideológico, visto que não é analisado o posicionamento em si. Os partidos de esquerda votarem a favor da

privatização, por exemplo, seria algo inesperado, levando em consideração a diretriz da política. Levando ainda em consideração o período do presente estudo (1991-1998), tem-se outro problema, o entrelace da dimensão governo/oposição e esquerda/direita. Havendo confusão entre as duas dimensões, fica difícil saber qual a variável com maior poder explicativo.

Se como expõe Carreirão (2014), até 2002, falar em governo e oposição era semelhante a falar em centro-direita e esquerda dada a composição de blocos coesos ideologicamente, a partir de 2003, o cenário se complexifica. As coalizões passam a contar com um maior número de partidos e de todos os campos ideológicos. Levando em conta a influência do posicionamento ideológico e estratégico, faz sentido buscar discernir se as diferenças e o grau de previsão das posturas assumidas devem-se às ideologias dos partidos ou ao fato de fazerem parte ou não de coalizões pró ou contra o governo, variável que mais coloca em cheque a validade da dicotomia esquerda-direita, em tempos atuais. Assim sendo, a questão-problema que se apresenta é a seguinte: as diferenças ideológicas conseguem explicar o posicionamento dos parlamentares no legislativo?

Se como aponta Zucco Jr. (2011), a ideologia tem se tornado um determinante fraco para prever o comportamento legislativo na Câmara dos Deputados, onde o pertencimento ao governo ou à oposição explicaria melhor o posicionamento dos partidos, esta premissa talvez faça sentido, em se tratando de velhos temas, ou seja, temas que envolvam carga tributária, maior ou menor intervenção social, bem como econômica. Nessa perspectiva, faz sentido supor que partidos pertencentes ao governo teriam a tendência de querer maior arrecadação, por exemplo, o que facilitaria seu desempenho no governo.

Por outro lado, para Inglehart (1977) questões econômicas perdem espaço e dão lugar a uma agenda pós-materialista em que haveria o surgimento de “novos” temas relacionados à possibilidade de ampliação da qualidade de vida, em tempos atuais. Desse modo, os antagonismos iriam além do grau de interferência estatal em relação à economia e área social. Atento à realidade brasileira, Ribeiro (2011) aponta que esta tendência é aplicável ao Brasil e onde a aderência a valores pós-materialistas, em tempos recentes, pode ser constatada com suas peculiaridades. Desta forma, talvez se possa afirmar que, em se tratando de questões econômicas e sociais, talvez haja poucas divergências entre os partidos, diferente de outros temas que estariam relacionados à ampliação do bem-estar, em tempos recentes, e que denotariam novas clivagens, frente a um cenário multifacetado e

complexo. Diante do exposto, é apresentada a hipótese central da presente pesquisa:

H: Em temas com cunho ideológico, a ideologia se sobrepõe ao posicionamento estratégico (pertencimento ao governo/oposição). Quando estão em jogo recursos financeiros, seja onerando significativamente ou então gerando receita vultosa ao executivo federal, o posicionamento estratégico se sobressai.

As várias divergências em relação a essa temática deixam clara sua complexidade e sugerem ser este um campo promissor de estudo. Como afirmam Power e Zucco Jr. (2009), embora os estudos legislativos ocupem hoje uma área de destaque na Ciência Política brasileira, são muitos os espaços para aprofundamento dos estudos legislativos brasileiros, sobretudo da variável posição ideológica.

Como aponta Panebianco (2005), um partido político é uma organização que busca, por meio de ações, manter o *status quo* ou mudanças sociais, sejam elas políticas ou econômicas. Perseguem objetivos e onde a ideologia é o melhor indicador destes. Entretanto, acaba sendo perigoso considerarem-se, *a priori*, objetivos aos partidos ou a grupos de partidos sem que haja respaldo empírico. O autor chama esse equívoco de preconceito teleológico e a solução seria não considerar tais premissas como dados prontos e sim como problemas que devem ser investigados como tais.

Dentro do estudo da relação entre ideologia e comportamento parlamentar, poucos são os estudos atentos ao comportamento efetivo dos parlamentares e, além do mais, preocupados em buscar uma prévia categorização do que se esperaria ou não de determinado partido. Para além da fala dos agentes políticos e dos manifestos dos partidos, parece fazer sentido também enfatizar a atuação parlamentar. O voto enquanto, comportamento efetivo dos parlamentares, demonstra-se um dispositivo importante, seja em termos de enfrentamento dos diversos problemas brasileiros, seja enquanto objeto de análise para a Ciência Política. A análise das votações nominais de leis, tendo ciência do componente ideológico envolvido, permite saber, afinal de contas, qual o peso que a ideologia tem em tempos atuais, quais as principais divergências entre os partidos e ainda questionar as tradicionais classificações propostas pela Ciência Política, pautadas em dados que podem não necessariamente condizer com a realidade.

Lucas e Samuels (2011) sugerem que a discussão a respeito da situação dos partidos brasileiros e do sistema partidário é muito parecida

com um hipotético debate sobre a forma de uma nuvem no céu, em que cada um vê algo diferente e considera ridícula a visão do outro. O certo é que, nesse campo de estudo, há muito mais perguntas do que respostas, tamanha a divergência de leituras encontradas. Diante disso, parece ser relevante analisar o peso que eventualmente ainda têm as ideologias no comportamento do legislador. Esse dado, talvez, possa contribuir para dar um certo grau de previsibilidade e tornar o tema menos abstrato e mais objetivo.

O trabalho em questão propõe-se a trazer essa discussão à baila, mostrando exemplos de temas conexos à velha dicotomia e apresentar temas novos, que estão na pauta da discussão recente, a fim de tornar essa discussão menos intuitiva e mais lógico-racional. Além de contribuir para o debate filosófico conceitual, muito além disso, possibilita melhores interpretações técnico-empíricas, como a avaliação de políticas públicas, levadas a cabo por diferentes grupos e ou partidos. Em nenhum momento, a pretensão é encerrar o debate, pelo contrário, iniciar uma discussão de muita relevância para o caso brasileiro. Longe de presenciar-se uma "desideologização", é necessário construir um novo mapa conceitual, que dê conta de um contexto complexo. Muitos são os desafios nesse campo de estudo, dado o volume de "novos" temas que a todo momento se fazem presentes e de maneira mais volátil do que outrora. Essa conjuntura, ao invés de gerar estagnação, deve fomentar o debate insistente da Ciência Política, buscando proporcionar um melhor grau de inteligibilidade aos fenômenos políticos contemporâneos.

Com o intuito de seguir uma sequência lógica e dar conta dos objetivos propostos, o referido trabalho conta com dois capítulos de fundamentação teórica. Em seguida, parte-se para a descrição dos procedimentos metodológicos adotados, análise e discussão dos resultados e conclusão.

No primeiro capítulo, é exposto o debate em torno da origem e significado da terminologia esquerda e direita. Para isso, é apresentado o conceito de ideologia, as distinções clássicas entre as diferentes ideologias políticas, para, na sequência, adentrar em uma discussão recente, a emergência de questões pós-materialistas e a relação com as categorias esquerda e direita.

O segundo capítulo conta com o confronto entre os dois principais condicionantes do voto: o pertencimento ao governo e oposição, e a ideologia dos partidos. Em um primeiro momento, são destacados conceitos-chave e uma breve exposição das características do Congresso Nacional e rotinas importantes da Câmara dos Deputados.

Segue-se a isto uma reflexão acerca do conceito de presidencialismo de coalizão e o consequente funcionamento do sistema partidário brasileiro. Em concorrência à tendência de formação de maiorias e à dicotomia governo/oposição como condicionante principal do voto, são apresentados argumentos em prol da ideologia, enquanto uma variável com bom poder explicativo.

Vencida esta etapa, parte-se para a descrição dos procedimentos metodológicos da pesquisa. Essa etapa é seguida de uma análise e discussão dos resultados, seção em que serão analisadas individualmente e no conjunto todas as leis escolhidas para serem objeto de análise. Por último, chega-se à conclusão, na qual são ressaltados os elementos mais significativos do trabalho.

2. ESQUERDA E DIREITA: VELHOS E NOVOS TEMAS

Como expõe Heywood (2010a), o fato é que todos pensam politicamente. Tendo ou não consciência disso, as pessoas usam ideias e conceitos políticos sempre que emitem opiniões sobre os mais diversos temas. A linguagem cotidiana está repleta de termos como "liberdade", "igualdade", "justiça" e "direitos" e, da mesma forma, as pessoas costumam usar palavras como "conservador", "liberal", "comunista" e "fascista" para descrever seus pontos de vista e os de outros. Nessa perspectiva, parece ser de grande valia, em um primeiro momento, buscar melhor compreender o significado do termo-chave ideologia, pano de fundo importante para tratar da diáde esquerda e direita.

2.1 IDEOLOGIA

Para Löwi (2008), poucos são os termos na ciência social que carregam tamanha complexidade como o de ideologia. Há, no conceito, uma acumulação extraordinária de diferentes significados, paradoxos e, talvez, o mais preocupante, a arbitrariedade e os equívocos. Tamanha complexidade o faz analogamente comparar este conceito à imagem de um labirinto, no qual a saída é difícil e tortuosa.

Crespigny e Cronin (1999) afirmam que a quantidade de significados diferentes não chega a ser algo surpreendente, visto que o próprio termo “ideologia” foi “ideologizado”. Nesta perspectiva, segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino (2010), existe um “significado fraco” e um “significado forte”. O significado forte tem origem no conceito de ideologia de Marx, na qual ele é entendido como um falseamento da realidade que induz à construção de uma falsa consciência, que impede que uma grande maioria se dê conta da dominação a qual são submetidos. No seu significado fraco, e de nosso interesse, a ideologia representa os sistemas de crenças políticas: um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos. Easton, citado por Bobbio, Matteucci e Pasquino (2010), vê na ideologia toda e qualquer interpretação e princípios éticos que norteiam a vida política e que, em última instância, oferecem uma interpretação do passado, uma explicação do presente e uma visão do futuro.¹

¹ Vale ressaltar ainda um terceiro significado para o termo “ideologia”, este bastante presente no senso comum e bastante genérico. Para Eagleton (1997)

Segundo Rosas (2013), não existe ação política desconexa de alguma ideologia: não é algo opcional, em que se possa renunciar em nome do pragmatismo ou da tecnocracia, por exemplo. Os seres humanos vivem no mundo, ao mesmo tempo em que são produtores de sentido para ele. Esta é uma visão bastante abrangente de ideologia, podendo englobar uma dimensão política, mas também religiosa, moral etc.

Com o intuito de fazer uma delimitação desse termo, ideologia pode ser entendido como sinônimo de ideologia política, significado pertinente para o presente trabalho. Trata-se de uma arena de disputa de diferentes projetos e que norteia o campo político.

De forma mais concreta, a título de ilustração, é importante salientar que os modernos sistemas de proteção social não são apenas respostas automáticas e mecânicas às necessidades e carências apresentadas e vivenciadas pelas diferentes sociedades em cada momento histórico. Muito mais do que isso, eles revelam formas históricas de consenso político, de sucessivas e intermináveis pactuações que, considerando as diferenças existentes no interior das sociedades, buscam incessantemente responder a pelo menos três questões: quem está protegido? Como será protegido? Quanto de proteção? Essas questões estão no cerne da organização das políticas públicas de proteção social que o mundo atual conhece. São respostas sociais e politicamente engendradas que determinam a natureza dos sistemas de proteção social. Neste sentido, as políticas públicas revelam-se essencialmente diferentes, ao priorizarem alguns aspectos em detrimento de outros, cujas dicotomias não são raras. Dilemas como universalismo *versus* particularismo; alto grau de generosidade *versus* baixo grau de generosidade; alto grau de efetivação de direitos sociais *versus* afrouxamento da noção de direito social; mercantilização *versus* desmercantilização da proteção social; participação social democrática *versus* centralismo e autoritarismo na definição das políticas sociais; caráter público *versus* privado etc., são distinções recorrentes. Referem-se ao formato da política em questão e, antes disso, a concepções distintas levadas em consideração, principalmente em relação ao papel do Estado, no sentido de dar respostas ou não às demandas sociais. A

todos de certa forma tratariam das mais variadas questões de forma ideológica por ser impossível nos abstermos de uma “visão de mundo” que produz significados, signos e valores na vida social. Trata-se de um aparato conceitual e de ideias preconcebidas que nos fazem ter uma compreensão bastante particular do mundo.

escolha por uma política ou outra, o modo como será gerida, as metas, o público-alvo, o orçamento disponível, ou seja, o formato da política pública depende fundamentalmente de que visão se tem de mundo, de homem e, sobretudo, que concepção se tem de Estado. A este alicerce conceitual, muitas vezes invisível, que embasa as escolhas dos gestores públicos de modo significativo, pode-se chamar de diretrizes de uma política.² Para Levin (2014), as respostas a questões dessa natureza dependerão da maneira como se pensa determinadas questões políticas. De modo bem objetivo, cada pessoa olha para o seu país e vê uma mistura de coisas boas e ruins. O que funciona mal e deve ser transformado? O que funciona bem e deve ser mantido?

Para Heywood (2010a), as ideologias são descritivas pois, em última instância, fornecem a indivíduos e grupos um mapa conceitual de como a sociedade funciona e, de forma mais abrangente, uma visão geral de mundo. As ideologias políticas têm a capacidade de inspirar e guiar a ação política, ou seja, contribuem para moldar a vida social. Fazem parte delas valores, sonhos e aspirações. De maneira geral, as divergências políticas passaram a ser sintetizadas nas categorias espaciais esquerda e direita, embora curiosamente poucas sejam repletas de significados tão ambivalentes. Como apontam Madeira e Tarouco (2011), deve-se atentar para algo que, por parecer trivial, pode passar despercebido: o significado substantivo da dicotomia esquerda e direita não é um dado *a priori*. Afinal, em que consistem as ideologias clássicas? Quais são as "novas" ideologias? Qual a relação entre os velhos e "novos" temas? Estas e outras questões são fundamentais nesse debate.

2.2 DIREITA E ESQUERDA: ORIGEM E DISTINÇÕES CLÁSSICAS

Para que se possa entender o que supostamente representam os conceitos de direita e esquerda hoje, o primeiro passo é compreender o surgimento dessas terminologias. Elas advêm da Revolução Francesa (1789), quando iniciaram-se os trabalhos para a elaboração da primeira constituição francesa e quando os representantes políticos se posicionaram em lugares diferenciados nos assentos do plenário. De

² Um tipo de avaliação de política pública possível e pouco comum é o das diretrizes da mesma, isto é, da concepção político-ideológica que a alicerça. Scheeffer (2007) analisa as diretrizes do Programa Bolsa Família. Tal tipo de análise extrapola os tradicionais 3Es: eficiência, eficácia e efetividade ao se ater naquilo que é menos palpável, mas influi diretamente nos resultados alcançados.

uma maneira bastante simplificada, é possível afirmar que à esquerda do plenário sentaram-se delegados identificados com o igualitarismo e buscando uma reforma social, ao passo que à direita um grupo identificado com a aristocracia e o conservadorismo (TAROUÇO; MADEIRA, 2013).

Para Levin (2014), a Revolução Americana personificou o debate, a Revolução Francesa intensificou-o. Nos dois casos, são prefigurados elementos-chave da divisão esquerda-direita do tempo atual. Edmund Burke e Thomas Paine personificaram muitos dos debates da época, cada qual expressando uma visão de mundo profundamente em desacordo com o outro. Ambos são liberais, mas discordam sobre exatamente o que a modernidade e o liberalismo têm a dizer. Eles sugerem, em outras palavras, um liberalismo progressista e um liberalismo conservador. O compromisso de continuidade está presente no pensamento de Burke; Paine é um apaixonado pelos ideais de liberdade e igualdade.

Então, como se pode notar, os termos direita e esquerda, embora etimologicamente tragam uma conotação espacial, em se tratando de ideologias políticas, passaram a denotar perfis político-ideológicos distintos. De maneira geral, é possível afirmar que existem três grandes modos de visualizar esta questão nos dias atuais. Uma minoria de autores acredita que os termos têm o mesmo sentido que tinham na Revolução Francesa. Por outro lado, há os defensores de que não faz mais sentido a utilização dessa nomenclatura. Já um terceiro grupo, a grande maioria, sugere a atualização do significado das terminologias, ao acreditar que, atualmente, os termos direita e esquerda representam algo diferente do que representavam na sua origem.

Representando o primeiro grupo, Sader (1995) afirma que a esquerda representa o conjunto de forças que lutam, essencialmente, por transformações que resultem na instauração de uma ordem diferente da capitalista, ou transformações que resultem em uma reformulação substancial desta. Mesmo que o teor e o grau das mudanças possam variar de acordo com uma esquerda mais ou menos “radical”, o que está presente em qualquer esquerda é o caráter contestatório assumido. A direita, por outro lado, se refere às forças favoráveis à manutenção da ordem social e política. A direita se preocupa, basicamente, em conservar e não alterar o sistema que está dado.

Em contraposição, para Sader (1995), atualmente também está em voga a tese do “fim” ou do “declínio” das ideologias políticas. Essa tese ganhou forma por volta da metade dos anos 50, apoiada na proposição de que passaria a haver uma relativa atenuação do

extremismo com que se tinham manifestado os fins e os objetivos ideológicos e também que tinha havido um desaceleramento da intensidade emotiva com a qual aqueles fins e aqueles objetivos eram perseguidos (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2010). Nesse momento, começa a criar forma a crença de que se chegou ao fim da história, evidenciada na célebre obra de Fukuyama (1992) “O fim da história e o último homem”. Verificada a derrota de todas as alternativas políticas à democracia liberal, segundo ele, presenciou-se o estágio mais avançado na progressão das sociedades humanas. O esforço principal de Fukuyama é o de revigorar a tese de que o capitalismo e a democracia burguesa constituem o coroamento da história da humanidade, ou seja, de que a humanidade teria atingido, no final do século XX, o ponto culminante de sua evolução, com o triunfo da democracia liberal.³

De forma também pessimista, mas por um outro viés, Downs (1999) acredita que os partidos movem-se ao longo do espectro ideológico sem muitos problemas buscando sempre formular políticas em acordo com a preferência do eleitor mediano. Nesse caso o posicionamento em relação aos mais variados temas seria muito mais estratégico do que ideológico.

Por outro lado, é possível supor que a ascensão capitalista e a derrocada da antiga URSS e dos regimes socialistas não são suficientes para se afirmar que os termos esquerda e direita estejam ultrapassados e não tenham mais significação. Isso por que, para uma gama significativa de autores, a dicotomia esquerda-direita vai além da bipolaridade capitalismo-socialismo que orientou toda a ordem política mundial durante anos. Desta maneira, não se poderia dizer que o fim dessa bipolaridade represente o fim da dicotomia esquerda-direita, pois os princípios típicos de esquerda, como a igualdade e a justiça social, não acabam com o fim da bipolaridade. O fim dos regimes socialistas pode representar a derrocada de uma via que possibilitava a realização desses ideais, mas não que essa seja a única via. Sendo o capitalismo predominante praticamente no mundo inteiro, somos obrigados a pensar a dicotomia esquerda-direita de uma forma diferente, sem, entretanto, chegarmos ao ponto de dizer, como muitos, que não há mais sentido ou necessidade de tocar-se nesses termos (FREITAS, 2004).

³ Fukuyama não contrapõe à chamada democracia liberal somente ao socialismo, mas também aos regimes autoritários (totalitarismos) de direita como o nazismo, fascismo e as várias ditaduras militares que entraram em colapso.

Um dos defensores mais conhecidos da crença de que é necessário atualizar o significado desta terminologia é Norberto Bobbio (1995). Para o autor, a distinção entre direita e esquerda continua a ser usada, o que sugere que o problema se desloca: agora não se trata mais de comprovar sua legitimidade, mas de examinar os critérios propostos para sua legitimação. Assim sendo, para ele, há distinção significativa entre as pessoas neste aspecto. Ele utiliza-se dos conceitos de igualdade (que para a esquerda deve ser priorizada), em detrimento da liberdade (que para a direita deve ser conservada, mantendo-se as desigualdades entre os homens, tidas como naturais). Igualdade e liberdade caracterizam toda a trama de relações práticas e ideais de que é tecido o projeto democrático. O igualitário parte da convicção de que a maior parte das desigualdades são sociais e, enquanto tais, elimináveis; o inigualitário, ao contrário, parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais e, por isso, inelimináveis. “A antítese não poderia ser mais radical: em nome da igualdade natural, o igualitário condena a desigualdade social; em nome da desigualdade natural, o inigualitário condena a igualdade social” (BOBBIO, 1995, p. 122).

Em relação a essa temática, Giddens (1996) acredita que essa diáde permanece válida, mas apenas em um plano bastante geral. No todo, a direita aceita melhor a existência de desigualdades do que a esquerda, e está mais propensa a apoiar os poderosos do que os desprovidos de poder. Esse contraste é real e continua sendo relevante. Segundo o autor, os neoliberais aceitam a importância da desigualdade e, até certo ponto, a veem como um princípio motivador da eficiência econômica. Os que criticam os neoliberais, geralmente, o fazem por considerarem os modelos de livre mercado produtores de uma sociedade excessivamente dividida; eles querem menos desigualdade e não mais.⁴

Parece não se ter dúvidas de que o fim da União Soviética e a queda do "Muro de Berlim" retiraram as bases materiais mais fortes que sustentavam o movimento comunista mundial. A clássica esquerda entrou em forte crise teórica da qual está tendo dificuldade de se

⁴Aspecto bastante importante levantado por Giddens (1996) é a troca de posições atualmente entre Direita e Esquerda. O radicalismo na sua essência significava não só a realização de mudanças, mas o controle dessa mudança de forma a conduzir a história para a frente. E é este projeto, segundo ele, que agora parece ter entrado em declínio. Ser conservador, por outro lado, significa sobretudo querer preservar. Nas atuais circunstâncias parece que a Esquerda vem tentando preservar o *welfare state* em vez de tentar abalá-lo. Segundo ele a esquerda se tornou conservadora enquanto a Direita, inspirada no neoliberalismo, possui uma proposta clara para o futuro do capitalismo.

recuperar. Diante desse cenário controverso, Sader (2009) aponta que a esquerda acabou oscilando entre projetos reformistas e projetos de ruptura. Para o autor, não existe necessariamente um antagonismo entre essas duas estratégias. Depende do tipo de reforma e, em última instância, o quanto esta consegue abalar as relações de poder. Se há consenso por parte da esquerda de que o capitalismo por si só não permite igualdade de oportunidades, o entrave maior está na possibilidade ou não de se “humaniza-lo” ou “domesticá-lo”. Autores como Boito Jr (1999), Faleiros (2007), Harnecker (2005) e Garcia (2005) acreditam ser essa uma falácia. Essa premissa fica clara com Wood (2011), quando afirma que o capitalismo é, na essência, incompatível com a democracia em seu sentido mais amplo. Segundo ela, “[...] um capitalismo humano, ‘social’ e verdadeiramente democrático e equitativo é mais irreal e utópico que o socialismo” (p. 8). Mesmo tendo ciência deste tipo de leitura, optou-se por reduzir a esquerda à defesa de estratégias socialdemocratas e descartar a concepção marxista, não entrando no mérito dos limites de um ou outro modelo. É evidente que atualmente a dimensão “mais” ou “menos” Estado tem balizado grande parte do debate político e, por isso, estratégias do tipo socialdemocratas e neoliberais acabam por dar conta, em boa medida, dos principais projetos políticos defendidos em tempos atuais. Uma das alternativas teórico-práticas encontradas (conscientemente ou por intermédio de “erro e acerto”) pela nova esquerda foi a socialdemocracia, que será exposta a seguir.

2.2.1 A socialdemocracia

A socialdemocracia teve sua origem depois da metade do século XIX, quando surge, na Alemanha, o primeiro partido dessa corrente ideológica e de inspiração marxista. A socialdemocracia pretendia, ao invés da revolução, valer-se das instituições democráticas para a conquista do poder. O objetivo era chegar ao socialismo mediante a democracia. A participação eleitoral e, em primeira instância, a democracia, seriam recursos suficientes para alcançar o socialismo. De maneira imediata, poderiam alavancar melhorias imediatas para os trabalhadores para, mais tarde, combaterem as classes dominantes em seu próprio terreno (PRZEWORKSKI, 1988).

Entretanto, como aponta Przeworski (1988), os socialdemocratas não tiveram êxito em transformar as eleições em um instrumento de transformação socialista. Por mais que tivessem a compreensão de que as reformas constituiriam degraus necessários para gradualmente se

chegar em uma completa reestruturação da sociedade, esta premissa acabou demonstrando-se uma falácia. Percebida a dificuldade de se chegar ao socialismo de maneira reformista, no século XX, o termo socialdemocracia passa a significar algo distinto. Ressurge não como um projeto conscientemente perseguido, mas como uma resposta a uma situação de crise: a grande depressão de 1929, nos Estados Unidos. John M. Keynes, economista britânico, pensou em estratégias para superar a crise econômica de 1929 e foi incorporado pela socialdemocracia, agora não mais compreendida enquanto socialismo reformista ou socialismo alcançado via democracia, mas uma forma distinta de administrar a economia capitalista. “A sociedade pode não ficar impotente perante os caprichos do mercado capitalista, a economia pode ser controlada e o bem estar dos cidadãos pode ser continuamente elevado por meio do papel ativo do estado: esta foi a nova descoberta dos socialdemocratas” (PRZEWORSKI, 1988, p. 71).

Przeworski (1989) afirma que, avaliando a experiência socialdemocrata, pode-se notar que os trabalhadores, diante da impossibilidade de revolução, optam por aderir ao capitalismo e buscar conquistar direitos dentro do Estado burguês. Tem-se, mais do que isso, a formação de compromissos de classe, em que “nem o agregado dos interesses capitalistas individuais nem os interesses dos assalariados organizados podem ser violados, além de limites específicos (p. 174).

Para Giddens (2000), a socialdemocracia consistiria, então, em um caminho distinto do capitalismo de mercado americano e do socialismo soviético, uma tentativa de “humanizar” o capitalismo. A socialdemocracia vê o mercado como gerador de efeitos perversos, algo que os próprios socialistas já haviam diagnosticado. No entanto, a socialdemocracia acredita ser possível amenizá-los ou até extingui-los, por meio da intervenção do Estado no mercado. O Estado teria a obrigação de fornecer bens públicos que os mercados não supririam, ou só o fariam de forma fragmentada. Dessa maneira, uma forte presença do governo na economia e nos demais setores da sociedade seria algo plausível e desejável, visto que, por essa concepção, o poder público representa a vontade coletiva. Para a socialdemocracia clássica, a participação do governo na vida dos indivíduos é algo necessário e invejável. Benefícios estatais são essenciais para o auxílio aos que não conseguiriam, por si só, defender-se. “Como Marx, Keynes, encarava o capitalismo como dotado de qualidades irracionais, mas acreditava que seria possível controlá-las para salvar o capitalismo de si mesmo” (GIDDENS, 2000, p. 19).

Na prática, os modelos socialdemocráticos variaram substancialmente. No entanto, pode-se afirmar que se trata de uma filosofia política que busca implementar o Estado de bem-estar social, o *welfare state*⁵, Estado que garante tipos mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação, educação, assegurados a todo cidadão, não como caridade, mas como direito político (SETEMBRINI, 1997). Como expõe Przeworski (1988), os socialdemocratas assumiram claramente seu papel de reguladores do jogo de forças do mercado. O êxito da aplicação dos instrumentos keynesianos passou a ser encarado como uma demonstração inequívoca, que seria esse o melhor caminho a ser seguido. Buscar reformar intermediárias dentro dos marcos do capitalismo seria agora o objetivo final, e não um reformismo compreendido como um progresso gradual em direção a transformações estruturais.⁶

Falar em socialdemocracia é falar da busca incessante pela efetivação dos direitos sociais. Para Couto (2006), estes são exercidos pelos homens por meio da intervenção do Estado, que é quem deve provê-los. Ancoram-se na ideia de igualdade que constitui uma meta importante a ser alcançada. Falar em direito social consiste em assumir a premissa de que as dificuldades enfrentadas pelos homens para viver com dignidade deverão ser assumidas coletivamente pela sociedade, com supremacia da responsabilidade do Estado, que deverá criar um sistema institucional capaz de dar conta dessas inúmeras demandas.

Aggio (2013) apresenta alguns valores que permanecem como eixos da identidade política e cultural da esquerda, hoje, o que se encaixa perfeitamente no conjunto de princípios socialdemocratas:

⁵ Giddens (2000) ressalta dois grandes objetivos do *welfare state*: criar uma sociedade mais igual e garantir um sistema robusto de proteção social. Em última instância se dispõe a garantir de forma plena a efetivação dos direitos sociais.

⁶ Giddens (2000) ressalta que em 1998, Tony Blair, do Partido Trabalhista Britânico, ressaltou sua ambição de criar um consenso internacional de centro-esquerda para o século XXI, alternativa à velha esquerda e à nova direita. Este projeto de sociedade é a chamada “terceira via”, uma proposta de renovar a socialdemocracia clássica. Propõe, nos termos do autor, ir além das divergências típicas entre neoliberais e socialdemocratas sobre qual o melhor tamanho do Estado: pretende reconstruí-lo. Dentre as várias mudanças sugeridas pretende garantir efetivar ferramentas como a descentralização, transparência, mecanismos de democracia direta, dentre outros. Outro elemento importante é a promoção de uma sociedade civil ativa.

1. a defesa do bem-estar-social ao invés do bem-estar individual;
2. a valorização das responsabilidades coletivas;
3. a extensão da igualdade de oportunidades para todos;
4. a vigência de um Estado forte que seja capaz de corrigir as injustiças sociais por meio de uma ação distributivista da riqueza material produzida pela sociedade e, por fim,
5. a perspectiva de uma mudança das estruturas de poder por meio da democratização e da participação política (p. 102).

2.2.2 O ideário neoliberal

O termo “neoliberalismo” possui várias significações, embora existam elementos comuns em todas as tentativas de esclarecimento do seu significado. Algumas características são amplamente conhecidas como: predomínio do mercado, privatização, corte dos gastos públicos, entre outras. Para melhor compreender o significado desta terminologia, faz-se indispensável, em um primeiro momento, resgatar sua origem histórica.

Como aponta Sell (2006), definir o liberalismo não é tarefa fácil dada a diversidade de ideias e propostas defendidas por autores e obras autointituladas como liberais. Genericamente, pode-se afirmar que o liberalismo clássico é uma ideologia ou corrente do pensamento político surgida no século XVII.⁷ Didaticamente, é possível falar em liberalismo político e econômico. Tal divisão é justificada, visto que alguns autores atêm-se aos problemas econômicos e outros políticos, problemas não necessariamente dependentes. Falar em liberalismo político é falar da relação entre indivíduo e Estado, no qual a liberdade do indivíduo é o bem supremo. Defende a maximização da liberdade individual, só alcançada pela minimização do Estado. Na economia, prega que o Estado não deve interferir no mercado. Quando o mercado atua sem interferência externa, o resultado é o aumento da eficiência econômica e,

⁷ É possível remontar as origens do liberalismo a autores e trabalhos anteriores, Escola de Viena (Áustria), por exemplo. Com sua história iniciada no século XV, professores que escreviam e lecionavam na Universidade de Salamanca criticavam veementemente os impostos, controles de preços e regulamentações que inibiam a livre iniciativa (ROCKWELL, 2008).

como decorrência, uma melhoria nas condições de vida de todos. Na lei da oferta e da procura, o mercado se autorregula, atingindo o equilíbrio.⁸

Segundo Anderson (1995), o neoliberalismo é um fenômeno distinto do liberalismo clássico. É uma adaptação e atualização do liberalismo clássico às novas condições sociais e históricas. Nasce logo depois da Segunda Guerra Mundial, na Europa e na América do Norte. Foi, segundo o autor, uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. O texto de origem é “O caminho da servidão”, de Friedrich Hayek, escrito em 1944. Argumentava que o chamado por ele de coletivismo, tentativa de impor um igualitarismo, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, fatores imprescindíveis para a prosperidade de todos. Hayek (1977, p. 35) sustenta que uma política de liberdade para o indivíduo é a única política que, de fato, conduz ao progresso, visto que é necessário:

[...] o respeito pelo homem individual na qualidade de homem, isto é, a aceitação de seus gostos e opiniões como sendo supremos dentro de sua esfera, por mais estritamente que isto se possa circunscrever, e a convicção de que é desejável o desenvolvimento dos dotes e inclinações individuais por parte de cada um (1977, p. 35).

Assim, ressaltando os fundamentos do individualismo, os neoliberais defendem a iniciativa individual como base da atividade econômica, justificando o mercado como regulador da riqueza e da renda. Friedman, especialmente em “Capitalismo e Liberdade”, focaliza o capitalismo competitivo – organizado por meio de empresas privadas, em regime de livre mercado – como um sistema que exercita a liberdade econômica. Atribui ao Estado o papel de promotor de condições positivas à competitividade individual e aos contratos privados, chamando atenção para os riscos decorrentes da intervenção estatal nas esferas da vida em sociedade. Dessa maneira,

[...] só há dois meios de coordenar as atividades de milhões. Um é a direção central, utilizando a coerção – a técnica do Exército e do Estado totalitário moderno. O outro é a cooperação

⁸ O fundador do liberalismo político é John Locke, em seu livro “Segundo tratado sobre o governo civil”, de 1689. Adam Smith é um dos pioneiros do liberalismo econômico e sua principal obra é “A riqueza das nações”, de 1776.

voluntária dos indivíduos – a técnica de mercado (FRIEDMAN, 1977, p. 87).

Segundo Hofling (2001), as ações do Estado na tentativa de regular os desequilíbrios gerados pelo desenvolvimento da acumulação capitalista (políticas públicas estatais) são consideradas um dos maiores entraves a este mesmo desenvolvimento e responsáveis, em grande medida, pela crise que atravessa a sociedade. A intervenção do Estado seria uma ameaça aos interesses e liberdades individuais, inibindo a livre iniciativa, a concorrência privada, e podendo bloquear os mecanismos que o próprio mercado é capaz de gerar, com vistas a restabelecer esse equilíbrio. Uma vez mais, o livre mercado é apontado pelos neoliberais como o grande equalizador das relações entre os indivíduos e das oportunidades na estrutura ocupacional da sociedade. Nesse ideário, o mercado é a matriz da riqueza, da eficiência e da justiça.

Para Oliveira (2003), na medida em que o mercado é considerado o canal mais adequado para a alocação de recursos, o Estado pode reduzir seu tamanho, funções e competências. Advoga-se, desse modo, a redução de seu papel no campo das políticas de bem-estar social, pois estas constituiriam uma ameaça às liberdades individuais, inibiriam a concorrência privada e ampliariam inadequadamente os controles da burocracia. A ação do Estado na área social deve ater-se, desse modo, a programas básicos de educação, de saúde e assistenciais de auxílio à pobreza – se necessário, e de modo complementar, à filantropia privada. É sob esses argumentos que se reduz o grau de universalização dos programas sociais e se dilui a noção de direitos aos serviços sociais. A intervenção da autoridade pública nas iniciativas privadas é vista, primordialmente, como intrusão indevida, no máximo tolerada. Qualquer tipo de intervenção estatal sobre os criativos empreendedores, buscando preservar o bem público (as regulações legais) ou sustentar suas atividades (a taxação), inibe aquilo que é mola propulsora do progresso e afeta a competitividade dos agentes.

As teses neoliberais, absorvendo o movimento e as transformações da história do capitalismo, retomam as teses clássicas do liberalismo e resumem na conhecida expressão “menos Estado e mais mercado” sua concepção de Estado e de governo voltadas fundamentalmente para a crítica às teses de Keynes (1883-1946). Estas ideias ganharam força e visibilidade com a grande crise do capitalismo na década de 1970, apresentadas como possíveis saídas para essa crise.

Para Moraes (2002), as narrativas neoliberais pretenderam, e em certa medida conseguiram, oferecer explicação palatável para os problemas derivados das políticas sociais ou do Estado de Bem-Estar Social. Três argumentos são centrais:

- os custos crescentes (e tendencialmente insuportáveis) das políticas sociais e seu impacto sobre os fundos públicos (inflação, endividamento);
- os efeitos deletérios dessas políticas sobre valores, comportamento de indivíduos, grupos sociais e empresas;
- os resultados desastrosos, sobre o processo decisório e sobre as instituições democráticas, da maquinaria política exigida pela implementação desses programas (MORAES, 2002, p. 2).

Constitui um grande mérito literário da chamada “Nova Direita” ter conseguido conectar todos esses elementos ideológicos em um discurso persuasivo. Conseguiu ir além da denúncia econômica ou fiscal das políticas sociais, o que arriscaria preservá-las como “coisas boas, mas impossíveis de sustentar”. Muitas delas são consideradas nefastas, mesmo quando possível fazer (MORAES, 2002).

2.2.3 Diferenças em temas substantivos

Para Giddens (2000), a direita e a esquerda ainda representam forças distintas e divergentes quanto ao futuro do *welfare state*. A maioria dos socialdemocratas defende um Estado com dispêndio elevado, ao passo que os neoliberais defendem um Estado mínimo. Essa parece ser a discrepância e a disputa fundamental entre a “nova esquerda” e o “novo liberalismo”. De um lado, em prol da justiça, a “nova esquerda” abandona o objetivo inicial de abolir o capitalismo e, em vez disso, se contenta em reformá-lo ou “humanizá-lo” por meio de um Estado interventor. Privilegiando a liberdade individual, o neoliberalismo passa a ser a roupagem da “nova direita”, que, acreditando nas benesses do mercado, defende um Estado mínimo.

Couto (2014) destaca que reduzir a dimensão esquerda/direita à maior ou menor intervenção estatal é algo demasiadamente simplificado, visto que alguns intervencionismos podem ser de direita, por exemplo. No caso brasileiro, isso fica evidente, analisado o período

de desenvolvimento do regime militar. Houve intervencionismo, no entanto, este não se demonstrou igualitário, pelo contrário. O crescimento é prioridade e a desigualdade é necessária para a promoção deste e para o bom funcionamento do mercado. Desta forma, o intervencionismo apenas pode ser associado à esquerda em sua vertente igualitária. São condizentes políticas de distribuição de renda, bem como políticas regulatórias que obrigam os agentes privados a promover algum tipo de redistribuição.

Sardenberg (2008) destaca que as diferenças fundamentais entre esquerda e direita se dão na ênfase maior na igualdade ou liberdade. Nesse sentido, toda política que visa à igualdade é de esquerda ou predominantemente de esquerda. Por outro lado, a direita visa a proteger a liberdade e o direito individual. Dessa maneira, o liberalismo tolera as desigualdades para não ferir a liberdade individual, ao passo que a esquerda aceita restringir a liberdade do indivíduo, em nome da igualdade social. Safatle (2013), de acordo com essa concepção, afirma que o que há de mais decisivo no pensamento de esquerda é a defesa radical do igualitarismo. Tal defesa traz orientações bastante claras sobre questões no campo social e econômico. Por outro lado, o pensamento conservador desqualifica essa centralidade, propondo que a diversidade de talentos e de capacidade de engajamento deve ser respeitada. Nenhuma pessoa sensata deveria ser contrária à meritocracia e à recompensa pelo empreendedorismo.

Em síntese, em se tratando de ideologias clássicas, haveria uma esquerda reformada, que busca humanizar o capitalismo, por meio de um estado interventor. A direita, como consequência da crença de um mercado autorregulado, defende um Estado mínimo. As políticas públicas para a "nova esquerda" refletem uma real possibilidade de dar conta da desigualdade de oportunidades, a que parcela significativa da população está submetida. A direita, por sua vez, acredita e defende políticas focalistas.

Além de temas como a pobreza e as diferentes concepções sobre desigualdade apresentadas por Bobbio (1995), é possível constatar que outros temas têm relação com essas divergências, embora não seja algo tão óbvio. Um deles é a divergência em relação às causas e forma de superação da criminalidade. Se de um lado a criminalidade pode ser vista em grande medida compreendida como fruto de escolhas dos indivíduos, por outro, ela pode ser compreendida como decorrência de um contexto social perverso, ou seja, fruto de uma patologia social. Como expõe Souza (2009), a controvérsia fundamental se dá entre os que privilegiam a responsabilidade individual pelas próprias ações, não

culpando a sociedade e vitimizando o criminoso, e os que acreditam que precondições, não só materiais, mas também simbólicas, explicam em grande parte como grupos constroem-se e reproduzem-se como bem sucedidos ou fracassados desde o berço. A direita optaria por defender o primeiro argumento, ao passo que a esquerda, ao negar essa premissa, tenderia a achar mais coerente o segundo. Essas diferentes compreensões explicam os posicionamentos sobre, por exemplo, a defesa ou não da redução da maioridade penal. A direita, enfatizando a culpabilização exclusiva dos agentes transgressores, defenderia essa iniciativa, ao passo que a esquerda, ressaltando o caráter social do crime, consideraria estratégias dessa natureza bastante restritivas. De forma bastante simplificadora e para fins didáticos segue uma tentativa de sistematização de algumas diferenças da esquerda e da direita.

Quadro 1 - Divergências em relação a temas ligados as ideologias clássicas

Esquerda	Direita
A intervenção econômica deve dar-se sempre que se julgar necessário (KEYNES, 1985).	O Estado deve abster-se de questões econômicas, já que o mercado se autorregula, como se houvesse uma "mão invisível" orientando esse processo (SMITH, 1982).
A pobreza se dá, sobretudo, por desigualdade de oportunidades. Enquanto problema social, pode ser enfrentada via programas sociais ou superação da ordem, no caso de uma esquerda mais radical (SOUZA, 2009).	A pobreza, quando atacada, deve dar-se de forma focalizada e limitada. Auxílios “exagerados” podem levar à acomodação e ao declínio da “ética do trabalho” (OLIVEIRA, 2003).
A criminalidade pode ser explicada, essencialmente, pela inserção em um contexto social que oferece desigualdade de oportunidades (SOUZA, 2009).	A criminalidade, em grande parte, é responsabilidade dos indivíduos (SOUZA, 2009).
A carga tributária deve ser extensiva para financiar o Estado e oferecer serviços de qualidade para os que precisarem (COUTO, 2006).	Os tributos são maléficos, pois sobrecarregam as empresas e desfavorecem o crescimento econômico (MORAES, 2002; OLIVEIRA, 2003).
Defesa de uma ampla legislação trabalhista que normatize o mundo do trabalho (COUTO, 2006).	O mercado de trabalho deve ser desregulado, visto que o mercado autorregula as relações de trabalho (OLIVEIRA, 2003).
Os serviços, sobretudo aqueles	Buscando diminuir o tamanho do

estratégicos, devem ser oferecidos pelo Estado (AGGIO, 2013; SETEMBRINI, 1997).	Estado, uma boa estratégia é passar para a iniciativa privada serviços que são estatais - privatização (MORAES, 2002; OLIVEIRA, 2003).
---	--

Fonte: elaborado pelo autor.

O quadro 1, mesmo que sucinto, tem o intuito de dar uma noção de questões clássicas que diferenciam esquerda e direita. Essa configuração permite aferir que, quanto às ideologias clássicas, trata-se de divergência em relação à intervenção social e econômica. As divergências em relação ao "melhor" modelo econômico têm um papel preponderante nesse sentido estrito de ideologia e suscitam uma série de questões: Qual o alcance dessa dimensão hoje? Qual o grau de independência dos "novos" temas ou em que medida são adornos das ideologias anfitriãs? A resposta a essas questões se faz pertinente, dados os "novos" temas que dividem a opinião pública e os agentes políticos em tempos recentes.

2.3 VELHAS IDEOLOGIAS CEDEM LUGAR À NOVAS?

Como aponta Heywood (2010a), no cerne das mudanças que estamos presenciando, está a transição das sociedades industriais para as pós-industriais. Nas sociedades industriais, as divisões de classes eram relativamente mais claras, por exemplo, o que contribuía para a estruturação do processo político, sistema partidário, competição entre grupos de interesse e o próprio debate ideológico. Já as sociedades pós-industriais são diferentes em vários aspectos. As questões eminentemente materiais ou de sobrevivência se tornam secundárias para uma proporção cada vez maior da população. Em condições mais prósperas, os indivíduos manifestam maior interesse por questões "pós-materiais". Estão presentes temas como igualdade entre os sexos, paz mundial, harmonia racial, proteção ambiental e direitos dos animais.

O célebre defensor do chamado pós-materialismo é Inglehart (1977). Segundo ele, haveria, após a segunda metade do século XX, uma lenta e gradual mudança de um amplo espectro de valores humanos. Tais mudanças representariam modificações profundas no mundo do trabalho, no campo religioso, nas relações de gênero, nas orientações sexuais e na atividade política. Em tempos de escassez, os seres humanos tenderiam a priorizar objetivos relacionados ao desenvolvimento material e colocariam em segundo plano questões transcendentais, subjetivas ou de longo prazo. Em tempos de mudanças

socioeconômicas significativas, que caracterizariam as sociedades pós-industriais, haveria como decorrência mudanças significativas nas prioridades individuais. Questões econômicas perdem espaço e dão lugar a um esforço diferenciado para maximizar o bem-estar no mundo contemporâneo. Em suma, depois de alcançada a segurança material, dá-se espaço a questões pós-materialistas, como qualidade de vida em seu sentido amplo, preservação ambiental, possibilidade de autoexpressão, dentre outras.

Diante do que foi exposto anteriormente, vale enfatizar que o termo materialista se refere à orientação de indivíduos que predominantemente priorizam metas relacionadas com a segurança física e econômica. O pós-materialismo, por sua vez, está relacionado à priorização de outras metas, como necessidades sociais, estéticas ou intelectuais. Desse modo, os pós-materialistas não são não-materialistas, nem anti-materialistas. O termo designa apenas um conjunto de metas que são buscadas depois de alcançada a segurança material e apenas porque ela foi alcançada. Decorrentes desta afirmação, surgem algumas hipóteses: os valores pós-materialistas têm se destacado em sociedades mais ricas; nos países que experimentam períodos extensos de prosperidade se evidenciam diferenças significativas entre jovens e velhos e; as diferenças geracionais serão maiores quanto maiores forem as taxas de crescimento econômico em cada nação (INGLEHART, 2001).

Para medir a adesão das pessoas aos chamados valores pós-materialistas, Inglehart e seus colaboradores se valeram dos dados do *World Values Surveys* (WVS). Trata-se de uma grande investigação sobre mudanças socioculturais, conduzida por cientistas sociais de mais de 80 países. As coletas de dados têm se repetido desde o início da década de 1980. Inglehart (1977; 2001) buscou fazer uma radiografia dos valores dos cidadãos em vários países da Europa Ocidental. A partir de uma série de objetivos sociais apresentados por um entrevistador, classificou as pessoas como materialistas ou pós-materialistas. Na sua primeira versão, constavam quatro questões, duas ligadas a questões materialistas e duas a questões pós-materialistas. A partir das prioridades elencadas, os cidadãos foram classificados como materialistas, pós-materialistas ou mistos.⁹ Mais tarde, Inglehart

⁹ Os quatro pontos apresentados eram: 1) manter a ordem da nação; 2) combater o aumento de preços; 3) dar às pessoas mais voz em decisões importantes do governo; e 4) proteger a liberdade de expressão. Os dois primeiros dizem respeito a questões materialistas, enquanto os dois últimos pós-materialistas.

expandiu a bateria de perguntas para doze. No entanto, a base teórica permaneceu a mesma. A tese central de Inglehart é a de que o nível de pós-materialismo entre os cidadãos deve aumentar ao longo do tempo, sobretudo em jovens da classe média e aqueles mais escolarizados. A segurança econômica, segundo ele, propicia a possibilidade de ser dada ênfase a valores pós-materialistas.

Ribeiro (2011) busca compreender como se dá a aderência aos valores pós-materialistas no Brasil. Deu ênfase aos valores tradicionais *versus* seculares/rationais e nos valores de sobrevivência *versus* os de autoexpressão. Nos dois anos em questão (1991 e 1997), percebeu-se nitidamente a emergência dos valores tradicionais. Esse posicionamento tradicionalista, em grande medida, pode ser explicado pelo grande papel que a religião desempenha a nível nacional. Uma das variáveis utilizadas para compor o índice era o grau de importância atribuída a Deus, por exemplo. Já em relação à oposição entre valores de sobrevivência e de autoexpressão, a situação é bastante diferente. No segundo período analisado, houve um crescimento significativo da autoexpressão. Dessa maneira, no Brasil, há uma adesão aos valores de autoexpressão, porém não os relacionados à secularização.¹⁰

O novo cenário fluido proposto por uma gama significativa de autores tenta expor a complexidade de um tempo em que as divergências e os antagonismos vão além do mundo material, bem como da concepção do "melhor" Estado possível. Autores como Heywood (2010b) e Rosas e Ferreira (2013), diante desse cenário, optam por falar em “velhos” e “novos” temas, opção escolhida neste trabalho.

Smith, citado por Mair (2007), ressalta a plasticidade da dimensão esquerda-direita, a capacidade desses termos acomodarem novas questões e novos padrões de competição. Segundo Heywood (2010a, p. 28),

[...] há ideologias "grossas" ou "finas" conforme o alcance de sua estrutura conceitual. Enquanto o liberalismo, o conservadorismo e o socialismo baseiam-se num amplo e característico conjunto de valores, doutrinas e crenças, o anarquismo e o feminismo, por exemplo, são mais "finos", tendo em geral um caráter "transversal", visto que incorporam elementos de tradições ideológicas mais "grossas". Isso também explica o porquê das

¹⁰ Apresenta uma análise a partir de duas pesquisas conduzidas pelo projeto WVS no Brasil em 1991 e 1997.

confusões e debates sobre se o nacionalismo e o multiculturalismo são ideologias por si sós ou apenas "adornos" de outras ideologias "anfitriãs".

Se é fácil constatar o quanto as ideologias se metamorfoseiam com o tempo, a grande dilema está em saber quais delas são "braços" das primeiras ou então novas questões e, por isso, independentes. Heywood (2010a; 2010b) busca apresentar as principais ideologias clássicas, assim como as "novas" ideologias. Estas últimas, segundo ele, diferem das "clássicas" por várias razões, sendo três as principais diferenças. Em primeiro lugar, houve uma mudança de enfoque da economia para a cultura. Ideologias como o liberalismo e o socialismo, por exemplo, ocupavam-se primordialmente de questões de organização econômica. As "novas" ideologias, diferentemente, estão mais interessadas na cultura do que na economia. Valores, crenças e estilos de vida das pessoas sobrepõem-se à busca por conforto econômico ou justiça social. Em segundo lugar, o termo classe social passa a dar lugar à identidade. Falar em identidade é vincular o pessoal ao social. Não se nega o contexto cultural, social e ideológico, ao mesmo tempo em que se leva em consideração a possibilidade de escolha e autodeterminação (individualização). Por fim, o universalismo dá lugar ao particularismo. As novas ideologias, diferentemente das ideologias clássicas, enfatizam fatores como gênero, cultura, etnia. Ganha destaque a "política da diferença" e declina a política da emancipação universal. A partir dos anos 1960, o panorama ideológico passa por transformações importantes. Não só ocorreriam mudanças nas ideologias bem estabelecidas ou "clássicas", como também surgiria uma série de "novas" tradições ideológicas. Podem ser consideradas novas, pois deram notoriedade sem precedentes a certas áreas do debate ideológico. Segundo ele, as mais significativas são o feminismo, o ecologismo, o fundamentalismo religioso e o multiculturalismo. Cada uma, a seu modo, ressaltou o quão fragmentado passa a ser o debate ideológico. Na sequência, serão apresentados esses "novos" temas e a relação com as velhas categorias esquerda e direita.

O ecologismo, enquanto ideologia política, parte do princípio que a natureza é um todo inter-relacionado, incluindo os seres humanos, não humanos e objetos inanimados. Os ecologistas adotam, assim, uma perspectiva ecocêntrica ou biocêntrica, priorizando a natureza ou o planeta, em distinção às perspectivas antropocêntricas, centradas no homem. Nesse contexto a preocupação com a questão ambiental é alvo de divergências por parte das ideologias clássicas. Elas divergem em

relação às origens da crise ecológica contemporânea e de como dar conta da problemática ambiental (HEYWOOD, 2010b).

Cunha e Guerra (2003) afirmam que o grande dilema político-ideológico, no que diz respeito ao enfrentamento da questão ambiental, passa pelas respostas a algumas perguntas como: quais as melhores instituições para a regulação do uso e acesso aos recursos naturais? É possível conciliar intervenção do poder público e autorregulação? Mecanismos de mercado podem auxiliar o controle da exploração dos recursos naturais? O modo de responder tais questões denota divergências importantes em relação ao papel do Estado na proteção ao meio ambiente e na regulação do uso dos recursos naturais. Em se tratando de exploração dos recursos naturais, a regulação do Estado passou a ser defendida como solução para dar conta da contradição entre os interesses individuais e os interesses coletivos, entretanto, a maior divergência está no quanto os mecanismos de mercado poderiam fazer o enfrentamento aos problemas sociais de forma exclusiva ou pelo menos complementar. Os inúmeros certificados ambientais ou selos verdes seriam exemplos de mecanismos privados de regulação ou autorregulação. Como aponta Sachs (1986), para esse segundo grupo, a política ambiental estatal é percebida pelos interesses privados como um empecilho. São custosas e uma ameaça ao crescimento econômico.

A partir deste ponto de vista a direita tem um enfoque claramente desenvolvimentista aliado à boa administração dos recursos naturais. A natureza é tida como um recurso para satisfazer as necessidades humanas. Por isso, raras vezes questiona o domínio humano sobre ela. Já para a esquerda, este enfoque é passível de crítica, visto que pode ser considerado reducionista ao ignorar aspectos qualitativos da relação entre homem e natureza. Nessa perspectiva, a crise ambiental pode ser entendida como consequência de uma forma ideológica racionalizadora, que produz e reproduz um estilo insustentável de desenvolvimento.¹¹

De forma ilustrativa, pode-se citar o atual debate sobre a reforma do código florestal brasileiro. Ao menos em teoria, a direita (ruralistas) tenderia a defender o agronegócio e restrições mais amenas, ao passo que a esquerda (ambientalistas) proporia maiores restrições e punições mais severas ao descumprimento da lei. O primeiro grupo

¹¹ Melo (2006) e Montibeller-Filho (2010) são exemplo de autores que fazem uma crítica de esquerda sobre a problemática ambiental. Para ambos a crise ambiental, antes de qualquer coisa, tem sua raiz na crise social (civilizatória), na relação patológica entre homem e natureza.

consideraria que a legislação vigente é um entrave para a produção, ao passo que o segundo veria uma importância significativa deste aparato legal para o controle do desmatamento e dos custos ambientais.

Heywood (2010b) chama de fundamentalismo religioso a ideia de um movimento ou projeto político-religioso, isto é, a defesa de uma sintonia ou complementaridade entre religião e política. A religião apresenta concepções "mundanas" e por isso pode ser considerada como base da política. O fundamentalismo, em sua essência, pode ser considerado uma tendência a reconhecer determinados princípios como "verdades", o que o faz virar as costas para o mundo moderno. O autor destaca que o termo "fundamentalismo" é rejeitado pelos seus seguidores, por considerarem-no simplista e degradante. Preferem definir-se como "tradicionalistas", "conservadores", ou em alguns casos, como "evangélicos". Em se tratando de temas de cunho moral, parece fazer mais sentido falar em tradicionalismo ou conservadorismo, visto que a fonte dessas visões podem ser outras que não a religião, além de que o termo fundamentalismo, em si, pode estar relacionado a uma série de temas que extrapolam a dimensão religiosa.

Como aponta Bobbio, Matteucci e Pasquino (2010), de um modo geral, o termo conservadorismo está relacionado a ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político, opondo-se a forças inovadoras. No seu uso comum, opõe-se ao "progressismo", este representando uma visão otimista quanto ao aperfeiçoamento e desenvolvimento da civilização humana e do indivíduo. Ambos os termos representam complexas tendências da história ocidental.

O conservadorismo clássico diz respeito de uma corrente de pensamento surgida na Inglaterra, no final do século XVIII, e tem como um dos principais representantes Edmund Burke. Incentivou a resistência à Revolução Francesa, segundo ele, pautada em uma atividade racional, que não dava conta da complexidade das coisas. Ao deixar de lado tradições e costumes sociais e negar emoções e convenções, ela seria uma ameaça às instituições, inclusive as boas (BURKE, 2014).

Para Quadros (2014), por ser um termo com significado bastante plural, seria mais prudente falar em conservadorismos. O advento de infinitos rótulos, como "conservadorismo reacionário", "conservadorismo liberal" e "neoconservadorismo", não surpreende. No presente trabalho, optou-se por falar em neoconservadorismo. Para o autor, trata-se de sua mais recente manifestação e com origem em terras norte-americanas. Suas ações mais consistentes dos considerados neoconservadores ficam evidentes nas publicações do *National*

*Review*¹², movimento que ganha força na década de 1970. Tem foco claro no anticomunismo e principalmente é tradicional nos temas ligados à moralidade. A ênfase maior está nos costumes, e por estratégia ou convicção, potencializa demandas da direita religiosa.

Souza (2015) afirma que, para efeitos de uma periodização metodológica e provisória, o conservadorismo clássico pode ser identificado entre 1789 e 1914, vai da Revolução Francesa até o início da Primeira Guerra Mundial. O autor se debruça sobre as novas características que o sistema de ideias conservador adquire na atualidade. Se o conservadorismo clássico pode ser caracterizado como uma reação ideológica e política aos avanços da modernidade, o neoconservadorismo se particulariza por outros aspectos. Diferencia-se em quatro pontos fundamentais:

- (i) Eles dificilmente assumem uma filiação teórica ou tradição ideológica, considerada pejorativamente como dogmas; (ii) diferente dos primeiros conservadores, os contemporâneos valorizam o presente e não são nostálgicos de formas sociais passadas; (iii) aproximam-se do pragmatismo, ou, no mínimo, de um acentuado empirismo, na medida que valorizam “o possível”, a situação dada tal como se apresenta; (iv) atualmente, conservadorismo não significa oposição a qualquer tipo de mudança, mas a determinados tipos específicos de mudança [...]
- (p. 11).

Em relação ao processo de individuação, o conservadorismo atenta à centralidade das tradições, consideradas centrais para a inserção do indivíduo na sociedade. Se uma tradição está viva e atuante, é sinal de que deveria preservá-la. Várias ideias do neoconservadorismo têm contato com o discurso de direita, embora não haja uma identidade direta entre ambos (SOUZA, 2015).

Castello-Branco (2013) aponta que é essencial ao conservadorismo político, em todas as suas nuances, a ideia de nação, entendida como um espaço familiar amplo. Não é à toa que o conservadorismo político, enquanto ideologia política, começa a ter estreita ligação com os nacionalismos. Para Koysis (2014), o

¹² Revista fundada em 1955 e desde então se consolidou como importante instrumento de disseminação das ideias conservadoras nos Estados Unidos.

conservador busca preservar o que se tem, ao acreditar que as mudanças em determinadas esferas provocam perdas inevitáveis e que dificilmente poderão ser substituídas. “O que faz de alguém um conservador é a forma de lidar com a tradição e com a mudança no contexto da comunidade humana em desenvolvimento” (p. 92). No mundo ocidental, segundo ele, a maior parte dos conservadores são cristãos, em algum sentido, por duas razões fundamentais: a primeira porque tendem a acreditar que os ensinamentos do cristianismo são verdadeiros, e segundo porque, querendo ou não, o cristianismo faz parte do legado cultural do Ocidente. Para os conservadores cristãos, a questão da veracidade da fé é secundária, diante da utilidade social dos ensinamentos éticos da religião cristã.

Nesta mesma direção, Coutinho, Pondé e Rosenfield (2013) apontam que a formação moral das pessoas independe do governo. Esta deve ficar a cargo de infinitas associações, feita por elas durante séculos (família, religião etc.). Esta é, segundo os autores, a principal virtude do pensamento conservador: o problema do homem é moral e só secundariamente político. A negação disso sempre serviu à esquerda para se liberar da responsabilidade moral. É este um traço “mau caráter” da esquerda. A esquerda, por outro lado, como aponta Burity (2008), vê com desconfiança a presença religiosa na esfera pública. Fere a laicidade do Estado, introduz uma lógica particularista ao invés de privilegiar o interesse de toda a sociedade: reforça as diferenças ao invés do pluralismo.

É chamada de “nova direita cristã” uma ampla coalizão de grupos essencialmente preocupados com questões morais e sociais e que procuram restabelecer uma “cultura cristã”. No caso brasileiro, Marco Feliciano (PSC/SP) e Jair Bolsonaro (PP/RJ) passam a ser representantes de um grupo que, em nome da defesa da família, abomina tudo aquilo que, direta ou indiretamente, fere a tradição, o discurso religioso, justificando, assim, iniciativas como propor uma “cura gay” ou o combate ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. São temas vinculados a esse ideário ainda a não aceitação do aborto e da legalização da maconha. Nas palavras de Almeida (2001), para a direita, a homossexualidade não é bem vista, já que abala os valores que regem a vida social. Para a esquerda, ao contrário, os direitos dos homossexuais devem ser reconhecidos, visto que suas opções sexuais não causam danos a terceiros.

Uma das lutas recentes encampadas por vários movimentos sociais é o feminismo. Para Heywood (2010b), o termo “feminismo” é uma invenção do século XX. No seu uso moderno, é associado ao

movimento feminino e à tentativa de fortalecer o papel social da mulher. Parte de dois princípios básicos: o de que as mulheres vivem em desvantagem por serem mulheres, e o segundo, decorrente do primeiro, o de que essa desvantagem pode e deve ser abolida. A esquerda encamparia essa luta, visto que em nome da igualdade, estaria disposta a buscar efetivar esse ideal. Para Rodrigues (2013), as relações de gênero constituem um eixo estruturante das desigualdades. O feminismo faz o resgate das relações na esfera privada, se debruça sobre as relações de poder tanto quanto as relações de trabalho ou relações políticas institucionalizadas. Esse movimento traz para a agenda política a importância de se atuar no sentido de minorar e superar as desigualdades de gênero e que, no fim das contas, acabam por ser responsáveis por impedir o pleno desenvolvimento e realização das capacidades e potencialidades das mulheres.

Segundo Heywood (2010b), a direita tenderia a considerar natural e inevitável o patriarcado. Defende um homem "público" e uma mulher "particular". Dito de outra forma, as mulheres nasceram para ser esposas e mães. Na melhor das hipóteses, segundo ele, os conservadores argumentam que apoiam a igualdade social, visto que as responsabilidades familiares são tão importantes quanto os deveres públicos dos homens. Seriam as mulheres, então, "iguais, mas diferentes". Como se pode notar, parece fazer sentido supor que o feminismo está relacionado ao conservadorismo, levando em consideração o apego à tradição como marca de uma distinção "natural" entre homens e mulheres.

Um dos "novos temas" mais proeminentes, segundo Heywood (2010b) e Dalton, Farrell e McAllister (2011), é o multiculturalismo. Para Fernandes (2016), é só no início dos anos 70 que o termo multiculturalismo passa a ser oficialmente instituído de forma praticamente simultânea no Canadá e na Austrália, referindo-se a políticas públicas que visem a valorizar e promover a diversidade cultural. Trata-se de um processo que teve a sua origem na necessidade ou exigência de reconhecimento, a ações em prol de grupos minoritários ou subalternos. Segundo Heywood (2010b), este é muito mais uma arena de discussão do que uma ideologia em si. Agrupa divergências em torno das consequências da crescente diversidade cultural e a possibilidade da diversidade dentro da unidade. O denominado multiculturalismo ressalta a importância da cultura em detrimento da "natureza". Essa preocupação justifica a importância de temas como etnicidade e idioma.

De acordo com Fernandes (2016), não se pode esquecer que há modelos multiculturais diferenciados e com contornos eminentemente políticos. Dentre eles, destacam-se o modelo liberal clássico e o modelo multicultural maximalista. O modelo liberal clássico deriva da teoria política liberal clássica, enquanto o outro tem suas raízes ideológicas nos anos 60 e na chamada “nova esquerda”. O primeiro opera uma distinção importante entre esfera pública e privada e a vida coletiva. O espaço público é, por definição, neutro e homogêneo. As diferenças não são negadas, entretanto, são confinadas ao interior do espaço privado, complementar e subordinado ao espaço público. O outro modelo reconhece o papel central das dimensões étnicas e culturais, sendo os fatores culturais, religiosos ou identitários não subordinados à cidadania, mas definidores do indivíduo e a sua pertença ao grupo.

De maneira semelhante, Heywood (2010b) fala em formas de multiculturalismo com posturas ideológicas diferenciadas. Enfatiza o multiculturalismo liberal e o que chama de pluralista. O primeiro considera menos relevantes fatores como raça, cultura, religião, gênero e etnicidade. O aval dado à diversidade cultural é limitado, já que a liberdade e a autonomia pessoal devem ser preservadas. Já o multiculturalismo pluralista defende, de forma mais enfática, uma política da diferença. O pluralismo, no sentido ampliado, é a crença na diversidade. Normativamente, sugere ser esta saudável e desejável. Mais do que isso, busca a distribuição de poder político, isto é, que este seja distribuído de maneira ampla e uniforme. No geral, os diferentes modelos de multiculturalismo oferecem distintas visões sobre o adequado equilíbrio entre diversidade e unidade.

A partir de Fernandes (2016) e Heywood (2010b), é notória a distinção entre esquerda e direita, no que diz respeito ao multiculturalismo. A esquerda, em nome da defesa dos direitos multiculturais ou das minorias, defenderia uma discriminação “positiva” para assegurar igualdade. Recusa a premissa de que a diversidade gera conflito ou instabilidade. A direita, pautada nos princípios do liberalismo político, vê o multiculturalismo e a diversidade com ressalvas, pautada na crença central de que valores compartilhados e uma cultura comum são pré-requisitos necessários para o bom andamento da sociedade.¹³

¹³ Coutinho, Pondé e Rosenfield (2013) apontam os perigos do que chamam de “valores secundários”. Kekes, citado por eles, propõe um certo reservatório de valores e tradições que devem ser estimados em um universo pluralista. O

Uma discussão recente no Brasil, que se encaixa nessa categoria e que demonstra um campo de disputas fervoroso, é a defesa ou abominação do sistema de cotas para afrodescendentes nas universidades. Guimarães (1999) afirma que discutir políticas de ação afirmativa passa pelo debate e confronto entre duas perspectivas predominantes e relacionadas às categorias esquerda e direita. A esquerda aceitaria o tratamento de modo diferenciado e privilegiado de indivíduos pertencentes a grupos que sofrem ou sofreram discriminação. Ter-se-ia a defesa das ações afirmativas enquanto políticas compensatórias e uma forma de discriminação positiva para amenizar uma desigualdade histórica de oportunidades. Questiona as noções de individualismo e mérito o que, segundo ela, não passaria de uma fachada ideológica para mascarar uma prática corriqueira e sistemática de opressão e exploração de grupos marginalizados. A direita, por sua vez, privilegia a responsabilização individual pela posição social que ocupam. Dito de outra forma, se há algum grupo, seja ele racial, étnico, religioso, sexual, em desvantagem em qualquer sociedade, tal desvantagem pode ser explicada em grande parte pelas características individuais dos membros. Nesse sentido, qualquer interferência estatal em matérias dessa ordem não é desejada.

O quadro 2 sintetiza as principais divergências em relação às ações afirmativas, nas quais o sistema de cotas se insere.

Quadro 2 – Argumentos no debate brasileiro sobre ações afirmativas

CONTRA	A FAVOR
Significam o reconhecimento de raças e distinções de raças no Brasil e isso contraria o credo brasileiro de que somos um só povo, uma só nação.	Raça é um dos critérios reais, embora não declarados, de discriminação, utilizados em toda a sociedade brasileira: para combatê-lo é mister reconhecer sua existência.
Não se pode discriminar positivamente no Brasil, porque não há limites rígidos e objetivos entre as raças.	Esses limites não existem em nenhum lugar; o que conta na discriminação tanto positiva quanto negativa é a construção social da raça (identificação racial)
Medidas universalistas teriam o mesmo efeito.	Medidas universalistas não rompem os mecanismos inerciais de exclusão.
Não há na sociedade brasileira consenso sobre a desigualdade social	Tais políticas poderiam ajudar a legitimar esse consenso.

detrimento dos “valores primários” em nome dos “secundários” pode gerar uma espécie de paralisia agônica.

provocada por diferenças de cor e raça.	
Reforçariam práticas de privilegiamento e de desigualdade hierárquica.	Teriam o efeito contrário: ao inverter a desigualdade, poriam a nu o preconceito.
Ferem os direitos constitucionais daqueles que passam a ser excluídos em consequência de sua aplicação.	Não há base legal para demonstrar a inconstitucionalidade de políticas de ações afirmativas.

Fonte: Adaptado de Guimarães (1999).

Mesmo sendo uma discussão extremamente complexa, de forma bastante simplificada é possível afirmar que a esquerda, em nome de uma suposta exclusão histórica e uma rotulação imposta pela cor, defende com maior vigor as ações afirmativas e o sistema de cotas ao concebê-las como estratégias compensatórias para dar conta de uma ainda velada discriminação racial. A direita, diferentemente, tende a minimizar a discriminação racial. O sistema de cotas, por essa ótica, seria um instrumento perverso, por ser um desestímulo ao empenho pessoal, acarretar a estigmatização dos grupos privilegiados e, essa sim, ser uma discriminação sem precedentes. Nesse sentido, "sob vários aspectos, o multiculturalismo pode acabar sendo a grande ideologia do século XXI" (HEYWOOD, 2010b, p. 113). Segue um quadro-síntese com o propósito de didaticamente demonstrar o posicionamento da esquerda e da direita sobre alguns “novos” temas presentes no cenário atual.

Quadro 3 - Divergências em relação aos “novos” temas

Esquerda	Direita
Descriminalização do aborto.	Aborto ilegal.
Liberação do uso da maconha.	Uso ilegal da maconha.
Legalização da união entre pessoas do mesmo sexo.	Proibição da união matrimonial de duas pessoas do mesmo sexo.
Defesa de ações afirmativas para grupos considerados desprivilegiados.	Ações afirmativas tidas como medidas discriminatórias.
Prioridade para a problemática ambiental.	O uso restrito da natureza impede o crescimento econômico.
Tendência ao liberalismo, em se tratando de questões comportamentais.	Tendência ao conservadorismo.

Fonte: Adaptado de Almeida (2001).

O quadro 3 apresenta um panorama bastante geral de algumas questões que dividem opiniões, sem a pretensão de conseguir reduzir a

um quadro o número exaustivo de temas contemporâneos que se fazem presentes. Segundo Rosas e Ferreira (2013), é notória a incapacidade de reduzir uma série de questões que fazem parte do debate ideológico contemporâneo à tradicional clivagem materialismo/pós-materialismo. Princípios libertários como participação democrática, autonomia individual e diversidade social passam a moldar a “nova esquerda”. A defesa do direito de minorias e de igualdade de gênero são bons exemplos de problemas nesse nível. Valores autoritários como reforço à hierarquia, limitações à autonomia individual, em se tratando de temas de cunho moral e restrições sobre a diversidade social e cultural, passam a moldar a “nova direita”.

Dalton, Farrell e McAllister (2011), de forma semelhante à Heywood (2010b), destacam que, historicamente, os termos esquerda e direita estavam ligados a posições contrastantes em relação a questões de bem-estar econômico e social. Um cidadão identificado com o ideário de esquerda apoiaria um papel atuante do governo na economia e serviços sociais mais amplos para assegurar o bem-estar da classe trabalhadora. A direita, distintamente, era sinônimo de defesa de um Estado mínimo, programas sociais modestos e a defesa dos interesses econômicos da classe média. Hoje, no entanto, a dicotomia extrapola essas questões socioeconômicas. Uma série de outras questões entraram na agenda política e passaram a fazer parte do âmbito esquerda e direita. Mais do que isso, para um operário alemão, esquerda pode significar políticas de assistência social, já para um jovem estudante universitário, pode significar proteção ambiental e multiculturalismo.

Ao buscar ir além das ideologias clássicas, é importante ter cuidado no uso de alguns termos que, em se tratando de novas ideologias, podem ter significado distinto, se não totalmente contraditórios. Falar em liberalismo enquanto ideologia de direita, por exemplo, só faz sentido em se tratando da não intervenção social e econômica do Estado, o que infringiria a liberdade individual. Nesse caso, estamos nos referindo ao liberalismo político e econômico enquanto ideologia clássica que prevê a defesa de um Estado mínimo. Em “novos” temas, o chamado conservadorismo, roupagem da nova direita, se sobressairia em relação à defesa da liberdade individual.¹⁴

¹⁴ Autores como Mill (1991) defendem com primazia a autonomia individual. Para ele o Estado não deveria intervir (salvo para resguardar danos a terceiros) na individualidade dos cidadãos. Sardenberg (2008), por sua vez, destaca ser exceção esse tipo de defesa. Cita Milton Friedman, a favor da liberdade individual na economia, mas também na moral e nos costumes. Propõe, dentre

Quando se fala em liberalismo em termos não econômicos, a correlação é invertida. Estamos falando de uma defesa da esquerda. Almeida (2001) deixa claro que na dimensão econômica diminuir a intervenção e regulamentação estatal está associado com ser de direita. O oposto está associado à esquerda. Justamente o inverso ocorre quando tratamos de compreender a ação do estado em relação aos costumes. A punição ou regulamentação de comportamentos sociais e culturais como criminalizar o aborto está associado à direita. A não ação social nesse caso está associada à esquerda. Levin (2014) afirma que a esquerda de hoje exibe claramente uma combinação entre coletivismo e individualismo moral, enquanto a direita um liberalismo conservador. Nas palavras de Heywood (2010a, p. 97),

[...] essa nova direita é como um casamento entre duas tradições ideológicas aparentemente antagônicas. A primeira delas é a economia liberal clássica, [...] uma crítica ao governo “grande” e à intervenção social e econômica). Ela é chamada de nova direita liberal, ou neoliberalismo. O segundo elemento da nova direita é a teoria social conservadora tradicional que enfatiza sobretudo a defesa da ordem, da autoridade e da disciplina. Esta é chamada de nova direita conservadora, ou neoconservadorismo.

Já em relação aos “novos” temas, surgem divergências sobre conceitos-chave. Trajada de uma roupagem conservadora, a direita busca manter a tradição e é contrária a temas como o aborto e a homossexualidade. A esquerda, em nome da liberdade individual e do caráter cultural e histórico subjacente, é favorável a questões dessa natureza. Vale ressaltar a infinidade de temas que atualmente estão na pauta da discussão e que se teria dificuldade de agrupar em uma ou outra categoria.

Para Couto (2014), mesmo em temas não econômicos como orientação sexual, gênero e etnia, o conflito ainda acaba sendo sobre igualdade. A defesa do direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo é igualitária, portanto, de esquerda. O mesmo serve para políticas que pretendem assegurar a mulheres e negros tratamento e

outras coisas a descriminalização das drogas a partir da premissa de que caberia ao indivíduo decidir se quer utilizá-las ou não. O lema é “Estado mínimo” em todos os sentidos.

oportunidades iguais. A reação a tais políticas pode ser classificada como uma posição de direita. Vista por este ângulo, a intervenção estatal continua a ter caráter esquerdista, buscando alterar o que é espontaneamente produzido e alimentado pelo mercado. Políticas que buscam reforçar a condição social desigual de indivíduos e grupos sociais diversos são práticas típicas da direita.

Além deste impasse, se fariam presentes outros, como a possibilidade de estarmos vinculados à esquerda, no que diz respeito ao significado clássico do termo, e nos familiarizarmos com os posicionamentos da direita em relação a “novos” temas. Dando como exemplo a chamada teologia da libertação, poder-se-ia dizer que é uma corrente considerada de esquerda, por estar vinculada ao ideário marxista e pela luta por justiça social. Entretanto, em relação a temas como aborto, homossexualidade, poderia ter uma postura conservadora muito ligada ao “fundamentalismo religioso”.¹⁵

Dos temas propostos por Heywood (2010b), talvez o que esteja mais ligado às ideologias clássicas seja o chamado por ele ecologismo, divergências em relação ao melhor grau de intervenção estatal sobre questões ambientais. Como ainda a questão central refere-se ao intervencionismo, é possível presumir que o problema não se desloca. O mesmo não ocorre quando falamos em feminismo ou mesmo multiculturalismo, temas que até podem pautar o debate atual, entretanto não têm conexão direta com os velhos temas.

Tema pós-materialista e conexo com a polaridade esquerda/direita é o da participação e com significado bastante peculiar no Brasil. Avritzer e Santos (2002) buscam demonstrar a diversidade do que convencionaram chamar de cânone democrático. De forma extremamente simplificada, é possível falar em pelo menos duas grandes concepções concorrentes de democracia, chamadas por eles de “hegemônica” e “não hegemônica”. A concepção hegemônica de democracia evidenciaria a destacada contradição entre mobilização e institucionalização explícita na ideia de Schumpeter, que o cidadão comum não teria capacidade ou interesse político senão para escolher os líderes a quem incumbiria tomar as decisões (concepção liberal ou

¹⁵ Em uma perspectiva pouco usual, para Koysis (2014) o conservadorismo é um tipo diferente de ideologia visto que pode estar associada às demais. Não trata-se de uma ideologia em si, mas uma tendência que se alimenta das demais ideologias. Tal fenômeno poderia ser explicado pela possível independência do conservadorismo em relação às divergências clássicas que dividiram esquerda e direita.

minimalista). Uma segunda concepção, não hegemônica, se ater a aos limites da democracia liberal-representativa e defenderia mecanismos societários de participação. Para além da competição eleitoral, haveria uma preocupação em garantir maior participação e emancipação política. Os mecanismos tradicionais vinculados à noção de democracia representativa dão espaço a uma democracia em sua acepção mais “radical”.¹⁶

No geral, no que tange ao ideário de direita, a democracia é tornada compatível com as exigências do liberalismo. A democracia liberal se desvincula do conceito originário de democracia ao defender o direito ao voto, considerado uma forma privilegiada de participação política. Haveria, então, uma defesa da democracia representativa com todas as suas nuances e aversão a estratégias consideradas “subversivas”. A esquerda, por sua vez, passa sobretudo após o fim dos regimes ditatoriais e com o início do processo de (re)democratização, a ver a democracia como um valor. A busca por ampliação de espaços de participação passar a fazer parte do rol de lutas a serem travadas. A defesa da democracia passa a ser um carro-chefe para a esquerda, sobretudo na sua vertente participativa (SCAVO; BEZERRA, 2016).¹⁷

No Brasil, em particular, um conteúdo importante vinculado às categorias esquerda e direita é o da participação social. Para Silva (2014a), no contexto sócio-político dos anos oitenta, na luta contra o centralismo autoritário do regime militar, avançam estratégias rumo à construção de novas formas de relação entre Estado e sociedade. Nesse contexto, do ponto de vista institucional, a gestão participativa é apresentada não como uma substituta, mas uma complementação ou mesmo ampliação da democracia representativa. Nesse sentido, a redemocratização acaba sendo uma luta encampada pela esquerda e que se evidencia por experiências municipais de gestão participativa, uma aliança entre setores progressivas e o movimento popular.¹⁸

¹⁶ Em linhas gerais é importante destacar que o debate entre democracia participativa e representativa é extenso e polêmico. Tal complexidade fica evidente em autores como Urbinati (2006) e Lavallo e Vera (2011). O que se pretende aqui é simplesmente justificar possíveis diferenças entre partidos de direita e esquerda em relação ao tema.

¹⁷ Para Faria (2010) o fim do socialismo fez com que a esquerda mudasse sua agenda. Passa a defender a “radicalização da tradição democrática moderna”, isto é, a buscar a democratização da democracia liberal.

¹⁸ Atento à realidade brasileira Rodrigues (1987) é um dos autores que enfatiza o que se convencionou chamar de “direita envergonhada”. Grupos políticos e pessoas aptas de um ideário de direita teriam dificuldade de se autodeclarar

Para Koysis (2014), deve-se ter cuidado em utilizar as categorias esquerda e direita, visto que elas dizem respeito a temas em voga em determinada época, ou seja, não têm um sentido único e por isso não podem ser universalmente aceitas. Outro equívoco para o autor é compreender o aspecto esquerda-direita como algo unidimensional, visto que prioriza necessariamente determinado critério de avaliação em detrimento de outro. Ele se pergunta:

Por que focar tão obsessivamente a distribuição de recursos econômicos? Por que não analisar as ideologias em termos de suas atitudes em relação à dimensão do poder do governo? Ou em termos de liberdade versus autoridade? Ou diversidade versus unidade? Ou democracia versus aristocracia? (p. 44).

Segundo autor, pode-se empregar diversas matrizes em um modelo multidimensional muito mais adequado. O fato é que muitas são as clivagens possíveis em tempos atuais. Independentemente de serem de ordem social, política ou cultural, o que não se pode negligenciar é sua perspectiva dinâmica. As divisões dentro da sociedade refletem valores e identidades específicas e normalmente encontram respaldo organizacional, seja por meio de um partido político, sindicato, igreja, ou alguma outra instituição. Novas questões e preocupações podem dar vida a clivagens dormentes (MAIR, 2013). Isso pode justificar a sobrevida da terminologia esquerda e direita hoje e, além do mais, seu fortalecimento ao invés da previsão recorrente de um término eminente.

2.3.1 Esquerda, direita e pós-materialismo

Questão importante é saber em que medida as questões pós-materialistas fazem parte do repertório de partidos de esquerda e direita. Charnock e Ellis (2004) se propõem a analisar a política eleitoral australiana a partir da dimensão esquerda e direita e, mais do que isso, analisando o peso de questões materialistas e pós-materialistas. Baseados em um índice do que chamam de “atitudes pós-modernas”, construído a partir das respostas a 23 perguntas sobre temas como meio ambiente, imigração, aborígenes e igualdade de oportunidades para mulheres, chegam à conclusão de que cruzando atitudes tradicionais da

como tal visto o caráter negativo da ditadura militar na história recente do Brasil.

esquerda e direita ligadas à esfera econômica com atitudes pós-modernas, há sintonia nessas duas dimensões, o que permite descrever as diferenças entre os partidos políticos australianos nas eleições federais de 1998. Nesse sentido, é possível afirmar que há uma tendência em ter-se uma esquerda pós-materialista e, por outro lado, uma direita menos pós-materialista. Vale ressaltar que o enfoque econômico ainda tem maior peso, sobretudo por essa dimensão fazer mais sentido para os eleitores dos dois maiores partidos australianos.

Atendo-se aos Estados Unidos, Layman e Carmines (1997) apontam que o estudo do pós-materialismo é pouco frequente na Ciência Política norte-americana. Analisando as eleições de 1980 e 1992, sugerem que o pós-materialismo ganha força na população americana e outras clivagens como as baseadas em classes enfraquecem recentemente. Segundo eles, buscar compreender a concepção das orientações culturais é algo mais importante no contexto norte-americano do que simplesmente ter acesso às prioridades propostas por Inglehart. Afirmam ainda que nos Estados Unidos a clivagem cultural mais significativa é aquela baseada na religião, com notável influência na política do país. O Partido Democrata vem cada vez mais estando associado ao liberalismo cultural, enquanto o Partido Republicano se tornou mais culturalmente conservador. O conservadorismo religioso é, em termos de magnitude, um dos temas com maior impacto substantivo na política norte-americana.

A teoria pós-materialista prevê que, além da mudança de valores políticos, os partidos seriam induzidos a melhor incorporar procedimentos democráticos. O aprofundamento dos valores democráticos é um dos mais fortes vetores axiológicos. Para testar essa hipótese, Belchior (2010) analisa os chamados partidos “verdes”¹⁹ em quatro sistemas partidários europeus (Bélgica, França, Alemanha e Luxemburgo).²⁰ De forma geral, o autor destaca que esses partidos normalmente são de esquerda, assim como sugere a literatura. Diferente do que poderia se esperar, nenhuma diferença significativa de apoio à

¹⁹ São chamados de partidos “verdes” os partidos políticos que defendem causas ecológicas e são bastante presentes no contexto europeu.

²⁰ Três são as principais fontes de pesquisa: os estudos de representação europeia, o mapeamento das preferências políticas que fornece uma grande quantidade de informações sobre os manifestos dos partidos políticos, bem como os dados do *World Values Surveys* (WVS), resultado de um esforço de investigadores de 40 países para elaborar um instrumento capaz de mensurar o pós-materialismo a nível internacional.

democracia foi constatada tanto em relação aos deputados como eleitores, comparado a outros partidos, analisando seus manifestos. A premissa básica de que a ecologia e a democracia seriam inexoravelmente ligadas não se confirma no presente estudo.

Se os rótulos de esquerda e direita são defendidos como pistas para a comunicação política e escolha do voto nas democracias ocidentais, Jou (2011) examina a utilidade desta semântica espacial como meio de encapsular clivagens políticas nas democracias do Leste Asiático. Por meio de análise de pesquisas de opinião pública, buscou verificar o posicionamento sobre questões socioeconômicas, religiosas e outros “novos” temas para saber o quanto a dimensão esquerda-direita faz sentido no Japão, Coréia do Sul, Filipinas e Taiwan.²¹ De modo geral, dentro da dimensão intitulada “nova política”, estão temas ligados à questões pós-materialistas, igualdade de gênero, proteção ambiental e ativismo político. Os padrões encontrados nesses países foram comparados com seus dois vizinhos ocidentais: Austrália e Nova Zelândia. Os resultados empíricos mostram que a utilidade do esquema esquerda-direita não se limita a contextos ocidentais. O Japão tem clivagens bem definidas, tanto em questões socioeconômicas como pós-materialistas, o que denota perfis ideológicos bastante claros. O mesmo não ocorre na Coréia do Sul, Filipinas e Taiwan. Nas duas democracias ocidentais, as questões socioeconômicas demonstraram-se mais significativas comparadas a novas questões. A principal distinção está entre as democracias mais antigas e as mais recentes.

Como aponta Thomassen (1999), não há como negar que a dimensão esquerda/direita é um poderoso instrumento de simplificação e comunicação e como tal vem incorporando e absorvendo uma série de conflitos e problemas societários recentes. Fala em questões estruturais, pautadas na clivagem de classe: nacionalização, política de renda, igualdade social, impostos e desemprego. Entretanto, em relação ao sistema partidário holandês, destaca que temas como o aborto sugerem a presença de questões não-estruturais importantes e que descartam a tese de um sistema unidimensional. Ao se debruçar recentemente sobre como se dá a representação política na Holanda, Thomassen (2012) constata que há um “canto cego” nesta discussão. Questiona estudos que se pautam apenas na autolocalização na escala, o que é passível de imprecisão em relação ao seu significado, mas há divergência ou sintonia entre eleitores e representantes sobre temas substantivos. De

²¹ Semelhante a outros estudos os dados desse estudo foram retirados do *World Values Survey* (WVS) durante o período de 1995 a 2001.

modo geral, vem havendo uma crescente congruência política entre eleitores e representantes, entretanto temas como igualdade econômica, aborto, eutanásia, integração europeia e multiculturalismo são pouco consensuais e dificilmente podem ser previstos e incorporados na dimensão esquerda e direita. São questões relativamente novas e os partidos vêm incorporando essas questões no debate apenas nos últimos anos.

Empiricamente, é possível constatar que atitudes de esquerda e direita estão diretamente relacionadas a clivagens políticas existentes e diferentes em cada país. Em Taiwan, essas orientações estão ligadas a divergências em relação à independência do país e às relações com a China. No México, a questão da corrupção e mais recentemente o cartel de drogas são importantes. A variável cultural como igualdade de gênero e tolerância social tem praticamente o mesmo peso da variável econômica e é uma clivagem fortemente relacionada com as posições de esquerda e direita hoje. A variável ambiental tem menor peso. No geral, a dimensão esquerda e direita consegue fazer um bom mapeamento das divergências político-ideológicas, inclusive internacionalmente (DALTON; FARRELL; McALLISTER, 2011).²²

Madeira e Tarouco (2011) ressaltam este componente indispensável na discussão sobre o significado dos termos esquerda e direita: seu aspecto relacional. É indispensável atentar para a agenda política de cada país. As definições variam de país para país e em um mesmo país ao longo do tempo e talvez por isso o debate é tão repleto de controvérsias. Alguns países possuem questões históricas específicas como a identidade nacional no Japão, a religião na Turquia e a questão palestina em Israel.²³ Em relação ao caso brasileiro, Tarouco (2011) e Tarouco e Madeira (2013), afirmam que, se há uma substituição de valores materialistas por pós-materialistas, esta seria uma outra dimensão, sem necessariamente estar relacionada à tradicional dicotomia esquerda e direita.

A partir de uma concepção diferenciada, questão central nessa discussão é o quanto que o posicionamento esquerda/direita é adequado

²² As informações fornecidas pelos autores provêm de uma base empírica oriunda de questionários aplicados em 36 países de 2001 a 2006. As questões foram agrupadas em três grandes dimensões: econômica, ambiental e cultural.

²³ São chamadas de *local policy dimensions* essas questões nacionais que distinguem de forma bastante clara um país do outro. A influência do regime militar brasileiro e a clivagem entre apoiadores e opositores e a ligação com a terminologia esquerda e direita é um exemplo disso.

para diferenciar as posições em relação a temas relacionados a questões pós-materialistas. Mesmo não havendo consenso em relação à essa resposta, com o presente trabalho pretende-se formular hipóteses que sugiram que é possível incluir os posicionamentos sobre diversos temas relacionados a valores pós-materialistas à polaridade esquerda/direita, hipóteses que serão testadas na parte empírica do presente trabalho.

3. CONDICIONANTES DO VOTO: POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO *VERSUS* IDEOLOGIA

Muitas são as variáveis que interferem direta ou indiretamente no comportamento parlamentar. Dentre os inúmeros condicionantes é possível destacar dois: fazer parte ou não da coalizão governista e a ideologia partidária. Diante dessa discussão bastante profícua, o presente capítulo conta com uma breve discussão das atribuições do Congresso Nacional e de algumas características da Câmara dos Deputados para, a partir disso, ser discutido o presidencialismo de coalizão brasileiro e ser feita uma revisão de literatura sobre a relação entre ideologia e comportamento parlamentar aplicada ao caso brasileiro.

3.1 O CONGRESSO NACIONAL E A CÂMARA DOS DEPUTADOS

Dados os objetivos do presente trabalho, faz-se necessário, mesmo que de forma introdutória, apresentar algumas informações relevantes a respeito do Congresso Nacional, sobretudo suas atribuições, bem como algumas peculiaridades do funcionamento da Câmara dos Deputados, dado o delineamento da presente pesquisa.

O poder legislativo federal, como previsto no art. 44 da Constituição Federal de 1988, é exercido pelo Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e Senado Federal (BRASIL, 2004). O Congresso Nacional cumpre a função de representação, e a Câmara dos Deputados é composta por representantes de cada estado, eleitos pelo sistema proporcional, com o limite mínimo de oito e máximo de setenta deputados para cada um deles. São 513 deputados federais, com mandato de quatro anos. O Senado Federal, por sua vez conta com três senadores de cada estado, com mandato de oito anos, renovados de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços. O Senado é composto por 81 senadores. Na maioria das vezes, Câmara e Senado trabalham de forma articulada, de modo que uma Casa (Câmara) funciona como iniciadora e a outra (Senado) como revisora. O sistema bicameral adotado no Brasil prevê a manifestação das duas Casas na elaboração das normas jurídicas. Cabe ressaltar que há situações em que as Casas funcionam de forma independente, dadas as suas competências privativas previstas nos art. 51 e 52 da Constituição Federal (CONGRESSO NACIONAL, 2015).

O regimento interno é o instrumento na qual constam todas as leis, regras e procedimentos com o intuito de determinar a estrutura, a organização e o funcionamento da Câmara dos Deputados. É entendida

como proposição toda matéria sujeita à deliberação da Câmara. Sua função legislativa é exercida por meio de projetos de lei ordinária ou complementar, de decreto legislativo ou de resolução, além de proposta de emenda à Constituição. Os projetos de lei regulam as matérias de competência do Poder Legislativo, com a sanção do Presidente da República. O decreto legislativo está relacionado às matérias de exclusiva competência da Câmara. A resolução tem caráter político, processual, legislativo ou administrativo. Tem-se ainda os requerimentos, as indicações e as propostas de fiscalização e controle. O art. 118 do regimento interno dispõe sobre as emendas, proposições acessórias de outras. Podem ser supressivas, aglutinativas, substitutivas, modificativas ou aditivas.

§ 2º Emenda supressiva é a que manda erradicar qualquer parte de outra proposição.

§ 3º Emenda aglutinativa é a que resulta da fusão de outras emendas, ou destas com o texto, por transação tendente à aproximação dos respectivos objetos.

§ 4º Emenda substitutiva é a apresentada como sucedânea a parte de outra proposição, denominando-se "substitutivo" quando a alterar, substancial ou formalmente, em seu conjunto; considera-se formal a alteração que vise exclusivamente ao aperfeiçoamento da técnica legislativa.

§ 5º Emenda modificativa é a que altera a proposição sem a modificar substancialmente.

§ 6º Emenda aditiva é a que se acrescenta a outra proposição (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015b, p. 64).

No que tange ao processo legislativo, é importante destacar o art. 65 da Constituição. Normalmente, o projeto de lei aprovado na Câmara é revisto no Senado, para daí ser enviado à sanção ou promulgação, caso a Casa revisora o aprovar, e arquivado, caso rejeitar. A exceção são as emendas de projetos, situação em que o projeto volta à Casa iniciadora. A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei para a Presidência da República, que o sancionará ou o vetará, total ou parcialmente (BRASIL, 2004).

A votação completa o turno regimental da discussão. Sendo ostensiva, poderá se dar de forma simbólica ou pelo processo nominal.

Sendo secreta, a votação ocorrerá por meio de urna eletrônica ou cédulas. A maioria das votações se dá pelo processo simbólico, na qual o presidente convida os deputados a favor a permanecerem sentados e proclamará o resultado dos votos. O presidente poderá consultar o plenário, caso haja dúvida quanto ao resultado. Se 6% dos membros ou líderes que representem esse número apoiarem o pedido, poderá haver votação pelo sistema nominal. Poderá ainda ocorrer, quando exigido *quórum* especial de votação e por deliberação do plenário via requerimento de qualquer deputado. A votação nominal ocorre por meio do sistema eletrônico de votos, por meio do qual se tem acesso aos nomes dos deputados votantes e à discriminação dos que votaram a favor, os que votaram contra e os que se abstiveram. A listagem de votação é publicada juntamente com a ata da sessão (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015b).

Figueiredo e Limongi (1995) destacam que as votações nominais são habitualmente precedidas pelo encaminhamento de votação por parte dos líderes, algo regimentalmente respaldado. O líder destaca o posicionamento oficial do partido, ao mesmo tempo que socializa a orientação para a bancada. Pode encaminhar um voto favorável (sim), desfavorável (não), pode liberar a bancada, caso o partido não tenha conseguido consenso, pode comunicar que o partido se encontra em obstrução, a retirada do plenário com o intuito de impossibilitar *quorum* para a aprovação da matéria. É um recurso importante, visto que a matéria pode vir a ser aprovada por quase 100% dos votos válidos, mas ter ainda assim contado com a oposição de vários partidos. Por último, há casos em que o líder não se manifesta. Vale o destaque que o direito regimental de encaminhamento de voto da bancada é restrito aos partidos que possuam bancada superior ou igual a seis centésimos do plenário.

Arnold (1990) pretende pretensiosamente responder às seguintes questões: por que o Congresso frequentemente aprova propostas que servem a interesses específicos ou geograficamente localizados? Por que o Congresso, por vezes, se liberta de preocupações paroquiais e aprova projetos de lei que tratam de interesses difusos? A primeira pergunta é de mais fácil resposta. Os legisladores são eleitos por redutos geográficos e têm uma preocupação natural na forma como programas específicos os afetam. A obtenção de benefícios para os seus distritos cria oportunidades de publicidade e de crédito, indispensáveis para uma reeleição. A segunda pergunta é de mais difícil resposta. Uma possível explicação do porquê o Congresso aprova propostas que servem a interesses mais difusos e gerais é a de que existem temas como

a saúde, por exemplo, que são populares e que não implicam custos diretos a ninguém. O argumento central do autor é de que a busca eleitoral impulsiona os legisladores a apoiar políticas que servem a interesses particularistas e gerais concomitantemente em que é imprescindível compreender as complexas interações entre três atores principais: os cidadãos, os legisladores e os líderes da coalizão, sejam eles da ala governista ou oposicionista.

Para Arnold (1990), nesse contexto, ganha importância o papel dos líderes, que se comportam fazendo um balanço entre o que irá atrair o apoio da maioria dos legisladores, que se posicionam, por sua vez, buscando prever como seus eleitores irão reagir aos seus posicionamentos. Nesse sentido, faz sentido falar em potenciais preferências, visto que a todo momento os legisladores ajustam suas decisões em antecipação à reação dos cidadãos. Como se pode estimar as preferências políticas dos cidadãos? Elas têm relação com dois atributos das políticas: a sua relação custo-benefício, ou seja, quem vai ganhar e quem vai arcar com seus custos, e a cadeia causal que liga um instrumento de política com seus efeitos, quais as reais consequências de uma ação parlamentar. Embora não sejam esses atributos políticos, as únicas coisas que afetam as preferências dos cidadãos, eles ganham destaque na interpretação do autor.

Para melhor entender a relação entre executivo e legislativo, faz-se necessário adentrar as especificidades da fórmula institucional brasileira. Costuma-se chamar de “presidencialismo de coalizão” nosso regime político-institucional, em que o governo se pauta na formação de ampla coalizão para obter maioria. Na sequência, será discutido este tema, para, em um segundo momento, tratar da relação entre ideologia e comportamento parlamentar.

3.2 PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO E A RELAÇÃO ENTRE EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Figueiredo e Limongi (2001) ressaltam que o processo de redemocratização brasileiro é acompanhado de caloroso debate institucional pautado, em essência, por dois pontos principais: o presidencialismo e as leis eleitorais. Nesse debate, surgem previsões de que o presidencialismo tenderia a gerar conflitos institucionais sem precedentes, assim como seria necessário em regime de urgência alterar nossa legislação eleitoral, em vista de um sistema partidário com menor número de partidos. Esse diagnóstico supunha que a nossa fórmula institucional nos “levaria ao pior dos mundos: a explosiva combinação

entre presidencialismo e um sistema pluripartidário baixamente institucionalizado” (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001, p. 19). Excluída a noção unificadora presente no termo “presidencialismo de coalizão”, na Ciência Política destacam-se duas grandes visões a respeito do sistema político brasileiro. Um primeiro grupo defende a tese de que a combinação entre nossa forma de governo com os sistemas eleitoral e partidário produz instabilidade institucional e dificultosa governabilidade. Já no segundo teríamos a defesa de que, analisadas as regras do processo legislativo, os mecanismos institucionais permitiriam governabilidade e estabilidade.

Representando o primeiro grupo, teríamos autores como Mainwaring (1993) e Ames (2003), referências importantes deste enfoque mais pessimista. Mainwaring (1993) é um crítico ferrenho do sistema político brasileiro. Ressalta que a baixa disciplina dos partidos é uma das características mais negativas do nosso sistema político, sendo este considerado pelo autor incapaz de dar sustentabilidade à democracia. Para Ames (2003), as instituições brasileiras funcionam mal. Isso fica claro quando analisados, no caso brasileiro, “o sistema eleitoral, as regras de formação dos partidos, a natureza da presidência da república e a separação de poderes entre o governo federal, governos estaduais e prefeituras” (p. 332). De forma combinada, tais instituições geram uma constante crise de governabilidade.

Power (2015) sistematiza as principais deficiências institucionais apontadas por esta vertente: “fragmentação partidária, conduzindo a um presidencialismo permanentemente minoritário; fraqueza interna dos partidos; sistema eleitoral que inibia a *accountability*; federalismo robusto e um concomitante excesso de atores com poder de veto” (p. 17). Sob essas condições, há que se perguntar se poderia esse presidencialismo multipartidário funcionar no Brasil. De forma geral, a ideia central é que governos presidencialistas multipartidários tendem a não contar com o apoio do congresso e, por isso, a se tornar estáticos. A Constituição de 1988 não atendeu à nenhuma dessas reivindicações. O presidencialismo foi mantido da mesma forma que não houve nenhuma mudança substantiva na legislação eleitoral.²⁴

Semelhante à Ames (2003), Diniz (2005) questiona os estudos baseados somente na taxa de aprovação no congresso. Haveria, segundo

²⁴ O plebiscito de 1993 descartou a opção parlamentarista do cenário brasileiro, da mesma forma que o princípio proporcional e a lista aberta continuam a ser um componente importante para transformar votos em cadeiras legislativas.

ela, uma sobrevalorização do sucesso do executivo ao desconsiderar por exemplo projetos retirados pelo autor, projetos que permanecem em tramitação indefinidamente e, sobretudo, o quanto os projetos encaminhados pelo executivo podem ser diferentes da preferência original ou ainda chegar à votação com tamanhas reformulações que seria mais viável dizer que se tornaram outra coisa. Santana (2013) sugere que, por meio do que se convencionou chamar de “emendamento”, é possível melhor compreender o padrão de interação entre o poder executivo e o legislativo. Do total de propostas legislativas apresentadas pelo executivo, cerca de 60% é aprovada com alguma alteração. O “emendamento” põe em cheque a submissão dos parlamentares ao executivo ou ainda a suposição de que só são enviados ao Congresso Nacional projetos que serão apreciados de forma favorável, dada a capacidade de prever as reações do legislativo. Além de questionar o quanto o sucesso ou o fracasso da agenda presidencial pode ser medido apenas pela mensuração do trâmite final da proposição, aponta que em muitos casos o envio de projetos é parte de uma estratégia em que, não necessariamente, a aprovação é o objetivo central.²⁵

Bezerra (2013a; 2013b) compartilha da mesma tese e demonstra a força do legislativo, dados os mecanismos utilizados pelos partidos de oposição para estabelecer dificuldades para a maioria. Analisado o comportamento parlamentar de 1995 a 2010, evidenciam-se algumas estratégias que conseguem, se não impedir, tornar as negociações mais custosas ao governo. Cita o uso de votações nominais, a obstrução parlamentar, propostas de fiscalização e controle como requerimento de audiência pública, solicitação de investigação, dentre outras. A primeira, votações nominais, são bastante utilizadas para medir o grau de disputa política no Congresso Nacional. A oposição costuma usar essa prerrogativa, haja vista que torna pública a adesão a determinadas políticas, tanto da base aliada como o próprio posicionamento.

No entanto, Power (2015) exalta a existência de uma corrente revisionista pautada em uma visão mais otimista das instituições políticas do Brasil e da governabilidade brasileira. O divisor de águas foi o trabalho de Shugart e Carey, *Presidents and assemblies* (1992). No Brasil, Figueiredo e Limoni foram os primeiros a identificar mecanismos corretivos, a partir da Constituição de 1988. Para

²⁵ A partir do banco de dados do CEBRAP foram analisadas 1156 emendas parlamentares em 135 projetos apresentados, apreciados e sancionados entre 1995 e 2010.

Figueiredo e Limongi (2001; 2007; 2009), as bases institucionais modificadas pela Carta de 1988 trazem inovações pouco levadas em consideração por analistas. Para os autores, os poderes legislativos do presidente da República foram ampliados de forma intensa, assim como os recursos legislativos à disposição dos líderes partidários via regimentos internos das casas legislativas. Há preponderância do Executivo e o Congresso se dispõe a cooperar, votando disciplinadamente. A tese de que teríamos um sistema inoperante, visto que o presidente seria impotente diante de um Legislativo heterogêneo e indisciplinado, é colocada em xeque.²⁶

Em relação ao primeiro ponto, a preponderância do Executivo, os autores apontam que o presidente brasileiro tem o poder exclusivo de iniciar legislação em determinadas áreas. A Constituição brasileira de 1988, por exemplo, confere algumas exclusividades ao Executivo, como no que diz respeito a matérias orçamentárias, ou então tributárias e relacionadas à organização administrativa. Fora isso, consegue, de forma unilateral, forçar a apreciação de matérias em regime de urgência, além de editar medidas provisórias. Estas são um poderoso instrumento dada a alteração imediata de uma situação sem o aval de outra instância. Os comportamentos dos partidos em plenário também mudaram consideravelmente. A coesão partidária, o padrão de formação de coalizões, e o apoio disciplinado dos partidos à agenda encaminhada pelo Executivo são bem mais consistentes do que outrora. Se em governos parlamentaristas o Executivo controla a produção legislativa, o caso brasileiro pode ser classificado como algo próximo a isso. Figueiredo e Limongi (2007) expõe que 83% das leis aprovadas após a promulgação da Constituição de 1988 foram apresentadas pelo Presidente da República. Mais do que isso, 75% de todos os projetos de leis submetidos ao Congresso foram aprovados durante o seu mandato, a grande maioria no mesmo ano em que foi enviado. Esses números demonstram o quanto que o caso brasileiro se assemelha a democracias parlamentaristas.²⁷

²⁶ Figueiredo e Limongi (2001) afirmam que a previsão foi contrariada pelos fatos. “Em média, 89,4% do plenário vota de acordo com a orientação de seu líder, taxa suficiente para predizer com acerto 93,7% das votações nominais” (p. 20).

²⁷ Figueiredo e Limongi (2007) ressaltam que uma exceção foi o governo Collor, período em que houve um número considerável de derrotas no congresso: 14 derrotas em 61 votações. Collor não formou uma coalizão majoritária e em vários momentos contou equivocadamente com a indisciplina do PMDB.

No que diz respeito ao segundo ponto, a indisciplina partidária, os autores argumentam que não há evidências empíricas para essa premissa. De forma geral, é possível afirmar que há disciplina partidária, ou seja, as decisões do plenário são previsíveis. Sabendo a posição assumida pelos líderes partidários sabe-se de antemão a votação em quase a totalidade dos casos. Os regimentos internos da Câmara dos Deputados e Senado conferem poderes aos líderes partidários representar os interesses dos partidos. Acabam havendo várias prerrogativas regimentais que combinadas dão aos líderes partidários a possibilidade de controlar o fluxo dos trabalhos parlamentares. Servem de mediadores entre as bancadas e o Executivo e para os parlamentares. Para os parlamentares em geral é viável agir de maneira disciplinada. Individualmente, perdem força no sentido de terem atendidos os mais variados pleitos. A pouca autonomia do Poder Legislativo torna a relação próxima com o governo “prudente” para os que buscam retorno eleitoral. Apresentação de projetos e emendas de forma individual podem facilmente não chegar no plenário. No fim das contas, a repercussão pública é o maior objetivo, mais fácil de ser alcançada em parceria com o Executivo. Dessa maneira, a indisciplina pode ter vários custos. De modo geral, a grande maioria das votações se dá pelo método simbólico. Somente as matérias mais polêmicas acabam indo à votação nominal. Em síntese, os conflitos entre Executivo e Legislativo são raros. O Congresso não acaba sendo um empecilho às iniciativas presidenciais. Pelo contrário, a cooperação parece dar a tônica do relacionamento entre essas duas esferas.

Figueiredo e Limongi (2009) defendem que a fusão dos poderes, típica do presidencialismo de coalizão, acarreta uma fusão das agendas. A agenda do Executivo seria na verdade o que chamam de “agenda da maioria”, uma agenda do governo. Para provar essa premissa, os autores citam os recursos investidos no período de 1996-2001. Mesmo sendo possível o congresso alterar significativamente as propostas enviadas pelo Executivo, não é isso que ocorre. Não há diferenças significativas no teor das políticas e prioridades do Legislativo e do Executivo. São agendas complementares, é uma agenda da maioria e cuja elaboração se dá no interior da coalizão governista, participando membros do Executivo e do Legislativo

Power (2015) afirma que, por algum tempo, tese e antítese conviveram simultaneamente, até se chegar à uma síntese proposta no que foi chamado de “presidencialismo de coalizão”, a constatação de que o sistema político brasileiro proporciona a formação de amplas coalizões que permitem a aprovação da agenda governamental. A

formação de uma coalizão governista é necessária para a formação da agenda da maioria. A expressão foi cunhada pelo cientista político Sérgio Abranches ao destacar as especificidades do nosso arranjo político-institucional, comparado com outros modelos de organização democrática. “[...] o Brasil é o único país que, além de combinar a proporcionalidade, o multipartidarismo e o “presidencialismo imperial”, organiza o Executivo com base em grandes coalizões” (ABRANCHES, 1988, p. 21). Nossas regras buscam fazer frente ao contexto plural e heterogêneo, ao invés de revelar um sistema de representação falho ou então a fragilidade do nosso quadro partidário.

Mesmo propondo que o presidencialismo pode funcionar como parlamentarismo, Abranches (1998), à época, já aponta que é um sistema eminentemente instável e com alto risco. Em formações de maior heterogeneidade, como é o caso brasileiro, abre-se espaço para grandes coalizões com grande número de parceiros e, mais importante do que isso, com maior distância ideológica. Ao buscar interpretar como se dá a formação de coalizões, o autor sugere três momentos típicos e distintos: (primeiro) a constituição da aliança eleitoral negociada em torno de diretrizes mínimas; (segundo) a constituição do governo caracterizada pela disputa por cargos e compromissos ainda bastante genéricos e, por último (terceiro), a transformação da aliança em coalizão propriamente dita, momento em que se discute a formação da agenda: não só que propostas serão apreciadas mas também quando. Nesse último momento, é discutido o teor das políticas substantivas que serão colocadas em prática.²⁸

Power (2015) evidencia que, a partir da década de 1990, pesquisas empíricas passam a ser realizadas a fim de testar nosso presidencialismo de coalizão e podem ser divididas em dois grupos. O primeiro se atém à composição de ministérios (“composição”), enquanto o outro analisa as estratégias de gestão da coalizão, ao longo do tempo (“cultivo”). Um dos estudos mais emblemáticos do primeiro grupo é o realizado por Amorim Neto (2006), que analisou as configurações ministeriais do nosso regime democrático. O autor mostra que os presidentes brasileiros conseguem governar ao compartilhar o poder executivo (ministérios) e que fato de extrema relevância é o que chama de “coalescência do gabinete”, grau de proporcionalidade entre os partidos pró-presidente na Câmara e na composição dos ministérios. É

²⁸ Para Abranches (1988) é a transição entre o segundo e o terceiro momento que ocorre o momento crítico onde da consolidação efetiva da coalizão e que serão construídos ou não os alicerces para sua continuidade.

esse, segundo ele, um importante preditor do sucesso ou insucesso legislativo do presidente. Corrobora muitas teses de Figueiredo e Limongi (2001; 2007; 2009), a destacar a formação de maiorias por meio de acordos de coalizão celebrados fundamentalmente entre presidentes e líderes partidários, e não por presidentes e legisladores avulsos. Concomitantemente, apresenta as ideias de Ames (2003) que defende que há inabilidade do presidente em fazer valer sua agenda no congresso. A partir de argumentos a princípio antagônicos, propõe uma saída bastante particular para o impasse. Segundo ele, as relações entre executivo e legislativo dependem prioritariamente das estratégias utilizadas para a formação de coalizões. Até-m-se, primordialmente, aos mecanismos utilizados pelo presidente, como a composição multipartidária do ministério, para assegurar a governabilidade.

Dentre os estudos que se preocupam fundamentalmente da gestão da coalizão, Pereira, Power e Raile (2009) voltam-se aos desafios em gerir as coalizões, tendo o executivo que estar disposto a enfrentar pelos menos três *tradeoffs*: tamanho (muitos ou poucos partidos fazendo parte do governo), homogeneidade/heterogeneidade (alocação de partidos do mesmo espectro político ou não) e compartilhamento do poder (porcentagem dos ministérios alocados a cada partido). De modo geral, os autores argumentam que maiores coalizões são difíceis de se manter, por serem mais heterogêneas ideologicamente e gerar maior concentração de poder. É necessário ao presidente utilizar-se de uma ampla “caixa de ferramentas” para garantir a governabilidade. Coalizões menores e mais homogêneas ideologicamente são de administração mais fácil. Se a gerência da coalizão do Governo Fernando Henrique Cardoso permitiu sustentar uma coalizão majoritária por quase oito anos e com um custo relativamente baixo, o mesmo não pode ser dito em relação ao primeiro mandato do Governo Lula. A tentativa de aprovar emendas constitucionais polêmicas e a aliança com partidos políticos oportunistas e ideologicamente distintos fez com que houvesse um erro estratégico grave nessa “política de trocas”. Acabou recorrendo a recompensas ilegais ao buscar apoio legislativo. A lição que os autores destacam é a possibilidade de armadilhas na gestão da coalizão. Dentre os erros estratégicos citados, está a desproporcionalidade de pastas ministeriais, o que já havia sido apontado por Amorim Neto (2006). Sendo “obrigado” a satisfazer as correntes internas do partido, aliado à decisão de criar uma coalizão heterogênea, pôs em evidência a ideia de que “o presidencialismo de coalizão não pode ser um presidencialismo de exclusão, uma lição que Lula parece ter aprendido no seu segundo mandato” (p. 230).

Power (2015), atendo-se ao que chama de Índice de Necessidade de Coalizão (INC), construído a partir do número de partidos políticos efetivos e o tamanho do partido do presidente, afirma que nenhum outro país latino-americano se aproxima do nível de fragmentação nas relações executivo-legislativo existente no Brasil em tempos atuais. Em apenas dois casos, encontram partidos presidenciais menores que o PT, ao passo que nenhum país tem sequer a metade do número efetivo de partidos do Brasil. Nosso país, por isso, é uma exceção, e como tal, faz sentido atentar-se ao cultivo de alianças partidárias heterogêneas.

Para Power (2015), o principal ganho que o conceito presidencialismo de coalizão traz é simples. “Os presidentes brasileiros precisam comportar-se como primeiros-ministros europeus. Os chefes do Executivo necessitam combinar ministérios multipartidários e blocos de votação no plenário” (p. 31). Esta tornou-se a melhor prática de coordenação executivo-legislativo, a partir da presidência de Fernando Henrique Cardoso. Trata-se de um modelo que unifica tanto as contribuições mais pessimistas quanto otimistas.

Do ponto de vista da pesquisa empírica que será feita no presente trabalho, embora haja, como já foi visto, uma discussão sobre a capacidade de o Executivo conseguir colaboração por parte do legislativo, para diversos autores, fazer parte ou não da coalizão governista é o principal preditor do comportamento parlamentar e não a concepção político-ideológica dos partidos. Zucco Jr. (2009), utilizando-se de uma base de dados ampliada, demonstrou que a chave para a estruturação do plenário é dada pela relação entre os partidos e o governo. A distância que separa PT e o PSDB/DEM se dá pela relação entre governo e oposição, muito mais do que uma clara diferença ideológica. Zucco Jr. (2011) reafirma essa premissa recentemente ao buscar verificar a coerência da escala ideológica normalmente utilizada na literatura. Utilizando-se da PLB 2009, que incluía a pergunta “qual o tipo de sistema econômico que seria mais adequando ao Brasil”, o autor percebeu que, atualmente, as convicções ideológicas a respeito do “melhor” sistema econômico são bastante tênues, o que evidencia que a ideologia, nos últimos anos, tem se tornado um determinante bastante fraco do comportamento legislativo na Câmara de Deputados. Analisadas ainda as votações nominais na 53ª legislatura brasileira, constata-se que a principal clivagem é governo-posição e não esquerda-direita. “[...] havendo conflito entre as preferências ideológicas dos parlamentares e os incentivos políticos gerados pelo Executivo, estes últimos tendem a predominar” (p. 57). Ricci (2003) destaca a relação governo/oposição, no seu caso, verificando o que ocorre com frequência

no processo de apreciação dos projetos nas comissões. Se o relator da comissão é de um partido aliado do proponente do projeto (governo-governo ou oposição-oposição), é de esperar que o parecer venha a ser favorável.

Para Zucco Jr. (2009; 2011), o fato de fazer ou não parte do governo é o fator que melhor explica como votam os parlamentares. Um bloco, normalmente hegemônico, tenderia a apoiar as propostas encaminhadas pelo executivo, e outro buscaria obstruir e/ou possivelmente votar contra, independentemente do teor programático-ideológico envolvido. Segundo Lucas e Samuels (2011), há uma coerência ideológica relativamente baixa no sistema partidário brasileiro. Analisando-se o posicionamento dos quatro maiores partidos da legislatura brasileira no espectro político por meio de perguntas “substantivas”, afirmam que o sistema partidário brasileiro pode ser melhor descrito como “o PT contra o resto”, isto sem contar que a distância entre o PT e o resto vem diminuindo, dado o deslocamento do PT e do PFL em direção ao centro.²⁹ Essa é uma hipótese que precisa ainda ser melhor testada.

3.3 IDEOLOGIA E COMPORTAMENTO PARLAMENTAR

No que diz respeito à explicação do comportamento parlamentar, a ideologia e o fazer parte ou não da coalizão governista parecem ser as variáveis concorrentes mais fortes. A questão central parece ser saber até que ponto a engenharia institucional brasileira e a emergência do chamado presidencialismo de coalizão sobrepõe-se ou não às possíveis distinções ideológicas em temas polêmicos da agenda política.

Budge et al. (2001) e Klingemann et al. (2006) buscam, dentre outras questões, responder às seguintes perguntas: existe um declínio do poder explicativo das categorias esquerda e direita? Presenciamos o fim das ideologias? Analisando 24 países da OCDE em duas ondas distintas (1945-1998 e 1990-2003), localizam as posições políticas dos partidos a partir da análise de conteúdo dos manifestos partidários. Para os autores, os manifestos e plataformas desempenham um papel central, visto que dão aos eleitores uma indicação do que será realizado, caso os partidos em questão sejam eleitos, ou seja, permitem uma escolha política

²⁹ Miguel (2009) defende que o que caracteriza boa parte dos partidos políticos brasileiros é a absoluta ausência de visão de mundo estruturada, projeto de sociedade futura, ou seja, a ausência de ideologia.

informada. Com essa metodologia e utilizando-se da escala esquerda-direita, buscaram medir as posições dos partidos em cada eleição, estimando as diferenças entre eles e ainda as mudanças de posições entre uma eleição e outra. Segundo eles, essa dimensão permite verificar tendências e na maioria dos países analisados é possível mapear seus movimentos de forma bastante razoável.

Klingemann et al. (2006) afirmam que na Europa, em quase sua totalidade, seja ela Oriental ou Ocidental, há diferenças significativas entre os partidos políticos e no que diz respeito a preocupações típicas da esquerda ou direita (bem-estar, democracia etc.). Por meio de sete funções discriminantes, alegam que estas podem dar uma boa ideia das clivagens políticas que moldam a política europeia. Colocadas em ordem decrescente de importância, a função 1 é aquela relacionada à dimensão esquerda e direita, o que denota a preeminência de tal divisão na política partidária dos países em questão.

Dalton e McAllister (2014) ressaltam o peso da ideologia ao buscar analisar o quanto em eleições sucessivas há uma continuidade ideológica por parte dos partidos. Utilizando-se dos dados do projeto *Comparative Study of Electoral Systems* (CSES)³⁰ e de forma complementar do *Chapel Hill Expert Survey* (CHES)³¹, ambos voltados para as democracias industriais avançadas, constataam que 90% do posicionamento partidário é previsível, sabendo sua posição na última eleição. Dez por cento da variância pode ser explicada por outros fatores. De forma geral, a maioria dos partidos apresenta perfis ideológicos semelhantes em todas as eleições. Diferente do que se possa supor, há estabilidade ao longo do tempo nas posições esquerda e direita, não confirmando uma guinada significativa de uma eleição para outra em um processo consciente de maximização de votos. Vale a ressalva de que as ações de cunho ideológico estão mais associadas aos partidos de extrema esquerda ou direita. Partidos de centro estariam mais propensos a mudar suas estratégias em busca de voto.

³⁰ O CSES é uma pesquisa eleitoral transnacional coordenada por equipes nacionais em que os países participantes administram um módulo comum de perguntas a fim de detectar a percepção dos cidadãos em período pós-eleitoral.

³¹ A primeira pesquisa foi realizada em 1999, com ondas subsequentes em 2002, 2006, 2010. Trata-se de pesquisa pautada na visão de especialistas sobre as posições ideológicas dos partidos. Busca estimar o posicionamento de vários partidos europeus sobre questões como a integração europeia e questões econômicas e sociais em todas as ondas.

A dicotomia esquerda e direita não parece fazer sentido apenas na arena parlamentar. Wiesehomeier e Doyle (2012), atentos para os dados do Latinobarômetro de 2006, buscam saber se os cidadãos latino-americanos compartilham de uma concepção comum da distinção entre esquerda e direita. Para além desse problema, ativeram-se a saber se há correspondência entre a autolocalização e as convicções e crenças ideológicas. As questões mais cruciais escolhidas e analisadas foram aquelas ligadas à desigualdade, complementadas por questões ligadas à democracia e à relação Estado *versus* mercado. A democracia não é um tema que dividiu os cidadãos autoidentificados como esquerda ou direita. O mesmo não ocorre com os demais temas. Em relação à oportunidade de superar a pobreza, a maioria dos entrevistados de centro-direita e direita acreditam que há igualdade de oportunidades para que isso ocorra, ou seja, prevalece a crença da autorresponsabilidade dos sujeitos pela sua condição. A maioria dos localizados como centro-esquerda e esquerda, por sua vez, acredita que a igualdade de chances para sair da pobreza não é dada. Há uma distribuição semelhante ao examinar a afirmação do que explica alguém que tenha nascido pobre e torna-se rico. Eleitores de centro-direita e direita acreditam piamente no ativismo humano para o destino do indivíduo, tese rejeitada pelos de centro-esquerda e esquerda. No tocante à relação Estado/mercado em geral, os de direita demonstraram-se mais inclinados a conceder um papel importante para o setor privado na prestação de serviços na área da saúde e eletricidade, ao passo que os de centro e esquerda defenderam uma participação menor. Os dados denotam que pautados em atitudes em relação à igualdade/desigualdade, tema central para a distinção entre esquerda e direita, assim como Estado *versus* mercado, o eleitorado latino-americano se coloca claramente em grupos ideológicos distintos e coerentes em relação ao significado das categorias esquerda e direita.

Em se tratando do caso brasileiro, tem sido também foco de interesse a verificação em que grau as supostas diferenças ideológicas entre os partidos acarretam diferentes comportamentos dos atores políticos. Parte da literatura sugere que as questões ideológicas pouco explicam o comportamento dos atores políticos hoje ao, constatar a presença de outras variáveis mais importantes, sobretudo o pertencimento ao governo/oposição (ZUCCO JR., 2009; 2011; LUCAS; SAMUELS, 2011). Por outro lado, uma série de outros autores, pautados na composição social dos partidos (RODRIGUES, 2002; MARENCO; SERNA, 2007), pesquisas de opinião de parlamentares (ROMA, 2006; MELO; CÂMARA, 2012), análise dos manifestos

partidários (TAROUCO, 2011) e comportamento parlamentar (KINZO, 1990; 1993; LEONI, 2002; FIGUEIREDO; LIMONGI, 1995), defendem que os parlamentares ainda pautam suas ações nos conteúdos programáticos e nas ideologias de seus respectivos partidos.

Atendo-se à composição social dos partidos brasileiros, Rodrigues (2002) aponta que estes se diferenciam não somente quanto à ideologia e à orientação política, mas também quanto aos segmentos sociais neles representados. Desta forma, fazem-se presentes fatores externos à arena parlamentar. Sem descartar a dinâmica interna das disputas parlamentares, os conflitos e as opções partidárias na Câmara dos Deputados não podem ser adequadamente compreendidos sem se dar conta dos interesses advindos da composição social de cada partido. Segundo o autor, este é um dado relevante para o caso brasileiro, por dar ao nosso sistema partidário uma considerável consistência em termos de representatividade. Comparando PT e PSDB, por exemplo, o PSDB seria formado prioritariamente por uma intelectualidade de renda elevada e por representantes de setores empresariais. O PT também conta com uma intelectualidade, com mais professores do que o PSDB, mas conta também com membros das classes populares. Praticamente, não há empresários entre os seus integrantes. Em sintonia, Marengo e Serna (2007) acreditam que analisar as posições sociais dos políticos é indispensável, inclusive para melhor compreender o recrutamento dos dirigentes dos partidos. Haveria, segundo eles, modelos de carreiras políticas distintos. A esquerda teria uma composição social mais pluralista e vínculos partidários mais duráveis e prévios ao ingresso na carreira política. Já a direita recrutaria candidatos levando em consideração o capital eleitoral pessoal e a trajetória para além das organizações partidárias.

Roma (2006), analisando pesquisas de opinião aplicadas aos parlamentares, defende que, embora grande parte da literatura destaque que a disciplina partidária pode ser explicada pela distribuição de recursos orçamentários pelo executivo, ou seja, que haveria uma preocupação muito grande dos parlamentares com seu reduto eleitoral e com sua sobrevivência na esfera eleitoral, os deputados partilham o ideário do seu partido de filiação e, por esse motivo, demonstram-se coesos. A discordância entre as legendas permite posicioná-los ideologicamente. Os resultados de sua pesquisa indicam que o nível de consenso intrapartidário e de dissenso interpartidário é maior de que se supõe. Segundo o autor, o parlamentar em geral escolhe seu partido levando em conta a afinidade de crenças, assim como o eleitorado escolhe os que têm afinidade programática com o seu partido. Vale a

ressalva de que, para o autor, nos últimos anos, a distância entre os partidos de esquerda e direita vem diminuindo e que o PT, por exemplo, vem caminhando paulatinamente para o centro.

Outros autores evidenciam o peso da variável ideologia, mas de forma mais matizada. É o caso de Zucco Jr. (2011), que buscou atualizar o posicionamento ideológico dos principais partidos brasileiros pós-Constituinte. Por meio da PLB 2009³² e utilizando-se de dados mais completos de parlamentares que responderam a mais de uma edição da pesquisa, afirma que o PSOL é o partido mais à esquerda do espectro ideológico brasileiro. Pela primeira vez em vinte anos, o DEM/PFL aparece à direita do PP (e seus antecessores), muito provavelmente pela diluição ideológica do PP em função da aliança com o governo Lula. O PPS continua a caminhada para a direita, estando claramente à direita do PSB e do PDT. Por fim, o PSDB continua em uma posição estatisticamente indistinguível à do PMDB. Além das perguntas sobre localização ideológica presentes no PLB, foi incluída a pergunta “qual o tipo de sistema econômico seria mais adequado para o Brasil”, presente em quase todas as edições da pesquisa. Embora não se possa negar que a ideologia medida pelas preferências acerca do sistema econômico se apresenta mais tênue, ainda assim há uma tendência da esquerda preferir uma economia em que o Estado constitua o setor principal. A direita é composta por parlamentares cuja preferência é de um modelo de mercado puro, ao passo que o centro vê com bons olhos o equilíbrio entre Estado e mercado. Esquerda e direita ainda estão claramente associadas a maior e menor intervenção do Estado na economia, respectivamente, mesmo havendo uma significativa retração das posições mais à esquerda.

Melo e Câmara (2012) rejeitam a tese de que o sistema partidário brasileiro encontra-se hoje incoerente, ou ao menos, mais incoerente do que antes, inclusive discordando de que teríamos hoje o “PT contra o resto” (LUCAS; SAMUELS, 2011). Se é justificável a premissa de que o PT seria de certa forma distinto dos demais partidos brasileiros, para eles teríamos três grandes blocos e não dois. Haveria a existência de um bloco de partidos posicionado entre os dois polos (PMDB, PP, PTB, PR). A análise de *surveys* realizados na Câmara dos Deputados corrobora essa afirmação. Teríamos uma clara distinção

³² A Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB, 2009) é a penúltima de sete edições, projeto de *survey* iniciado em 1990. Trata-se do mais completo banco de dados sobre o pensamento dos parlamentares brasileiros e que resultou na obra de Power e Zucco Jr. (2011).

ideológica entre PT e PSDB, sobretudo no que diz respeito ao papel do estado na economia, política eterna e opiniões sobre questões como união de pessoas do mesmo sexo e aborto. Por sua vez, a maioria das opiniões dos deputados do bloco PMDB/PTB/PP/PR aproxima-se mais do bloco PSDB/DEM/PPS do que do PT e seus aliados na maioria das questões analisadas. Nesse sentido a tendência de uma convergência ao centro não permitiria anular a importância da variável ideologia.

Maakaroun (2015) cita o trabalho desenvolvido pelo Centro de Estudos Legislativos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Com base em duas pesquisas de opinião com os deputados federais em 2005 e 2010 e com deputados estaduais de 12 assembleias do país (2007/2012), os parlamentares se manifestaram a respeito de vários temas, como também se autoclassificaram na escala esquerda e direita. Em temas em que estava em jogo o papel do Estado, houve um alinhamento ideológico consistente. Quando entram em cena valores comportamentais como união homoafetiva, legalização do aborto, descriminalização das drogas, redução da maioridade penal ou pena de morte, também ocorrem diferenças entre os partidos de esquerda e direita, embora não sejam tão evidentes quanto ao papel do Estado. Os deputados de esquerda são mais progressistas ou liberais; os de direita mais conservadores.

Tarouco (2011) cita que é inegável que os programas dos partidos são costumeiramente negligenciados no Brasil, dada a sua alegada irrelevância, mesmo que sem base empírica. Diante disso, busca testar sua hipótese de que os partidos brasileiros enfatizam questões distintas em seus manifestos. Por meio de análise de conteúdo e da criação de categorias de análise, confirma que os programas não têm o mesmo conteúdo e as diferenças não se dão de maneira aleatória. As diferenças fundamentais não estão necessariamente em diferentes respostas para os mesmos problemas, mas na ênfase em diferentes questões a serem priorizadas. Seleccionados sete partidos (PP, PDT, PT, PTB, PMDB, PFL e PSDB), percebem-se distinções importantes entre eles. Se por um lado temas relacionados à democracia são enfatizados em cinco dos 16 documentos analisados, vários temas são bastante específicos para cada partido. A título de exemplificação, o PSDB destaca questões sobre o sistema político e sistema de governo. O PMDB volta-se prioritariamente a questões econômicas. Surpreendentemente, o PP (considerado um partido de direita) foi o que deu maior ênfase a questões de bem-estar. A autora apresenta uma classificação dos partidos na escala esquerda e direita, a partir da análise dos programas partidários.

Levando em conta o comportamento parlamentar e como já citado na introdução do corrente trabalho, Kinzo (1990) argumenta que, apesar da defendida falta de sedimentação do quadro partidário brasileiro, muito em decorrência de nossa experiência bastante peculiar comparada a outros países, isso não bastaria para podermos afirmar que haveria uma indiferenciação dos partidos políticos. Ao examinar a atuação dos partidos políticos por meio da votação do Projeto Cabral em primeiro e segundo turnos, criou-se uma escala de 0 a 10 para mensurar os posicionamentos em cada uma das categorias. Em suma, a maioria do PFL e do PDS teve nota oito em governismo e em conservadorismo. Diferentemente, a maioria do PSDB, do PT, dos PCs e do PSB teve nota 0 em governismo e de conservadorismo. O PT e os partidos de esquerda como um todo, além de se posicionarem contra as propostas governistas e conservadoras, apoiaram medidas de cunho democratizante, nacionalista e anti-bancos. Houve congruência no posicionamento dos setores à direita como à esquerda.³³

De forma geral, é possível afirmar que clivagens ideológicas de fato existem quando inseridas nos debates questões relevantes, como é o caso daquelas em pauta na Constituinte. Essa afirmação põe em cheque a premissa de que a atuação político-parlamentar estaria pautada pura e exclusivamente em interesses pessoais e eleitoreiros. Diferentemente, o que se viu foram posições distintas dos diferentes partidos e que podem ser um indicativo de distinções mais duradouras (ZINZO, 1990).

Também já destacado, Leoni (2002) afirma que, utilizando a dimensão esquerda-direita, seria possível prever com 85% as votações em plenário. A pesquisa realizada pelo autor buscou estimar as posições ideológicas dos deputados por meio das suas preferências expressas nas votações nominais. A localização dos partidos nos mapas espaciais não se apresenta em conflito com a forma que se comportam na Câmara, ou seja, as posições dos partidos demonstram-se normalmente bastante claras e não se alteram de uma legislatura para outra. Há, dessa maneira, uma estrutura bastante estável.³⁴ Vale destacar que os parlamentares

³³ A exceção da regra foi parte do PMDB, cisão que deu origem ao PSDB, e o PL. O PL, apesar da feição anti-governista e pró-democratizante, apresentou alto grau de conservadorismo. O chamado PMDB-2, ficou do lado dos governistas e contra medidas restritivas à ação do sistema financeiro, ao mesmo tempo que pode ser enquadrado no grupo anti-conservador, pró-democratização e nacionalista.

³⁴ Leoni em sua dissertação de mestrado analisou o comportamento parlamentar na Câmara dos Deputados no período de 1991 a 1998. Segundo o autor, falar em centro, direita e esquerda parece fazer sentido no caso brasileiro.

votarem disciplinadamente ou semelhantemente a partidos posicionados no mesmo espectro ideológico não significa afirmar que se se trata de um voto ideológico, visto que não é analisado o conteúdo do voto. O autor ressalta o entrelace do componente ideológico à relação governo/oposição ao afirmar que, substituindo a palavra “partido” por “executivo” e “oposição” ter-se-á uma interpretação bastante razoável da dimensão levada em consideração.

Figueiredo e Limongi (1995), em estudo seminal, analisando as votações nominais na Câmara dos Deputados no período de 1989-1994, 221 votações, afirmam que é facilmente visível que existe coesão interna nos partidos políticos e, mais do que isso, as votações tendem a dividir o plenário de acordo com os padrões ideológicos clássicos. Havia, àquela altura, uma direita, um centro e uma esquerda. A filiação partidária nos diz muito a respeito do provável voto do parlamentar. Os autores afirmam que as maiorias tendem a se formar a partir da coalizão de partidos que ocupam posições contíguas no ordenamento ideológico. Uma votação ideologicamente consistente é aquela em que os partidos pertencentes a um mesmo campo do espectro ideológico se comportam de forma igual ou semelhante. Semelhante ao estudo anterior, não está sendo analisado de forma pormenorizada o conteúdo do voto.

Para Carreirão (2014), de 1990 a 2002, tínhamos governos de centro-direita e a esquerda na oposição. A partir de 2003, as coalizões passaram a envolver um maior número de partidos (7 a 9) e incluindo partidos de todo os campos ideológicos. Nesse sentido, falar em governo e oposição não é o mesmo do que falar em esquerda e direita. Não descartada a crença de que a ideologia é um dos componentes que ajudam a estruturar o sistema partidário brasileiro, para ele existem argumentos suficientes que corroboram a tese de Lucas e Samuels (2011), de que o sistema partidário brasileiro tem se tornado ideologicamente mais incoerente, levando-se em consideração, dentre outras coisas, coligações eleitorais, coalizões governamentais e migrações partidárias. Nesse sentido, para o autor, a ideologia perde peso com o passar do tempo, tornando o sistema partidário mais incoerente ideologicamente.

Como discutido até então, dentre as variáveis que interferem decisivamente, destacam-se o pertencimento ao governo/oposição e a ideologia dos partidos. Nicoletti (2014) busca evidenciar essas duas variáveis ao sistematizar duas grandes tipologias que, segundo ele, são pilares para a compreensão da implementação da agenda. De um lado, teríamos o presidencialismo de coalizão, a distinção calcada no binômio oposição/situação e, do outro, o que chamou de ideologização da

decisão, distinção calcada no espectro ideológico (esquerda/centro/direita). Diante desses dois tipos distintos de implementação de agenda, pergunta-se: será que a variável ideologia não se sobressai em temas com cunho ideológico? Essa parece ser a pergunta central nesse debate.

De forma geral, fica evidente que, dentre os autores que alegam que a clivagem ideológica perde força em dias atuais, o pertencimento ao governo e oposição acaba sendo a variável preponderante para explicar o comportamento parlamentar. Por outro lado, não descartando nosso arranjo institucional bem como o impacto do posicionamento estratégico, continua presente a defesa que não há como descartar a validade das categorias esquerda e direita e, mais do que isso, a premissa de que elas garantiriam uma certa previsibilidade à arena legislativa e à atuação partidária.

Se a terminologia esquerda/direita historicamente possibilitou a orientação e a comunicação política, faz sentido avaliar em que medida os termos permanecem com vitalidade e ainda garantem alguma previsibilidade na arena política. Atendo-se mais especificamente à arena parlamentar, diante do exposto, o corrente estudo busca verificar o peso da ideologia e da dimensão governo/oposição em relação ao comportamento parlamentar de forma empírica. Na próxima sessão, são destacados os procedimentos metodológicos utilizados.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A seguir é exposto o delineamento da pesquisa em seu sentido mais amplo: como se dará a seleção dos casos e a coleta de dados, e, por fim, os procedimentos utilizados para a análise dos dados.

4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Elencadas as proposições que serão objeto de análise, o objetivo é analisar as votações nominais em plenário para averiguar o comportamento dos parlamentares na Câmara dos Deputados. A escolha da Câmara dos Deputados e não do Senado se dá visto que, como aponta Ricci (2003), o Senado exerce normalmente uma função revisora sobre os projetos vindos da Câmara. O mesmo não ocorre quando se fala dos seus próprios projetos, em que há um papel autorregulador importante. A Câmara dos Deputados é a esfera em que normalmente tem início o trâmite da maioria das proposições legislativas. Serão analisados temas substantivos do ponto de vista político-ideológico e que, em tese, implicariam dissenso entre parlamentares e partidos de esquerda e de direita. Se como afirma Friedrich, citado por Bobbio, Matteucci e Pasquino (2010, p. 587), as ideologias são “sistemas de ideias conexas com a ação”, ou então “um programa e uma estratégia para a sua atuação”, o que se pretende é constatar em que medida o voto efetivo dos parlamentares condiz com aquilo que seria esperado teoricamente de cada parlamentar, segundo o campo ideológico em que está situado o partido a que pertence.

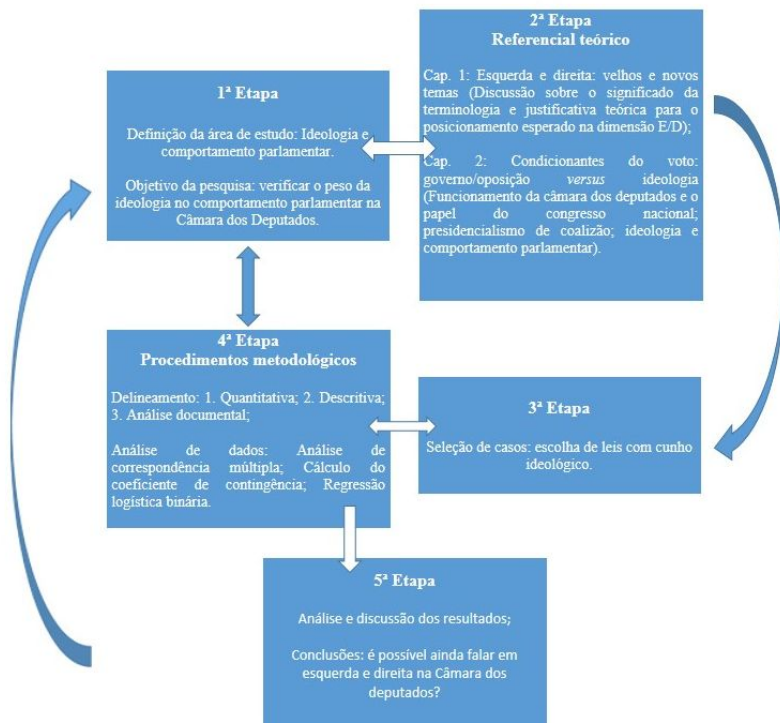
Verificado o comportamento parlamentar por meio do voto, será relacionado este com o espectro ideológico do partido a que pertence. No geral, os autores pouco divergem em relação à alocação dos partidos nessas categorias (ver anexo A). Será utilizada aqui a classificação realizada para a elaboração do livro “Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências” (KRAUSE; DANTAS; MIGUEL, 2010). Trata-se de uma classificação realizada justamente buscando uma padronização a ser utilizada por diversos pesquisadores envolvidos no projeto patrocinado pela Fundação Konrad-Adenauer, que resultou no livro mencionado. Para os partidos novos, será levada em consideração a classificação realizada por especialistas ligados a um novo projeto semelhante, ainda em andamento, novamente patrocinado pela fundação, visando a edição de um livro com dados mais atualizados sobre coligações. Como não houve consenso entre os autores, será usada a classificação feita pela maioria

deles (apêndice A).³⁵ Como apontam Madeira e Tarouco (2015), as avaliações feitas por especialistas são usuais na Ciência Política para identificar as posições políticas dos partidos e consideradas por muitos autores como a forma mais adequada de estimar tais posições, visto que eles seriam a referência do conhecimento científico acumulado na área.

Para a verificação dos partidos pertencentes às coalizões de governo nos períodos da votação, foi utilizado o banco de dados legislativos do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP/USP) – apêndice B. É importante ressaltar que, falar em governo e oposição, é diferente de falar em coalizões que participam e concorrem nas eleições presidenciais. A formação de governo extrapola a disputa eleitoral. Fazer parte da coligação vitoriosa que participou da disputa presidencial é apenas uma das portas de entrada para fazer parte da coalizão governista. É comum haver, após o processo eleitoral, uma negociação e, conseqüentemente, incorporação de partidos à coalizão governista, dados os ganhos associados com a aproximação com o executivo. Na sequência, é apresentada uma figura que representa o desenho da pesquisa, ou seja, um mapa do planejamento e operacionalização da pesquisa como um todo.

³⁵ Agradeço ao professor Yan Carreirão por ter disponibilizada essa classificação. O registro da Rede Sustentabilidade é posterior (22 de setembro de 2015). O partido foi alocado pelo autor no campo da esquerda.

Figura 1 – Desenho da pesquisa



Fonte: elaborado pelo autor.

4.2 SELEÇÃO DE CASOS E COLETA DE DADOS

Quanto ao procedimento adotado para a coleta de dados, a presente pesquisa pode ser classificada como uma análise documental. Nesse caso, tem-se o que se chama de coleta de dados secundários, ou seja, os dados utilizados já foram coletados por outra fonte de pesquisa, estando disponíveis em um banco de dados para consulta.

O banco de dados utilizado consiste nas informações disponibilizadas pelo *site* da Câmara dos Deputados e de responsabilidade do Centro de Documentação e Informação (CEDI). Dentro do tópico atividade legislativa, é possível escolher os projetos de lei ou outra proposição de interesse e acompanhar seu histórico: datas importantes, votações, conteúdos de emendas etc. Trata-se de

informações oficiais e, por isso, constituem fonte fidedigna de dados (MARCONI; LAKATOS, 2010).

O período objeto de análise foi o governo Dilma (2011-2015). Tendo acesso à base de dados do Núcleo de Estudos sobre o Congresso (NECON), com todas as votações nominais realizadas na Câmara dos Deputados no período, foram escolhidas aquelas notadamente ideológicas, isto é, aquelas que foi possível supor um comportamento esperado dos partidos de esquerda e direita a partir do que foi desenvolvido na base teórica. Consta no apêndice C um quadro-resumo das votações nominais categorizadas por temas.

Foram elencadas proposições votadas a partir do Governo Dilma, período em que falar em governo e oposição é diferente de falar em esquerda e direita, momento em que as coalizões governistas e oposicionistas são heterogêneas do ponto de vista ideológico. Dessa forma, evita-se a dificuldade encontrada em estudos como o de Leoni (2002), em que não é possível distinguir se o voto de um deputado está associado a seu posicionamento ideológico ou ao posicionamento de seu partido em relação ao governo, já que, até o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, essas duas dimensões se superpunham.

Preferencialmente, foram privilegiadas partes específicas das leis, partes menos consensuais e alvo de maiores divergências, visto que os textos finais, em muitos casos, são resultado de uma série de concessões e acordos. Seguem as proposições que foram objeto de análise e em consonância com os quadros 1 e 3, que sintetizam a discussão presente no primeiro capítulo.³⁶

Quadro 4 – Legislação analisada

“Velhos” temas	
	MPV 532/2011/Amplia as áreas de atuação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) - destaque PSDB (autoriza a criação de subsidiárias e adequa os Correios à Lei 6.404, das Sociedades Anônimas) – 17/08/2011.

³⁶ Como já exposto anteriormente, são chamados de velhos temas aqueles onde a distinção básica está em uma maior ou menor intervenção econômica e social. São tidos como novos temas aqueles que passam a estar em pauta recentemente e relacionados a questões pós-materialistas. Mesmo havendo uma certa subjetividade na decisão sobre se um tema divide ou não ideologicamente o plenário, a seleção de casos tentou seguir os critérios apontados no primeiro capítulo do trabalho.

Economia	PLN 36/2014 /Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 (fórmula de cálculo do superávit primário) – 04/12/2014.
	PL 6726/2013 /Partilha do pré-sal – urgência para apreciação – 06/10/2015.
Seguridade social	PL 1992/2007 /Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais – subemenda substitutiva global – 28/02/2012.
Educação	PL 8035/2010 /Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024 – destaque aplicação 10% PIB (público/privado) – 03/06/2014.
	PEC 395/2014 /Cobrança por especialização em universidades públicas – substitutivo da comissão especial – 21/10/2015.
Direitos trabalhistas	PL 382/2011 /Salário mínimo R\$600,00 – destaque PSDB – 11/02/2011.
	PLP 302/2013 /Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico – emenda nº38 (destaque parcelas do seguro-desemprego) – 17/03/2015.
	PL 4330/2004 /Dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes –emenda aglutinativa nº 15 (terceirização da atividade-fim) – 22/04/2015.
	MPV 665/2014 /Estabelece novas regras para concessão do seguro desemprego e do abono salarial – projeto de lei de conversão – 07/05/2015.
Reforma agrária	PEC 438/2001 /Estabelece a pena de perdimento da gleba onde for constada a exploração de trabalho escravo (expropriação de terras) – 22/05/2014.
Reforma política/eleitoral	PEC 182/2007 /Financiamento empresarial de campanha – emenda 28 – 27/05/2015.
Segurança	PEC 171/1993 /Redução da maioria penal para 16 anos – substitutivo da Comissão Especial – 02/07/2015.
Tributos	PLP 306/2008 /Criação da Contribuição Social para a Saúde (CSS) – destaque DEM – 21/09/2011.
	MPV 675/2015 /Eleva a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras – projeto de lei de conversão – 03/09/2015.
Relações internacionais	PDC 2600/2010 /Aumento repasse Paraguai (Tratado de Itaipu – 06/04/2011.
“Novos” temas	
	PL 1876/1999 /Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa – emenda 164 (regulariza a situação de

Meio ambiente	ocupações ilegais em APPs até 2008) – 24/05/2011.
	PL 4148/2008 /Estabelece que os rótulos dos alimentos destinados ao consumo humano informem ao consumidor a natureza transgênica do alimento – 28/04/2015.
Multiculturalismo	PL 6738/2013 /Reserva aos negros vinte por cento das vagas oferecidas nos concursos públicos – 26/03/2014.
	PL 1057/2007 /Dispõe sobre o combate a práticas indígenas nocivas – subemenda substitutiva global – 26/08/2015.
Participação social	PDC 1491/2014 /Susta a aplicação do Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação social Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação social Social – SNPS – 15/07/2014.
Conservadorismo	PL 7699/2006 /Institui o Estatuto do Portador de Deficiência e dá outras providências – texto “será respeitada a especificidade de gênero e orientação sexual da pessoa com deficiência”, inciso VI do §4º do art. 18 – 05/03/2015.
Gênero/feminismo	PEC 182/2007 /PEC da fidelidade partidária – emenda aglutinativa nº 57 (cota para mulheres) – 16/06/2015.
Direitos humanos	PL 7376/2010 /Criação da Comissão Nacional da Verdade – REQ 1548/2011 (urgência para apreciação) – 21/09/2011.

Fonte: elaborado pelo autor.

4.3 PROCEDIMENTOS UTILIZADOS NA ANÁLISE DE DADOS

De forma exploratória, em um primeiro momento, para cada lei será feita uma análise de correspondência múltipla (ACM) com o intuito de incorporar em um mesmo mapa perceptual a variável ideologia e governo/oposição, a fim de verificar como elas se aproximam ou se distanciam dos votos sim e não.

Para Figueira (2003), formas mais simples de associação, como aquelas em que há uma tabela de contingência de dupla entrada, podem ser testadas via análise de correspondência simples (ANACOR). Com mais de duas variáveis, recorre-se à ACM que permite analisar a relação entre todas as variáveis de forma conjunta e simultânea, a partir de um mapa bidimensional. Para que isso seja possível, é necessário atribuir valores às categorias. Com isso, é possível quantificar a distância entre as variáveis, ou seja, o quanto estas estão próximas ou distantes umas das outras.

A ACM também é chamada costumeiramente de homogeneidade (HOMALS), embora existam diferenças em relação à sua estrutura conceitual e algébrica.³⁷ Por meio delas, é possível visualizar a disposição relativa das categorias por meio de uma representação gráfica. Esta simplifica dados complexos e demonstra relações que seriam difíceis de abstrair com base nas matrizes. Falar em homogeneidade refere-se à proximidade de diferentes variáveis, caso partilhem de características similares. Ao final das análises foram expostos os valores de uma medida denominada *fit*, que nada mais é do que uma medida de qualidade. É resultado da soma da variação total explicada por cada dimensão (*eigenvalue*). Os valores do *eigenvalue* variam de 0 a 1 e, quanto mais próximos de 1, maior é a variância explicada por dimensão (FÁVERO et al., 2009).

Além disso, foi construída para cada lei uma tabela de contingência, confrontando o voto tanto com a variável ideologia (direita, centro e esquerda) quanto com o pertencimento a governo ou oposição. A partir dela, é realizado o teste Qui-quadrado (χ^2) e calculado o coeficiente de contingência. Quanto ao teste Qui-quadrado, sua utilização é imprescindível para verificar a dependência entre as duas variáveis. O resultado de χ^2 é proporcionado a partir de sua significância. O nível de significância (valor p) é expresso em termos de probabilidade. Sendo menor que 0,05, pode-se afirmar que as variáveis estão relacionadas (FÁVERO et al., 2009).³⁸ Spiegel (1993) afirma que o coeficiente de contingência é uma medida do grau de associação das variáveis. Variando de 0 a próximo a 1, 0 representaria uma completa independência, ao passo que quanto mais próximo de 1, maior a associação. Usualmente, afirma-se que um valor acima de 0,5 indicaria uma associação moderada para forte e estatisticamente relevante.

Verificado em cada lei qual a variável com maior poder explicativo, será aplicado o modelo de regressão logística binária. Segundo Fávero et al. (2009), trata-se de uma técnica estatística utilizada para descrever o comportamento entre uma variável dependente binária e múltiplas variáveis independentes. Para Ribas e Vieira (2011, p. 195), “[...] é um método de predição multivariada, que é empregado quando as variáveis independentes são utilizadas na

³⁷ A comparação mais detalhada entre ACM e HOMALS pode ser encontrada em Carvalho (2004).

³⁸ De posse do valor de χ^2 e do grau de liberdade e escolhido o nível de confiança (0,05, significativo, ou 0,01, muito significativo), com base distribuição de qui-quadrado chega-se a sua significância.

explicação do resultado categórico (variável dependente), frequentemente dicotômico”. A variável dependente, nesse caso, seria o voto (sim e não) e as variáveis independentes ideologia (direita/centro/esquerda) e situação (governo/oposição), ambas categóricas. Estas serão as variáveis independentes principais, embora serão incluídas outras, a partir das especificidades de cada lei.

A regressão logística estima a chance de ocorrência de determinado evento, ao explicar o impacto das variáveis independentes sobre a dependente. Vale ressaltar que a técnica tem algumas peculiaridades, como empregar chance em lugar de probabilidade. Falar em chance é falar da razão entre a probabilidade de determinado evento ocorrer ou não (RIBAS; VIEIRA, 2011).

A regressão logística usa a curva logística para representar a relação entre as variáveis dependente e independentes. Por meio de coeficientes logísticos, é possível criar um modelo de análise. Coeficientes logísticos são difíceis de interpretar em sua forma original, visto que são expressos em termos de logaritmos. Por isso, normalmente, os *softwares* disponibilizam o acesso ao coeficiente logístico exponenciado ($\exp(B)$), que é uma transformação do coeficiente logístico original (B). O sinal dos coeficientes originais (positivo ou negativo) indica a direção da relação: um valor positivo aumenta a probabilidade, enquanto um negativo diminui. Já os coeficientes exponenciados devem ser interpretados de forma distinta. Dizem respeito a razões de desigualdade, dessa maneira não haverá valores negativos. Acima de 1, refletem uma relação positiva e valores menores que 1 representam relações negativas (HAIR JR. et al., 2009).

É importante atentar para alguns detalhes, como verificar a significância dos coeficientes. Os valores devem ser inferiores ao nível de significância de 5%, caso contrário, não faz sentido afirmar que esta variável tem impacto significativo sobre a variável dependente. (FÁVERO et al., 2009; HAIR JR. et al., 2009). De forma acessória, será apresentada ainda a significância dos coeficientes em conjunto bem como a porcentagem de quanto o modelo classifica corretamente os eventos de nosso interesse (% de acerto total bloco 1 – bloco 0).

Encerrando as análises realizadas a partir de cada uma das leis, em cada uma delas, foi apresentada uma tabela com uma síntese de como os partidos se comportaram, bem como a sua classificação ideologicamente e, se no momento da votação, faziam parte do governo ou da oposição. Exposta esta tabela, foi realizada uma análise pormenorizada, isto é, não mais em blocos, mas atendo-se ao posicionamento dos partidos individualmente. Além das análises de

cunho mais quantitativo derivadas das votações, foi levado em consideração o que estava em jogo em cada votação, com o intuito de melhor contextualizar as discussões e as polêmicas presentes na Câmara dos Deputados.

Além da análise pormenorizada de cada uma das leis, ao final foram realizadas análises por blocos e levando em consideração todo o conjunto de leis. A primeira análise contou com uma tabela em que são expostas todas as votações e qual a variável predominante: ideologia ou governo/oposição. A fim de mensurar o grau da relação, foi apresentado o valor do coeficiente e de contingência e zerado o valor em que não foi constatada significância.

Após verificar quais os temas em que prevalece a ideologia se ou então o posicionamento estratégico, foram agrupadas de forma conjunta as categorias esquerda/governo (EG), esquerda/oposição (EO), direita/governo (DG) e direita/oposição DO). O intuito desta análise é verificar como as variáveis independentes se relacionam. São apresentados os percentuais de voto ideológico por bloco (sim ou não, dependendo da votação) e verificada a indicação do líder do governo e da minoria (oposição) a fim de verificar possíveis reflexos associados.

Feito isso, foi apresentado, em termos percentuais, o grau de posicionamento ideológico dos partidos, isto é, o quanto os partidos se comportaram coerentemente, levando em consideração o espectro político-ideológico a que pertencem e a atuação de forma condizente no conjunto das leis analisadas. Concomitantemente, calculou-se a aderência ou não à indicação do líder, seja ele da minoria ou do governo, o que convencionou-se chamar de posicionamento estratégico.

Por fim, apresentou-se uma escala esquerda/direita, a partir do posicionamento em plenário, levando em consideração o total das leis analisadas, bem como o comportamento efetivo em relação a “velhos” e “novos” temas. A ideia é confrontar esta com a tradicional escala proposta pela Ciência Política pautada principalmente em análise dos programas partidários ou *surveys* aplicados a parlamentares. A escala é construída tendo como 100 a porcentagem esperada de votos da direita, sim ou não dependendo da lei, e alocando os demais partidos neste *continuum*.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Discutida a metodologia do presente trabalho, passa-se à análise e discussão da legislação acima mencionada, com o intuito de verificar o quanto as divergências em relação a temas-chave podem ser explicadas pela aderência à oposição ou coalização governista, ou então às diferenças ideológicas dos partidos vinculados à esquerda ou direita.

Em todos os temas apresentados, será feita uma breve contextualização da lei em questão para, em um segundo momento, ser ressaltado o que se espera que deveria ocorrer, levando-se em consideração a variável ideologia de um ponto de vista teórico, considerando o que foi exposto de forma mais aprofundada no primeiro capítulo. A sequência das leis se dá de forma temática, conforme exposto no quadro 4.

5.1 TRANSFORMAÇÃO DOS CORREIOS EM SOCIEDADE ANÔNIMA (MPV 532/2011)

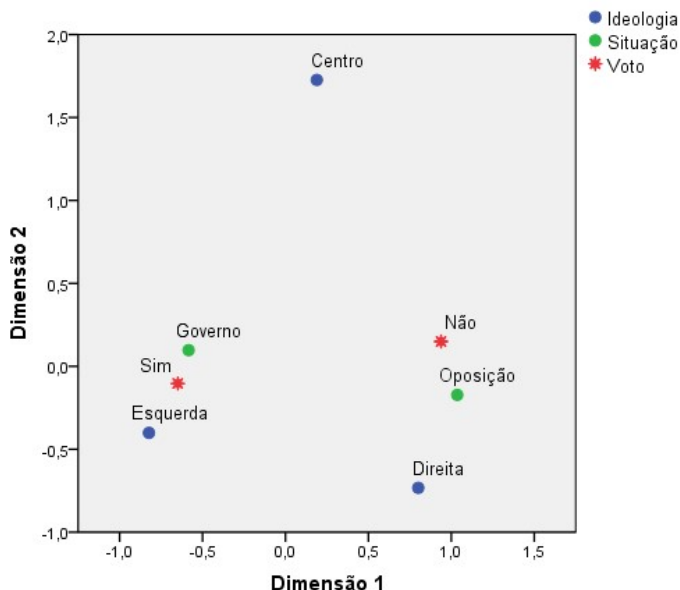
A medida provisória nº 532/2011, que reúne no mesmo texto temas sem correlação, dentre outras coisas busca alterar a estrutura da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). O texto permite que a ECT explore outros serviços, tenha subsidiárias e adquira o controle de outras empresas, passando a funcionar de forma semelhante às sociedades anônimas. A assembleia geral passa a ser a instância máxima de decisão, além de serem criados um conselho de administração, uma diretoria executiva e um conselho fiscal: antes a administração estava a cargo de um presidente. Quanto à ampliação da atuação, a empresa poderá explorar, por exemplo, serviços típicos de um banco, participar de companhia aérea de transporte de cargas e oferecer serviços de internet. Além de criar subsidiárias, ela poderá atuar no exterior e participar de empresas estabelecidas. Parcerias comerciais serão permitidas e, segundo o governo, tornarão a empresa mais competitiva (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011a).

Regida pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das SA), as sociedades anônimas caracterizam-se pelo capital dividido em ações. Em relação à sua natureza jurídica, constitui pessoa jurídica de direito privado, ou seja, mesmo que constituída com capitais públicos, em todo ou em parte (sociedades de economia mista), independente do seu objeto, ela será sempre mercantil e regida pelas leis do comércio (MALCHER FILHO, 2002).

Prestes (2011) destaca que, para o Sindicato dos Trabalhadores da ECT (SINTECT), e para o deputado Ivan Valente (PSOL/SP), a transformação da estatal em sociedade anônima é um indicativo claro de abertura do capital para acionistas, o que é bastante preocupante. Abre caminho para uma provável perda de sua função pública. “Quando tem lógica estatal, há o subsídio cruzado. Dividem-se os lucros para conseguir atender em locais em que se é deficitário. Acionistas não querem saber de melhores serviços, apenas de mais lucros”, afirma. Valente ainda projeta que a direção da empresa não será mais propriamente estatal, já que a assembleia geral formada por acionistas passa a ter autonomia. Para a ECT, a transformação em S/A não significa abertura de capital, que deve continuar 100% da União. Pelo contrário, a participação em outras empresas e as parcerias comerciais permitirão que se agregue valor à marca e traga maior eficiência.

Com um acordo entre lideranças e o fim da obstrução dos partidos de oposição, a análise da MP avançou no início da noite do dia 17/08/2011. Uma das votações, e objeto desse estudo, consistiu no destaque do PSDB que pretendia excluir do texto todas as mudanças relativas à estrutura dos correios. O PDT apresentou destaque de igual conteúdo. Os debates foram centralizados no aceite ou não da ECT constituir subsidiárias, atuar no exterior e adquirir controle ou participação acionária de empresas já estabelecidas. Para os governistas, as mudanças significam a modernização dos correios. Os partidos e parlamentares contrários alegam abrir caminho para a privatização (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011b). A partir do que foi apresentado, seria de se esperar que a esquerda fosse contra e a direita favorável. Caso a ideologia não seja levada em conta e sim o componente estratégico, o governo deveria ser a favor e a oposição contra, conforme indicação do líder da minoria (não) e do governo (sim). Segue análise de correspondência múltipla da votação em plenário.

Gráfico 1 – Transformação dos correios em sociedade anônima:
análise de correspondência múltipla



Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

O gráfico 1 demonstra o quanto a tônica é dada pela relação governo e oposição. O governo se aproxima do voto “sim”, enquanto que a oposição do voto “não”. Isso explica por que, diferente do esperado, levando em consideração o aspecto ideológico, a esquerda se aproxima mais do “sim” do que a direita. O centro se divide na votação.³⁹

³⁹ Os percentuais de votos à esquerda, centro ou direita foram calculados com base na classificação dos partidos expressa no Apêndice A; os percentuais de votos de acordo com o alinhamento ao governo ou à oposição foram calculados com base na classificação dos partidos expressa no Apêndice B e considerando a data em que ocorreu cada votação.

Tabela 1 – Transformação dos correios em sociedade anônima:
votação por blocos (%)

Voto	Esquerda	Centro	Direita	Governo	Oposição	Total (N)
Sim	79	50	42,7	74,5	31,5	(218)
Não	21	50	57,3	25,5	68,5	(151)
Total (N)	(148)	(90)	(131)	(236)	(133)	(369)

Coefficiente de contingência: a) Governo/oposição: 0,38 ($p < 0,01$);

b) Ideologia: 0,31 ($p < 0,01$).

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

Com 218 votos a favor e 151 contrários, o texto original continua valendo. A tabela 1 deixa claro que os parlamentares não se posicionaram pelo que seria previsto ideologicamente. A votação dos parlamentares de centro e direita é dividida (50% e 42,7% respectivamente), enquanto a esquerda é bastante favorável (79%). Tal incoerência vem à tona quando se constata que os governistas apoiaram em sua grande maioria a emenda (74,5%) e a oposição foi contrária (68,5%). O maior coeficiente de contingência para governo/oposição ressalta isso (0,38, ideologia 0,31), mesmo esse indicador não demonstrando uma diferença muito significativa. A tabela 2 apresenta as estatísticas do modelo logístico incluindo as duas variáveis.⁴⁰

Tabela 2 – Voto “não” transformação dos correios em sociedade anônima:
análise de regressão logística

Variável	B	S.E.	Wald	Df	Sig.	Exp(B)
Ideologia			20,750	2	,000	
Ideologia(D)	1,173	,290	16,363	1	,000	3,231
Ideologia(C)	1,191	,310	14,739	1	,000	3,291
Governo	-1,619	,251	41,490	1	,000	,198
Constante	-,124	,273	,206	1	,650	,883

N = 369; Chi-quadrado = 87,609; g.l = 3; Sig. = 0,00; R² (Nagelkerke) = 0,285
% acerto total = 12,2%

⁴⁰ Os valores de referência, neste caso, são “direita” (para a variável ideologia) e “governo” (para a variável governo/oposição). Houve alternância das categorias de referência a fim de dar ênfase a alguns dados em detrimento de outros pouco significativos.

Se seria esperado a direita ser favorável à medida, através da regressão logística realizada constatou-se que a chance de um parlamentar tanto de direita quanto de centro votar “não” é mais de 3 vezes a chance de um parlamentar de esquerda. Por sua vez, a chance de um parlamentar de governo votar “não” é 19,8% a chance de um parlamentar da base aliada. O valor da estatística de Wald indica a maior relação entre a variável dependente voto e a independente governo/oposição. O modelo consegue explicar cerca de 12,2% dos casos. A tabela 3 detalha a votação.

Tabela 3 – Transformação dos correios em sociedade anônima:
votação por partido

E/D ⁴¹	Partido	Ind. líder	Sim	Não	Não vot. ⁴²	% de votos (sim) ⁴³	Total	Governo/oposição
D	DEM	Não	3	27	1 ^[1]	9,6	31	Oposição
	PP	Sim	25	2	0	92,5	27	Governo
	PR	Não	1	30	1 ^[1]	3,1	32	Governo
	PTB	Sim	13	2	0	86,6	15	Oposição
	PSC	Sim	12	1	0	92,3	13	Oposição
	PRB	Não	0	9	0	0	9	Oposição
	PTdoB	Não	0	2	0	0	2	Oposição
	PRTB	Não	1	1	0	50	2	Oposição
	PSL	Não	1	0	0	100	1	Oposição
	PRP	Não	0	1	0	0	1	Oposição
C	PMDB	Sim	45	13	2 ^[1]	75	60	Governo
	PSDB	Não	0	32	0	0	32	Oposição
E	PT	Sim	70	0	2 ^[1;2]	100	72	Governo
	PSB	Sim	17	3	1 ^[1]	80,9	21	Governo
	PDT	Não	8	12	0	40	20	Governo
	PCdoB	Sim	10	0	0	100	10	Governo
	PV	Lib.	8	3	0	72,7	11	Oposição
	PPS	Lib.	2	6	0	25	8	Oposição

⁴¹ Abaixo os partidos são agrupados em Direita (D), centro (C) e esquerda (E) conforme exposto nos procedimentos metodológicos.

⁴² [1] abstenção; [2] art. 17 (impedimento do presidente se manifestar); [3] obstrução.

⁴³ O percentual de votos “sim” é sempre calculado sobre a coluna “total”, ou seja, incluindo os que não votaram.

	PMN	- ⁴⁴	2	2	0	50	4	Oposição
	PHS	Não	0	2	0	0	2	Oposição
	PSOL	Não	0	3	0	0	3	Oposição
Total			218	151	7	-	376	-
Indicação governo: sim					Indicação minoria: não			

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

Dos partidos da base governista, PR em maior grau e PDT em menor, rejeitaram a medida. O PDT inclusive apresentou emenda, igualmente rejeitada, para impedir tal mudança na estrutura dos Correios. O PR se declarou independente no dia anterior e isso talvez tenha afetado seu posicionamento. Foram ainda contrários DEM, PRB, PTdoB, PRP, PSDB, PPS, PHS e PSOL. Para o líder do PSOL, Chico Alencar (RJ), “a mudança nos Correios abre uma janela para a privatização e demissão de funcionários, na medida em que institui uma assembleia geral e um conselho de administração com poderes de mudar o estatuto da empresa e autorizar subsidiárias em forma de sociedade anônima”. Com exceção de PDT e PSOL, partidos em que o voto parece ter sido influenciado pelo componente ideológico, no geral a disputa pareceu muito mais estratégica e, por isso, relacionada ao pertencimento ou não ao governo. Para o vice-líder do governo, Odair Cunha (PT/MG), “estamos preparando os Correios para atuar no mercado aqui do Brasil e lá de fora” (MADUEÑO, 2011).

A possibilidade de privatização dominou o debate sobre a medida provisória, com a sessão quase suspensa devido a uma manifestação de servidores da ECT e sendo restrito o acesso às galerias. A oposição reagiu às restrições. “Como poderíamos imaginar que uma direção vinculada ao Partido dos Trabalhadores fechasse as galerias? Lembro-me de que quem as fechava era o regime militar”, ironizou o deputado Roberto Freire (PPS/SP). O governo minimizou as críticas reforçando que a intenção da MP é sobretudo modernizar os Correios. “Nós queremos um Correio forte, continuar a política de criação de empregos, o desenvolvimento econômico com distribuição de renda”, disse o líder do governo, deputado Cândido Vaccarezza (PT/SP). Aparentemente ideológico, o debate foi muito mais um confronto entre governo e oposição (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011c).

⁴⁴ Não será inferido posicionamento nos casos em que a informação não aparece no relatório disponibilizado pela Câmara dos Deputados.

O líder do DEM, deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (BA), afirmou que “esse debate evidenciou e expôs as contradições do PT. Mostrou que o PT do passado era um; o PT do presente é outro”. Continuou afirmando que “todos sabem que o PT forjou a sua história, forjou sua trajetória e chegou ao poder condenando as privatizações. No entanto, o PT já privatizou muito mais do que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso”. Com a palavra, o deputado Pepe Vargas (PT/RS) afirmou que quem quis privatizar os Correios foram o PSDB e o DEM quando estiveram no poder. “Quem tentou fazer a privatização dos Correios foi o governo Fernando Henrique, apoiado pelo partido do deputado ACM Neto, mais precisamente com o Projeto de Lei 1491, de 1999” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011c). O fato é que se faz sentido a alegação de que o PT não agiu em consonância com suas defesas históricas, DEM e PSDB votam contrariamente, destacando exatamente a mesma coisa. Para além da efetivação dos seus ideais, o que está em jogo nessa votação parece ser muito mais interesses de ocasião.

5.2 SUPERÁVIT PRIMÁRIO (PLN 36/2014)

O Projeto de Lei nº 36/2014 altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014. A questão central é a alteração do cálculo do superávit primário, a revisão da meta do resultado final do ano. No início do ano, a previsão de superávit era de R\$116 bilhões. O texto acaba com o limite fixo de R\$ 67 bilhões para o abatimento das desonerações tributárias e dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Com a mudança todos os gastos com ações do PAC e com as desonerações tributárias concedidas, neste ano, poderão ser deduzidos da meta (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014a).⁴⁵

De forma simplificada, o superávit primário consiste na diferença entre receitas e despesas, aquilo que o governo consegue “economizar” para pagar os juros da dívida pública. É um indicador se o governo é um bom ou mau pagador da dívida (que existe na forma de títulos públicos). O não cumprimento, além dos prejuízos fundamentalmente políticos, poderia acarretar crime de

⁴⁵ A execução do PAC até o início de novembro somou 51,5 bilhões de reais, enquanto as desonerações, segundo a Receita Federal, estavam em 75,1 bilhões de reais até setembro.

responsabilidade, caso não respeitado o que está previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (ECONOMIA&NEGÓCIOS, 2014).⁴⁶

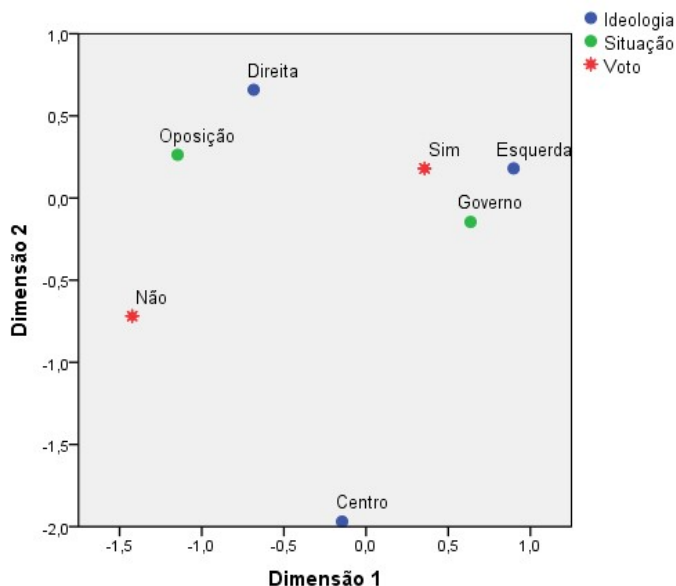
Além de ser um indicador da saúde financeira do governo, o superávit primário faz parte de algo muito mais amplo, do chamado tripé macroeconômico ortodoxo (câmbio flutuante, meta de inflação e superávit primário). Estruturado em conjunto com o FMI (Fundo Monetário Internacional) a partir de 1999, prevê taxa de câmbio flutuante com livre mobilidade de capitais para ajustar as contas externas; altas taxas de juros para garantir o cumprimento das metas de inflação; e superávit primário crescente para conter o endividamento do setor público e acalmar o mercado financeiro credor. Trata-se de uma política econômica semelhante à adotada por FHC (SICSÚ, 2013).

Levando em consideração o aspecto ideológico presente na escolha da política macroeconômica, para uma perspectiva de esquerda não faria sentido cortar gastos públicos e adotar medidas que vissem aumentar o superávit primário. A direita deveria defender um Estado mais enxuto e, por consequência, maior superávit primário. Para além da divergência sobre qual o tamanho que se quer do Estado, se faz presente ainda a submissão ou não do governo federal às imposições do mercado nacional e internacional. Mesmo assim, levando em consideração que estamos falando de um montante considerável de recursos e de ajustes contábeis, nesta votação, a premissa é a de que a relação governo/oposição se sobreponha, conforme indicação dos líderes: minoria “não” e governo “sim”.

A votação a ser analisada é a do substitutivo da Comissão Mista de Orçamento, a favor do texto original e de autoria do senador Romero Jucá (PMDB/RR) realizada em 04/12/2014, em sessão que durou quase 19 horas. Segue análise de correspondência múltipla.

⁴⁶ Quando o governo paga os juros da dívida pública e ainda sobra dinheiro, temos o chamado superávit nominal.

Gráfico 2 – Superávit primário: análise de correspondência múltipla



Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

O gráfico 2 aponta a relação entre as variáveis independentes escolhidas e o voto. Mesmo que de forma tímida, a categoria governo se aproxima mais do “sim” do que a esquerda. Já a oposição está bem mais próxima do “não” do que a direita, o que destaca a relação predominante. A tabela 4 detalha o ocorrido.

Tabela 4 – Superávit primário: votação por blocos (%)

Voto	Esquerda	Centro	Direita	Governo	Oposição	Total (N)
Sim	92,8	65,4	75,3	93,2	56	(240)
Não	7,2	34,6	24,7	6,8	44	(60)
Total (N)	(111)	(55)	(134)	(193)	(107)	(300)

Coefficiente de contingência: a) Governo/oposição: 0,40 ($p < 0,01$);

b) Ideologia: 0,25 ($p < 0,01$).

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

Em consonância com o componente político-ideológico envolvido, grande parte da esquerda é a favor do projeto. Entretanto, a direita vota consideravelmente a favor da revisão do superávit primário (75,3%), o que seria inesperado, levando em consideração a ideologia. Tal fato pode ser explicado considerando-se a relação governo/oposição predominante. O coeficiente de contingência maior evidencia a maior relação com o voto (0,40 contra 0,25 ideologia). Nesse sentido, a maior concentração de votos “sim” está no governo (93,2%) e menor na oposição (56%). A tabela 5 apresenta dados da regressão logística.

Tabela 5 – Voto “não” superávit primário: análise de regressão logística

Variável	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Ideologia			15,793	2	,000	
Ideologia(D)	,074	,498	,022	1	,881	1,077
Ideologia(C)	1,791	,530	11,411	1	,001	5,993
Governo	-2,747	,440	39,036	1	,000	,064
Constante	-3,285	,468	1,316	1	,251	,584

N = 300; Chi-quadrado = 75,237; g.l = 3; Sig. = 0,00; R² (Nagelkerke) = 0,351
% acerto total = 5%

A partir das estatísticas das variáveis do modelo, é possível notar uma direita bastante heterogênea, o que gera um valor de Sig. pouco significativo. Ser de centro implica quase seis vezes a chance de votar “não” comparado a um parlamentar de esquerda. Já levando em consideração a variável governo/oposição, mais relacionada ao voto e perceptível a partir da estatística de Wald, a chance de um parlamentar que faz parte do governo votar “não” é 6,4% da chance de um parlamentar pertencente ao governo. Em termos gerais a porcentagem de acerto do modelo é de 5%. A tabela 6 detalha o posicionamento dos partidos em plenário.

Tabela 6 – Superávit primário: votação por partido

E/D	Partido	Ind. líder	Sim	Não	Não vot.	% de votos (sim)	Total	Governo/oposição
	DEM	Obs.	1	9	1 ^[3]	9	11	Oposição
	PP	Sim	17	7	2 ^[3]	65,3	26	Governo
	PR	Sim	21	1	0	95,4	22	Governo
	PTB	Sim	13	2	0	86,6	15	Oposição
	PSC	Lib.	3	2	0	60	5	Oposição
	PRB	Sim	8	0	0	100	8	Governo

D	PROS	Sim	11	1	0	91,6	12	Oposição
	PRP	Sim	2	0	0	100	2	Oposição
	PSD	Sim	21	6	0	77,7	27	Oposição
	SD	Obs.	3	4	2 ^[3]	33,3	9	Oposição
	PTdoB	Sim	1	1	0	50	22	Oposição
C	PMDB	Sim	36	4	0	90	40	Governo
	PSDB	Obs.	0	15	4 ^[3]	0	19	Oposição
E	PT	Sim	71	0	0	100	71	Governo
	PSB	Obs.	1	4	0	20	5	Oposição
	PDT	Sim	14	1	0	93,3	15	Governo
	PCdoB	Sim	13	0	0	100	13	Governo
	PV	Sim	2	2	0	50	4	Oposição
	PPS	Obs.	0	1	0	0	1	Oposição
	PSOL	Sim	2	0	0	100	2	Oposição
Total			240	60	9	-	309	-
Indicação governo: sim					Indicação minoria: não			

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

No campo da esquerda, com exceção de PV, PPS e PSB, os demais partidos foram favoráveis à mudança da meta fiscal defendida pelo governo, o que seria coerente, levando em consideração o mérito do tema. Os partidos de direita, que deveriam ser contrários por questões ideológicas, comportaram-se de forma bastante heterogênea, provavelmente impactados pela relação governo/oposição. São exemplos PP, PR e PRB, amplamente favoráveis. A importância do pertencimento ou não à coalizão governista fica evidente ao constatar o comportamento diverso de PMDB e PSDB dispostos ao centro do espectro político. O PMDB teve 90% dos parlamentares votando sim enquanto o PSDB rejeitou a proposta completamente.

A sessão contou com embates acalorados em plenário entre governo e oposição, que inclusive se utilizou de todos os instrumentos regimentais possíveis para obstruir a votação. A oposição acusou a presidenta de perda do controle das contas públicas, irresponsabilidade, calote e má gestão. Para o deputado Nilson Leitão (PSDB/MT), “é uma manobra nunca vista para tentar encobrir um calote, uma falha de gestão”. O líder do DEM na Câmara, deputado Mendonça Filho (PE) chegou a afirmar que o governo montou um “salão de beleza especializado em maquiagem”. Os deputados governistas fizeram questão de ressaltar que em 2001 o governo de Fernando Henrique Cardoso também pediu ao Congresso a mudança de meta. O líder do PT, deputado Vicentinho (SP), criticou a oposição por desconsiderar a crise

mundial e o próprio não cumprimento de metas por parte dos estados, inclusive Minas Gerais e São Paulo, estados governados pelo PSDB (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014b).

A mudança da forma como o governo pode cumprir as metas de superávit primário não é nenhuma novidade. A primeira delas ocorreu em 2001, no governo FHC. À época foi mudada na LDO a forma de citação do superávit: de percentual do PIB para valor em reais. A alteração permitiu o uso de um superávit maior de estatais para compensar um déficit nos orçamentos fiscal e da seguridade. Em dois anos do segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2009 e 2010), também houve mudanças. Em 2009, a justificativa foi a mudança do cenário macroeconômico. A meta dos orçamentos fiscal e da seguridade foi diminuída de 2,2% do PIB para 1,4%. Em 2010, houve a exclusão da meta para as estatais. Já no governo Dilma Rousseff, na LDO de 2011, o Congresso também zerou o superávit primário das estatais. Em 2013, outra mudança retirou a necessidade de o governo federal compensar a meta global de superávit frente às dificuldades dos governos estaduais de cumprir sua parcela de economia (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014a). O passado recente deixa claro que o uso de artifícios contábeis é prática rotineira. Em tempos de recursos escassos e endividamento crescente, o *script* parece ser o mesmo independente do gestor e da sua filiação político-partidária.

5.3 CONCESSÃO DO PRÉ-SAL (PL 6726/2013)

O projeto de lei 6726/2013, de autoria do deputado Mendonça Filho (DEM/PE), propõe que a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos na área do pré-sal sejam feitas pela União, sob o regime de concessão. O modelo de concessão normalmente é usado quando há maior risco exploratório, em que o concessionário assume todos os riscos e investimentos de exploração e produção. Nesse caso, é proprietário do petróleo e do gás depois de pagar à União os tributos incidentes sobre a renda, *royalties* e pagamento pela ocupação da área. O modelo de partilha é usado em casos de baixo risco exploratório, o contratado exerce as atividades de exploração e produção, depois de oferecer em licitação maior bônus pela área e participação no volume de óleo produzido. Nesses casos, a Petrobras, como determina a Lei 12.351/2010, atua sempre como operadora e com uma participação de no mínimo 30%. Para o autor, grandes empresas norte-americanas e inglesas deixaram de participar

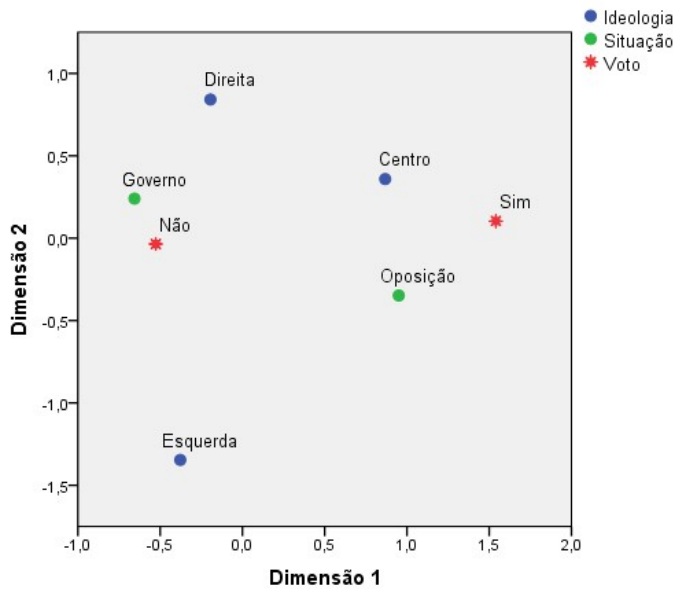
dos leilões incomodadas pela obrigatoriedade de ter a Petrobras como operadora única (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015u).⁴⁷

Para Gombata (2015), diante da preocupação com o lucro que o petróleo do pré-sal pode vir a oferecer, surge o debate sobre qual modelo de exploração e produção utilizar. Os dois casos implicam receitas para o Estado, mas de forma bastante diferenciada. Sinteticamente, no caso da concessão a empresa concessionária é a dona do óleo explorado, mas paga participações ao governo. O valor é definido costumeiramente em leilão e o contrato se dá por um certo período de tempo (20 a 30 anos, em geral). No contrato de partilha, o Estado é proprietário do petróleo extraído, cabendo à empresa contratante extrair o petróleo às suas custas, em troca de uma parte do petróleo extraído. O que não é extraído continua de propriedade do Estado. Dentre as vantagens em se ter o Estado como controlador da produção destacam-se pontos como a possibilidade de controlar o processo, negociar a venda, sobretudo para o exterior, além de poder planejar o setor enquanto engrenagem de uma política industrial mais ampla. Já os defensores do modelo de concessão falam em uma maior diversidade e amplitude do capital e criticam a falta de transparência em relação aos contratos com as empresas.

Não havendo votação nominal de nenhum conteúdo substantivo do projeto, o objeto de análise é a votação do dia 06 de outubro de 2015, o requerimento 1219/2015 de urgência para apreciação do PL 6726/2013. Visto que a questão central está em saber quem tem maior protagonismo: o Estado ou as empresas concessionárias, priorizado o componente ideológico envolvido a esquerda deveria ser contrária e a direita favorável à urgência da apreciação e consequentemente ao teor do projeto de lei em questão. Segue síntese da votação.

⁴⁷ O regime de concessão era utilizado no Brasil até 2010. A partir daí, com a sanção das leis 12.276/10 e 12.351/10 criou-se um novo marco legal para a exploração do petróleo encontrado na camada pré-sal. O novo marco legal prevê que a exploração pode ser feita também pelos modelos de partilha e de cessão onerosa de produção. Os três modelos são usados atualmente.

Gráfico 3 – Concessão do pré-sal: análise de correspondência múltipla



Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

O gráfico 3, de forma exploratória, ilustra o comportamento dos blocos em plenário. De antemão, fica evidente a relação predominante é a de governo e oposição. A oposição se aproxima do “sim” enquanto que o governo está bastante próximo do “não”. A tabela 7 detalha o ocorrido.

Tabela 7 – Concessão do pré-sal: votação por blocos (%)

Voto	Esquerda	Centro	Direita	Governo	Oposição	Total (N)
Sim	11,5	50	22,4	4,8	55,2	(106)
Não	88,5	50	77,6	95,2	44,8	(310)
Total (N)	(138)	(100)	(178)	(246)	(170)	(416)

Coefficiente de contingência: a) Governo/oposição: 0,49 (p<0,01);
b) Ideologia: 0,31 (p<0,01).

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

Por 311 votos a 106, o plenário da Câmara derrubou a urgência do projeto que altera o regime de partilha de produção para exploração do pré-sal. Aprovada a urgência, tal procedimento permitiria que os relatórios de comissões fossem apresentados diretamente no plenário.⁴⁸ Conforme expresso no gráfico 3, percebe-se que o posicionamento estratégico prepondera em relação ao posicionamento ideológico dos partidos (coeficiente de contingência – 0,49). O governo, em peso, vota “não” (95,2%), ao passo que a oposição tende a ser mais adepta ao voto favorável (55,2%). Os partidos atendem à indicação dos líderes (minoria “sim” e governo “não”). Diferentemente, o centro se divide, enquanto tanto a esquerda como a direita são mais favoráveis (88,5% e 77,6% respectivamente). A tabela 8 apresenta dados da regressão logística realizada.

Tabela 8 – Voto “não” concessão do pré-sal: análise de regressão logística

Variável	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Ideologia			45,069	2	,000	
Ideologia(D)	-1,319	,373	12,536	1	,000	,267
Ideologia(C)	-3,261	,486	45,069	1	,000	,038
Governo	3,902	,424	84,531	1	,000	49,519
Constante	1,037	,290	12,805	1	,000	2,822

N = 416; Chi-quadrado = 205,151; g.l = 3; Sig. = 0,00; R² (Nagelkerke) = 0,574
% acerto total = 10,8%

De acordo com o modelo, a chance de um parlamentar de direita votar “não” é 26% e centro 3% da chance de um parlamentar de esquerda. No entanto a relação mais consistente se dá no nível estratégico. Ser governo implica em 49 vezes a chance de votar “não” em comparação a um parlamentar de oposição. As duas variáveis se demonstraram significativas. A porcentagem de acerto total do modelo é de 10,8%. Na sequência o comportamento dos partidos de forma detalhada.

⁴⁸ O voto de um dos parlamentares não foi contabilizado por estar no momento da votação sem partido.

Tabela 9 – Concessão do pré-sal: votação por partido

E/D	Partido	Ind. líder	Sim	Não	Não Vot.	% de votos (sim)	Total	Governo/ oposição
D	DEM	Sim	15	0	0	100	15	Oposição
	PP	Não	4	28	2 ^[1]	11,7	34	Governo
	PR	Não	0	25	0	0	25	Governo
	PTB	Não	1	16	1 ^[1]	5,5	18	Governo
	PSC	Não	4	4	0	50	8	Oposição
	PRB	Não	0	15	0	0	15	Governo
	PROS	Não	0	12	0	0	12	Oposição
	PRP	Não	1	2	0	33,3	3	Oposição
	PSD	Não	0	24	0	0	24	Governo
	SD	Sim	15	0	0	100	15	Oposição
	PTdoB	Não	0	1	0	0	1	Oposição
	PSDC	Não	0	2	0	0	2	Oposição
	PEN	Não	0	2	0	0	2	Oposição
	PRTB	Não	0	1	0	0	1	Oposição
	PTC	Não	0	1	0	0	1	Oposição
	PTN	Não	0	4	0	0	4	Oposição
	PSL	Não	0	1	0	0	1	Oposição
C	PMDB	Não	7	47	1 ^[2]	12,7	55	Governo
	PSDB	Sim	43	3	0	93,4	46	Oposição
E	PT	Não	0	54	0	0	54	Governo
	PSB	Não	5	21	0	19,2	26	Oposição
	PDT	Não	0	15	0	0	15	Governo
	PCdoB	Não	0	10	0	0	10	Governo
	PV	Não	2	5	0	28,5	7	Oposição
	PPS	Sim	9	0	0	100	9	Oposição
	PMN	Não	0	3	0	0	3	Oposição
	PSOL	Não	0	5	0	0	5	Oposição
	PHS	Não	0	4	0	0	4	Oposição
	REDE	Não	0	5	0	0	5	Oposição
Total			310	106	4	-	420	-
Indicação governo: não					Indicação minoria: sim			

Fonte: Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

Como já exposto na tabela 9, não se verifica uma relação causal expressiva entre ideologia e voto. Mesmo se esperando que os partidos de direita fossem amplamente favoráveis, não é o que ocorre. Com exceção de partidos como DEM, SD e PSC, que se dividem, os demais tendem a ser contrários, assim como os partidos de esquerda. A exceção

nesse caso é o PPS, partido claramente oposicionista. A posição do PPS, assim como dos dois partidos de centro, PMDB e PSDB, além dos partidos de direita que faziam parte da base do governo,⁴⁹ revelam com clareza que essa é a relação preponderante: governo *versus* oposição. O governo consegue apoio da base aliada para derrotar o requerimento de urgência, o que garantiu o aprofundamento da discussão do assunto.

Aprovado o regime de urgência, a Câmara teria até 15 dias para apreciar a matéria. Para o autor da matéria, deputado Mendonça Filho, a proposta aprovada garantirá que o setor petrolífero brasileiro volte a angariar recursos para investir. Para ele, “o Brasil não tem investimento no setor de petróleo, devido à insegurança jurídica e à insegurança decorrente da exigência de participação da Petrobras na exploração de todos os campos”. Segundo o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT/CE), deve-se ter calma para apreciar a questão dado o momento da Petrobras. “O que está em jogo é o futuro da Petrobras e não uma briga de governo e oposição”, afirmou. A deputada da base do governo, Jandira Feghali (PCdoB/RJ), também destacou o momento de fragilidade da estatal e o risco de algo negativo prejudicá-la ainda mais nesse momento. Ainda mais enfático o deputado Glauber Braga (PSOL/RJ) chamou o projeto de “entreguista”. “Esse projeto entreguista é uma covardia com o Brasil. Países como a Noruega têm mais de 80% sobre a exploração do petróleo. Neste caso, o Brasil terá 10%, chegando no máximo a 30 com *royalties* e impostos. Isso é entregar a grande riqueza brasileira”, disse ele. Embora se perceba que a discussão foi muito mais entre a base aliada e a oposição, não há como descartar o componente ideológico presente. O regime de urgência foi duramente criticado por parlamentares governistas e oposicionistas de legendas como Rede, PSOL e PV (SALCEDO, 2015).

5.4 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR SERVIDORES PÚBLICOS (PL 1992/2007)

O projeto de lei 1992/2007 busca regulamentar o § 15 do art. 40 da Constituição Federal de 1988 - Emenda Constitucional nº 41, de 2003 (reforma da Previdência). Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência e autoriza a criação da Fundação de

⁴⁹ Cabe notar que o PROS, apesar de já não fazer mais parte (oficialmente) da base do governo neste momento vota com ele.

Previdência Complementar do Servidor Público Federal – FUNPRESP (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015r).

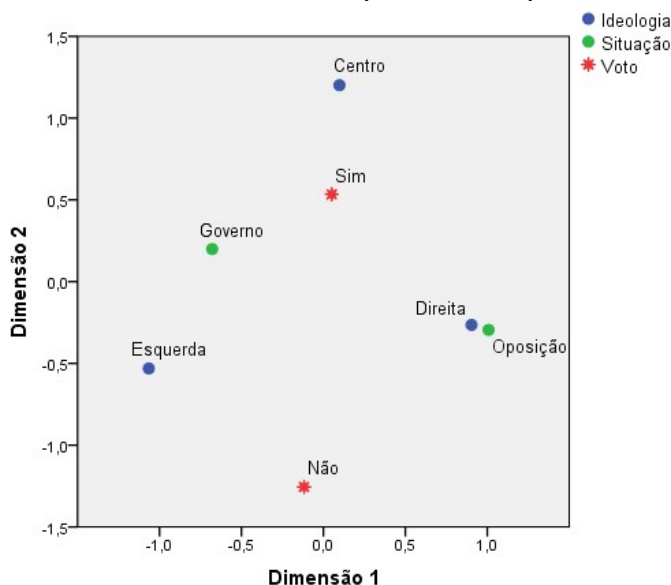
Em relação ao que representa, para Medina (2014), a análise da previdência complementar, assim como a própria reforma da previdência, não podem ser descontextualizadas da reforma do Estado ocorrida na década de 90 e as sensíveis alterações entre o público e o privado. Ocorre uma releitura do papel do Estado, de suas funções, bem como o redimensionamento de seu tamanho. Em 2003, a Emenda Constitucional nº 41 deu prosseguimento à reforma previdenciária ao extinguir o direito à integralidade e à paridade no tocante aos novos ingressos no serviço público. A supressão do direito à paridade permitiu a definitiva implantação do regime de previdência complementar.⁵⁰

O PL 1992/2007 pode ser considerado uma espécie de privatização da previdência por jogar a responsabilidade do Estado ao mercado financeiro. Normalmente, o Tesouro Nacional é responsável por arcar com qualquer déficit que venha a existir na previdência dos servidores públicos, já que não há fundo próprio para a aposentadoria destes trabalhadores. Enquanto os estados e municípios criaram seus regimes próprios de previdência, a União comprou a ideia de uma Previdência Complementar, reduzindo os riscos e a responsabilidade do Estado nesse campo. Para a esquerda, atende aos interesses do mercado financeiro, já que os recursos depositados durante mais de 30 anos serão “capitalizados”, ou seja, serão utilizados para comprar ações no mercado financeiro. Com a FUNPRESP, o sistema previdenciário dos servidores públicos tem ainda uma drástica redução em sua arrecadação, visto que a União deixa de contribuir 22% da remuneração bruta para 22% da remuneração limitada ao teto constitucional. O projeto valerá para os trabalhadores que vierem a ingressar no serviço público após a sua aprovação: os atuais servidores poderão, caso queiram, aderir ao fundo (BATISTA, 2015). A maior preocupação da direita é o equilíbrio fiscal. Mantidas as regras em vigor, a previdência não se demonstraria autossustentável.

⁵⁰ A integralidade garantia ao servidor público o direito de se aposentar com proventos correspondentes à última remuneração percebida em atividade. O direito à paridade promovia o atrelamento dos proventos ou pensões dos servidores aposentados, ou pensionistas, às remunerações percebidas pelos servidores em atividade.

Diante do exposto e dada a relação Estado/mercado, levando em consideração o componente ideológico, esperar-se-ia que a esquerda fosse contrária ao projeto e a direita favorável. A relação governo/oposição se sobressaindo, o esperado seria o governo ser favorável e a oposição contrária. A votação a ser analisada é a da subemenda substitutiva global oferecida pelo relator da Comissão de Seguridade Social e Família e votada, deputado Rogério Carvalho (PT/SE) no dia 28/02/2012. O gráfico 4 apresenta uma síntese esquemática do que ocorreu em plenário.

Gráfico 4 – Previdência complementar servidores públicos: análise de correspondência múltipla



Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

A análise de correspondência múltipla realizada aponta a complexa relação entre o voto e as categorias elencadas. O governo se aproxima um pouco mais do “sim” do que a oposição, enquanto dos blocos ideológicos o centro é o que está mais próximo, seguido da direita e por último da esquerda. A tabela 10 busca clarificar o ocorrido.

Tabela 10 – Previdência complementar servidores públicos:
votação por blocos (%)

Voto	Esquerda	Centro	Direita	Governo	Oposição	Total (N)
Sim	57,4	84,6	73,1	75,1	63,1	(318)
Não	42,6	15,4	26,9	24,9	36,9	(134)
Total (N)	(162)	(111)	(179)	(270)	(182)	(452)

Coefficiente de contingência: a) Ideologia: 0,22 ($p < 0,01$);

b) Governo/oposição: 0,12 ($p < 0,01$).

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

O texto base do projeto que extingue o principal atrativo da carreira do serviço público brasileiro, a aposentadoria integral, foi aprovado por ampla maioria. Dos 454 deputados presentes, 318 foram favoráveis ao projeto, 134 contrários e dois se abstiveram. Levando em consideração o impacto da díade governo/oposição, deveria o governo aderir mais ao projeto do que a oposição e é o que ocorre, mesmo que de forma tímida (75,1% e 63,1% respectivamente). A direita é em grande parte favorável (73,1%) e a esquerda a menos favorável das categorias (57,4%), mas ainda assim majoritariamente favorável. O centro composto por PMDB e PSDB se concentra majoritariamente no “sim” (84,6%). Considerado o aspecto político-ideológico envolvido, fazem sentido também esses dados. O entrelaçamento dessas variáveis fica evidente com valores de coeficiente de contingência: 0,22 ideologia e 0,12 governo/oposição. A ideologia aparenta ter uma relação um pouco maior com o voto comparada à relação governo/oposição.

Tabela 11 – Voto “não” previdência complementar servidores públicos:
estatísticas das variáveis do modelo

Variável	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Ideologia			37,631	2	,000	
Ideologia(D)	-1,464	,297	24,344	1	,000	,231
Ideologia(C)	-1,940	,345	31,568	1	,000	,144
Governo	-1,325	,275	23,235	1	,000	,266
Constante	,857	,289	8,820	1	,003	2,356

N = 452; Chi-quadrado = 52,606; g.l = 3; Sig. = 0,00; R² (Nagelkerke) = 0,156
% acerto total = 3,1%

Mesmo com uma porcentagem de acerto de 3,1%, é bastante perceptível a semelhante correlação entre as duas variáveis independentes e o voto. Tal afirmação pode ser confirmada com os coeficientes da estatística de Wald, assim como verificada a chance do voto “não”. A chance de um parlamentar de direita votar “não” é 23% da chance de um parlamentar de esquerda. Chance semelhante é a do governo votar “não” comparada à oposição (26%). O centro, em comparação à esquerda, tem uma chance de 14%.

Tabela 12 – Previdência complementar servidores públicos:
votação por partido

E/D	Partido	Ind. líder	Sim	Não	Não vot.	% de votos (sim)	Total	Governo/oposição
D	DEM	Não	3	22	0	12	25	Oposição
	PP	Sim	34	1	0	97,1	35	Governo
	PR	Sim	20	12	0	62,5	32	Governo
	PTB	Lib.	15	1	0	93,7	16	Oposição
	PSC	Sim	13	1	0	92,8	14	Oposição
	PRB	Sim	9	1	0	90	10	Oposição
	PTdoB	Sim	2	0	0	100	2	Oposição
	PTC	Sim	1	0	0	100	1	Oposição
	PSL	Sim	1	0	0	100	1	Oposição
	PRP	Sim	1	0	0	100	1	Oposição
C	PSD	Lib.	32	10	1 ^[1]	74,4	43	Oposição
	PMDB	Sim	62	3	1 ^[1]	93,9	66	Governo
	PSDB	Sim	32	14	1 ^[3]	68	47	Oposição
E	PT	Sim	68	8	1 ^[2]	88,3	77	Governo
	PSB	Lib.	9	17	0	34,6	26	Governo
	PDT	Não	2	22	0	8,3	24	Governo
	PCdoB	Lib.	8	4	0	66,6	12	Governo
	PV	Lib.	4	3	0	57,1	7	Oposição
	PPS	Lib.	0	11	0	0	11	Oposição
	PMN	Não	0	2	0	0	2	Oposição
	PHS	Sim	1	0	0	100	1	Oposição
	PSOL	Não	0	3	0	0	3	Oposição
Total			318	134	4	-	456	-
Indicação governo: sim					Indicação minoria: liberado			

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

A presente votação demonstrou-se bastante atípica, com PT e PSDB votando juntos, enquanto PSOL e DEM também, mas contrários ao projeto. A maioria dos partidos votou junto com o relator da matéria. Da base aliada PSB e PDT, não votaram com o governo. Da oposição PTB, PSC e os pequenos PTdoB, PTC, PSL, PRP e PHS foram favoráveis. Nas galerias da Câmara, os servidores manifestaram seu desagrado com a posição do PT cantando em coro: “Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão”. O governo buscou se defender. Para o relator, deputado Rogério Carvalho (PT/SE), “O governo e o PT querem um Estado do tamanho que o Brasil e os brasileiros precisam. E, para isso, é preciso afastar de vez o fantasma do rombo previdenciário”, justificou. O presidente do PSOL, deputado Ivan Valente (SP), questionou a tese de “rombo da previdência”. Segundo ele, “isso chama-se privatização da previdência pública”. Para ele, a FUNPRESP é uma vergonha e uma afronta ao funcionalismo público. “Será o maior fundo privado do país. Como se coloca a aposentadoria dos servidores públicos nas mãos do mercado financeiro? Querem equiparar a previdência privada e a pública, mas nivelando por baixo” (PASSOS, 2012).

O texto cria a possibilidade das contribuições dos servidores serem aplicadas no mercado financeiro. Para Paulo Barela, membro da CSP-Conlutas, é uma continuação da política privatista do governo Fernando Henrique Cardoso. “Em síntese, é um projeto que privatiza a previdência dos servidores públicos federais. Criado apenas para fazer investimento no mercado financeiro e acabar com a aposentadoria integral do funcionário público, nenhum servidor vai poder ganhar acima do teto”. O caráter privado do fundo que está sendo criado foi um dos aspectos mais criticados por parlamentares de diversos partidos. Para o deputado Chico Alencar (PSOL/RJ), houve um encontro de interesses, unindo por exemplo, PT, PSDB e PP (CSP-CONLUTAS, 2012).

Se o encaminhamento de partidos como PT e PCdoB denotam o interesse governamental de enxugamento do Estado e uma preocupação contábil que deixa em segundo plano o aspecto ideológico envolvido, os votos favoráveis advindos de partidos de oposição e de centro e direita como PSC e PSDB e o rejeite de partidos governistas e de esquerda como PSB e PDT evidenciam que há também uma preocupação de alguns partidos com a diretriz da medida. O interesse por boa parte do governo na aprovação do projeto e o apoio de parte da oposição demonstram ser esta votação norteadas de elementos diversos. Menos do que nos outros casos, não há uma variável claramente predominante.

5.5 10% DO PIB EM EDUCAÇÃO (PL 8035/2010)

Sancionado em 24 de junho de 2014, sem vetos, o Projeto de Lei 8035/2010 é transformado na Lei nº 13005/2014. Trata do Plano Nacional de Educação (PNE), instrumento de planejamento que busca orientar a execução e o aprimoramento das políticas do setor. No texto estão definidos os objetivos e metas em todos os níveis – infantil, básico e superior – a serem executados nos próximos dez anos. O PNE 2014-2024 traz dez diretrizes, dentre elas a erradicação do analfabetismo, a melhoria da qualidade da educação, além da valorização dos profissionais de educação (BRASIL, 2015a).

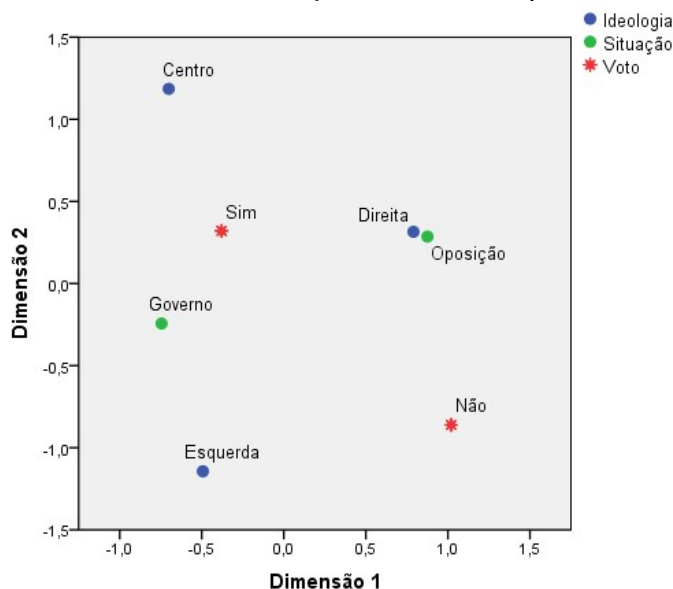
O presidente da Câmara na ocasião, Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), ressaltou a importância da votação do plano, segundo ele “um dos projetos mais importantes de toda a legislatura”. Dentre outras coisas, o projeto estabelece um investimento de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) na educação em 2024, incluído nesse percentual o dinheiro investido em escolas públicas e parcerias com a iniciativa privada como ProUni, Fies, Ciência sem Fronteiras, Pronatec e creches conveniadas.⁵¹ A discussão sobre quais gastos seriam incluídos nessa porcentagem gerou intenso debate na Câmara. PSB, PDT e PSOL tentaram retirar os programas relacionados ao setor privado desse percentual, o que culminou no destaque do PDT ao projeto com o intuito de rever o §5º do art. 5º do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014a). A votação em separado desse destaque é de interesse nessa análise.

Martins e Gomes (2015) analisando leis relacionadas à educação aprovadas de 1995 a 2010, afirmam que levando em consideração a dimensão político-ideológica haveria maior presença de iniciativas na área educacional entre os partidos de esquerda e, além disso, seria esta defensora da educação pública e a direita adepta ao financiamento privado da educação. Semelhantemente e a partir do que já foi exposto na fundamentação teórica, em nome de um Estado diminuto e do livre mercado, seria de se esperar que os parlamentares de direita fossem favoráveis a que dentro dos 10% estivessem contempladas as parcerias público-privadas (voto “sim”). A esquerda, pelo contrário, deveria buscar ampliar os recursos na área e fortalecer o papel o Estado em detrimento da iniciativa privada. Se esperaria, então, que a esquerda fosse contrária a que nos 10% do PIB contassem bolsas

⁵¹ O plano prevê um aumento gradual do investimento público em educação até que se chegue a um patamar de 7% do PIB no quinto ano de vigência do PNE e de ao menos 10% em 2024.

de estudo e subsídios para estudo em instituições de ensino privadas (voto “não”). Entretanto, a partir da hipótese central teria a relação governo/oposição um melhor poder explicativo dado o caráter financeiro envolvido. Na sequência, apresenta-se a análise de correspondência múltipla da votação em questão.

Gráfico 5 – 10% PIB educação: análise de correspondência múltipla



Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

Como se pode notar no gráfico 5, as categorias esquerda e direita estão praticamente na mesma distância do voto “sim” e “não”, ou seja, se comportaram de forma semelhante. Já o governo está consideravelmente mais próximo do “sim”. Em seguida a tabela 13 detalha melhor o que ocorreu na referida votação.

Tabela 13 – 10% PIB educação: votação por blocos (%)

Voto	Esquerda	Centro	Direita	Governo	Oposição	Total (N)
Sim	58,7	92	68	72,2	58,9	(269)
Não	41,3	8	32	27,8	41,1	(118)
Total (N)	(136)	(88)	(163)	(209)	(178)	(387)

Coefficiente de contingência: a) Ideologia: 0,27 ($p < 0,01$);

b) Governo/oposição: 0,20 ($p < 0,01$).

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

A tabela 13 evidencia que o voto “sim” predominou. O destaque foi rejeitado e a esquerda e a direita se comportou com uma diferença de 10 pontos percentuais. O centro (PMDB e PSDB) se diferenciou ao ser a categoria que apresentou menor rejeição. O coeficiente de contingência de 0,27 para ideologia e 0,22 para governo/oposição demonstra que ambas as variáveis demonstram ter uma baixa relação com o voto, com a ideologia explicando um pouco melhor o comportamento dos atores políticos. Na sequência seguem dados da regressão logística.

Tabela 14 – Voto “não” 10% PIB educação: análise de regressão logística

Variável	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Ideologia			36,021	2	,000	
Ideologia(D)	-1,184	,299	15,667	1	,000	,306
Ideologia(C)	-2,628	,460	32,604	1	,000	,072
Governo	-1,454	,288	25,523	1	,000	,234
Constante	,821	,285	8,319	1	,004	2,273

N = 387; Chi-quadrado = 65,966; g.l = 3; Sig. = 0,00; R^2 (Nagelkerke) = 0,221
% acerto total = 7,2%

Os dados da tabela 14 demonstram um modelo com porcentagem total de acerto de 7,2% e a partir dele um grau de relação das duas variáveis independentes com o voto semelhante. A partir do modelo, a chance de um parlamentar de direita votar “não” é 30% da chance de um deputado de esquerda. Já um parlamentar de centro tem 7% de chance comparado a um de esquerda. Em relação à variável situação a chance de um parlamentar de governo votar “não” é 23% da chance de um parlamentar de oposição. Na sequência são apresentadas informações sobre o comportamento individual dos partidos.

Tabela 15 – 10% PIB em educação: votação por partido

E/D	Partido	Ind. líder	Sim	Não	Não vot.	% de votos (sim)	Total	Governo/oposição
D	DEM	Lib.	11	13	0	45,8	24	Oposição
	PP	Sim	22	2	0	91,6	24	Governo
	PR	Sim	17	7	0	70,8	24	Governo
	PTB	Sim	10	1	0	90,9	11	Oposição
	PSC	Lib.	3	5	0	37,5	8	Oposição
	PRB	Sim	5	2	0	71,4	7	Governo
	PROS	Sim	11	6	0	64,7	17	Oposição
	PRP	Sim	1	0	0	100	1	Oposição
	PSD	Sim	21	8	0	72,4	29	Oposição
	SD	Lib.	7	8	0	46,6	15	Oposição
	PTdoB	Sim	2	0	0	100	2	Oposição
	PSDC	Sim	1	0	0	100	1	Oposição
C	PMDB	Sim	46	6	2 ^[1;2]	85,1	54	Governo
	PSDB	Sim	35	1	0	97,2	36	Oposição
E	PT	Sim	73	1	0	98,6	74	Governo
	PSB	Não	2	18	0	10	20	Oposição
	PDT	Não	1	14	0	6,6	15	Governo
	PCdoB	Não	0	13	0	100	13	Governo
	PV	Não	1	4	0	20	5	Oposição
	PPS	Não	0	4	0	0	4	Oposição
	PMN	Sim	0	2	0	0	2	Oposição
	PSOL	Não	0	3	0	0	3	Oposição
Total			269	118	2	-	389	-
Indicação governo: sim					Indicação minoria: não			

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

Verificado o comportamento dos partidos de direita, a grande maioria foi favorável à manutenção do texto original, com exceção do DEM, PSC e SD. Quanto à esquerda, com exceção do PT, os demais partidos rejeitaram o destaque. Chama a atenção o comportamento do PCdoB, normalmente adepto à indicação do governo. Nesse processo, o PDT e PCdoB acabam sendo os grandes traidores, e provavelmente priorizando a dimensão político-ideológica.

Para o relator do PNE, deputado Angelo Vanhoni (PT/PR), os gastos com Fies, ProUni e outras isenções correspondem a um valor pequeno comparado ao montante de investimento no ensino público. Para ele “dez por cento do PIB são mais do que suficientes para a

realização de todo o Plano Nacional de Educação”. Por outro lado os defensores dos 10% do PIB apenas para as instituições públicas argumentaram que, ao incluir parcerias e isenções, na prática o governo retira dinheiro do ensino público. O líder do PSOL, deputado Ivan Valente (RJ) afirmou que a aplicação de 10% do PIB em educação pública é “a alma” do Plano Nacional de Educação. Para ele não faz sentido “tirar dinheiro da educação pública para dar para o setor privado”. O líder do PDT, Vieira da Cunha (RS), expôs que “permitir o uso desse dinheiro para isenções fiscais, bolsas de estudo e subsídios em financiamento é inadmissível, é retroceder em relação ao que avançamos” (BRASIL, 2014a).

Semelhante ao que foi verificado por Martins e Fontes (2015), a posição das bancadas nas votações relativas a questões estruturantes da educação se altera muito em função da relação com o Poder Executivo (governo ou oposição). O PT, por exemplo, “uma vez na situação, assumiu propostas legislativas que integraram disposições sobre as quais havia se pronunciado contrariamente enquanto partido de oposição” (MARTINS; GOMES, 2015, p. 103). Parece também ser essa a tônica do projeto em questão.

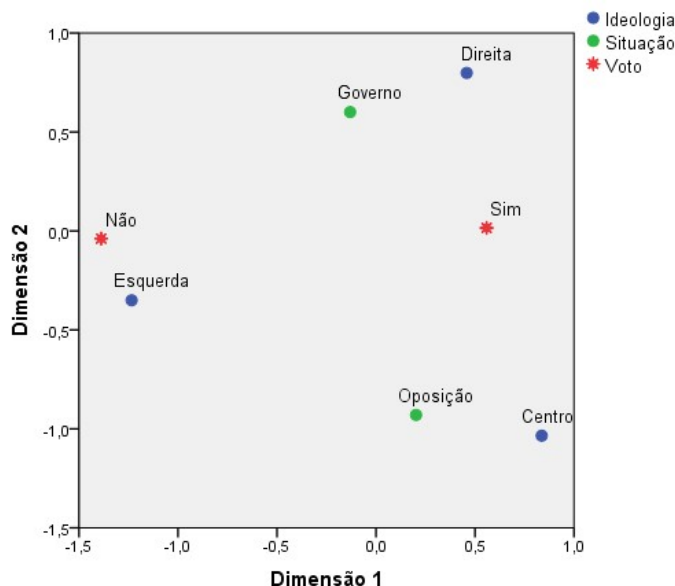
5.6 COBRANÇA ESPECIALIZAÇÃO UNIVERSIDADES PÚBLICAS (PEC 395/2014)

A proposta de emenda constitucional (PEC) 395/2014 altera a redação do inciso IV do artigo 206 da Constituição Federal, que garante “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”. De acordo com a PEC, as universidades poderão cobrar mensalidades de cursos de extensão, pós-graduação *lato sensu* e mestrados profissionais. Nesses casos, caberá à direção da universidade decidir se cobrará ou não dos alunos. Da forma como está hoje, as universidades que cobram mensalidade são alvos de processos judiciais que questionam a legalidade do procedimento. Fica mantida a gratuidade para cursos regulares de graduação, mestrado e doutorado (PASSARINHO, 2015).

A proposta é de autoria do deputado Alex Canziani (PTB/PR). O texto em análise é o substitutivo do relator, deputado Cleber Verde (PRB/MA), votado em primeiro turno no dia 21/10/2015. Como trata-se de uma emenda à constituição, será votado em segundo turno antes de ser submetido ao Senado Federal. De um ponto de vista ideológico espera-se que os partidos de direita sejam adeptos à proposta já que claramente este embutida a ideia de diminuir as atribuições do Estado, ou mesmo uma forma de complementar o financiamento das

universidades públicas ao cobrar de quem pode pagar. A esquerda, por sua vez, deveria ser contrária em prol de um Estado provedor de políticas públicas enquanto direito e primordialmente universais, aí incluindo as de educação. O gráfico 6 explana como os partidos em bloco se comportaram em plenário.

Gráfico 6 – Cobrança especialização universidades públicas:
análise de correspondência múltipla



Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

A análise de correspondência múltipla realizada evidencia o que seria de se esperar, sendo a variável ideologia preponderante. A esquerda tende a estar próxima do “não”, enquanto a direita do “sim”. Tanto o governo quanto a oposição estão mais próximos do “sim”, o que revela, mesmo que de forma não confirmatória, a pouca ou nenhuma relação do posicionamento estratégico com o voto. A tabela a seguir detalha a dinâmica da votação.

Tabela 16 – Cobrança especialização universidades públicas:
votação por blocos (%)

Voto	Esquerda	Centro	Direita	Governo	Oposição	Total (N)
Sim	36,1	93,2	85,3	67,5	77,1	(318)
Não	63,9	6,8	14,7	32,5	22,9	(128)
Total (N)	(144)	(104)	(198)	(271)	(175)	(446)

Coefficiente de contingência: a) Ideologia: 0,47 ($p < 0,01$);

b) Governo/oposição: 0,10 ($p < 0,05$).

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

O plenário da Câmara aprovou por 318 votos contra 129 a PEC 395/2014.⁵² A ideologia se demonstra um determinante forte, o que pode ser constatado a partir do coeficiente de contingência (0,47). Já a relação governo/oposição não se demonstra muito significativa ($p < 0,05$), assim como o valor do coeficiente é bastante inferior (0,10). Nesse sentido tanto centro quanto direita são amplamente favoráveis à proposta (93,2% e 85,3% respectivamente), enquanto que a esquerda é majoritariamente contrária (63,9%). Tanto governo quanto oposição tender a ser favoráveis, o que condiz com a pouca relação entre voto e posicionamento estratégico.

Tabela 17 – Voto “não” da especialização universidades públicas:
análise de regressão logística

Variável	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Ideologia			105,866	2	,000	
Ideologia(D)	-2,450	,276	79,061	1	,000	,086
Ideologia(C)	-3,215	,432	55,424	1	,000	,040
Governo	,734	,271	7,352	1	,007	2,084
Constante	,154	,230	,451	1	,502	1,167

N = 446; Chi-quadrado = 137,772; g.l = 3; Sig. = 0,00; R² (Nagelkerke) = 0,380
% acerto total = 9%

Constata-se claramente a relevante relação entre ideologia e voto. Ser de direita implica em 8% de chance de votar “não” e centro 4% comparado a um parlamentar de esquerda. Não é possível prever os

⁵² Um voto contrário não foi inserido visto que o parlamentar no momento estava sem partido.

dados para o governo (baixa significância). O modelo se demonstra com uma porcentagem de acerto de 9%.

Tabela 18 – Cobrança especialização universidades públicas:

votação por partido

E/D	Partido	Ind. líder	Sim	Não	Não vot.	% de votos (sim)	Total	Governo/o posição
D	DEM	Sim	17	0	0	100	17	Oposição
	PP	Sim	30	4	0	88,2	34	Governo
	PR	Lib.	22	6	1 ^[1]	75,8	29	Governo
	PTB	Sim	22	0	1 ^[1]	100	23	Governo
	PSC	Sim	6	3	0	66,6	9	Oposição
	PRB	Sim	13	6	0	68,4	19	Governo
	PROS	Sim	9	1	0	90	10	Oposição
	PRP	Sim	3	0	0	100	3	Oposição
	PSD	Sim	26	4	0	86,6	30	Governo
	SD	Sim	12	2	0	85,7	14	Oposição
	PTdoB	Sim	1	0	0	100	1	Oposição
	PSDC	Sim	2	0	0	100	2	Oposição
	PEN	Sim	2	0	0	100	2	Oposição
	PTC	Sim	1	1	0	50	2	Oposição
	PTN	Sim	2	2	0	50	4	Oposição
	PSL	Sim	1	0	0	100	1	Oposição
C	PMDB	Sim	46	7	1 ^[2]	85,1	54	Governo
	PSDB	Sim	51	0	0	100	51	Oposição
E	PT	Lib.	14	42	2 ^[1]	24,1	58	Governo
	PSB	Lib.	11	19	0	36,6	30	Oposição
	PDT	Sim	10	8	0	55,5	18	Governo
	PCdoB	Não	0	11	0	0	11	Governo
	PV	Sim	5	1	0	83,3	6	Oposição
	PPS	Sim	8	0	0	100	8	Oposição
	PMN	Sim	2	1	0	66,6	3	Oposição
	PSOL	Não	0	5	0	0	5	Oposição
	PHS	Sim	2	0	0	100	2	Oposição
	REDE	Não	0	5	0	0	5	Oposição
Total			318	128	5	-	451	-
Indicação governo: liberado					Indicação minoria: sim			

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

A consistência do peso da ideologia na discussão sobre a cobrança nas universidades públicas é notória ao se analisar o posicionamento dos partidos de direita. Com exceção dos pequenos PTC e PTN que racharam, os demais foram predominantemente favoráveis.

A maioria dos parlamentares de esquerda são contrários. PCdoB, PSOL e REDE são os únicos partidos em que os líderes recomendam voto contrário. PV, PPS, PMN e PHS são majoritariamente favoráveis, assim como o PDT de Cristovam Buarque. No centro, tanto PMDB quanto PSDB são em peso a favor da proposta.

Alguns parlamentares puseram em dúvida o componente ideológico. Para o relator da PEC, deputado Cleber Verde (PRB/MA), com a cobrança as universidades poderão investir com mais afinco em cursos de graduação de qualidade, bem como em infra-estrutura. Diz ainda, “são cursos profissionalizantes, feitos por demanda que vem da empresa, de órgãos públicos, para a capacitação daquele trabalhador. Não é justo que a universidade, que já tem os seus cursos diminuídos, tenha de custear também cursos profissionalizantes”. Visão diferente tem o líder do PSOL, deputado Chico Alencar (RJ). Segundo ele trata-se do início da “privatização do sistema público”. “Esse projeto acaba ferindo e abrindo uma porta perigosa para o papel estratégico do sistema educacional público. Vai contra o princípio da educação pública, universal, de qualidade”, declarou (PASSARINHO, 2015).

Para Francisco Jacob Paiva da Silva, primeiro secretário do ANDES-Sindicato Nacional, a PEC 395 é mais um instrumento da política educacional neoliberal para o ensino superior público. Amplia o processo de privatização e mercantilização da educação e do conhecimento. O debate ideológico é evidente. A juventude do PT inclusive emitiu nota em 23/10, censurando a atitude dos deputados do partido que votaram a favor. “Historicamente, o Partido dos Trabalhadores defende a gratuidade no ensino público da creche à pós-graduação. Contudo, a referida PEC foi aprovada com o voto de 14 deputados do PT e contou com a abstenção de 2 parlamentares petistas”. O documento questiona ainda o posicionamento da liderança que liberou o voto da bancada ao invés de orientá-la a barrar a medida (ADUSP, 2015).

De forma geral a matéria foi norteadada por um claro teor ideológico. Nos casos em que os partidos se comportaram de forma distinta ao que se esperava, provavelmente o posicionamento estratégico tenha prevalecido. É importante destacar que o líder do governo liberou a bancada, enquanto que o da minoria recomendou voto favorável.

5.7 VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO (PL 382/2011)

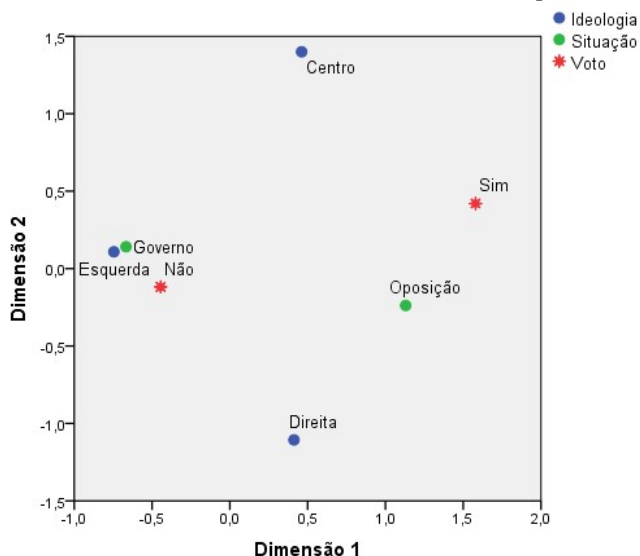
O projeto de lei 382/2011 dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011 e a sua política de valorização de longo prazo. Em

votação simbólica o texto básico foi aprovado, fixando em R\$545,00 o valor do salário mínimo e estabelecendo diretrizes para a valorização do salário mínimo entre 2012 e 2015.⁵³ Feito isso foram votadas, na forma de destaque em separado e nominalmente, as emendas do PSDB (emenda1) e do DEM (emenda 2). A primeira previa o valor de R\$600,00 para o salário e mínimo e a segunda R\$560,00 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011d).

A votação que será levada em consideração é a do destaque do PSDB que ocorreu em 16/02/2011 que propõe o mínimo de R\$600,00. Embora aqui não esteja em jogo a política de valorização do salário mínimo e que inegavelmente é uma marca dos governos petistas o ganho real do mesmo, prevalecendo a ideologia se esperaria que os partidos de esquerda fossem favoráveis a um salário mínimo maior em comparação aos partidos de direita. Como aponta Souen (2012), a esquerda afinada com o movimento sindical, seria adepta à uma trajetória ascendente do salário mínimo compreendida como um mecanismo importante de combate à desigualdade social e regulação do mercado de trabalho. Por outro lado, imperando o interesse governista o Partido dos Trabalhadores poderia ser contrário, juntamente com a base aliada, àquele aumento, dado o efeito nos cofres públicos. Sendo este o caso indicaria um movimento bastante distinto do que ocorria no governo Fernando Henrique Cardoso onde o PT oposição era um dos principais críticos do aumento insignificante do salário mínimo. Segue representação gráfica do que ocorreu na Câmara dos Deputados.

⁵³ Para os aumentos futuros do salário mínimo, a fórmula aprovada é a mesma em vigor desde 2007: reposição da inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e aumento real pela taxa do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos anteriores.

Gráfico 7 – Valor do salário mínimo: análise de correspondência múltipla



Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

O gráfico exalta que a oposição se aproximou mais do “sim” do que qualquer outro grupo, assim como a esquerda e o governo do “não”. Tal constatação de antemão desmerece o componente ideológico, trazendo à tona os interesses divergentes da base governista e oposicionista. A tabela 19 apresenta esses dados de forma pormenorizada.

Tabela 19 – Valor do salário mínimo: votação por blocos (%)

Voto	Esquerda	Centro	Direita	Governo	Oposição	Total (N)
Sim	10,1	37,8	22,4	2,6	52	(106)
Não	89,9	62,2	77,6	97,4	48	(376)
Total (N)	(177)	(127)	(178)	(303)	(169)	(482)

Coefficiente de contingência: a) Governo/oposição: 0,50 ($p < 0,01$);

b) Ideologia: 0,25 ($p < 0,01$).

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

A emenda do PSDB foi rejeitada por 376 votos a 106. A relevância e o impacto do posicionamento estratégico fica evidente com o valor significativo do coeficiente de contingência para governo/oposição (0,50). A ideologia se demonstra bem menos relacionada (0,25). Tal dado faz sentido ao visualizar que esquerda, centro e direita não se comportam de forma muito distinta. Enquanto aqui há uma certa aleatoriedade, o mesmo não ocorre em se tratando do comportamento do governo e da oposição. O governo é amplamente contrário (97,4%), já a oposição é modestamente favorável (52%). A alta adesão da base governista ao “não” é a informação mais relevante. Composta em sua maior parte por partidos de esquerda, estes também se demonstram adversos. Na sequência seguem os dados da regressão logística realizada.

Tabela 20 – Voto “não” valor do salário mínimo: análise de regressão logística

Variável	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Ideologia			28,557	2	,000	
Ideologia(D)	,398	,385	1,070	1	,301	1,489
Ideologia(C)	-1,738	,450	14,916	1	,000	,176
Governo	4,338	,447	93,978	1	,000	76,553
Constante	-,013	,329	,002	1	,968	,987

N = 482; Chi-quadrado = 223,191; g.l = 3; Sig. = 0,00; R² (Nagelkerke) = 0,569
% acerto total = 9,1%

O alto valor do coeficiente da estatística de Wald (governo) corrobora com o coeficiente de contingência apresentado anteriormente para governo/oposição. Nesse sentido a chance de um parlamentar do governo votar “não” é de 76 vezes em comparação com um parlamentar governista. Em se tratando de ideologia, ser do PSDB ou PMDB (centro) acarreta em 17,6% da chance de votar “não” comparado a um parlamentar da esquerda. Para a direita os dados não se demonstraram significativos. O modelo tem porcentagem de acerto satisfatória de 9,1%. A tabela 21 demonstra o posicionamento dos partidos.

Tabela 21 – Valor salário mínimo: votação por partido

E/D	Partido	Ind. líder	Sim	Não	Não vot.	% de votos (sim)	Total	Governo/oposição
	DEM	Sim	34	4	4 ^[1;3]	80,9	42	Oposição
	PP	Não	2	40	0	4,7	42	Governo
	PR	Não	3	36	0	7,6	39	Governo

D	PTB	Não	1	21	0	4,5	22	Oposição
	PSC	Não	0	17	0	0	17	Oposição
	PRB	Não	0	11	0	0	11	Oposição
	PTdoB	Não	0	4	0	0	4	Oposição
	PRTB	Não	0	1	0	0	1	Oposição
	PSL	Nã	0	1	0	0	1	Oposição
	PRP	Não	0	2	0	0	2	Oposição
C	PTC	Não	0	1	0	0	1	Oposição
	PMDB	Não	0	77	0	0	77	Governo
	PSDB	Sim	48	2	0	96	50	Oposição
E	PT	Não	0	78	1 ^[2]	0	79	Governo
	PSB	Não	0	30	0	0	30	Governo
	PDT	Não	2	20	3 ^[1;3]	8	25	Governo
	PCdoB	Não	1	14	0	6,6	15	Governo
	PV	Lib.	1	12	1 ^[1]	7,1	14	Oposição
	PPS	Lib.	10	0	1 ^[1]	100	11	Oposição
	PMN	Lib.	0	4	0	0	4	Oposição
	PHS	Não	1	1	0	50	2	Oposição
	PSOL	Sim	3	0	0	100	3	Oposição
Total			106	376	10	-	492	-
Indicação governo: não					Indicação minoria: sim			

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

No campo da direita a maioria dos partidos é contrário ao aumento do salário mínimo para R\$600,00. A exceção é o DEM, com 80,9% dos parlamentares favoráveis. O mesmo ocorre na esquerda, sendo a exceção o PPS e PSOL totalmente favoráveis. O posicionamento do DEM e PPS, claramente oposição, assim como a distinção significativa entre PMDB e PSDB, destacam a magnitude da influência do pertencimento ou não à base aliada ou oposicionista para votar a matéria. Todos os parlamentares do PMDB foram contrários. 96% dos parlamentares do PSDB foram favoráveis.

O líder da minoria indicou foto favorável e o do governo contrário. Essa votação foi um dos primeiros grandes testes do governo Dilma na Câmara, inclusive com a presença do ministro da Fazenda, Guido Mantega, para defender a proposta do governo. O líder do governo, Cândido Vaccarezza, destacou a unidade da base aliada: “A dissidência é tão insignificante que não vale a pena discutir esse assunto. A fidelidade da base aliada está aprovada e foi testada e fortalecida nesse debate político. Não passamos por cima de ninguém. Ganhamos o debate político e ganhamos a votação”, afirmou (G1, 2011).

O governo não fez concessões e a rejeição a qualquer valor superior a R\$545,00 só pode ser interpretado concomitante ao anúncio do corte de R\$50 bilhões no orçamento e em sentido mais amplo ao ajuste fiscal proposto pelo governo. O deputado José Mentor (PT/SP), antes da votação do mínimo, sinalizou a importância da votação. "Essa votação é vida ou morte. Sinaliza austeridade num tema que é popular. O simbólico é mais importante". Estranhamente viu-se também silêncio de forças políticas importantes como a CNBB, MST e postura confusa do movimento sindical. O governo, depois de muita articulação e negociação, e com a participação ativa de Dilma e do vice-presidente Michel Temer, conseguiu barrar núcleos de resistência ao projeto e aprovar o que julgou "viável" (IHU, 2016).

Tamanho esforço do governo evidencia uma clara preocupação fiscal e coloca à margem da discussão a diretriz da política. O PSOL, condizente com sua postura em plenário, destaca que ao mesmo tempo que se destina quase metade dos recursos para juros e amortizações da dívida pública, o governo incoerentemente prevê um aumento ínfimo do salário mínimo. Nesse ritmo, não se tem previsão para que se cumpra o que está previsto no art. 7º da Constituição Federal, ou seja, o direito do trabalhador a um salário mínimo capaz de atender às suas necessidades, incluindo moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, transporte, etc. O governo alega que cada R\$1,00 de aumento no salário mínimo gera uma despesa anual de R\$286,4 milhões com pagamento de aposentadorias e outros benefícios vinculados ao salário mínimo (GENRO, 2010). Esse discurso seria ferozmente combatido pelo PT em outros tempos.

5.8 SEGURO-DESEMPREGO TRABALHADORES DOMÉSTICOS (PLP 302/2013)

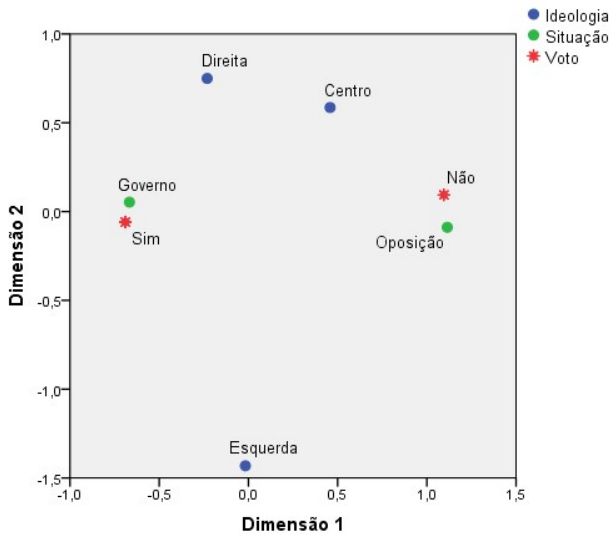
Em abril de 2013 é aprovada pelo Congresso Nacional a proposta de emenda à Constituição que ficou conhecida como PEC das domésticas. Transformada na emenda constitucional 72, estendeu ao empregado doméstico direitos assegurados aos demais trabalhadores. Uma das principais conquistas imediatas da categoria foi a regulamentação da jornada de trabalho. Com a promulgação da emenda, nenhum empregado doméstico pode trabalhar mais do que oito horas por dia, e acima de 44 horas por semana. O que passar disso deve ser pago como hora extra. Até então a jornada de trabalho dependia simplesmente de acordo entre patrão e empregado. A emenda garantiu ainda que os profissionais tenham a carteira assinada e o direito de

receber pelo menos um salário mínimo. Entretanto, muitos direitos ainda estão à espera de regulamentação para começar a valer. No mesmo mês a Comissão Mista de Consolidação da Legislação e Regulamentação de Dispositivos da Constituição formulou um projeto de lei complementar (PLP 302/2013) para regulamentar os direitos que ainda estavam em aberto (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015d).

No dia 12/03/15 o plenário da Câmara dos Deputados aprovou a emenda substitutiva da deputada Benedita da Silva (PT/RJ) para o Projeto de Lei Complementar 302/2013 que regula os direitos e deveres do empregado doméstico, ficando ainda para serem discutidos os destaques. Um dos mais polêmicos e notadamente ideológico de autoria do PSOL, retirou do texto a restrição à concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores domésticos apenas a três parcelas no valor de um salário mínimo. A emenda de nº 38 busca dar aos trabalhadores domésticos o mesmo benefício garantido a outras categorias ao garantir que eles tenham direito a até cinco parcelas do seguro-desemprego (PSOL, 2015).

Como o seguro-desemprego é um benefício integrante da seguridade social e trata-se de assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, o aumento de duas parcelas implicaria em um maior gasto para a previdência social, e por isso a expectativa é a de que o governo seja a favor da restrição e da manutenção do texto original (sim) e a oposição vote pela exclusão (não), para além de questões ideológicas. O próximo gráfico traz a representação gráfica da análise de correspondência múltipla realizada.

Gráfico 8 – Seguro-desemprego trabalhadores domésticos:
análise de correspondência múltipla



Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

O gráfico 8 ilustra a votação em plenário. Esquerda e direita se comportam de forma semelhante e se aproximando mais do “sim”, enquanto o centro se divide entre o “sim” e o não. Já é claro que o governo está próximo ao “sim” enquanto a oposição do “não”, o que é corroborado pela tabela posterior.

Tabela 22 – Seguro-desemprego trabalhadores domésticos:
votação por blocos (%)

Voto	Esquerda	Centro	Direita	Governo	Oposição	Total (N)
Sim	64,4	51,5	64,2	81,8	27	(254)
Não	35,6	48,5	35,8	18,2	73	(160)
Total (N)	(135)	(97)	(182)	(259)	(155)	(414)

Coefficiente de contingência: a) Governo/oposição: 0,47 ($p<0,01$);
b) Ideologia: 0,00 ($p=0,07$).

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

Eram necessários 257 votos para manter as regras específicas para o seguro-desemprego do empregado doméstico, no entanto houve 254 votos a favor. Outros 160 deputados votaram pela exclusão e consequentemente equiparação ao direito de qualquer trabalhador (3 a 5 parcelas conforme o tempo de serviço). É claramente perceptível a inconsistência ideológica nessa votação, seja analisando a pouca significância ($p=0,07$), seja analisado o comportamento por bloco. Esquerda e direita se comportam de forma semelhante (64,4% e 64,2% respectivamente), enquanto que o centro se divide na votação. No entanto, como esperado, o governo tende a ser favorável à restrição (81,8%), diferente da oposição, majoritariamente contrária (73%). O coeficiente de contingência (0,47) evidencia a considerável relação com o voto. A tabela 23 apresenta dados da regressão logística realizada.

Tabela 23 – Voto “não” seguro-desemprego trabalhadores domésticos: análise de regressão logística

Variável	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Ideologia			4,539	2	,103	
Ideologia(D)	,246	,284	,747	1	,388	1,279
Ideologia(C)	,691	,327	4,477	1	,034	1,996
Governo	-2,520	,246	104,847	1	,000	,080
Constante	,729	,242	9,077	1	,003	2,072

N = 414; Chi-quadrado = 130,535; g.l = 3; Sig. = 0,00; R² (Nagelkerke) = 0,367
% acerto total = 17,1%

A porcentagem de acerto total (17,1%), indica ser o modelo de análise bastante satisfatório. A partir dele é possível inferir a maior relação entre a relação governo/oposição e voto, seja pela estatística de Wald, seja pela verificação de que ser de governo implica em uma chance de 8% de votar “não” comparado a um parlamentar pertencente à oposição. A chance de um parlamentar de centro votar não é cerca de 2 vezes a chance de um parlamentar de esquerda. A não significância dos dados para a direita demonstra que a relação entre ideologia e voto é inconsistente ou se dá de forma aleatória. A tabela 24 detalha o posicionamento dos partidos na votação em questão.

Tabela 24 – Seguro-desemprego trabalhadores domésticos: votação por partido

E/D	Partido	Ind. líder	Sim	Não	Não vot.	% de votos (sim)	Total	Governo/oposição
	DEM	Não	1	19	0	5	20	Oposição

D	PP	Sim	20	12	0	62,5	32	Governo
	PR	Sim	22	1	0	95,6	23	Governo
	PTB	Sim	14	3	0	82,3	17	Governo
	PSC	Sim	2	10	0	16,6	12	Oposição
	PRB	Sim	12	1	0	92,3	13	Governo
	PROS	Sim	6	2	0	75	8	Governo
	PRP	Sim	3	0	0	100	3	Oposição
	PSD	Sim	26	3	0	89,6	29	Governo
	SD	Não	1	12	0	7,7	13	Oposição
	PTdoB	Sim	2	0	0	100	2	Oposição
	PSDC	Sim	0	1	0	0	1	Oposição
	PEN	Sim	1	1	0	50	2	Oposição
	PRTB	Sim	1	0	0	100	1	Oposição
	PSL	Sim	1	0	0	100	1	Oposição
	PTC	Sim	2	0	0	100	2	Oposição
	PTN	Sim	3	0	0	100	3	Oposição
C	PMDB	Sim	50	6	1 ^[2]	87,7	57	Governo
	PSDB	Não	0	41	0	0	41	Oposição
E	PT	Sim	51	2	0	96,2	53	Governo
	PSB	Sim	18	9	0	66,6	27	Oposição
	PDT	Lib.	2	13	0	13,3	15	Governo
	PCdoB	Sim	9	4	0	69,2	13	Governo
	PV	Não	1	5	0	16,6	6	Oposição
	PPS	Não	0	10	0	0	10	Oposição
	PMN	Sim	2	0	0	100	2	Oposição
	PSOL	Não	0	5	0	0	5	Oposição
	PHS	Sim	4	0	0	100	4	Oposição
Total			254	160	1	-	415	-
Indicação governo: sim					Indicação minoria: não			

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

Os 254 votos favoráveis garantem os cinco meses aos trabalhadores domésticos. Se levando em consideração o componente ideológico se esperaria que a direita fosse favorável e a esquerda contrária, não é o que ocorre. Salvas as exceções, os partidos atendem à indicação do voto “sim” por parte do governo e “não” pelo líder da minoria. Os votos dos dois partidos de centro, PMDB e PSDB, ressaltam bem a prevalência da variável governo/oposição. O PMDB (governo) é amplamente favorável (87,7%), enquanto que o PSDB (oposição) é radicalmente contrário, com todos os 41 deputados votando contra. No campo da direita os pequenos PRP, PRTB, PSL, PTC e PTN são

exceções. Mesmo sendo oposição votam a favor e com o governo. No campo da esquerda é curioso o comportamento do PSB, com 66,6% dos parlamentares favoráveis e oposição ao governo. PMN e PHS também votam “sim”. O PDT, mesmo sendo governo é contrário, assim como o PSOL, autor da matéria, provavelmente prevalecendo nesses dois casos o voto ideológico.

Em plenário as falas dos parlamentares destacam o quanto que a relação governo/oposição se sobressai ao teor ideológico da proposta. O deputado Nilson Leitão (PSDB/MT), em nome do PSDB, destaca a incoerência por parte do governo e se pergunta: “Se a MP da Presidente Dilma fala em 5 meses para todo mundo, por que descriminar a empregada doméstica?”. Segundo o parlamentar é impensável a votação do PT e do PMDB contrária a isso. O deputado Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) ressalta que o texto cria uma regra diferenciada que prejudica os domésticos e as domésticas. “Se a lei permite entre 3 e 5 meses, por que para a empregada doméstica tem que ser no máximo de 3 meses?” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015e).

O fato é que o governo tendeu a aceitar o texto original, enquanto que a oposição apoiou o destaque do PSOL, igualando os direitos dos empregados domésticos às demais categorias. No caso dos partidos de esquerda pertencentes ao governo a ideologia é deixada em segundo plano, sobretudo pela medida onerar os cofres públicos. Quanto à oposição, para causar um mal-estar para o governo e levando em consideração que o voto “não” seria a postura mais bem aceita para o eleitorado e opinião pública, rejeita o texto original sem grandes dificuldades.

5.9 TERCEIRIZAÇÃO DA ATIVIDADE-FIM (PL 4330/2004)

O Projeto de Lei nº 4330/2004 dispõe sobre os contratos de terceirização e das relações de trabalho deles decorrentes. Dentre as votações mais cruciais está a da emenda aglutinativa nº15 assinada pelo relator Arthur Oliveira Maia (SD/BA) e pelo líder do PMDB, deputado Leonardo Picciani (RJ). Foram várias as alterações feitas no texto-base. A emenda ampliou os tipos de empresas que podem atuar como terceirizadas, diminuiu de 24 para 12 meses o período de quarentena que ex-empregados da contratante têm de cumprir para poder firmar contrato com ela se forem donos ou sócios de empresa de terceirização, além de permitir a terceirização inclusive da atividade-fim (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015f). Seguem mudanças mais significativas propostas.

Quadro 5 – Regras para o serviço terceirizado

	Atualmente *	Projeto de Lei 4330/04**
 Responsabilidade das empresas envolvidas	A contratante poderá ser acionada na Justiça se a contratada não pagar os direitos trabalhistas e previdenciários (responsabilidade subsidiária)	A responsabilidade da contratante será solidária quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada, podendo ser processada em conjunto com esta.
 Atividade que pode ser terceirizada	Atividade-meio da contratante	Qualquer atividade
 Filiação sindical	A filiação sindical é livre, mas a Justiça trabalhista tem reconhecido a submissão do contrato de trabalho a acordos e convenções coletivas com o sindicato da atividade preponderante da contratante se a terceirização for considerada irregular ou ilegal	Garante representação pelo mesmo sindicato apenas se a contratante e a contratada forem da mesma categoria econômica, mas não precisarão ser observados os acordos e convenções de trabalho
 Troca de empresa	Não é regulamentado. Prejuízos ao trabalhador são julgados a cada caso	Prevê que, se ocorrer troca de empresa prestadora dos serviços terceirizados com admissão de empregados da antiga contratada, os salários e direitos do contrato anterior deverão ser garantidos
 Garantia	Não é regulamentado	A contratada deverá fornecer garantia de 4% do valor do contrato, limitada a 50% de um mês de faturamento
 Acesso a restaurante e transporte	Não é regulamentado	Prevê que o trabalhador terceirizado terá acesso a restaurantes, transporte e atendimento ambulatorial oferecidos pela contratante aos seus próprios empregados
 Recolhimento antecipado de tributos	Não há regulamentação	A contratante deverá recolher antecipadamente parte dos tributos devidos pela contratada
<p>* Não há uma lei regulamentando o assunto, apenas jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) por meio da Súmula 331, de 2003</p> <p>**Os deputados aprovaram o texto-base, mas não concluíram a votação do projeto. Ainda serão analisados pedidos de alterações no texto.</p>		



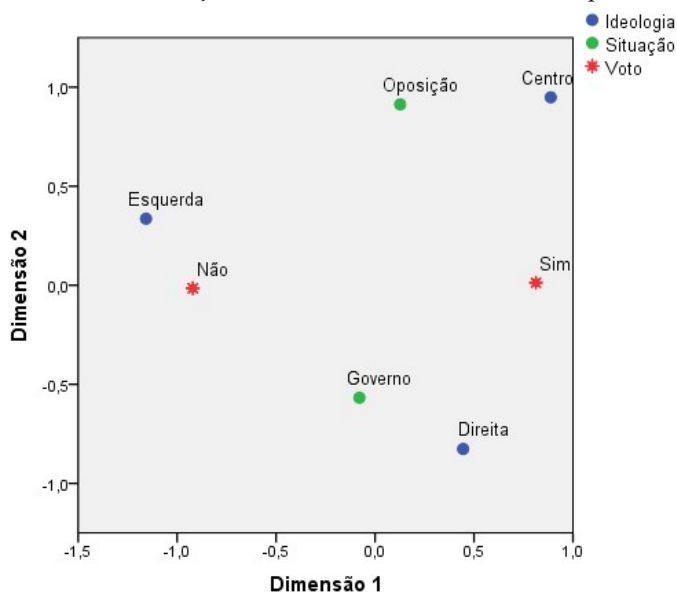
Fonte: Câmara dos Deputados (2015f)

Sem sombra de dúvida o ponto mais polêmico foi a permissão que as empresas possam subcontratar todos os seus serviços, incluindo a atividade-fim. O texto não usa essa terminologia, mas permite a terceirização de qualquer setor de uma empresa. O PT tentou apresentar emenda para que fosse votado separadamente o trecho em que consta “qualquer atividade”, no entanto o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB/RJ) alegou não ser mais possível porque o texto estava

atrelado à emenda do deputado Arthur Maia já votada. O deputado Alessandro Molon (PT/RJ) acusou o presidente da Câmara de fazer manobra regimental para evitar que o posicionamento dos parlamentares fosse exposto. Antes da votação, deputados que criticaram o projeto protestaram erguendo a carteira de trabalho, em referência à precarização dos direitos trabalhistas (O DIA, 2015).

Além da precarização do trabalho, a terceirização da atividade-fim é condenada por seus opositores por fragilizar a organização dos trabalhadores e, conseqüentemente, sua força de negociação com as empresas. Por outro lado defende-se que essa sistemática de contratação trará mais agilidade e redução de custos para a contratante, com efeitos positivos para a economia (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015f). Dado esse viés notadamente ideológico e mesmo que se trate de uma distinção clássica, como não estão envolvidos recursos diretos ao Estado, a previsão é de que a esquerda rejeite a emenda nº15 e a direita seja favorável. Na sequência segue análise de correspondência múltipla da votação do dia 22/04/2015.

Gráfico 9 – Terceirização da atividade-fim: análise de correspondência múltipla



Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

A representação anterior expõe de forma gráfica a relação entre voto e as variáveis concorrentes ideologia e governo/oposição. Governo e oposição estão semelhantemente próximos do “sim” e do “não”. Diferentemente a esquerda de aproxima de forma mais enfática ao “não”. Centro e direita estão mais próximos ao “sim”. Em seguida segue o comportamento dos blocos de forma detalhada.

Tabela 25 – Terceirização da atividade-fim: votação por blocos (%)

Voto	Esquerda	Centro	Direita	Governo	Oposição	Total (N)
Sim	20,1	77,8	66,1	50,1	57,8	(230)
Não	79,9	22,2	33,9	49,9	42,2	(203)
Total (N)	(149)	(104)	(180)	(267)	(166)	(433)

Coeficiente de contingência: a) Ideologia: 0,43 ($p < 0,01$);

b) Governo/oposição: 0,00 ($p = 0,13$).

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

Das categorias expostas a que possui maior porcentagem é a da esquerda, que vota “não” em peso (79,9%). O centro vota “sim” consideravelmente (77,8%), seguido da direita (66,1%). O governo se divide na votação, enquanto a oposição vota de forma um pouco mais favorável (57,8%). A variável ideologia é predominante, o que se confirma com o coeficiente de contingência (0,43), demonstrando uma boa relação com a variável dependente voto. A relação governo/oposição é frágil, confirmada com a não significância. A tabela posterior traz dados da regressão logística realizada.

Tabela 26 – Voto “não” terceirização da atividade-fim:
análise de regressão logística

Variável	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Ideologia			89,125	2	,000	
Ideologia(D)	-2,094	,262	64,061	1	,000	,123
Ideologia(C)	-2,662	,315	71,457	1	,000	,070
Governo	,462	,232	3,966	1	,046	1,588
Constante	1,117	,239	21,787	1	,000	3,056

N = 433; Chi-quadrado = 112,534; g.l = 3; Sig. = 0,00; R² (Nagelkerke) = 0,306

% acerto total = 20,6%

A partir das estatísticas das variáveis do modelo, ser governo implica em 1,5 vezes a chance de votar “não” comparado a um parlamentar de oposição (relação não muito significativa – 0,04). De forma mais incisiva ser de direita implica em 12% da chance comparado a um parlamentar de esquerda e centro 7%. A estatística de Wald evidencia o maior peso da variável ideologia. Em relação à eficácia do modelo, a porcentagem de acerto total é de significativos 20,6%.

Tabela 27 – Terceirização da atividade-fim: votação por partido

E/D	Partido	Ind. líder	Sim	Não	Não vot.	% de votos (sim)	Total	Governo/o posição
D	DEM	Sim	12	4	0	75	16	Oposição
	PP	Sim	28	3	0	90,3	31	Governo
	PR	Lib.	17	11	1 ^[1]	58,6	29	Governo
	PTB	Sim	13	8	0	61,9	21	Governo
	PSC	Sim	6	4	0	60	10	Oposição
	PRB	Não	5	5	2 ^[1]	41,6	12	Governo
	PROS	Não	2	9	0	18,1	11	Oposição
	PRP	Não	0	2	0	0	2	Oposição
	PSD	Lib.	21	6	1 ^[1]	75	28	Governo
	SD	Sim	10	3	0	76,9	13	Oposição
	PSDC	Não	2	0	0	100	2	Oposição
	PEN	Sim	1	1	0	50	2	Oposição
	PRTB	Não	0	1	0	0	1	Oposição
	PTC	Não	0	2	0	0	2	Oposição
	PTN	Não	2	2	0	50	4	Oposição
C	PMDB	Sim	48	13	1 ^[2]	77,4	62	Governo
	PSDB	Sim	33	10	0	76,7	43	Oposição
E	PT	Não	0	58	0	0	58	Governo
	PSB	Não	13	16	0	44,8	29	Oposição
	PDT	Não	2	17	0	10,5	19	Governo
	PCdoB	Não	0	12	0	0	12	Governo
	PV	Não	6	2	0	75	8	Oposição
	PPS	Sim	6	5	0	54,5	11	Oposição
	PMN	Não	1	2	0	33,3	3	Oposição
	PSOL	Não	0	5	0	0	5	Oposição
	PHS	Sim	2	2	0	50	4	Oposição
Total			230	203	5	-	438	-
Indicação governo: não					Indicação minoria: sim			

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

Excluindo os pequenos PRTB, PTC, PRP e em menor medida o PTN e PEN, a maioria dos partidos de direita foi favorável à emenda nº15. O PROS foi contrário e com menor adesão estão o PR, PTB e PSC. Os parlamentares vinculados ao PMDB e PSDB foram em sua grande maioria favoráveis. No campo da esquerda as exceções foram PV e PPS que foram majoritariamente favoráveis. Os demais, em diferentes escalas, foram contrários ao projeto.

A emenda provocou discursos acalorados em plenário, evidenciando o forte componente ideológico. Para o líder do governo, deputado José Guimarães (PT/CE), a emenda piorou ainda mais o projeto original aprovado 15 dias antes. Ao invés de regulamentar a contratação, vai sim ampliar a terceirização nas empresas. Segundo ele o dispositivo não passa de um retrocesso em relação ao que temos de legislação trabalhista. Essa crítica é compartilhada por vários partidos e parlamentares, inclusive alguns de oposição. Chico Alencar (RJ), líder do PSOL, afirma que haverá deterioração da relação entre empregado e empregador. “Há estudos que dizem que, daqui a cinco ou oito anos, teremos 75% do trabalho do Brasil terceirizado”, revelou. Contrariamente, para o deputado Darcísio Perondi (PMDB/RS), a emenda ajudará o Brasil a enfrentar a redução do crescimento econômico. Segundo ele “o país precisa enfrentar o desemprego que vem chegando, precisa de produtividade, especialização. A terceirização ajuda substancialmente” (O DIA, 2015).

O governo se esforçou para evitar a aprovação da emenda. Enviou à Câmara vários ministros e as negociações foram intensas durante todo o dia da votação. Partidos de esquerda como PDT e PSB, que haviam votado a favor do texto-base, reviram suas posições e se colocaram contrários à liberação total da terceirização. O PSDB, que até pouco tempo atrás, se dizia contrário à terceirização da atividade-fim, acabou sendo peça chave para a aprovação em plenário. Em tom de crítica, para o líder do governo “o projeto carrega a digital dos empresários”. Tentou convencer tanto a oposição quanto a base aliada a atender as reivindicações dos trabalhadores, no entanto a tentativa se demonstrou frustrada, já que não conseguiu convencer nem mesmo o PMDB, que inclusive subscreveu o “emendão” ao lado do relator, deputado Arthur Oliveira Maia. O PL 4330/04 agora segue para o Senado. Aprovado sem alterações, vai para sanção presidencial. Entretanto, essa não parece ser a vontade do presidente da casa, senador Renan Calheiros (PMDB/AL), que já afirmou categoricamente ser

contra a aprovação da terceirização “ampla, geral e irrestrita”, à revelia do seu partido (PASSOS, 2015).⁵⁴

5.10 SEGURO-DESEMPREGO E ABONO SALARIAL (MPV 665/2014)

De autoria do poder executivo a medida provisória 665/2014 busca estabelecer novas regras para concessão do seguro desemprego e abono salarial ao alterar a lei nº 7998 de 1990 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015g).

A medida é uma dentre várias que fazem parte do ajuste fiscal do governo que visa reequilibrar as contas públicas. Em linhas gerais endurece as regras de acesso ao seguro desemprego e abono salarial, além de tratar do seguro defeso. O texto aprovado pela Câmara prevê que o trabalhador terá direito ao seguro-desemprego ao trabalhar pelo menos 12 meses nos últimos dois anos. O prazo inicial proposto pelo governo era de 18 meses e antes o trabalhador precisava de apenas seis. Para poder acessar ao benefício pela segunda vez o projeto estipula que o trabalhador tenha 9 meses de atividade. Antes eram seis meses e o governo queria doze. Quanto ao abono salarial o texto prevê que quem recebe até dois salários mínimo deverá ter trabalhado por 3 meses para ter direito ao benefício. Antes da medida, era preciso trabalhar 30 dias para receber o abono. O texto original encaminhado pelo executivo exigia 6 meses. Para o seguro-defeso, pago ao pescador durante o período em que a pesca é proibida, foi mantida a regra vigente, o pescador necessita ter ao menos um ano de registro na categoria. A intenção do governo era aumentar essa exigência para três anos (PASSARINHO; ALEGRETTI, 2015).⁵⁵ Segue quadro que sintetiza as mudanças.

⁵⁴ Eduardo Cunha (PMDB/RJ) foi bastante criticado por conduzir a sessão de forma truculenta e nada imparcial. Foi acusado por diversos parlamentares, incluindo o líder do governo, do PSOL e a do PCdoB, de cortar a palavra daqueles que defendiam posição diversa da dele e a de recolocar em pauta assuntos que já estavam deliberados, como a extensão ou não dos efeitos da matéria para o setor público. Apesar da casa já ter deliberado na semana anterior que as empresas públicas e de economias mistas não ficariam sujeitas ao efeitos do projeto, Cunha colocou em votação emenda do líder do PSDB, deputado Carlos Sampaio (SP), que estende os efeitos da matéria aos terceirizados do setor público. A emenda foi aprovada.

⁵⁵ Dentro do pacote de cortes proposto pelo governo federal que incide sobre benefícios trabalhistas e direitos previdenciários está a MPV 664 que tramitou

Quadro 6 – Mudanças MPV 665

Como é	Propostas do governo	Texto votado
<p><u>Seguro-desemprego</u></p> <p>É pago para quem trabalhou por 6 meses e tenha perdido o emprego.</p>	<p>O período de carência para receber o benefício é de 18 meses, na primeira solicitação. Para o segundo pedido, 12 meses. A partir do terceiro, 6 meses.</p>	<p><i>A carência para o primeiro pedido é de 12 meses. No segundo, a carência cai para 9 meses; nos demais, para 6 meses ininterruptos de trabalho.</i></p>
<p><u>Abono salarial</u></p> <p>É pago para quem trabalhou pelo menos 30 dias no período de um ano e recebeu até dois salários mínimos. O valor recebido é o mesmo, independentemente do período trabalhado.</p>	<p>Deve-se trabalhar 6 meses corridos para recebê-lo. Valor é proporcional ao tempo trabalhado. Alterações no Congresso: Será pago ao empregado que comprovar vínculo formal de trabalho de no mínimo 3 meses.</p>	<p><i>Será pago ao empregado que comprovar vínculo formal de trabalho de no mínimo 3 meses.</i></p>
<p><u>Seguro-defeso</u></p> <p>Pescador recebe um salário mínimo durante o período de reprodução de peixes em que a pesca é proibida; é preciso ter um ano de registro como pescador para ter acesso ao seguro. Pessoas recebem o seguro e outros benefícios sociais ao mesmo tempo.</p>	<p>É proibido o acúmulo de benefícios assistenciais e previdenciários com o seguro-defeso; será exigida carência de 3 anos entre o registro como pescador e o recebimento do seguro.</p>	<p><i>Pescador deve ter 1 ano de registro e é possível acumular o seguro e outros benefícios.</i></p>

Fonte: Adaptado de O Estado de S. Paulo (2015).

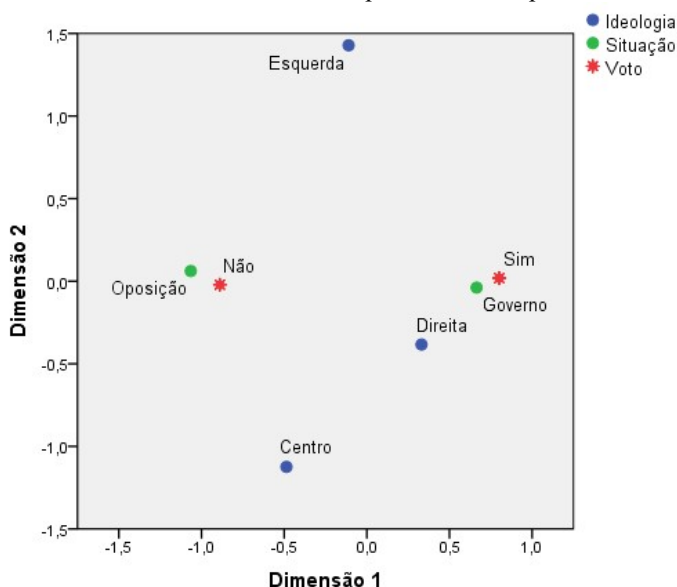
Apesar do texto original propor medidas mais duras, o que será contrastado é o texto votado com as regras atuais. Mesmo assim, levada em conta a ideologia a esquerda deveria ser contrária à medida visto que

praticamente de forma concomitante. Essa prevê alterações na concessão de pensão por morte e auxílio-doença.

faria parte do seu arcabouço teórico-programático defender direitos, benefícios e garantias sociais e trabalhistas que as políticas neoliberais colocariam em xeque. Entretanto, em consonância com a hipótese do presente trabalho, as medidas incorporadas no ajuste fiscal fazem parte de um pacote defendido pelo governo para cortar gastos e, por isso, faria sentido supor que os partidos aliados seriam favoráveis, ficando em segundo plano o componente ideológico, já que fazem parte da coalizão governista partidos de direita e esquerda.

A votação a ser analisada é a da Lei de Conversão nº 3 de 2015 apresentada à Medida Provisória nº 665 no dia 06 de maio de 2015 e ressaltados os destaques.⁵⁶ Segue a análise de correspondência múltipla na sequência.

Gráfico 10 – Seguro-desemprego e abono salarial:
análise de correspondência múltipla



Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

⁵⁶ Alterada pelo relator, a medida provisória passa a tramitar como projeto de lei de conversão e incorporando as questões presentes na última coluna do quadro 6.

O gráfico 10 denota o quanto que a dicotomia governo/oposição melhor explica a votação, basta perceber a aproximação da categoria governo do voto “sim” e da oposição ao voto “não”. O posicionamento das categorias centro, esquerda e direita dá a entender que a relação da variável ideologia com o voto é bastante tímida. A tabela 28 expõe em porcentagem o que ocorreu na votação.

Tabela 28 – Seguro-desemprego e abono salarial: votação por blocos (%)

Voto	Esquerda	Centro	Direita	Governo	Oposição	Total (N)
Sim	52	43,8	57,6	71,8	21,7	(252)
Não	48	56,2	42,4	28,2	78,3	(227)
Total (N)	(148)	(114)	(217)	(295)	(184)	(479)

Coeficiente de contingência: a) Governo/oposição: 0,43 ($p < 0,01$);

b) Ideologia: 0,00 ($p = 0,05$).

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

A votação foi apertada: 252 votos a favor e 227 contra. A porcentagem de votos “sim” e “não” pelos partidos de esquerda, centro e direita demonstram a pouca relação da ideologia com o voto, o que é corroborado pela não significância ($p > 0,05$). Diferentemente, o governo tende a ser favorável à medida provisória praticamente na mesma proporção da rejeição da oposição (71,8,% contra 78,3%). O valor do coeficiente de contingência de 0,43 evidencia uma considerável relação entre a variável governo/oposição e o voto. A tabela 29 traz as estatísticas das variáveis do modelo.

Tabela 29 – Voto “não” seguro-desemprego e abono salarial: análise de regressão logística

Variável	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Ideologia			2,584	2	,275	
Ideologia(D)	-,082	,246	,112	1	,738	,921
Ideologia(C)	,339	,287	1,399	1	,237	1,404
Governo	-2,203	,222	98,847	1	,000	,110
Constante	1,228	,233	27,665	1	,000	3,414

N = 479; Chi-quadrado = 122,039; g.l = 3; Sig. = 0,00; R² (Nagelkerke) = 0,300
% acerto total = 21,7%

O valor da estatística de Wald demonstra que a relação governo/oposição se sobressai à ideologia, inclusive os dados de ideologia não se demonstrando significativos. Sendo do governo a chance do parlamentar votar “não” é 11% da chance de um parlamentar oposicionista. A porcentagem total de acerto do modelo é consistente (21,7%).

Tabela 30 – Seguro-desemprego e abono salarial: votação por partido

E/D	Partido	Ind. líder	Sim	Não	Não vot.	% de votos (sim)	Total	Governo/o posição
D	DEM	Não	8	14	0	36,3	22	Oposição
	PP	Sim	21	18	0	53,8	39	Governo
	PR	Sim	27	5	0	84,3	32	Governo
	PTB	Sim	12	11	1 ^[1]	50	24	Governo
	PSC	Sim	2	8	0	20	10	Oposição
	PRB	Sim	11	8	0	57,8	19	Governo
	PROS	Sim	8	3	0	72,7	11	Oposição
	PRP	Sim	1	2	0	33,3	3	Oposição
	PSD	Sim	26	6	0	81,2	32	Governo
	SD	Não	1	12	0	7,7	13	Oposição
	PTdoB	Sim	1	1	0	50	2	Oposição
	PSDC	Sim	1	1	0	50	2	Oposição
	PEN	Sim	1	0	0	100	1	Oposição
	PRTB	Sim	0	1	0	0	1	Oposição
	PSL	Sim	1	0	0	100	1	Oposição
	PTC	Sim	1	1	0	50	2	Oposição
	PTN	Sim	3	1	0	75	4	Oposição
C	PMDB	Sim	50	13	1 ^[2]	78,1	64	Governo
	PSDB	Não	0	51	0	0	51	Oposição
E	PT	Sim	54	1	0	98,1	55	Governo
	PSB	Não	7	22	0	24,1	29	Oposição
	PDT	Não	0	19	0	0	19	Governo
	PCdoB	Sim	11	2	0	84,6	13	Governo
	PV	Lib.	3	5	0	37,5	8	Oposição
	PPS	Não	0	11	0	0	11	Oposição
	PMN	Sim	2	1	0	66,6	3	Oposição
	PSOL	Não	0	5	0	0	5	Oposição
	PHS	Sim	0	5	5	0	5	Oposição
Total			252	227	2	-	481	-
Indicação governo: sim					Indicação minoria: não			

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

A tabela 30 clarifica o comportamento dos partidos na votação da medida provisória e novamente evidencia o que já foi exposto anteriormente: o maior peso da diáde governo/oposição. O líder do governo indicou voto sim para a bancada, assim como o da oposição voto contrário, e parece ser essa a tônica, deixando em segundo plano a concepção político-ideológica dos partidos. O posicionamento de partidos de direita pertencentes à oposição como DEM, PSC e Solidariedade (voto não), assim como de esquerda e governistas (PT e PCdoB) bastante adeptos ao voto “sim”, ilustram o tom do debate. No campo da esquerda houve uma discussão ideológica e uma reação contrária por parte de partidos como PSOL e PDT, este último inclusive fazendo parte do governo: ambos foram totalmente contrários.

Para Passarinho e Alegretti (2015), a oposição criticou a proposta com o argumento de que prejudica o trabalhador e tentou modificar o teor da MP 665 buscando resgatar as regras atuais. Um dos destaques, de autoria do DEM, visava restituir o tempo de seis meses de trabalho para obtenção do seguro-desemprego, mas foi derrubado pelo plenário. Para o líder do governo, José Guimarães (PT/CE), as medidas são necessárias para que o país retome o crescimento. Para ele a proposta apenas corrige distorções que resultam em gasto excessivo da Previdência. Chama a atenção a relação truncada entre PMDB e PT e a postura controversa do PT em plenário. Dos 67 deputados do PMDB, 50 votaram a favor (78,1%) e 13 votaram contra. Uma posição mais enfática do PT foi cobrada pelo PMDB que contava com uma bancada de 64 deputados e conseguiu apenas 50 votos a favor. Mesmo com apenas um voto contrário, os demais se evadiram. O PMDB temeu levar sozinho o ônus político da aprovação de uma medida provisória impopular.

Partidos oposicionistas como PSDB, DEM, PSB, PPS e PSOL posicionaram-se majoritariamente contrários e dispararam muitas críticas ao governo e ao PT. "Esse não é um projeto de lei de conversão, é um projeto de lei da traição ao trabalhador", criticou o líder do DEM, Mendonça Filho (PE). Para o líder da minoria, Bruno Araújo (PSDB/PE), "O PT deixou de ser o Partido dos Trabalhadores". Sem sombra de dúvida a principal surpresa foi o PDT, partido da base aliada e cujo o líder André Figueiredo (CE) orientou a bancada a votar contra. O partido chegou a receber antes da votação a visita do ministro do Trabalho, Manoel Dias, indicado pelo partido para o governo, entretanto o líder do PDT não se rendeu à pressão (AGÊNCIA ESTADO, 2015). Nesse caso talvez a variável ideologia se sobrepôs, o que parece ter sido a exceção e não a regra.

5.11 EXPROPRIAÇÃO DE TERRAS E TRABALHO ESCRAVO (PEC 438/2001)

A PEC 438/2001 estabelece a pena de perdimento da gleba onde for constada a exploração de trabalho escravo. Trata-se da expropriação de terras, revertendo a área ao assentamento dos colonos que já trabalhavam nelas. Dado o conteúdo da mesma, a proposta ficou conhecida como PEC do trabalho escravo. A proposta é oriunda do Senado e tramitou por mais de dez anos na Câmara dos deputados. No texto aprovado em segundo turno consta que “as propriedades rurais e urbanas de qualquer região do país onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015h).⁵⁷

Objeto desta análise é a votação em segundo turno realizada em 22/05/2012. A votação da PEC só ocorreu depois de firmado um acordo entre os líderes partidários. A discussão de uma lei posterior que explicita de forma clara o que caracteriza o trabalho escravo e os trâmites legais da expropriação fizeram parte do acordo que viabilizou a votação da proposta (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012).⁵⁸

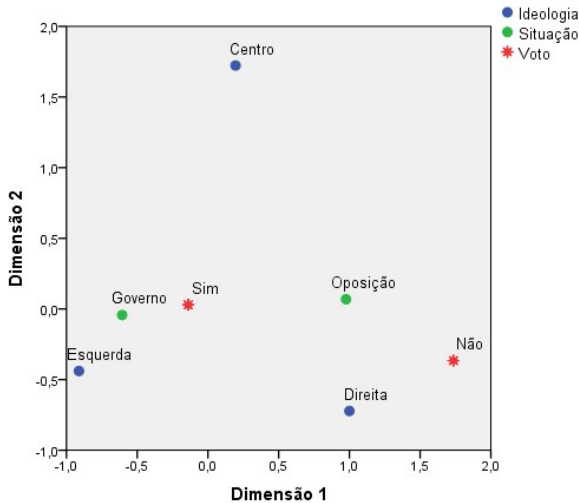
Levando em consideração o tema em questão e seu teor, a previsão é a de que a esquerda seja mais adepta à proposta por fazer parte de uma agenda de promoção dos direitos humanos, sobretudo trabalhistas, além de proporcionar de forma concomitante a reforma agrária, pauta tradicional no campo da esquerda. A direita deveria ser menos favorável, por atentar aos interesses do agronegócio e em sentido mais esparsa à garantia da própria propriedade privada. Mesmo que por um enfoque extremo oposto, tal preocupação fica clara em Barreto (2004). Para ele o agronegócio foi escolhido como alvo da esquerda e a PEC se utilizando do termo “trabalho escravo”, o forja e manipula para

⁵⁷ De autoria do ex-senador Ademir Andrade (PSB/PA), a PEC foi aprovada em primeiro turno no dia 11 de agosto de 2004 por 326 votos favoráveis, dez contrários e oito abstenções.

⁵⁸ Já há um projeto tramitando na Câmara que define o conceito de trabalho escravo (PL 3842/12). Ele foi apresentado no dia 9 de maio de 2012 pelo presidente da Frente Parlamentar Agropecuária, deputado Moreira Mendes (PSD/RO). A intenção do deputado era aprovar esse projeto junto com a PEC do Trabalho Escravo, o que não ocorreu.

atentar ao tão combatido direito de propriedade no Brasil. Segue gráfico que contempla a análise de correspondência múltipla realizada.

Gráfico 11 – Expropriação de terras e trabalho escravo:
análise de correspondência múltipla



Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

Fica evidente o quanto que as categorias, de forma geral, se aproximam mais do “sim” do que do “não”. As duas categorias que mais se distanciam do “sim” são “oposição” e “direita”. Segue tabela-resumo da votação em plenário.

Tabela 31 – Expropriação de terras e trabalho escravo: votação por blocos (%)

Voto	Esquerda	Centro	Direita	Governo	Oposição	Total (N)
Sim	98,7	91,6	85,3	93,9	90,8	(360)
Não	1,3	8,4	14,7	6,1	9,2	(29)
Total (N)	(163)	(96)	(130)	(214)	(175)	(389)

Coeficiente de contingência: a) Ideologia: 0,21 ($p<0,01$);

b) Governo/oposição: 0,00 ($p=0,32$).

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

A proposta foi aprovada com 360 votos a favor, 29 contra e 25 abstenções. Tanto os parlamentares pertencentes ao governo quanto os de oposição votaram semelhantemente favoráveis à proposta. A não significância dessa variável evidencia a questionável relação com o voto. Em se tratando de ideologia, mesmo que de forma sutil, esquerda e direita se posicionam de forma distinta (98,7% e 85,3%), com maior nível de rejeição presente nos parlamentares de direita. Há uma maior divisão nos parlamentares do centro (91,6%). Há significância entre voto e ideologia, onde o coeficiente de contingência de 0,21 demonstra uma baixa relação. A tabela 32 evidencia dados da regressão logística realizada.

Tabela 32 – Voto “não” expropriação de terras e trabalho escravo:
análise de regressão logística

Variável	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Ideologia			11,629	2	,003	
Ideologia(D)	2,606	,779	11,185	1	,001	13,546
Ideologia(C)	1,980	,810	5,971	1	,015	7,244
Governo	-,036	,414	,007	1	,931	,965
Constante	-4,358	,792	30,248	1	,000	,013

N = 389; Chi-quadrado = 21,564; g.l = 3; Sig. = 0,00; R² (Nagelkerke) = 0,131
% acerto total = 0%

Mesmo com a fragilidade do modelo, é possível fazer algumas inferências. A variável governo/oposição não se demonstrou significativa. Por outro lado, a partir das estatísticas das variáveis do modelo, pode-se dizer que ser direita implica em cerca de 13 vezes e centro 7 vezes a chance de votar “não” comparado a um parlamentar de esquerda.

Tabela 33 – Expropriação de terras e trabalho escravo:
votação por partido

E/D	Partido	Ind. líder	Sim	Não	Não vot.	% de votos (sim)	Total	Governo/oposição
D	DEM	Sim	14	5	1 ^[1]	70	20	Oposição
	PP	Sim	15	4	1 ^[1]	75	20	Governo
	PR	Sim	20	1	3 ^[1]	83,3	24	Governo
	PTB	Sim	14	1	2 ^[1]	82,3	17	Oposição
	PSC	Sim	12	1	1 ^[1]	85,7	14	Oposição
	PRB	Sim	8	0	0	100	8	Governo

	PTdoB	Sim	3	0	0	100	3	Oposição
	PRTB	Sim	1	0	0	100	1	Oposição
	PSL	Sim	1	0	0	100	1	Oposição
	PRP	Sim	1	0	0	100	1	Oposição
	PSD	Sim	22	7	8 ^[1]	59,4	37	Oposição
C	PMDB	Sim	47	7	8 ^[1]	75,8	62	Governo
	PSDB	Sim	41	1	1 ^[1]	95,3	43	Oposição
E	PT	Sim	75	0	1 ^[2]	100	76	Governo
	PSB	Sim	26	0	0	100	26	Governo
	PDT	Sim	23	1	1 ^[3]	92	25	Governo
	PCdoB	Sim	13	0	0	100	13	Governo
	PV	Sim	9	0	0	100	9	Oposição
	PPS	Sim	10	0	0	100	10	Oposição
	PMN	Sim	2	0	0	100	2	Oposição
	PHS	Sim	0	1	0	0	1	Oposição
	PSOL	Sim	3	0	0	100	3	Oposição
Total			360	29	27	-	416	-
Indicação governo: sim				Indicação minoria: sim				

Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

Chama a atenção a porcentagem de adesão à proposta. O curioso é saber de onde saíram os poucos votos contrários em uma votação aparentemente bastante consensual. Dos 29 parlamentares contrários apenas 2 votos vieram de partidos da esquerda, 1 do PSDB, 7 do PMDB e 19 dos partidos de direita.

O enorme índice de aprovação é surpreendente, inclusive causando surpresa para a maioria dos parlamentares visto que havia uma expectativa de rejeição expressiva dos parlamentares ligados ao agronegócio. Apenas 29 parlamentares se demonstraram contrários, embora até o início da votação deputados da bancada ruralista afirmaram que tentariam esvaziar a sessão e votariam contra o sexto se alcançado o quórum regimental. Uma possível explicação foi a pressão da opinião pública. Temeroso com o resultado e surpreso com a quantidade de votos favoráveis, para o deputado Claudio Puty (PT/BA) “a lição de hoje é que a pressão popular faz efeito. Muitos não estavam ao lado da PEC antes de iniciada a votação”, afirmou. O deputado Valdir Colatto (PMDB/SC), contrário à PEC, concorda que a pressão falou mais alto. “Apenas 29 deputados tiveram a coragem de assumir o seu voto”, reclamou (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012).

Mesmo assim ficou evidente discursos antagônicos em plenário. Cláudio Puty afirmou que é necessária a aprovação de uma legislação

mais rigorosa contra a prática do trabalho escravo. Para o parlamentar “precisamos de uma legislação mais dura contra esse instrumento que é reduzir custos nas empresas por meio da precarização do trabalho, chegando ao trabalho análogo à escravidão. Escravidão por dívida, por ameaças, por impedimento do direito de ir e vir”. Para o deputado Luiz Carlos Heinze (PP/RS), contrário à proposta, a preocupação dos setores do agronegócio é que algumas questões precisam estar claras na lei para que não haja desapropriações injustas. Para ele “ainda falta clareza sobre o que é trabalho degradante, sobre o que é uma jornada exaustiva. Temos que definir o que é esse tipo de coisa”, explicou. “Há pressão em cima dos produtores, como se estivessem praticando trabalho escravo. Em alguns casos há, mas na maioria não”. A falta de consenso fica clara ao verificar o tempo de tramitação, embora não condizente com a votação em plenário (LOPES, 2011).

5.12 FINANCIAMENTO EMPRESARIAL DE CAMPANHA (PEC 182/2007)

Para Gouvêa (2015), a sobrevivência dos partidos depende do fundo partidário, que no caso brasileiro é do tipo misto: conta com recursos públicos e privados. O fundo é composto por verbas advindas de multas e penalidades previstas no Código Eleitoral, de recursos financeiros destinados por lei, de dotações orçamentárias da União e de doações de pessoa física ou jurídica. No que tange ao financiamento privado a Lei 9.504/1997, em seu artigo 23, responde a cinco questões importantes: quando se pode doar, quem pode fazê-lo, o que pode ser doado, a quem se pode doar e qual a finalidade da doação.

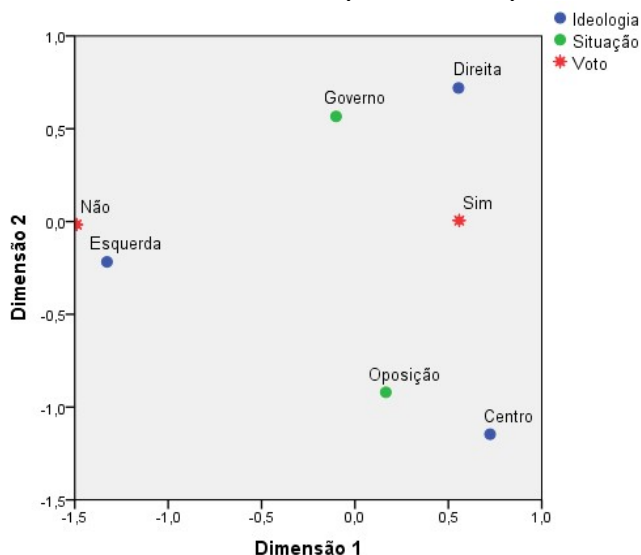
A PEC 182/2007, que trata da reforma política e também conhecida como PEC da fidelidade partidária, altera os arts. 17, 46 e 55 da Constituição Federal, para assegurar aos partidos políticos a titularidade dos mandatos parlamentares e estabelecer a perda dos mandatos dos membros do Poder Legislativo e do Poder Executivo que se desfiliarem dos partidos pelos quais forem eleitos. Objeto de interesse é a emenda aglutinativa de nº 28 de autoria do deputado Celso Russomano (PRB/SP) e votada em 27/05/2015. Prevê o financiamento privado de campanhas com doações de pessoas físicas e jurídicas para os partidos políticos e com doações de pessoas físicas para candidatos. Consta ainda que a definição de limites máximos de arrecadação e dos gastos de recursos para cada cargo eletivo serão definidos em lei posterior (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015i; 2015j). Na prática, o texto aprovado pouco altera o sistema de financiamento de campanha

em vigor, no entanto o interesse de várias siglas partidárias era extinguir o financiamento privado de campanha.⁵⁹

Recentemente o financiamento de campanha passa a ser debatido como uma das medidas presentes na reforma política e como uma das formas de combater a corrupção diante de escândalos envolvendo políticos e empresas doadoras de campanha. Sintetizando a discussão e não entrando em pormenores, um argumento típico à esquerda é que o financiamento privado privilegia os grandes doadores que passam a influenciar os candidatos e, depois, as decisões dos eleitos. Os favoráveis afirmam que a proibição do financiamento direto não conseguirá ocultar os laços entre empresas e candidatos, ou seja, a relação entre Estado e mercado. Por sua vez o financiamento público trata-se de uma intromissão indevida do Estado ao usar o dinheiro do contribuinte para financiar candidaturas que inclusive ele não escolheu (VILLENEUVE, 2015). Diante do exposto espera-se que a esquerda tenda a rejeitar a emenda, diferente do posicionamento esperado da direita. Segue análise de correspondência múltipla da votação.

⁵⁹ No dia 17 de setembro do corrente ano o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional o financiamento de empresas a partidos e campanhas eleitorais. Um pouco mais tarde a presidente Dilma Rousseff veta o financiamento empresarial por decreto (ROSA, 2015).

Gráfico 12 – Financiamento empresarial de campanha:
análise de correspondência múltipla



Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

A representação gráfica da análise de correspondência múltipla aponta a pouca relação da votação com a variável governo/oposição, com as duas categorias estando mais próximas ao voto “sim” do que do “não”. Diferentemente, a esquerda se aproxima do “não”, enquanto centro e direita ao “sim”.

Tabela 34 – Financiamento empresarial de campanha: votação por blocos (%)

Voto	Esquerda	Centro	Direita	Governo	Oposição	Total (N)
Sim	21,6	95,3	91,1	65,2	78,2	(330)
Não	78,4	4,7	8,9	34,8	21,8	(140)
Total (N)	(148)	(107)	(215)	(291)	(179)	(470)

Coefficiente de contingência: a) Ideologia: 0,58 ($p < 0,01$);

b) Governo/oposição: 0,13 ($p < 0,01$).

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

Na votação do dia 27/05/15 o plenário da Câmara dos deputados aprovou o financiamento privado de campanha dos partidos políticos com 330 votos a favor e 141 contrários.⁶⁰ A tabela 34 denota o quanto que a variável ideologia tem preponderância em relação a fazer parte ou não do governo, o que fica explícito tanto levando em consideração os coeficientes de contingência (0,58 ideologia e 0,13 governo/oposição), quanto os percentuais de voto. Enquanto tanto governo quanto oposição são favoráveis à emenda, a esquerda rejeita (78,4%), enquanto centro e direita são amplamente favoráveis (95,3% e 91,1% respectivamente). Seguem dados da regressão logística realizada.

Tabela 35 – Voto “não” financiamento empresarial de campanha:
análise de regressão logística

Variável	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Ideologia			142,919	2	,000	
Ideologia(D)	-3,315	,312	112,841	1	,000	,036
Ideologia(C)	-3,936	,498	62,472	1	,000	,020
Governo	,827	,299	7,655	1	,006	2,287
Constante	,383	,244	2,468	1	,116	1,467

N = 300; Chi-quadrado = 209,471; g.l = 3; Sig. = 0,00; R² (Nagelkerke) = 0,521
% acerto total = 12,7%

A partir da tabela é possível constatar que a maior relação se dá entre ideologia e voto, o que é destacado pela estatística de Wald. Fazer parte do governo acarreta 2 vezes a chance de votar “não” em relação à oposição. Tendo a categoria esquerda como referência, a chance de um parlamentar de direita votar “não” é 3,6% em comparação. Ser de centro implica numa chance de 2% comparado a um parlamentar de esquerda. O modelo tem uma porcentagem de acerto de 12,7%.

Tabela 36 – Financiamento empresarial de campanha: votação por partido

E/D	Partido	Ind. líder	Sim	Não	Não vot.	% de votos (sim)	Total	Governo/oposição
	DEM	Sim	20	0	0	100	20	Oposição
	PP	Sim	32	5	0	86,4	37	Governo
	PR	Sim	27	2	0	93,1	29	Governo
	PTB	Sim	24	0	0	100	24	Governo

⁶⁰ Um voto “não” não foi computado por se tratar de um voto oriundo de um parlamentar sem partido.

D	PSC	Sim	11	1	0	91,6	12	Oposição
	PRB	Sim	20	0	0	100	20	Governo
	PROS	Sim	5	7	0	41,6	12	Oposição
	PRP	Sim	3	0	0	100	3	Oposição
	PSD	Sim	29	1	0	96,6	30	Governo
	SD	Sim	14	1	0	93,3	15	Oposição
	PTdoB	Sim	2	0	0	100	2	Oposição
	PSDC	Sim	2	0	0	100	2	Oposição
	PEN	Sim	2	0	0	100	2	Oposição
	PRTB	Sim	1	0	0	100	1	Oposição
	PSL	Sim	1	0	0	100	1	Oposição
	PTC	Sim	1	0	0	100	1	Oposição
C	PTN	Sim	2	2	0	50	4	Oposição
	PMDB	Sim	56	4	1 ^[2]	91,8	61	Governo
E	PSDB	Sim	46	1	0	97,8	47	Oposição
	PT	Não	0	62	1 ^[1]	0	63	Governo
	PSB	Lib.	16	14	0	53,3	30	Oposição
	PDT	Não	2	14	0	12,5	16	Governo
	PCdoB	Não	0	13	0	0	13	Governo
	PV	Sim	6	2	0	75	8	Oposição
	PPS	Não	0	11	0	0	11	Oposição
	PMN	Sim	3	0	0	100	3	Oposição
	PSOL	Obs	0	0	4 ^[3]	0	4	Oposição
	PHS	Sim	5	0	0	100	5	Oposição
	Total		330	140	6	-	476	-
Indicação governo: -					Indicação minoria: liberado			

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

Com a emenda aprovada o sistema permanece misto, isto é, com dinheiro público do Fundo Partidário e do horário eleitoral gratuito, e privado, com doações de pessoas e empresas. Com exceção do PTN que dividiu a bancada e do PROS, com maior rejeição, os demais partidos de direita foram amplamente favoráveis, assim como o PMDB e o PSDB, alocados no centro do espectro político. A tendência da esquerda foi rejeitar, embora PSB, PV, e os pequenos PMN e PHS foram majoritariamente favoráveis. O PSOL buscou obstruir a votação, uma forma de protesto ao considerar que a votação já havia sido derrotada.

À revelia de alguns partidos como PCdoB, PT e PSOL é colocada em votação a emenda, um dia depois da derrota quando foram rejeitadas as doações de empresas às campanhas (emenda aglutinativa nº

22, financiamento de campanha extensivo à pessoa jurídica).⁶¹ Tratada como uma manobra para reverter a derrota, foi tida pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB/, como rito regimental já que se tratavam de textos diferentes. A decisão teve o apoio dos líderes de PSDB, PROS, DEM, PR, PRB, dentre outras legendas menores. Para o autor da emenda, Celso Russomano, os deputados derrotaram o texto no dia anterior por não concordarem com doações diretamente a candidatos, criando um certo compromisso entre candidato e empresa.⁶² Para o deputado Júlio Delgado (PSB/MG), a sessão pode ser comparada a um jogo de futebol. “O dono da bola perdeu o jogo e está tentando fazer o jogo de novo”, comentou (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015k).

Para a líder do PCdoB, deputada Jandira Feghali (RJ), a questão do financiamento privado não é matéria constitucional, é matéria de lei. Fora isso, para ela é preciso garantir que todos tenham equilíbrio na disputa eleitoral. PSOL também se declara contrário ao modelo. O líder do partido, Chico Alencar (RJ) se diz contra o financiamento empresarial. “O que nós defendemos como passo adiante é o financiamento de pessoas físicas com limites fortes e um fundo partidário democrático, transparente e austero”, defendeu. Posição contrária fica evidente na fala do deputado Mendonça Filho (DEM/PE). “Ficar sem doação legal de empresas em campanhas é incentivar o caixa dois, é fomentar o sistema de financiamento ilegal” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015l). Longe de ser um argumento propriamente ideológico, mas fruto de uma avaliação lógica, o fato é que proibida grande parte do financiamento atual, abre-se caminho para o financiamento ilegal. Mesmo com a conversão de muitos votos na votação do dia 27/05 em comparação com a votação do dia anterior, ainda assim a ideologia se demonstrou bastante relevante para a compreensão do ocorrido em plenário.

⁶¹ A proposta recebeu 264 votos favoráveis e 207 contrários, mas foi rejeitada porque mudanças na Constituição precisam de, pelo menos, 308 votos a favor. Esta votação não foi incorporada com o intuito de manter uma certa padronização, analisando uma votação por tema.

⁶² De forma alternativa é possível supor também que a possibilidade de financiamento de pessoas jurídicas a partidos e não aos candidatos tem como finalidade justamente ocultar os vínculos entre empresas e candidatos.

5.13 REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL (PEC 171/1993)

A proposta de emenda à constituição (PEC 171/1993), visa a alteração do artigo 228 reduzindo a imputabilidade dos menores de 18 anos para 16 anos. Ela permaneceu parada por 21 anos, até que em 31 de março de 2015 a Comissão de Constituição e Justiça deu admissibilidade ao texto.

Encampada pelo presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB/SP), na madrugada do dia 01/07 o substitutivo da comissão especial que analisou a PEC é levado a plenário e rejeitado em votação apertada. Eram necessários 308 votos favoráveis para ser aprovada (três quintos do plenário), no entanto 303 deputados votaram favoravelmente, 184 contra e 3 se abstiveram. O texto posto em discussão e votação visava reduzir a maioridade penal para 16 anos para crimes hediondos (estupro e latrocínio, por ex.) ou equiparados - tráfico de drogas, homicídio doloso (quando há a intenção de matar), roubo qualificado (com uso de arma de fogo) e lesão corporal grave ou seguida de morte (HAUBERT; CANCIAN, 2015).

Um dia depois de ser rejeitada a proposta ela é levada novamente ao plenário. A emenda agora é posta em votação deixando de fora da redução alguns crimes como roubo qualificado, tortura, tráfico de drogas e lesão corporal grave. É aprovada agora a redução da maioridade penal nos casos de crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte. O texto aprovado é uma emenda dos deputados Rogério Rosso (PSD/DF) e Andre Moura (PSC/SE).⁶³

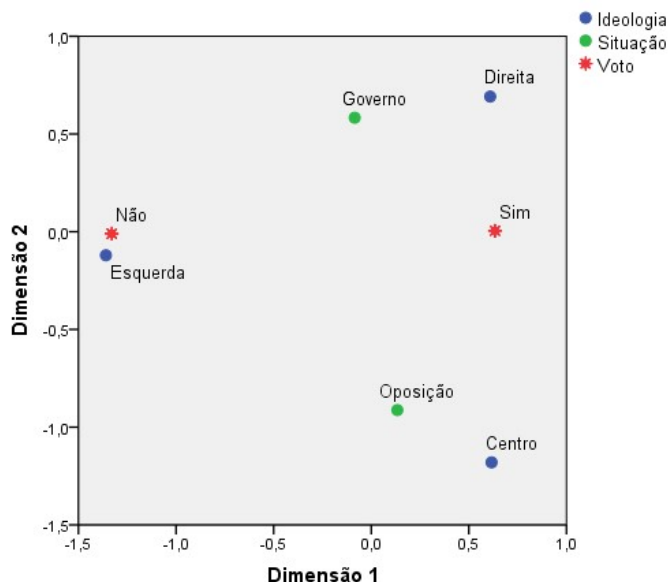
A redução da maioridade penal divide opiniões. Dentre os vários argumentos a favor, destaca-se o que a lei brasileira é muito branda. A impunidade gera violência. Sabendo que não serão presos os jovens continuariam a cometer crimes. Importante salientar que a maioria da população é a favor da medida. Em sentido oposto os críticos ao dispositivo alegam que a inclusão de jovens a partir de 16 anos no sistema prisional brasileiro não iria contribuir para a sua reinserção na sociedade dada a má qualidade do sistema prisional brasileiro. Em vez de reduzir a maioridade penal, o governo deveria investir de forma mais

⁶³ O fato de ser levada novamente à votação um texto com conteúdo semelhante ao derrotado um dia antes gerou polêmica em plenário. A indignação fica clara no discurso do deputado Glauber Braga (PSB/RJ) dirigido à Eduardo Cunha. “Temos uma decisão proferida pela Casa que, se não agrada, vossa excelência coloca em votação até a vontade de vossa excelência prevalecer” (BRASIL, 2015b).

incisiva em educação e em políticas públicas para diminuir a vulnerabilidade desses jovens ao crime, grande maioria negros, pobres e moradores das periferias brasileiras, perfil de boa parte da população carcerária brasileira (PRAZERES, 2015).

Em suma, o debate ideológico se dá entre os que creem na responsabilização individual e na punição prévia enquanto a forma mais eficaz de dar conta da violência que assola a população brasileira, e por outro lado os que acreditam que a medida não passa de um paliativo que desconsidera o caráter social do crime e as verdadeiras causas da criminalidade juvenil. Diante do exposto, se supõe que os parlamentares vinculados a partidos de direita defenderiam o primeiro pressuposto e votariam a favor da redução da maioridade penal. A esquerda seria contrária à medida ao considera-la ineficiente dado o caráter social da questão. O gráfico 13 apresenta uma representação gráfica sintética da votação do dia 02/07 ocorrida em primeiro turno.

Gráfico 13 – Redução da maioridade penal: análise de correspondência múltipla



Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

Relacionadas as variáveis elencadas percebe-se que a esquerda está próxima ao “não” e a direita mais próxima do “sim”. O Centro também está mais próximo do “sim”, assim como as categorias “governo” e “oposição”. Após é apresentada a tabela com um resumo das votações por blocos.

Tabela 37 – Redução da maioria penal: votação por blocos (%)

Voto	Esquerda	Centro	Direita	Governo	Oposição	Total (N)
Sim	20,3	88,4	89,4	64,6	72,5	(323)
Não	79,7	11,6	10,6	35,4	27,5	(154)
Total (N)	(148)	(112)	(217)	(291)	(186)	(477)

Coefficiente de contingência: a) Ideologia: 0,56 ($p < 0,01$);

b) Governo/oposição: 0,00 ($p = 0,07$).

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

Foram 323 votos a favor e 155 contra, em votação em primeiro turno.⁶⁴ Analisados os blocos, sejam eles ideológicos, ou de governo e oposição, fica evidente que a esquerda tendeu a rejeitar a proposta de emenda à constituição, enquanto a direita de forma maciça votou “sim”. O centro tendeu a votar de forma incisiva a favor da redução. Governo e oposição tendem ao “sim”. O maior peso da ideologia fica claro a partir do coeficiente de contingência (0,56 para ideologia). Não houve significância entre o posicionamento estratégico e o voto.

Tabela 38 – Voto “não” redução da maioria penal:
análise de regressão logística

Variável	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Ideologia			160,271	2	,000	
Ideologia(D)	-3,613	,312	133,749	1	,000	,027
Ideologia(C)	-3,441	,365	88,774	1	,000	,032
Governo	,731	,289	6,398	1	,011	2,078
Constante	,963	,253	14,482	1	,000	2,619

N = 477; Chi-quadrado = 230,412; g.l = 3; Sig. = 0,00; R² (Nagelkerke) = 0,535
% acerto total = 18,5%

⁶⁴ Um parlamentar que votou contra se encontrava sem partido no momento da votação e seu voto não foi computado: por isso constam 154 votos contra.

A estatística de Wald corrobora com o que foi citado anteriormente, demonstrando o maior peso da variável ideologia. A chance de um parlamentar pertencente ao governo votar “não” é cerca de 2 vezes a chance de um parlamentar da oposição. Já a de um parlamentar de centro e direita é de cerca de 3% comparado a um de esquerda. Em relação à eficácia do modelo, o mesmo tem taxa de acerto total de 18,5%. Segue abaixo a votação por partido.

Tabela 39 – Redução da maioria penal: votação por partido

E/D	Partido	Ind. líder	Sim	Não	Não vot.	% de votos (sim)	Total	Governo/o posição
D	DEM	Sim	20	1	0	95,2	21	Oposição
	PP	Sim	36	1	0	97,3	37	Governo
	PR	Sim	31	2	0	93,9	33	Governo
	PTB	Sim	21	1	0	95,4	22	Governo
	PSC	Sim	12	1	0	92,3	13	Oposição
	PRB	Sim	18	0	0	100	18	Governo
	PRTB	Sim	1	0	0	100	1	Oposição
	PTC	Sim	1	1	0	50	2	Oposição
	PEN	Sim	2	0	0	100	2	Oposição
	PROS	Não	4	7	0	36,3	11	Oposição
	PRP	Sim	2	0	0	100	2	Oposição
	PSD	Sim	28	2	0	93,3	30	Governo
	PSDC	Sim	2	0	0	100	2	Oposição
	PTN	Sim	2	2	0	50	4	Oposição
	SD	Sim	12	5	0	70,5	17	Oposição
	PTdoB	Sim	2	0	0	100	2	Oposição
C	PMDB	Sim	50	11	2 ^[1;2]	79,3	63	Governo
	PSDB	Sim	49	2	0	96	51	Oposição
E	PT	Não	1	57	0	1,7	58	Governo
	PSB	Não	13	17	0	43,3	30	Oposição
	PDT	Não	3	16	0	15,7	19	Governo
	PCdoB	Não	0	13	0	0	13	Governo
	PV	Não	3	2	0	60	5	Oposição
	PPS	Não	4	7	0	36,3	11	Oposição
	PMN	Sim	3	0	0	100	3	Oposição
	PHS	Sim	3	2	0	60	5	Oposição
	PSOL	Não	0	4	0	0	4	Oposição
Total			323	154	2	-	479	-
Indicação governo: não					Indicação minoria: liberado			

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

Os partidos de direita como um todo foram a favor da redução da maioria penal, com exceção do PROS. PT, PDT, PCdoB e PSOL foram amplamente contrários. Destoam os pequenos PMN e PHS e se dividiram na votação PV, PPS e PSB.

Curiosamente PMDB e PSDB foram favoráveis à redução da maioria penal (79,3% e 96% respectivamente). Schreiber (2015) tenta entender por que o PSDB apoiou em peso a proposta. Retomando o histórico do partido, nascido como uma vertente mais progressista do PMDB, a autora elenca duas versões: a primeira que seria uma posição descuidada com o objetivo primordial de impor uma derrota ao governo petista, e a segunda, que o partido se tornou mais conservador, inclusive estando o PSDB da Câmara à direita do PSDB do Senado.

Em relação ao PMDB, o líder do partido na Câmara dos Deputados, Leonardo Picciani (RJ) previamente já havia manifestado que o partido manteria o acordo fechado com o PSDB para a votação da PEC (SHALDERS, 2015). O posicionamento do PMDB evidencia a dificuldade do governo conseguir apoio inclusive dos seus aliados.

Ao se fazer a análise individual dos partidos vale destacar que 24 parlamentares que eram contra a medida ou não queriam se posicionar mudaram de posição em 24 horas. Parlamentares de 13 partidos mudaram de posição: DEM, PDT, PHS, PMDB, PP, PPS, PROS, PSB, PSC, PSDB, PTB, PV e Solidariedade. A legenda que mais mudou foi o PSB (quatro deputados). Do total de mudanças 21 foram do “não” à redução da maioria penal para o “sim”. Em três casos deputados que tinham se absterido se posicionaram favoráveis ao texto. Ainda cinco deputados que se ausentaram da primeira sessão marcaram presença na segunda votação (TRUFFI, 2015).

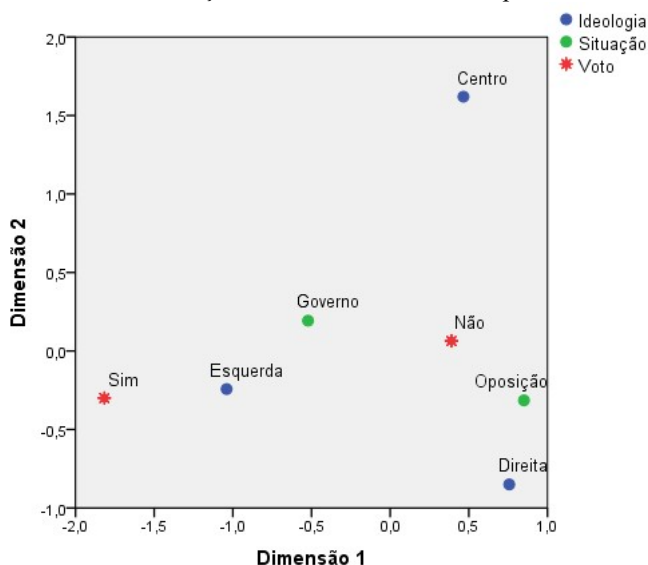
5.14 CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA A SAÚDE – CSS (PLP 306/2008)

O projeto de lei complementar 306/2008, advinda do Senado Federal e de autoria do deputado Tião Viana (PT/AC), trata dos valores mínimos a serem aplicados anualmente por Estados, Distrito Federal, Municípios e União em Saúde, além de estipular os critérios de rateio dos recursos e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas nas três esferas de governo. Regulamenta os §§ 2º e 3º do art. 198 da Constituição Federal de 1988, texto da Emenda Constitucional nº 29, de 2000. A emenda nº 29 fixa o percentual mínimo que a União deve aplicar em saúde pública. Somente Estados e Municípios têm esse

valor determinado: 12% e 15%, respectivamente (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016).

O PLP 306/2008 regulamenta a emenda nº29 e cria a Contribuição Social para a Saúde (CSS). A ideia do tributo é funcionar de forma semelhante à extinta CPMF: terá alíquota de 0,1% e destinado exclusivamente para a área da saúde. Mesmo que o texto-base do projeto já tenha sido aprovado em 2008, um dos destaques, de autoria do DEM, excluía parte do texto, retirando a base de cálculo da CSS. Na prática a mudança inviabiliza a criação do imposto (LIMA; SADI, 2011). Excluída uma discussão mais ampla sobre uma suposta reforma tributária, de um ponto de vista ideológico se esperaria que a esquerda fosse favorável à CSS e a direita contrária. A votação do destaque ocorreu em 21/09/2011; segue abaixo uma representação gráfica do que ocorreu na sessão.

Gráfico 14 – Criação da CSS: análise de correspondência múltipla



Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

O gráfico 14, em linhas gerais, evidencia a tímida, mas maior relação entre ideologia e voto. A esquerda é o grupo notadamente mais

próximo do “sim”, enquanto que a direita e a oposição estão mais próximos do “não”. A próxima tabela detalha exatamente isso.

Tabela 40 – Criação da CSS: votação por blocos (%)

Voto	Esquerda	Centro	Direita	Governo	Oposição	Total (N)
Sim	45,1	1,8	0	28	0,6	(76)
Não	54,9	98,2	100	72	99,4	(355)
Total (N)	(164)	(108)	(159)	(267)	(164)	(431)

Coefficiente de contingência: a) Ideologia: 0,49 ($p < 0,01$);

b) Governo/oposição: 0,33 ($p < 0,01$).

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

No plenário, 355 votaram contra o imposto, 76 votaram a favor e 4 se abstiveram. De um total de 164 parlamentares de partidos de esquerda, 45,1% foram favoráveis à CSS. O PT, com sua enorme bancada, é responsável em grande parte por tais números, o que pode desvirtuar os resultados dos dados dispostos em bloco. Centro, direita e oposição foram amplamente contrárias, enquanto que o governo adere com 28%. Analisado o conjunto dos dados a ideologia se demonstra mais relevante, o que é corroborado pelo maior coeficiente de contingência em comparação com a relação governo/oposição (0,49X0,33). O papel central do PT é disposto na tabela 42. A tabela 41 traz dados da regressão logística realizada.

Tabela 41 – Voto “não” criação da CSS: análise de regressão logística

Variável	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Ideologia			24,641	2	,000	
Ideologia(C)	3,666	,739	24,641	1	,000	39,102
Governo	-3,685	1,029	12,819	1	,000	,025
Constante	3,471	1,015	11,687	1	,001	32,159

N = 431; Chi-quadrado = 193,235; g.l = 3; Sig. = 0,00; R² (Nagelkerke) = 0,596
% acerto total = 3,2%

O modelo evidencia que a ideologia melhor explica o comportamento dos parlamentares em relação ao posicionamento estratégico. Nesse sentido, pertencer ao centro é ter 39 vezes a chance de votar “não” comparado a um parlamentar de esquerda. Os dados para a direita não se demonstraram significativos pelo modelo. Por outro lado o

governo tem 2,5% da chance comparado à oposição. Em relação aos dados da direita, estes foram excluídos do modelo. Por não ter ocorrido variação nos votos a regressão logística não pôde ser calculada. O modelo tem um percentual de acerto de 3,2%. Seguem dados detalhados da votação do destaque do DEM que inviabiliza a criação da CSS.

Tabela 42 – Criação da CSS: votação por partido

E/D	Partido	Ind. líder	Sim	Não	Não vot.	% de votos (sim)	Total	Governo/ oposição
D	DEM	Não	0	39	0	0	39	Oposição
	PP	Não	0	35	0	0	35	Governo
	PR	Não	0	36	0	0	36	Governo
	PTB	Não	0	17	0	0	17	Oposição
	PSC	Não	0	16	0	0	16	Oposição
	PRB	Não	0	10	0	0	10	Oposição
	PTdoB	Não	0	3	0	0	3	Oposição
	PSL	Não	0	2	0	0	2	Oposição
C	PTC	Não	0	1	0	0	1	Oposição
	PMDB	Não	2	62	0	3,1	64	Governo
E	PSDB	Não	0	44	0	0	44	Oposição
	PT	Sim	70	6	4 ^[1;2]	87,5	80	Governo
	PSB	Não	1	24	0	4	25	Governo
	PDT	Não	2	19	1 ^[1]	9	22	Governo
	PCdoB	Não	0	10	0	0	10	Governo
	PV	Não	1	12	0	7,7	13	Oposição
	PPS	Não	0	11	0	0	11	Oposição
	PMN	Não	0	3	0	0	3	Oposição
	PHS	Não	0	2	0	0	2	Oposição
	PSOL	Não	0	3	0	0	3	Oposição
	Total		76	355	5	-	436	-
Indicação governo: liberado					Indicação minoria: não			

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

O líder da minoria sugeriu voto contrário enquanto o do governo liberou a bancada. A nível dos partidos, todos os líderes orientaram a votar contra o novo tributo, exceto o PT. É, sem sombra de dúvida, o partido que se comporta de forma bastante diferenciada com 87,5% de voto “sim”. Com pouca adesão estão PMDB, PSB, PDT e PV. Os demais são totalmente contrários.

Durante a discussão do projeto vários líderes da oposição subiram à tribuna com o intuito de maldizer a elevação da carga tributária. Ronaldo Caiado (DEM/GO), médico, criticou o texto do relator, deputado Pepe Vargas (PT/RS). Para ele trata-se de “[...] uma CPMF travestida de CSS, que não é nada mais que meter a mão no bolso do contribuinte brasileiro e ainda prejudicar os municípios”. O líder do PT, Paulo Teixeira (SP), afirmou que a criação de um novo imposto não iria contrariar a população, citando inclusive a elevação dos impostos de países como Estados Unidos e França. O líder do PMDB, Henrique Alves (RN), orientou pela rejeição do imposto sugerindo pensar em uma outra alternativa. O líder do PSDB, Duarte Nogueira (SP), disse que uma das alternativas seria a diminuição dos juros que estados pagam à União para rolares suas dívidas. Embora a regulamentação da emenda 29 tenha sido resultado de um acordo firmado entre líderes do governo e da oposição, ficou também acertado que o destaque do DEM seria colocado em votação assim que fosse concluída a regulamentação da emenda. O governo sai derrotado com a orientação generalizada de voto favorável ao destaque.

Na presente votação fica difícil estipular qual a variável com maior impacto no comportamento dos parlamentares. Excluindo o PT, os demais votos favoráveis vem do PMDB (2), PSB (1), PDT (2) e PV (1). O PV é o único partido de oposição que tem um voto a favor, embora no cômputo geral e a partir das análises estatísticas realizadas, incluindo o PT a maior relação pareça estar entre ideologia e voto. Excluindo o PT, pelo contrário, a impressão é que os partidos de esquerda não se comportaram ideologicamente e como seria previsto. Uma possível explicação é explicitada pelo PSOL. Semelhante ao que ocorreu na votação da CPMF, considerada uma oposição à esquerda, o PSOL é contrário por acreditar que o governo federal tem recursos suficientes para investir no setor sem precisar criar mais um imposto para os brasileiros (PSOL, 2011).

5.15 AUMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL (MPV 675/2015)

Fazendo parte do pacote de ajuste fiscal, o governo envia ao Congresso Nacional a Medida Provisória 675/2015 que eleva de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) que incide sobre instituições financeiras como bancos, seguradoras e administradoras de cartão de crédito. Conforme previsto

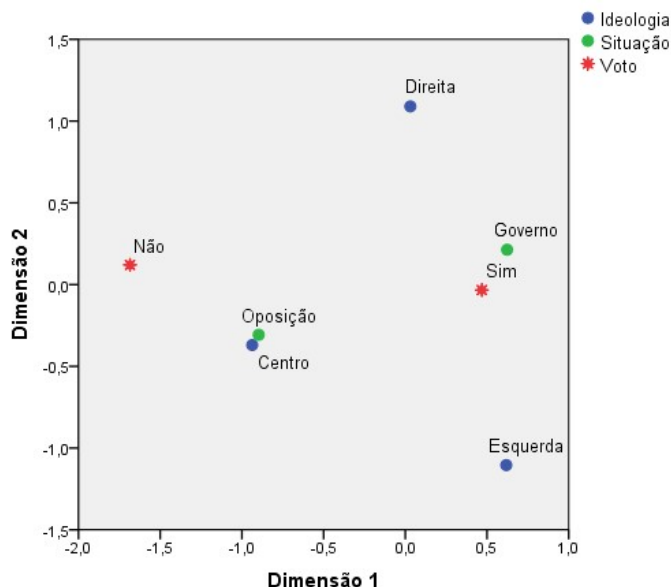
na Lei 7.689/1988, a contribuição se destina ao financiamento da seguridade social (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015m).

A medida foi analisada por uma comissão mista e a relatora foi a deputada Gleisi Hoffmann (PR/PR). Originalmente seu parecer inicial previa uma ampliação para 23%, mas foi criticado por integrantes da comissão. Voltou atrás e aceitou a elevação da alíquota de 15% para 20%, como propunha o texto original do Executivo. Para as cooperativas de crédito o aumento foi menor, 17%, como proposto em emenda pelo presidente da comissão, deputado Domingos Sávio (PSDB/MG). O texto enviado pela comissão especial limita o aumento da alíquota a um período de três anos. Entrando em vigor no dia 1º de setembro, com o aumento o governo espera arrecadar R\$900 milhões já em 2015, R\$ 3 bilhões em 2016 e atingir o teto de R\$ 4 bilhões em 2017 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015n).

Para Safatle (2014) é preocupante que o lucro líquido do Itaú em 2013 tenha alcançado os 15,7 bilhões de reais, o maior da história dos bancos brasileiros. Na contramão a economia teve crescimento estagnado. A produção industrial caiu 3,5% em dezembro em comparação a novembro, a maior retração em cinco anos. Segundo o autor é de esperar da esquerda, e o que não foi feito nesse governo, uma quebra da rentabilidade do sistema financeiro com suas taxas de juros extremamente abusivas. Mesmo que não tratada a questão no seu cerne, a taxação dos lucros bancários seria ao menos uma forma de subvencionar melhoras nos serviços públicos, cobrança recorrente nas manifestações recentes.

No dia 03/09/2015 o Projeto de Lei de Conversão nº 11 é votado. Tendo em vista que a contribuição é para financiar a seguridade social, e os recursos são oriundos dos lucros das instituições financeiras, se esperaria o voto favorável da esquerda. A direita não veria com bons olhos qualquer tipo de interferência ou regulação do sistema bancário. Por envolver arrecadação significativa faz sentido também supor que o governo aderirá ao projeto e a oposição se demonstrará contrária, principalmente por não querer arcar com os custos do aumento de tributos de qualquer natureza. Segue representação gráfica da análise de correspondência múltipla realizada.

Gráfico 15 – Aumento da CSLL: análise de correspondência múltipla



Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

O gráfico 15 evidencia a maior relação entre voto e governo/oposição. Enquanto que o centro se divide e tanto a esquerda como a direita se aproximam do “sim”, o governo está bem mais próximo do “sim” do que a oposição. A tabela 43 detalha essa tendência.

Tabela 43 – Aumento da CSLL: votação por blocos (%)

Voto	Esquerda	Centro	Direita	Governo	Oposição	Total (N)
Sim	96,6	54,7	76,6	96,1	52,4	(277)
Não	3,4	45,3	23,4	3,9	47,6	(77)
Total (N)	(120)	(84)	(150)	(209)	(145)	(354)

Coefficiente de contingência: a) Governo/oposição: 0,46 ($p < 0,01$);

b) Ideologia: 0,35 ($p < 0,01$).

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

A proposta do aumento da CSLL teve 277 votos favoráveis e 77 contrários. A partir da tabela é possível visualizar com clareza o que ocorreu na votação do aumento da CSLL. A esquerda é amplamente a favor (96,6%), enquanto a direita e o centro menos (76,6% e 54,7% respectivamente). A maior relação, entretanto se dá entre a base governista e a oposição. Mesmo o líder da minoria tendo liberado a bancada, a ampla maioria dos parlamentares aliados votam “sim” (96,1%), enquanto que os de oposição se dividem (52,4%). O coeficiente de contingência maior (0,46) para governo/oposição coaduna com esses dados.

Tabela 44 – Voto “não” aumento da CSLL: análise de regressão logística

Variável	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Ideologia			37,960	2	,000	
Ideologia(D)	2,685	,577	21,616	1	,000	14,651
Ideologia(C)	3,815	,620	37,894	1	,000	45,355
Governo	-3,534	,434	66,411	1	,000	,029
Constante	-2,427	,521	21,703	1	,000	,088

N = 354; Chi-quadrado = 165,489; g.l = 3; Sig. = 0,00; R² (Nagelkerke) = 0,575
% acerto total = 9,1%

A partir dos dados da regressão logística pode-se inferir uma importante relação entre governo/oposição e voto já que a chance de um parlamentar governista votar “não” é de menos de 3% da chance de um parlamentar da oposição. Por outro lado, e também expressivo, a chance de um parlamentar de direita votar “não” é de 14 vezes a chance de um parlamentar de esquerda e o de centro 45 vezes. A porcentagem de acerto dos votos é de 9,1%. A tabela 45 apresenta o posicionamento dos partidos em plenário.

Tabela 45 – Aumento da CSLL: votação por partido

E/D	Partido	Ind. líder	Sim	Não	Não vot.	% de votos (sim)	Total	Governo/oposição
	DEM	Não	1	16	0	5,8	17	Oposição
	PP	Sim	19	2	0	90,4	21	Governo
	PR	Sim	21	0	0	100	21	Governo
	PTB	Sim	13	1	0	92,8	14	Governo
	PSC	Sim	8	1	0	88,8	9	Oposição
	PRB	Sim	17	0	0	100	17	Governo
	PROS	Sim	7	1	0	87,5	8	Oposição

D	PRP	Sim	2	0	0	100	2	Oposição
	PSD	Sim	17	4	0	80,9	21	Governo
	SD	Não	1	10	0	9	11	Oposição
	PTdoB	Sim	1	0	0	100	1	Oposição
	PSDC	Sim	1	0	0	100	1	Oposição
	PEN	Sim	2	0	0	100	2	Oposição
	PTN	Sim	4	0	0	100	4	Oposição
C	PSL	Sim	1	0	0	100	1	Oposição
	PMDB	Sim	41	1	1 ^[2]	95,3	43	Governo
	PSDB	Não	5	37	0	11,9	42	Oposição
E	PT	Sim	44	0	0	100	44	Governo
	PSB	Sim	19	2	0	90,4	21	Oposição
	PDT	Sim	18	0	0	100	18	Governo
	PCdoB	Sim	11	0	0	100	11	Governo
	PV	Lib.	5	1	0	83,3	6	Oposição
	PPS	Sim	9	0	0	100	9	Oposição
	PMN	Sim	3	0	0	100	3	Oposição
	PSOL	Sim	4	0	0	100	4	Oposição
	PHS	Sim	3	1	0	75	4	Oposição
Total			277	77	1	-	355	-
Indicação governo: não					Indicação minoria: liberado			

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

A grande maioria dos partidos foram adeptos ao aumento da CSLL, com exceção do DEM, SD e PSDB. Sendo uma das medidas do ajuste fiscal, o avanço da proposta ocorreu mesmo sob protesto de parlamentares da oposição. Para eles trata-se de ingenuidade não considerar que o aumento será repassado aos clientes. Para o líder do DEM, deputado Mendonça Filho (PE), quem vai pagar a conta é o trabalhador, a classe média, o setor produtivo. “É muito bonito dizer que está taxando o banco quando, na prática, está onerando o setor financeiro, que vai repassar para o trabalhador”. Para a líder do PCDB, deputada Jandira Feghali (RJ) esse argumento é falacioso. “Se for por esse raciocínio, tem que acabar com o Imposto de Renda também, porque qualquer tributação é deslocada para o consumidor. É uma boa máscara para partidos aqui que protegem o lucro de bancos”. O deputado Afonso Motta (PDT/RS) defendeu um aumento ainda maior. Segundo ele os bancos desfrutaram de grandes margens de remuneração e poderiam arcar com uma alíquota superior à proposta (GONÇALVES, 2015).

DEM e PSDB foram os partidos que mais criticaram o aumento. Para eles a solução para a crise fiscal não está em arrecadar mais, mas gastar menos. “O governo mostra que, ao invés de cortar na carne, continua buscando o atalho, o caminho mais fácil, que é aumento de impostos, criticou o deputado Rogério Marino (PSDB/RN). Mesmo alguns partidos sendo favoráveis deixaram claro algumas ressalvas. Elogiando o acordo feito na comissão especial que aprovou o texto, o deputado Bacelar (PTN/BA) destacou que a medida precisa ser emergencial. Para o deputado Miro Teixeira (PROS/RJ) de alguma forma o aumento irá impactar no cidadão que usa os serviços bancários. A líder do PCdoB, defendendo o governo disse que a medida faz justiça neste momento de crise. “Estamos aumentando imposto dos bancos que obtiveram lucro absurdo só no primeiro semestre deste ano. Estamos jogando o ajuste fiscal para o andar de cima, para os que lucram e nada contribuem. E essa contribuição vai para a seguridade social, para custear a Previdência”, fez questão de ressaltar (AGÊNCIA CÂMARA, 2015).

5.16 TRATADO DE ITAIPU (PDC 2600/2010)

O projeto de decreto legislativo 2600/2010 versa sobre o Tratado de Itaipu que estabelece novas bases financeiras para o pagamento da energia do Paraguai consumida pelo Brasil. Segundo as novas regras o multiplicador para a remuneração da cessão de energia passaria dos atuais 5,1 para 15,3, aumentando em três vezes o valor da energia cedida pelo Paraguai ao Brasil. O custo adicional será arcado com recursos a serem definidos pelo Tesouro Nacional a fim de não onerar a tarifa de energia elétrica paga pelo consumidor brasileiro (LOURENÇO, 2011).⁶⁵

De forma simplificada, assinado em 1973, o Tratado de Itaipu, prevê que cada país possui direito de utilização de 50% da energia produzida. O Paraguai só utiliza 5%, o que é suficiente para atender 95% da sua demanda. É obrigado a vender o excedente energético para o Brasil já que o montante dos gastos com a obra (cerca de US\$ 27 bilhões) foi financiado inteiramente pelo Brasil. O Paraguai recebe um valor ínfimo por megawatt, já que grande parte do valor é abatido para pagamento da dívida. O novo acordo traz inovações importantes. Além

⁶⁵ A elevação faria com que os pagamentos anuais feitos pelo Brasil passassem de cerca de US\$ 120 milhões para cerca de US\$360 milhões.

do aumento do repasse, segundo o artigo 6º do novo acordo, a ANDE (Administración Nacional de Eletricidad - a autarquia que administra o mercado energético paraguaio), poderá negociar a venda do excedente a outras empresas do mercado brasileiro, não se limitando a negociá-la com a Eletrobrás, como disposto no tratado original. Além disso, a partir de 2023, quando a dívida estiver paga, o Paraguai poderá negociar com outros mercados (BLANCO, 2016).

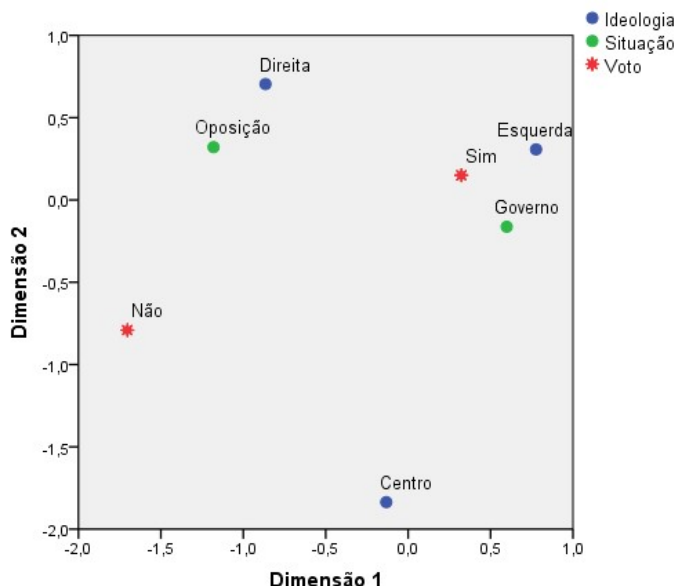
A política externa é um campo de estudos consolidado e que faz parte do campo mais amplo das Relações Internacionais (RI). Também pode ser considerada uma política pública, com a especificidade de ser implementada fora das fronteiras estatais, o que pode acarretar uma distância considerável entre objetivos e resultados (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013).

Para Oliveira e Onuki (2010), a política externa é um tema no qual as decisões e escolhas são resultantes de disputa de interesses, tal qual qualquer outra política pública. Mais do que isso, não sendo um tema nevrálgico do ponto de vista político, isto é, gerando poucos dividendos políticos em termos eleitorais, não haveriam grandes constrangimentos em relação ao tema e o mesmo exaltaria com nitidez as divergências programáticas entre os partidos. Comparando a posição dos partidos em política externa, expressa nos seus programas de governo, evidencia diferenças substanciais entre eles. No geral, levando em conta os temas que polarizam as posições partidárias em torno do espectro político-ideológico, destacam-se a tradicional divisão Norte-Sul da dinâmica internacional e o da integração regional. Os partidos de centro-esquerda atribuem clara prioridade para as relações Sul-Sul, enquanto que os partidos de centro-direita priorizam a manutenção da vinculação do Brasil com os países desenvolvidos do hemisfério norte. Em relação à integração regional, as distinções vem se acentuando nas últimas duas décadas, atingindo o ápice na tramitação sobre o ingresso da Venezuela ao bloco. É patente a prioridade à intensificação das relações com países em desenvolvimento no campo da esquerda, enquanto a direita é adepta do livre comércio e consequentemente contrária ao exacerbamento de medidas protecionistas entre os países. Constatam-se diferenças estratégicas relevantes entre os blocos ideológicos.⁶⁶

⁶⁶ O PSDB é o único, dentre todos os programas, a afirmar categoricamente, a necessidade de manter fortes ligações com “países mais adiantados”. O PT, por sua vez, enfatiza o Mercosul enquanto instrumento importante para favorecer a integração e o desenvolvimento regionais.

No dia 06/04/2011 ocorre a votação nominal do PDC 2600/2010, presidida pelo deputado Marco Maia (PT/RS). Levados em consideração os aspectos citados acima, se esperaria que a esquerda fosse percentualmente mais favorável ao projeto e a direita mais contrária. Segue representação gráfica do ocorrido.

Gráfico 16 – Tratado de Itaipu: análise de correspondência múltipla



Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

Como se pode constatar esquerda e governo estão próximos do “sim” praticamente na mesma proporção. O comportamento da direita e da oposição também são semelhantes, embora a oposição se aproxime um pouco mais do “não”. A tabela 46 especifica a relação.

Tabela 46 – Tratado de Itaipu: votação por blocos (%)

Voto	Esquerda	Centro	Direita	Governo	Oposição	Total (N)
Sim	97,2	70,4	76	96	60,5	(285)
Não	2,8	29,6	24	4	39,5	(54)
Total (N)	(147)	(71)	(121)	(225)	(114)	(339)

Coefficiente de contingência: a) Governo/oposição: 0,41 ($p < 0,01$);

b) Ideologia: 0,30 ($p < 0,01$).

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

O projeto foi aprovado com 285 votos favoráveis e 54 contrários. A partir da visualização da tabela fica difícil distinguir o que impacta mais fortemente no voto: ideologia ou relação estratégica com o governo. A esquerda é bastante favorável (97,2%), percentual próximo ao governo (96%). Centro, direita e oposição aderem com menor intensidade (70,4%, 76% e 60,5% respectivamente). A partir do coeficiente de contingência presume-se que a relação governo/oposição tenha um pouco mais de impacto (0,41 contra 0,30 ideologia).

Tabela 47 – Voto “não” Tratado de Itaipu: análise de regressão logística

Variável	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Ideologia			23,268	2	,000	
Ideologia(D)	1,186	,590	4,042	1	,044	3,275
Ideologia(C)	3,167	,681	21,611	1	,000	23,747
Governo	-3,310	,546	36,708	1	,000	,037
Constante	-1,722	,548	9,864	1	,002	,179

N = 339; Chi-quadrado = 101,201; g.l = 3; Sig. = 0,00; R² (Nagelkerke) = 0,442
% acerto total = 5%

Os dados da regressão logística reforçam os da tabela 46, evidenciando um maior impacto, mesmo que sutil, da variável governo/oposição. Um parlamentar de centro tem 23 vezes, e de direita 3 vezes a chance de votar “não” comparado a um parlamentar de esquerda. Já um parlamentar do governo tem próximo a 3% da chance de ser contrário em comparação com um parlamentar de oposição (porcentagem de acerto total do modelo de 5%). Segue o comportamento dos partidos individualmente.

Tabela 48 – Tratado de Itaipu: votação por partido

E/D	Partido	Ind. líder	Sim	Não	Não vot.	% de votos (sim)	Total	Governo/oposição
D	DEM	Não	1	26	0	3,7	27	Oposição
	PP	Sim	20	2	0	90,9	22	Governo
	PR	Sim	23	0	0	100	23	Governo
	PTB	Sim	18	0	0	100	18	Oposição
	PSC	Sim	12	1	0	92,3	13	Oposição
	PRB	Sim	8	0	0	100	8	Oposição
	PTdoB	Sim	4	0	0	100	4	Oposição
	PSL	Sim	1	0	0	100	1	Oposição
	PTC	Sim	1	0	0	100	1	Oposição
	PRP	Sim	2	0	0	100	2	Oposição
	PRTB	Sim	2	0	0	100	2	Oposição
C	PMDB	Sim	50	4	0	92,5	54	Governo
	PSDB	Não	0	17	0	0	17	Oposição
E	PT	Sim	73	1	1 ^[2]	97,3	75	Governo
	PSB	Sim	23	0	0	100	23	Governo
	PDT	Sim	15	2	0	88,2	17	Governo
	PCdoB	Sim	12	0	0	100	12	Governo
	PV	Sim	8	0	0	100	8	Oposição
	PPS	Sim	5	1	0	83,3	6	Oposição
	PMN	Sim	3	0	0	100	3	Oposição
	PHS	Sim	1	0	0	100	1	Oposição
	PSOL	Sim	3	0	0	100	3	Oposição
Total			285	54	1	-	340	-
Indicação governo: sim					Indicação minoria: não			

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

Com exceção do DEM, os demais partidos são amplamente favoráveis ao aumento do repasse ao Paraguai. Todos os partidos de esquerda caminham no mesmo sentido. PMDB e PSDB dão a tônica do impasse, um debate predominantemente estratégico. Enquanto o PMDB vota “sim” na ordem de 92,5%, o PSDB é totalmente contrário. DEM e PSDB são os únicos partidos em que os líderes indicam voto contrário. O líder do governo indicou voto favorável e o da minoria contrário. Nesse sentido chama a atenção a baixa adesão dos partidos oposicionistas ao líder da minoria.

Como aponta Lourenço (2011), o governo vinha há algum tempo trabalhando para a aprovação do tratado, com a oposição

insistentemente obstruindo. Supondo que o viés financeiro costuma nortear o posicionamento do governo, inclusive sendo esta a tese central deste trabalho, fica a pergunta de como o governo poderia buscar a aprovação de projeto que triplica o repasse para o Paraguai. Para o relator do decreto, deputado Dr. Rosinha (PT/PR), “os US\$ 240 milhões adicionais que se pagarão ao Paraguai representam um custo muito baixo, comparativamente aos ganhos políticos, diplomáticos, econômicos e comerciais que o Brasil obtém ao apostar na integração regional e na prosperidade de seus vizinhos”. Para Golovaty (2011), em relação ao que considera uma política externa autenticamente de esquerda, seria perfeitamente possível, por exemplo, defender uma relação mais equânime do Brasil com o Paraguai na questão de Itaipu, mesmo que para isso fosse preciso aceitar alguma perda econômica imediata para o nosso país. Relações regionais mais equilibradas e justas terminam, a longo prazo, por beneficiar a todos os envolvidos. Aqui possivelmente esteja a chave para a compreensão de votação aparentemente enigmática.

A discussão gira em torno de “esmola” por parte da oposição e direito/dever por parte do governo, defendendo que o último reajuste foi em 2005 e os ganhos associados com a medida. No senado o debate é bastante ilustrativo. Roberto Requião (PMDB/PR) declarou que o Brasil deve ficar atento ao que chamou de “tentações imperialistas” na relação com os países vizinhos. Trata-se de uma medida civilizada. Mário Couto (PA) e Lúcia Vânia (GO), parlamentares do PSDB, apresentam visão bastante distinta. Trata-se de “dar um dinheirão” ao Paraguai sem justificativa plausível. Segundo eles o Brasil não deve nada ao Paraguai. Foram feitos reajustes de contrato em 1983 e 2005, com o próximo previsto para 2023. Para o líder do PSDB, Álvaro Dias (PR), se não tivéssemos problemas de infraestrutura, enfrentássemos um caos na saúde e não tivéssemos inúmeras demandas sociais e com os cofres públicos “abarrotaados”, poderíamos nos dar ao luxo de tamanha generosidade. Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) defendeu a concessão ao “país irmão”. Enquanto uma das maiores economias do mundo e como protagonista na América Latina e no Mercosul, o Brasil deve contribuir com os países menos ricos (AGÊNCIA SENADO, 2011). Percebe-se que há por um lado um interesse estratégico do governo e, ao mesmo tempo, um componente ideológico que de certa forma alavancou a discussão sobre a matéria.

5.17 CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO (PL 1876/1999)

A discussão da atualização do Código Florestal Brasileiro passa a ocorrer a partir de 1999 por meio do projeto de lei 1876/1999. Em seu artigo 1º, deixa claro seu objetivo, estabelecer normais sobre a proteção da vegetação. Trata das áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, além de definir regras sobre a exploração florestal, suprimento de matéria-prima florestal, controle da origem dos produtos florestais e prevenção de incêndios (BRASIL, 2014b). O desafio está em garantir o crescimento do país em paralelo com a proteção ao meio ambiente. Somente em 2009 é criada uma Comissão Especial para esse fim tendo como relator o deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP). No debate político duas posições políticas se destacam e se intitulam como bancada ruralista e ambientalista.⁶⁷ Os ruralistas se demonstram comprometidos com a atividade produtiva e os ambientalistas como defensores mais ferrenhos da proteção ambiental. O relatório chega à câmara no dia 01 de dezembro de 2010. Por não ser um relatório definitivo o relator recebeu sugestões de diversos partidos e de cientistas. Dia 02 de maio de 2011 o relatório final é apresentado na câmara para ser votado. É aprovado no dia 24 de maio com 410 votos a favor, 63 contra e uma abstenção.⁶⁸

Foco específico desta análise, no dia 24 de maio de 2011 é colocada em votação a polêmica emenda 164 de autoria de Paulo Piau (PMDB/MG). Em suma a proposta de emenda reduz as áreas de preservação no país e foi alvo de pressão de ambientalistas. Entre outras

⁶⁷ O objetivo manifesto da bancada ruralista é estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional. Atualmente conta com cerca de 190 deputados (FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA, 2016). Já a bancada ambientalista pretende apoiar iniciativas que visem alcançar padrões sustentáveis de desenvolvimento. Conta com o mesmo número aproximado de parlamentares (FRENTE PARLAMENTAR AMBIENTALISTA, 2016).

⁶⁸ Segue para o senado com quatro pontos gerando bastante polêmica: a regulação sobre as áreas de preservação permanentes (APPs) e de Reserva Legal, as atividades produtivas permitidas em áreas protegidas, a definição de competências em matérias ambiental e, por fim, os incentivos visando a recomposição de APPs e áreas de reserva legal. Após trâmite nas comissões, na noite do dia 06 de dezembro de 2011 os senadores aprovam em plenário o substitutivo de autoria dos senadores Luiz Henrique e Jorge Viana (59 votos a favor e 7 contrários). Ao todo foram 26 emendas (20 de mérito e seis de redação) acatadas pelo relator e 60 rejeitadas (GARCIA, 2012).

coisas, a emenda regulariza a situação de ocupações ilegais em áreas de preservação permanente (APPs), como beira de rios, topos de morros e encostas consolidadas até julho de 2008.⁶⁹ Apoiada por parlamentares da bancada ruralista tem como principal objetivo consolidar as áreas de produção agrícola, de pecuária e outras atividades rurais existentes em APPs no país. Cabe ainda ao poder público (governo federal e dos estados) determinar quais áreas devem ser reflorestadas. A atribuição desse encargo aos órgãos estaduais é criticada visto que flexibiliza a legislação ambiental e deixa à mercê do poder local as definições quanto ao tema (CAMARGO, 2011). Segue abaixo uma sistematização dos principais artigos da emenda 164 com a análise de especialistas e consultores legislativos.⁷⁰

Quadro 7 – Pontos polêmicos da emenda 164

O que diz a emenda	Problemas/insegurança jurídica
Art. 8º A intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente e a manutenção de atividades consolidadas até 22 de julho de 2008, ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas em Lei, bem como nas atividades agrossilvopastoris, ecoturismo e turismo rural, observado o disposto no § 3º;	<ul style="list-style-type: none"> - O artigo substituirá o art. 4º do atual Código Florestal (Lei 4.777/1965), que tem alcance mais abrangente – legislando, inclusive, sobre a construção de pontes – por um artigo que legisla sobre algo específico; - Deixa para Lei posterior definir o que é de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental, o que causa insegurança jurídica; - Se refere a atividades consolidadas até 22 de julho de 2008, mas inclui, ao final do caput, “bem como atividades agrossilvopastoris, ecoturismo e turismo rural”, podendo-se entender que atividades existentes após 2008 também serão consolidadas; - Remete ao “disposto no § 3º”, que, na verdade, se refere a outras atividades a serem consolidadas, e não as previstas no caput;
§ 1º A existência das situações previstas no caput deverá ser informada no Cadastro Ambiental Rural para fins de monitoramento, sendo exigida nestes casos a adoção de técnicas de conservação do solo e água que visem a mitigação dos eventuais impactos.	- A Resolução CONAMA 302 de 20/03/2002 estabeleceu que a APP tem a “função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas”. O dispositivo referido esquece-se da função de preservar “biodiversidade e fluxo gênico de fauna e flora” ao exigir técnicas de conservação apenas do solo e da água.
§ 2º Antes mesmo da disponibilização do Cadastro Ambiental Rural de que trata o § 1º, no caso das intervenções já existentes, fica o proprietário ou possuidor responsável pela conservação do solo e água, conforme determinação agronômica.	- A determinação de como o proprietário ou possuidor de imóvel rural deverá conservar o solo e a água deixa de ser prerrogativa dos órgãos ambientais competentes para poder ser estabelecida por um agrônomo;
§ 3º O Programa de Regularização Ambiental previsto na lei, atendidas peculiaridades locais, estabelecerá outras atividades não previstas no caput, para fins de regularização e manutenção, desde que não estejam em área de risco e sejam observados critérios técnicos de conservação de solo	<ul style="list-style-type: none"> - O PRA poderá estabelecer outras atividades não previstas no caput para fins de regularização e manutenção. Desta forma, os estados poderão regularizar atividades de interesse local em áreas atualmente destinadas à preservação; - A designação “desde que não estejam em área de risco e sejam observados critérios técnicos de conservação de solo e água” se refere às outras atividades que o PRA poderá estabelecer para fins de regularização, e não as atividades já previstas no caput.

Fonte: Camargo (2011).

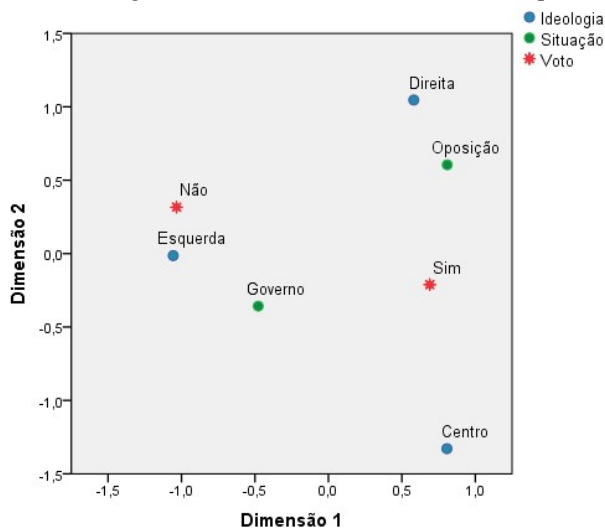
⁶⁹ Nessa situação se encontram plantações de café em Minas Gerais, maçã em Santa Catarina e uva e arroz no Rio Grande do Sul.

⁷⁰ Como exposto pela autora, como o quadro apresenta interpretações legislativas, permite que haja leituras diversas sobre os mesmos dispositivos.

Para Almeida, Castelo e Rivero (2013), a maior preocupação dos ambientalistas estava no texto alterado pelos deputados e que previa a flexibilização da exigência de recuperação das APPs permitindo que os Estados sejam responsáveis e façam de acordo com os seus interesses e necessidades.⁷¹

Para a votação em plenário realizada no dia 24 de maio de 2011 na Câmara dos Deputados é considerado um voto esperado da esquerda a recusa do referido projeto (não), ao passo que é tido como um voto de direita o aceite da emenda 164 (sim). A esquerda em nome de um Estado mais interventor e uma legislação mais contundente na esfera ambiental deveria se manifestar negativamente em relação à emenda 164, ao passo que os parlamentares do campo da direita deveriam se comportar tendo em vista uma legislação mais esparsa e menos reguladora nessa esfera.⁷² Segue a análise de correspondência múltipla.

Gráfico 17 – Código Florestal Brasileiro: análise de correspondência múltipla



Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

⁷¹ O texto original aprovado no Senado delimitava a recomposição de áreas de preservação permanente (APPs) a 15 metros em torno de rios com até 10 metros de largura.

⁷² A justificativa do ponto de vista teórico se encontra no capítulo 1, discussão sobre “ecologismo”.

Analisado o comportamento político dos partidos agrupados em blocos ideológicos é notória a aproximação da categoria esquerda com o voto não, mais próxima do que a categoria governo. Quase que em sua totalidade votou “não”, em consonância com o que é constatado por Belchior (2010). Segundo ele a causa ambiental tende a estar associada aos partidos de esquerda, sendo esta uma nova bandeira pós-materialista relevante. Quanto ao comportamento do centro e da direita, ambos tenderam a votar a favor da emenda 164. De forma geral o comportamento dos atores políticos se deu de forma esperada levando em consideração a ideologia dos partidos.

Segue abaixo a tabela de contingência com o grau de associação das variáveis ideologia e voto e governo/oposição e voto.

Tabela 49 – Código Florestal: votação por blocos (%)

Voto	Esquerda	Centro	Direita	Governo	Oposição	Total (N)
Sim	24,2	96,7	72,4	48,9	78,7	(273)
Não	75,8	3,3	27,6	51,1	21,3	(182)
Total (N)	(178)	(121)	(156)	(286)	(169)	(455)

Coefficiente de contingência: a) Ideologia: 0,52 ($p < 0,01$);

b) Governo/oposição: 0,28 ($p < 0,01$).

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

Enquanto os parlamentares governistas se dividiram em relação ao tema, a grande maioria da oposição votou “sim”. Quanto à ideologia, entre os parlamentares de esquerda predominou o voto contrário à Emenda 164, enquanto entre os de direita e especialmente entre os de centro predominou o voto a favor. Quanto ao grau de associação entre as variáveis, ela é relativamente forte (0,52) para ideologia, ao passo que há uma independência maior em relação a fazer parte do governo ou oposição e o voto. Nesse caso a ideologia dos partidos é um melhor preditor do comportamento do que a relação entre governo e oposição. A Tabela 50 apresenta uma síntese dos resultados da regressão logística.

Tabela 50 – Voto “não” emenda 164: análise de regressão logística

Variável	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Ideologia			93,711	2	,000	
Ideologia(D)	-1,792	,263	46,297	1	,000	,167
Ideologia(C)	-4,434	,540	67,367	1	,000	,012
Governo	1,014	,270	14,106	1	,000	2,757
Constante	,342	,272	1,577	1	,209	1,407

N = 414; Chi-quadrado = 210,957; g.l = 3; Sig. = 0,00; R² (Nagelkerke) = 0,502
% acerto total = 20,2%

Os dados abaixo da tabela indicam que o modelo é satisfatório. Todas as variáveis são estatisticamente significativas e verificada a estatística de Wald, os coeficientes maiores demonstram o maior peso da variável ideologia. A chance de um parlamentar da coalizão governista votar “não” representa quase 3 vezes a chance de um parlamentar da oposição. Já no que tange à variável ideologia, a chance de um parlamentar de centro votar “não” equivale a um pouco mais de 1% da chance de um parlamentar de esquerda. Já a chance de um de direita equivale a cerca de 16% da chance de um de esquerda. Os dados da regressão logística confirmam o peso da ideologia, sobretudo o vínculo da direita ao “sim” e da esquerda ao “não”. Curioso é o posicionamento do centro que aderiu ao “sim” muito mais que os parlamentares de direita. Segue abaixo a síntese da votação.

Tabela 51 – Código Florestal Brasileiro: votação por partido

E/D	Partido	Ind. líder	Sim	Não	Não vot.	% de votos (sim)	Total	Governo/oposição
D	DEM	Sim	35	1	1 ^[1]	94,6	37	Oposição
	PP	Sim	23	11	0	67,6	34	Governo
	PR	Não	16	16	0	50	32	Governo
	PTB	Lib.	15	5	0	75	20	Oposição
	PSC	Sim	15	1	0	93,7	16	Oposição
	PRB	Não	8	2	0	80	10	Oposição
	PTdoB	Não	0	3	0	0	3	Oposição
	PRTB	Não	0	2	0	0	2	Oposição
	PSL	Não	1	1	0	50	2	Oposição
C	PRP	Não	0	1	0	0	1	Oposição
	PMDB	Sim	72	1	0	98,6	73	Governo
	PSDB	Sim	45	3	1 ^[1]	91,8	49	Oposição
	PT	Não	1	78	1 ^[2]	1,2	80	Governo

E	PSB	Lib.	7	22	0	24,1	29	Governo
	PDT	Sim	9	17	1 ^[3]	33,3	27	Governo
	PCdoB	Lib.	12	1	0	92,3	13	Governo
	PV	Não	0	12	0	0	12	Oposição
	PPS	Não	9	2	0	81,8	11	Oposição
	PMN	Lib.	3	1	0	75	4	Oposição
	PHS	Não	2	0	0	100	2	Oposição
	PSOL	Não	0	2	0	0	2	Oposição
Total			273	182	4	-	459	-
Indicação governo: não					Indicação minoria: sim			

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

Fazendo uma comparação do comportamento efetivo dos parlamentares com a classificação predominante proposta pela Ciência Política brasileira, percebe-se na temática ambiental algumas incompatibilidades. Em se tratando de partidos nanicos como PTdoB, PRTB e PRP, mesmo sendo oposição e sendo partidos considerados de direita, votaram contra a emenda 164. PMN e PHS, partidos localizados no espectro político à esquerda, votaram sim, talvez privilegiando a indicação do líder da minoria (oposição). Os partidos citados tem no máximo 4 parlamentares. Analisando os partidos com as maiores bancadas, PPS e PCdoB agem de forma inesperada, algo mais previsível em se tratando de PPS, claramente oposição há algum tempo. A postura do PCdoB, entretanto é mais nebulosa visto que faz parte do governo e se localiza no campo da esquerda. Esse fato pode ser explicado por ser o relator do código o deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP). O porquê ele apresenta uma proposta com tal teor é uma incógnita. PP e PR se dividem na votação, provavelmente influenciados mutuamente pelas variáveis ideologia e pertencimento ao governo. O PSDB age conforme o esperado dos partidos de direita. A grande surpresa é o real posicionamento do PMDB. Embora faça parte da coalizão governista, votou em peso a favor dos ruralistas, contrariando as orientações do governo.

A percepção de que a ideologia ajuda a explicar a votação do Código Florestal Brasileiro é condizente com o que foi constatado por Nicoletti (2014). Entretanto, como se ateve à votação final do Código Florestal Brasileiro, mesmo tendo se pautado também em análise de discurso, é questionável sua categorização do voto “sim” e “não” como uma posição de esquerda ou de direita, visto que o texto final é resultado de uma série de concessões, seja por parte de ambientalistas ou por parte

de ruralistas. De qualquer forma, analisada a votação da emenda 164, semelhante ao que propõe, faz sentido supor que neste tema o embate não pode ser resumido a apenas disputa de interesses. Há um debate ideológico corroborado pelo comportamento dos parlamentares.

5.18 ROTULAGEM DE TRANSGÊNICOS (PL 4148/2008)

O Projeto de Lei nº 4148/2008 tem como autor o deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS). Trata da informação da natureza transgênica dos alimentos nos rótulos destinados ao consumo humano. Diferente da Lei nº 11105/2005 de origem, o projeto prevê que o aviso aos consumidores somente será obrigatório nas embalagens dos alimentos que apresentarem presença de organismos transgênicos superior a 1%. O texto-chave é o presente no caput do artigo 40 da lei 11105/2005 que altera a redação passando a vigorar a seguinte:

Art. 40. Os rótulos dos alimentos destinados ao consumo humano, oferecidos em embalagem de consumo final, que contenham organismos geneticamente modificados, com presença superior a 1% de sua composição final, detectada em análise específica, deverão informar o consumidor, a natureza transgênica do alimento (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015o).

Além disso foram alteradas partes do texto original no que tange à forma de prestar a informação nos alimentos, resultando na alteração da redação dos §§ 1º, 2º e 3º. Na nova redação não é mais necessário indicar a espécie doadora do gene bem como indicação da presença de DNA ou proteína resultante da modificação genética, além de ser realizada a rotulagem de ingredientes e alimentos produzidos a partir de animais alimentados com ração com ingredientes transgênicos. Entre as justificativas apresentadas pelo proponente, e ressaltando o direito à informação, está o princípio da razoabilidade e proporcionalidade, além de ser considerada a rotulagem um conteúdo desinformante, ou seja, que mais confundi do que agrega. Citada a politização da biotecnologia é destacado que "algumas organizações, sob o pretexto de informar o consumidor, pretendem que o rótulo do alimento funcione como ferramenta de contra propaganda". Aparece também o tratamento desigual em relação aos produtos importados, o que dificultaria a competição, sem contar os altos custos para a

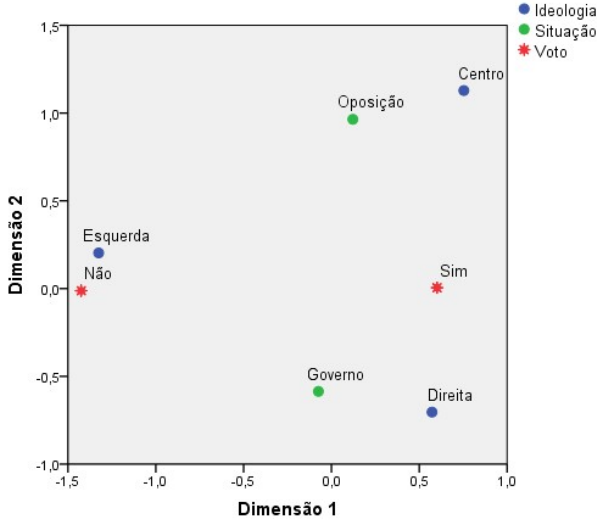
fabricação de produto nacional livre de organismos geneticamente modificados (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015o).

Para Amorim (2003), o debate sobre transgenia é complexo e polarizado entre argumentos favoráveis e contrários. Os críticos pregam que os organismos geneticamente modificados (OGMs) podem acarretar riscos à saúde. Por outro lado está a premissa de que a tecnologia precisa avançar, incluindo a biotecnologia. A vantagem seria a obtenção de produtos adaptados à realidade brasileira, mais resistentes e maior produtividade.

Diante do dilema, semelhante ao que ocorre no debate sobre o Código Florestal Brasileiro, a mudança das regras na rotulagem deveria em princípio dividir a esquerda e a direita ao dicotomizar argumentos ruralistas e ambientalistas. O afrouxamento das regras atenderiam aos anseios do agronegócio e da produção em grande escala, já os ambientalistas exitariam em aceitar o dispositivo que a longo prazo implicaria em aumento dramático do uso dos agrotóxicos e perda ou alteração do patrimônio genético de plantas e sementes.⁷³ Para testar essa premissa, será analisada a votação da subemenda substitutiva Global oferecida pelo relator da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) realizada em 28/04/2015. O voto “sim” implicaria no aceite da mudança e seria o voto esperado da direita, enquanto o rejeite seria o que se esperaria da esquerda. Em seguida segue a análise de correspondência múltipla do ocorrido.

⁷³ O uso indiscriminado de agrotóxicos está diretamente associado ao aumento dos transgênicos no campo uma vez que o cultivo de sementes geneticamente modificadas exigem o uso de grandes quantidades destes produtos.

Gráfico 18 – Rotulagem de transgênicos: análise de correspondência múltipla



Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

De forma exploratória o gráfico 18 apresenta evidências do que se esperava na votação levando em consideração o componente político-ideológico do tema. As categorias governo e oposição estão mais distantes do voto “sim” e “não” comparado à variável ideologia, subdividida em direita, centro e esquerda. Centro e direita se aproximam do voto “sim”, enquanto que a esquerda do “não”. Em detalhes segue o que ocorreu.

Tabela 52 – Rotulagem de transgênicos: votação por blocos (%)

Voto	Esquerda	Centro	Direita	Governo	Oposição	Total (N)
Sim	23,8	96	90,7	67,1	75,5	(320)
Não	76,2	4	9,3	32,9	24,5	(135)
Total (N)	(147)	(102)	(206)	(283)	(172)	(455)

Coeficiente de contingência: a) Ideologia: 0,57 ($p<0,01$);

b) Governo/oposição: 0,00 ($p=0,05$).

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

A tabela 52 demonstra que houve uma tendência a tanto o governo como a oposição a serem favoráveis ao PL 4148/2008, o que não ocorre em relação às categorias esquerda e direita. A esquerda é em sua maioria contrária (76,2%), enquanto que a direita é amplamente favorável (90,7%). Os partidos de centro compostos pelo PMDB e PSDB se destacam em relação ao voto “sim”. O coeficiente de contingência ratifica a premissa de que ideologia neste tema seria relevante, com uma forte relação com o voto (0,57 para ideologia e insignificância para governo/oposição). Em seguida são apresentados os dados da regressão logística.

Tabela 53 – Voto “não” rotulagem de transgênicos:
análise de regressão logística

Variável	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Ideologia			149,721	2	,000	
Ideologia(D)	-3,647	,331	121,359	1	,000	,026
Ideologia(C)	-4,478	,556	64,875	1	,000	,011
Governo	,979	,323	9,186	1	,002	2,661
Constante	,630	,252	6,230	1	,013	1,877

N = 455; Chi-quadrado = 241,285; g.l = 3; Sig. = 0,00; R² (Nagelkerke) = 0,585
% acerto total = 17%

A partir da análise de regressão logística, um parlamentar governista teria 2,6 vezes a chance de votar “não” comparado a um da oposição. Já ser de direita implicaria em 2,6% da chance comparado a um de esquerda, ser de centro cerca de 1%. Os valores da estatística de Wald destacam o maior peso da variável ideologia como esperado. O modelo se demonstrou significativo, com um percentual de acerto de 17%. A tabela 54 resume o ocorrido em plenário de forma mais detalhada.

Tabela 54 – Rotulagem de transgênicos: votação por partido

E/D	Partido	Ind. líder	Sim	Não	Não vot.	% de votos (sim)	Total	Governo/oposição
	DEM	Sim	22	0	0	100	22	Oposição
	PP	Sim	36	1	0	97,3	37	Governo
	PR	Sim	23	4	1[1]	82,1	28	Governo
	PTB	Sim	16	5	0	76,2	21	Governo
	PSC	Sim	9	1	0	90	10	Oposição
	PRB	Sim	18	1	0	94,7	19	Governo

D	PROS	Sim	8	1	0	88,8	9	Oposição
	PRP	Sim	3	0	0	100	3	Oposição
	PSD	Sim	30	3	0	90,9	33	Governo
	SD	Sim	11	1	0	91,6	12	Oposição
	PTdoB	Sim	2	0	0	100	2	Oposição
	PSDC	Sim	2	0	0	100	2	Oposição
	PEN	Sim	1	0	0	100	1	Oposição
	PRTB	Sim	1	0	0	100	1	Oposição
	PSL	Sim	1	0	0	100	1	Oposição
	PTC	Sim	0	2	0	0	2	Oposição
C	PTN	Sim	4	0	0	100	4	Oposição
	PMDB	Sim	56	1	1 ^[2]	96,5	58	Governo
E	PSDB	Sim	42	3	0	93,3	45	Oposição
	PT	Não	2	57	1 ^[1]	3,3	60	Governo
	PSB	Não	8	19	0	29,6	27	Oposição
	PDT	Lib.	9	8	0	52,9	17	Governo
	PCdoB	Não	0	13	0	0	13	Governo
	PV	Não	1	7	0	12,5	8	Oposição
	PPS	Sim	8	3	0	72,7	11	Oposição
	PMN	Sim	3	0	0	100	3	Oposição
	PSOL	Não	0	5	0	0	5	Oposição
	PHS	Sim	4	0	0	100	4	Oposição
	Total		320	135	3	-	458	-
Indicação governo: sim				Indicação minoria: sim				

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

Como se pode notar, tanto os partidos de direita quanto os de centro votaram “sim” em peso com exceção do pequeno PTC. Já no campo da esquerda a maioria dos votos concentram-se no “não”, excluindo o posicionamento de partidos como PDT, PPS e os nanicos PMN e PHS. Todos os parlamentares do PMN e PHS votam “sim”, 72,7% do PPS e um pouco mais da metade (52,9%) do PDT também votam. O líder do PPS solicitou o voto “sim” da bancada enquanto o PDT liberou o voto.

O debate em plenário transpareceu um evidente conteúdo político-ideológico. “Nós não podemos, nós mesmos, criar obstáculos para o consumo dos nossos produtos. O agronegócio é que alimenta o país”, é a fala do deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), relator da matéria na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Claramente tem um discurso produtivista e prioriza o agronegócio. Para o líder do PV, Sarney Filho (MA), não faz sentido

diminuir o nível de informações que se tem hoje. Não acrescenta nada, pelo contrário, retira o direito do consumidor de saber o que está levando pra casa. Já o vice-líder do PT, Alessandro Molon (RJ), ressaltou: “Se todo mundo aqui diz que o transgênico é uma maravilha, porque quer retirar o símbolo (que identifica o produto) do rótulo? Isso é muito contraditório” (AGÊNCIA BRASIL, 2015).

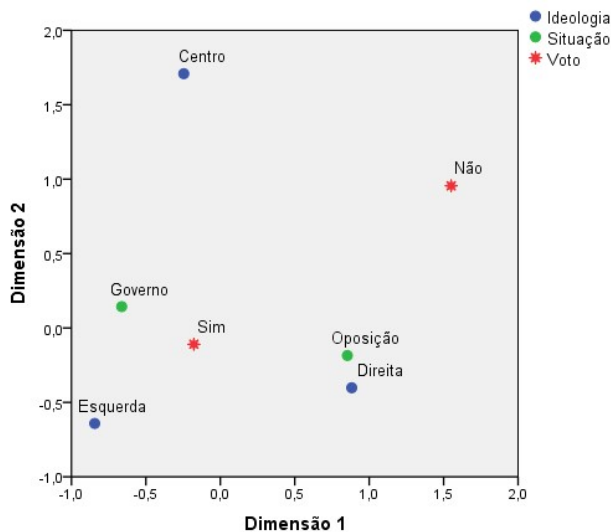
O debate sobre a rotulagem dos transgênicos parece reiterar o que se constatou na análise das discussões presentes na emenda 164 do Código Florestal Brasileiro. Haveria, semelhante ao que já foi constatado em outros países, uma tendência a se ter uma esquerda mais ambientalista e uma direita mais interessada no crescimento econômico e menos adepta a qualquer tipo de regulação estatal nessa esfera: bastaria o livre mercado.

5.19 COTAS PARA CONCURSO PÚBLICO (PL 6738/2013)

O Projeto de Lei 6738/13, do poder Executivo, reserva 20% das vagas em concursos públicos a candidatos negros que assim se declararem no ato da inscrição. A medida se refere a concursos públicos da administração direta e indireta como autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mistas controladas pela União. A lei terá a duração de dez anos. Várias foram as emendas apresentadas ao texto. Uma delas estendia a reserva de vagas aos cargos comissionados da esfera federal, e a outra subdividia a cota entre os que concluíram o ensino médio em escola privada (25%) e em escola pública (75%). Todas as emendas foram rejeitadas (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014c).

O sistema de cotas enquanto uma política que busca fazer frente a uma desigualdade histórica entre brancos e negros é passível de muitas críticas. A partir dos elementos sintetizados no quadro 2 espera-se que os parlamentares de esquerda sejam favoráveis ao referido projeto, enquanto os de direita o rejeitem. Embora haja consenso em falar que as cotas caracterizam-se como uma discriminação, para a esquerda trata-se de uma discriminação positiva, necessária para enfrentar desigualdades históricas. Para a direita medidas universalistas seriam mais interessantes e não reforçariam práticas de privilegiamento. No dia 26/03/2014 o plenário da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 6738/13 do Poder Executivo que reserva 20% das vagas em concursos públicos para negros. Em seguida é apresentado gráfico que relaciona as variáveis.

Gráfico 19 – Cotas para concurso público: análise de correspondência múltipla



Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

A representação gráfica exposta no gráfico 19 evidencia que todas as categorias estão mais próximas do “sim”. Ainda assim a esquerda está um pouco mais próxima do “sim” do que a direita, e a direita um pouco mais próxima do “não” do que a esquerda. Semelhantemente é o que ocorre com as categorias governo e oposição. A primeira mais próxima do “sim” e a segunda mais próxima do não. A tabela 55 expõe a porcentagem de votos por categoria.

Tabela 55 – Cotas para concurso público: votação por blocos (%)

Voto	Esquerda	Centro	Direita	Governo	Oposição	Total (N)
Sim	96	88,8	84,6	93,4	84,9	(314)
Não	4	11,2	15,4	6,6	15,1	(36)
Total (N)	(126)	(81)	(143)	(197)	(153)	(350)

Coefficiente de contingência: a) Ideologia: 0,16 ($p<0,01$);

b) Governo/oposição: 0,13 ($p<0,05$).

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

O texto teve o apoio de 314 deputados e o voto contrário de 36 deputados. 96% dos parlamentares de esquerda votaram “sim”, enquanto dos de direita 84,6% foram favoráveis ao projeto. Houve também uma tendência do governo ser mais favorável do que a oposição (93,4% e 84,9% respectivamente), embora a maior relação está entre ideologia e voto, o que é confirmado com o coeficiente de contingência no valor de 0,16 ($p < 0,01$). Já a variável situação se demonstrou menos significativa ($p < 0,05$) e com uma menor relação com o voto (coeficiente de contingência = 0,13). Mesmo assim pode-se afirmar que as duas variáveis têm uma baixa relação com o voto. A tabela 56 traz dados sobre a regressão logística realizada.

Tabela 56 – Voto “não” cotas para concurso público:
análise de regressão logística

Variável	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Ideologia			5,682	2	,058	
Ideologia(D)	1,254	,529	5,628	1	,018	3,505
Ideologia(C)	1,052	,580	3,289	1	,070	2,863
Governo	-,654	,385	2,888	1	,089	,520
Constante	-2,750	,512	28,844	1	,000	,064

N = 350; Chi-quadrado = 13,528; g.l = 3; Sig. = 0,004; R² (Nagelkerke) = 0,078
% acerto total = 0%

Os dados da regressão logística apontam que a chance de um parlamentar de direita votar “não” é 3,5 vezes a chance de um parlamentar de esquerda. As outras categorias não se demonstram significativas (valor Sig.). O modelo se demonstra ineficaz a partir das variáveis escolhidas, o que fica evidente também pela porcentagem de acerto das respostas. Desta forma, tudo indica que não há uma relação entre as variáveis independentes ideologia e situação ou esta se dá de forma aleatória o que não permite se fazer previsões como esperado. Em seguida é apresentado o comportamento individual dos partidos na presente votação.

Tabela 57 – Cotas para concurso público: votação por partido

E/D	Partido	Ind. líder	Sim	Não	Não vot.	% de votos (sim)	Total	Governo/oposição
	DEM	Sim	18	2	1 ^[1]	85,7	21	Oposição
	PP	Sim	18	3	0	85,7	21	Governo
	PR	Sim	24	0	0	100	24	Governo

D	PTB	Sim	8	1	0	88,8	9	Oposição
	PSC	Lib.	4	5	0	44,4	9	Oposição
	PRB	Sim	8	0	0	100	8	Governo
	PROS	Sim	12	0	0	100	12	Oposição
	PRP	Sim	2	0	0	100	2	Oposição
	PSD	Lib.	17	8	1 ^[1]	65,3	26	Oposição
	SD	Obs.	9	3	0	75	12	Oposição
C	PTdoB	Sim	1	0	0	100	1	Oposição
	PMDB	Sim	45	7	4 ^[1;2;3]	80,3	56	Governo
E	PSDB	Sim	27	2	1 ^[1]	90	30	Oposição
	PT	Sim	66	0	0	100	66	Governo
	PSB	Sim	15	1	1 ^[1]	88,2	17	Oposição
	PDT	Sim	10	3	0	76,9	13	Governo
	PCdoB	Sim	13	0	0	100	13	Governo
	PV	Sim	8	0	0	100	8	Oposição
	PPS	Sim	5	0	0	100	5	Oposição
	PMN	Sim	1	1	0	50	2	Oposição
	PSOL	Sim	3	0	0	100	3	Oposição
Tema			314	36	7	-	357	-
Indicação governo: sim					Indicação minoria: sim			

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

Como se pode constatar, e como já mencionado, a ampla maioria dos parlamentares votou favorável ao Projeto de Lei 6738/13. Mesmo assim a discussão foi permeada por ampla discussão. Excluindo o PMN, que com dois parlamentares um votou a favor e outro contra, PSC e PSD foram os partidos com menor taxa de adesão. Tal posicionamento faz sentido por terem sido os únicos partidos em que os líderes partidários liberaram a bancada. Os demais partidos orientaram os parlamentares a serem favoráveis ao projeto.

Foram poucos os parlamentares contrários, entretanto alguns deles fizeram uso da palavra e criticaram piamente a proposta. Jair Bolsonaro (PP/RJ), por exemplo, afirmou que a medida é “racista, separatista e imoral”. O deputado Silvio Costa (PSC/PE) fez questão expor que para ele a questão racial não é mais importante do que a questão social no país. Segundo ele “no sertão de Pernambuco, onde há influência de colonização holandesa, os brancos é que são pobres. Então, os filhos dos negros ricos serão privilegiados em detrimento dos filhos dos brancos pobres”. A maioria dos deputados defendeu o texto. Para Leonardo Picciani (PMDB/RJ), relator da proposta na Comissão de

Constituição e Justiça e de Cidadania, a medida vai permitir um futuro de igualdade ao buscar dar conta de um histórico nefasto. Segundo ele o Brasil foi o último país do mundo ocidental a abolir a escravidão e isso traz consequências até hoje. Jandira Feghali (PCdoB/RJ), líder do partido, se manifestou dizendo ser preciso tratar de maneira desigual os desiguais. Como exemplo citou: “as mulheres são 10% desta Casa, mas são a maioria da população. O tratamento igual mantém a desigualdade”. Anthony Garotinho (PR/RJ) criticou a noção de meritocracia nos concursos públicos. Para ele só entra “quem teve condições de estudar nas melhores escolas”. Domingos Sávio (PSDB/MG) alertou que a necessidade de cotas demonstra que o governo não conseguiu avançar nos indicadores sociais, onde é necessário investir mais em educação (BRASIL, 2014d).

De forma geral o tom dos discursos não parece condizer com a votação, semelhante ao que ocorreu com o Projeto de Lei 73/1999, que reserva cota para negros, índios e pobres nas universidades federais. Longe de ser algo consensual, com forte lobby externo e depois de firmado um acordo entre os partidos, é aprovado em 20 de novembro de 2008 por votação simbólica no dia da Consciência Negra (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2008).

5.20 CRIMINALIZAÇÃO DE PRÁTICAS INDÍGENAS NOCIVAS (PL 1057/2007)

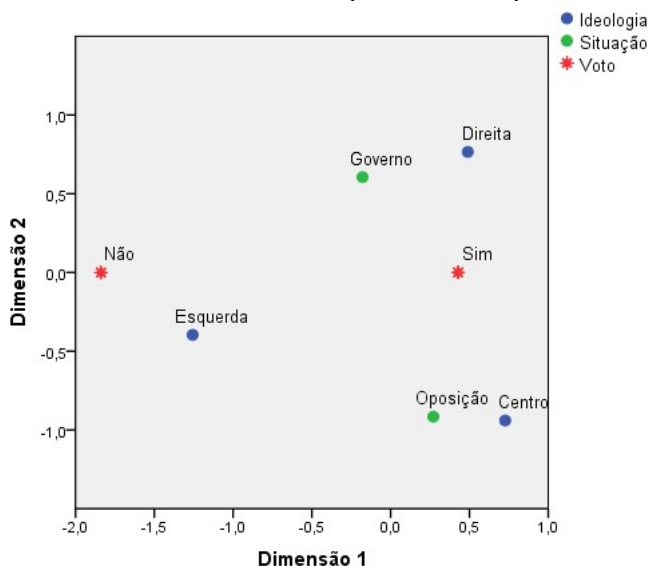
O projeto de lei nº 1057/2007, de autoria do deputado Henrique Afonso (PT/AC), dispõe sobre o combate a práticas tradicionais nocivas e à proteção dos direitos fundamentais de crianças indígenas. No texto do projeto reafirma-se o respeito e o fomento a práticas tradicionais indígenas, desde que estejam em conformidade com os direitos humanos fundamentais estabelecidos na Constituição Federal e internacionalmente reconhecidos. Consideram-se nocivas as práticas tradicionais que atentem contra a vida e a integridade físico-psíquica tais como: abuso sexual, maus-tratos e principalmente homicídios de recém nascidos independente da justificativa como: nascimento com algum tipo de deficiência física e/ou mental, falta de um dos genitores, em casos de gestação múltipla, preferência de gênero, marca de nascença que os diferencie dos demais, desnutrição entendida como maldição, etc. Tais práticas passam a ser crime com pena de detenção de um a seis meses ou multa. Passa a ser dever de todos que tenham conhecimento das situações de risco notificar imediatamente as autoridades. Para o autor do projeto a cultura é dinâmica e não imutável. A cultura não é o

bem maior a ser tutelado, mas o ser humano. Nesse sentido a tolerância em relação à diversidade cultural deve ser balizada pelo respeito aos direitos humanos (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015p).

Esse projeto ficou conhecido como “Lei Muwaji”, em homenagem a uma mãe da tribo dos suruwahas que se rebelou contra a tradição de sua tribo e salvou a vida da filha que seria morta por ter nascido deficiente. A proposta é polêmica. Para Silva (2014b) não há como negarmos o multiculturalismo brasileiro, inclusive constando na nossa carta Magna o reconhecimento da diversidade de culturas e o direito ao patrimônio cultural pelos povos indígenas (artigos 215 e 233). Para a antropóloga Marianna Assunção Figueiredo Holanda, autora da dissertação “Quem são os humanos dos Direitos: sobre a criminalização do infanticídio indígena”, citada por Silva (2014b), “o que nós, brancos, entendemos como sendo vida e humano é diferente da percepção dos índios. Um bebê indígena, quando nasce, não é considerado uma pessoa – ele vai adquirindo personalidade ao longo da vida e das relações sociais que estabelece”. Entretanto, o tema é complexo e o autor se pergunta: ao respeitar integralmente a prática indígena e não impedir a morte de crianças indígenas, O Estado brasileiro não estaria de alguma forma violando os direitos fundamentais reconhecidos por ele próprio? Esta parece ser a questão central. O que privilegiar? Direito inalienável à vida ou o direito à diversidade cultural? Sob a ótica do relativismo o Estado não deve interferir nesse tipo de questão. Já sob o enfoque universalista, toda medida em prol da proteção do direito fundamental à vida é bem-vinda.

Nesse contexto é colocada em votação no dia 26/08/2015 a subemenda substitutiva global que teve como relator o deputado Marcos Rogério (PDT/RO). Como exposto em capítulo teórico, a expectativa é que a esquerda seja mais contrária dada a sua afinidade com o multiculturalismo. A direita, diferentemente, em nome da universalidade seria majoritariamente favorável. Segue análise de correspondência múltipla do que ocorreu em plenário.

Gráfico 20 – Criminalização de práticas indígenas nocivas:
análise de correspondência múltipla



Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

O gráfico 20 deixa claro que governo e oposição se comportam de forma semelhante, assim como centro e direita. A grande distinção está na esquerda, mais próxima do “não” em comparação as outras categorias. A tabela 58 detalha a votação.

Tabela 58 – Criminalização de práticas indígenas nocivas:
votação por blocos (%)

Voto	Esquerda	Centro	Direita	Governo	Oposição	Total (N)
Sim	49,6	98	94	76,1	88,7	(361)
Não	50,4	2	6	23,9	11,3	(84)
Total (N)	(139)	(105)	(201)	(268)	(177)	(445)

Coefficiente de contingência: a) Ideologia: 0,47 ($p < 0,01$);

b) Governo/oposição: 0,15 ($p < 0,01$).

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

O plenário da Câmara aprovou por 361 votos a 84 e 9 abstenções o PL 1057/2007. O líder do governo indicou voto “não” e o da oposição “sim”. Centro e direita são amplamente favoráveis. O governo rejeita um pouco mais do que a oposição (76,1% e 88,7%), provavelmente pelo impacto do maior número de partidos e parlamentares de esquerda no governo. A esquerda é a categoria que tem maior índice de rejeição (50,4%). A variável ideologia tem uma forte relação com o voto (coeficiente de contingência = 0,47). Em seguida seguem os dados da regressão logística.

Tabela 59 – Voto “não” criminalização de práticas indígenas nocivas:
análise de regressão logística

Variável	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Ideologia			89,046	2	,000	
Ideologia(D)	-3,011	,360	69,907	1	,000	,049
Ideologia(C)	-4,109	,742	30,669	1	,000	,016
Governo	1,372	,332	17,064	1	,000	3,941
Constante	-,792	,268	8,734	1	,003	,453

N = 445; Chi-quadrado = 146,699; g.l = 3; Sig. = 0,00; R² (Nagelkerke) = 0,453
% acerto total = 7,9%

A partir do modelo é possível inferir que a chance do governo votar “não” é de quase 4 vezes a chance em comparação à oposição. Os altos coeficientes da estatística de Wald destacam a maior relação entre ideologia e voto e, nesse caso, ser de direita denota uma chance de praticamente 5% de votar “não” comparado a um parlamentar de direita e centro 1,6%. O percentual de acerto do modelo é de 7,9%. Seguem informações do posicionamento dos partidos.

Tabela 60 – Criminalização de práticas indígenas nocivas: votação por partido

E/D	Partido	Ind. líder	Sim	Não	Não vot.	% de votos (sim)	Total	Governo/oposição
	DEM	Sim	16	1	0	94,1	17	Oposição
	PP	Sim	27	2	1 ^[1]	90	30	Governo
	PR	Sim	29	0	0	100	29	Governo
	PTB	Sim	21	1	0	95,4	22	Governo
	PSC	Sim	11	1	0	91,6	12	Oposição
	PRB	Sim	16	1	0	94,1	17	Governo
	PROS	Sim	9	2	0	81,8	11	Oposição
	PRP	Sim	3	0	0	100	3	Oposição

D	PSD	Sim	32	0	1 ^[1]	100	33	Governo
	SD	Sim	15	1	0	93,7	16	Oposição
	PTdoB	Sim	2	0	0	100	2	Oposição
	PSDC	Sim	1	1	0	50	2	Oposição
	PEN	Sim	1	1	0	50	2	Oposição
	PRTB	Sim	1	0	0	100	1	Oposição
	PTC	Sim	1	1	0	50	2	Oposição
C	PTN	Sim	4	0	0	100	4	Oposição
	PMDB	Sim	56	2	2 ^[1;2]	93,3	60	Governo
E	PSDB	Sim	47	0	2 ^[1]	100	49	Oposição
	PT	Não	5	47	2 ^[1]	9,2	54	Governo
	PSB	Sim	25	4	1 ^[1]	83,3	30	Oposição
	PDT	Sim	18	0	1 ^[1]	100	19	Governo
	PCdoB	Não	0	11	0	0	11	Governo
	PV	Não	4	4	0	50	8	Oposição
	PPS	Sim	10	0	0	100	10	Oposição
	PMN	Sim	3	0	0	100	3	Oposição
	PSOL	Não	0	4	0	0	4	Oposição
	PHS	Sim	4	0	0	100	4	Oposição
	Tema		361	84	9	-	454	-
Indicação governo: não				Indicação minoria: sim				

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

A tabela 60 deixa claro que a direita foi amplamente favorável, com exceção dos pequenos PEN e PTC que se dividiram em plenário. Tanto o PMDB quanto o PSDB também (93,3% e 100% respectivamente), o que evidencia a pouca relação do posicionamento estratégico e a referida votação. No campo da esquerda PSB, PDT, PPS e os nanicos PMN e PHS votaram mais “sim”. O PV se dividiu.

Embora possa se afirmar que a esquerda foi a categoria que mais rejeitou o projeto, percebe-se o quanto controversa é a discussão. Todos os parlamentares do PDT são favoráveis. Para o relator, deputado Marcos Rogério (PDT/RO), “direitos humanos são para todos, independente de sua cultura, que não pode violar o direito fundamental da vida”. No entanto, o texto foi alvo de críticas de parlamentares ligados aos direitos humanos. Para o deputado Evandro Gussi (PV/SP) o projeto não terá efeitos práticos já que o Código Penal já trata de homicídios e da inimizabilidade para quem não tem condições de perceber o caráter danoso da conduta (CONGRESSO EM FOCO, 2015).

O deputado Moroni Torgan (DEM/CE) ilustrou o pensamento de grande parte dos deputados do plenário. Segundo ele a vida é um

valor fundamental que deve ser aplicado a todas as culturas. “Não acredito que uma cultura que tire a vida seja mais importante que a vida. Se é para matar uma vida em nome de uma cultura, mata a cultura em nome da vida, que é muito melhor”, afirmou. O deputado Takayama (PSC/PR) de forma semelhante argumentou e defendeu a proposta. “Não se trata de religião, trata-se da vida. Não está certo que, se uma criança nasceu com pequena deficiência na perna, por exemplo, o chefe da tribo possa mandar matar de uma maneira horrível na frente dos pais”, criticou. Os parlamentares contrários não se colocaram permissivos ao infanticídio, mas receosos da forma de lidar com a problemática. Para o líder do PSOL, deputado Chico Alencar (RJ), há experiências bem sucedidas de superação dessas práticas nocivas tradicionais por meio do diálogo liderado pelas mulheres indígenas. A líder do PCdoB, deputada Jandira Feghali (RJ), no mesmo tom afirmou que é necessário respeitar as crenças e costumes. “Não estamos aqui defendendo assassinato, estamos defendendo a vida dessas crianças por meio de uma mediação cultural. Do jeito que está aqui, vamos colocar a tribo inteira na cadeia” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015q). Diante do exposto fica claro o maior peso da variável ideologia em comparação ao posicionamento estratégico. O voto não revela em essência a rejeição ou o aceite do projeto mas, sobretudo, divergências em torno de como será conduzida a mudança. Essa é a tônica posta em plenário e que fica explícita nos discursos.

5.21 PLANO NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL (PDC 1491/2014)

Em 23 de maio de 2014 a Presidência da república lança o Decreto 8.243/2014 que institui o que o governo chama de Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS). Ambos os mecanismos têm o intuito de fortalecer e articular os mecanismos e instâncias democráticas, bem como a articulação entre a administração pública federal e a sociedade civil, esta entendida como o cidadão, os coletivos e os movimentos sociais, sejam eles institucionalizados ou não. A administração pública federal deverá levar em consideração as instâncias e os mecanismos de participação social para a formulação, execução, monitoramento e avaliação de seus programas e políticas públicas (BRASIL, 2015c).⁷⁴

⁷⁴ São consideradas instâncias e mecanismos de participação social conselho de políticas públicas, comissão de políticas públicas, conferência nacional,

O texto foi algo de muitas divergências. Mesmo que considerado por muitos como um artifício “bolivariano”, ou mesmo uma ofensa ao sistema representativo, na prática o decreto reforça institucionalmente uma política presente na Constituição de 1988 e iniciada de forma mais intensa em 2003 através da medida provisória 103 que atribui à Secretaria Geral da Presidência o papel de articulação com as entidades da sociedade civil, além da criação e implementação de instrumentos de consulta e participação popular (AVRITZER, 2014).

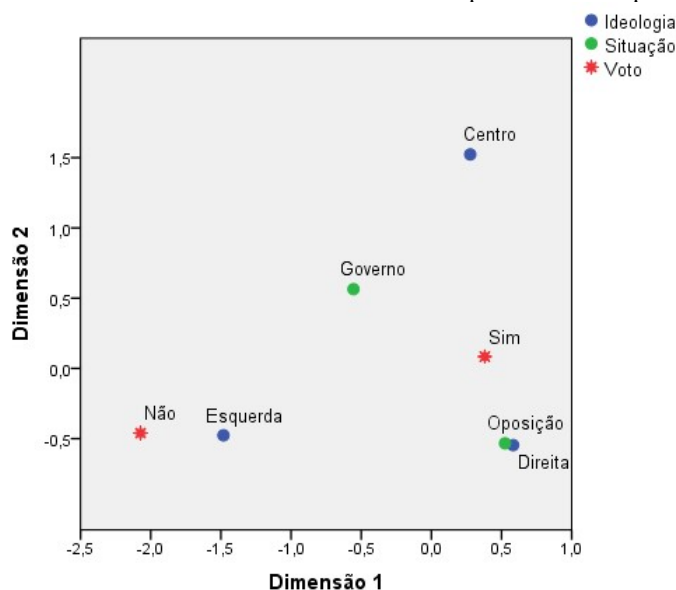
Tamanha polêmica vem à tona com o decreto legislativo nº 1491/2014, objeto desta análise e que buscou suspender o decreto presidencial 8.243/2014, proposta apresentada pelos deputados Mendonça Filho (DEM/PE) e Ronaldo Caiado (DEM/GO). Citando o art. 14 da Carta Magna que cita que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, a justificativa é de que o plano levaria a uma corrosão do regime representativo, assim como se teria o risco dos rumos das políticas públicas ficarem a mercê da sociedade civil organizada (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015c).

Do ponto de vista ideológico, discussão presente na fundamentação teórica (cap. 2), a contrariedade ao plano poderia pautar-se na ótica liberal de democracia baseada, a grosso modo, na suficiência da democracia representativa ancorada no sufrágio universal. Embora sejam várias as diferenças entre os diversos teóricos, uma característica geral das teorias liberal-democráticas seria a crença em um sistema político autônomo em que a participação e a influência da maioria é assegurada pelo voto (MATOS, 1999). Para além da ideologia, no entanto, é possível também que a medida gerou repulsa por setores da oposição diante do receio de que o governo poderia, a partir da efetivação do plano, instrumentalizar a relação com a sociedade civil organizada a fim de conseguir apoio para projetos do seu interesse e passando, inclusive, por cima do Congresso Nacional.

Embora o projeto tenha sido aprovado de forma simbólica, a votação nominal a ser analisada trata-se da realizada em 15/07/2014, requerimento nº 10361/2014 que solicita regime de urgência para apreciação do PDC nº 1491/2014. A solicitação do regime de urgência é um regime de tramitação que dispensa algumas formalidades regimentais. Normalmente é um recurso utilizado para acelerar a aprovação de um projeto (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016). Desta forma pode ser considerado um artifício equivalente ao voto “sim”.

Prevalecendo o teor político-ideológico espera-se que os parlamentares vinculados a partidos de direita votem “sim”, e os partidos localizados à esquerda do espectro ideológico votem “não”, aderindo de forma indireta ao Plano Nacional de Participação Social e de forma mais genérica ao aprofundamento de mecanismos de participação popular. O gráfico 21 apresenta o resultado da análise de correspondência múltipla.

Gráfico 21 – PNPS: análise de correspondência múltipla



Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

A representação gráfica anterior revela que a maioria dos partidos de direita tenderam ao voto “sim” praticamente na mesma proporção dos partidos pertencentes à oposição. O centro está mais próximo do “sim” do que do não, enquanto a esquerda mais do “não”. A seguir a tabela 61 apresenta informações mais detalhadas.

Tabela 61 – PNPS: votação por blocos (%)

Voto	Esquerda	Centro	Direita	Governo	Oposição	Total (N)
Sim	42,3	98,8	97,7	73,3	94,9	(294)
Não	57,7	1,2	2,3	26,7	5,1	(54)
Total (N)	(85)	(89)	(174)	(169)	(179)	(348)

Coefficiente de contingência: a) Ideologia: 0,55 ($p < 0,01$);

b) Governo/oposição: 0,28 ($p < 0,01$).

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

A solicitação de urgência para apreciação do decreto legislativo é aprovada com 294 votos a favor e 54 contra. A oposição votou de forma consistente a favor (94,9%), embora os partidos pertencentes à coalizão governista tenham também em sua maioria também sido favorável. Esse fato chama a atenção visto que a indicação do líder do governo era ser contra. Esse dado faz sentido ao analisar os coeficientes de contingência das variáveis ideologia e governo/oposição. Nesse caso a ideologia se sobressai consideravelmente (0,55 contra 0,28 para governo/oposição), demonstrando um alto grau de associação com o voto. A esquerda votou mais “não”, enquanto centro e direita foram quase unânimes no “sim”. A tabela 62 apresenta dados da regressão logística.

Tabela 62 – Voto “não” decreto legislativo 1491/2014: análise de regressão logística

Variável	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Ideologia			65,060	2	,000	
Ideologia(D)	-4,002	,576	48,248	1	,000	,018
Ideologia(C)	-5,175	1,049	24,343	1	,000	,006
Governo	2,153	,476	20,463	1	,000	8,612
Constante	-1,024	,388	6,966	1	,008	,359

N = 348; Chi-quadrado = 159,771; g.l = 3; Sig. = 0,00; R² (Nagelkerke) = 0,637
% acerto total = 9,2%

Quanto ao peso das variáveis, a estatística de Wald revela o maior peso para a variável ideologia. Ser governista representa 8,6 vezes a chance de votar “não” comparado a um parlamentar da oposição. Por sua vez, um parlamentar de direita tem 1,8% e centro 0,6% de chance

comparado a um parlamentar de esquerda. O modelo tem uma porcentagem de acerto total de 9,2% dos casos.

Tabela 63 – PNPS: votação por partido

E/D	Partido	Ind. líder	Sim	Não	Não vot.	% de votos (sim)	Total	Governo/oposição
D	DEM	Sim	27	0	0	100	27	Oposição
	PP	Sim	30	1	1 ^[3]	96,7	32	Governo
	PR	Sim	23	0	0	100	23	Governo
	PTB	Sim	10	1	2 ^[1;3]	90,9	13	Oposição
	PSC	Sim	11	0	0	100	11	Oposição
	PRB	Sim	7	0	0	100	7	Governo
	PROS	Sim	15	1	0	93,7	16	Oposição
	PRP	Sim	1	0	0	100	1	Oposição
	PSD	Sim	31	1	0	96,8	32	Oposição
	SD	Sim	12	0	1 ^[3]	100	13	Oposição
	PTdoB	Sim	2	0	0	100	2	Oposição
	PSDC	Sim	1	0	0	100	1	Oposição
C	PMDB	Sim	53	1	1 ^[2]	98,1	55	Governo
	PSDB	Sim	35	0	0	100	35	Oposição
E	PT	Obs.	1	31	28 ^[1;3]	3,1	60	Governo
	PSB	Sim	15	2	0	88,2	17	Oposição
	PDT	Sim	10	0	0	100	10	Governo
	PCdoB	Não	0	12	0	0	12	Governo
	PV	Lib.	3	2	0	60	5	Oposição
	PPS	Sim	5	0	0	100	5	Oposição
	PMN	Sim	2	0	0	100	2	Oposição
	PSOL	Não	0	2	0	0	2	Oposição
Total			294	54	33	-	381	-
Indicação governo: não					Indicação minoria: sim			

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

Verificando o comportamento de partidos como PP, PR, PRB, PMDB e PDT, chama a atenção que, embora fizessem parte da base de apoio ao governo e a indicação fosse de rejeitarem a proposta, os partidos em peso votaram a favor. Os partidos de centro também foram favoráveis, sendo o PSDB claramente oposição e o PMDB governo. Todos os partidos orientaram suas bancadas para serem favoráveis ao regime de urgência, exceto PT que declarou obstrução (28 parlamentares

não votaram), PCdoB e PSOL que orientaram rejeitar e PV que liberou a bancada. PSOL, PCdoB, PT e PV em menor grau foram os partidos que mais aderiram ao voto “não”. É importante salientar que dos 54 votos “não”, 43 (praticamente 80%) foram do PT e do PCdoB. Claramente a matéria era de interesse desses dois partidos e do PSOL.

Vale destacar que a animosidade à proposta também pode ser explicada pelo seu trâmite. O presidente da Câmara dos Deputados na ocasião, Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), se declarou um apoiador da anulação dos efeitos do decreto presidencial após o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, ter negado a sugestão de encaminhar via projeto de lei a criação da Política Nacional de Participação Social. Dessa forma, em defesa do protagonismo do congresso o presidente submete à deliberação do plenário. Tal incômodo fica claro nas palavras de Mendonça Filho (DEM/PE): “Não entendo por que a presidente da República quer instituir um modelo de consulta à população passando por cima do Parlamento, que é a casa de representação popular. Para mim, isso é abuso de poder e de autoridade”. Em defesa ao decreto Henrique Fontana (PT/RS) expõe que ele não demonstra nenhum tipo de desrespeito ao papel do legislativo brasileiro, deixando a entender que no fundo o debate é ideológico. Exemplifica citando artigo publicado na imprensa do ex-ministro da Fazenda Bresser Pereira que afirma que a reação negativa ao decreto, com a desculpa do medo de se instaurar um poder paralelo, revela uma clara intenção de limitar a participação social na democracia brasileira (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014a).

Parece evidente que a votação desse projeto de decreto legislativo em votação simbólica se deu diante de uma perda clara por parte do governo. Nem o PT, a princípio maior interessado, solicitou votação nominal diante desse contexto adverso. O medo do governo instrumentalizar os movimentos sociais, assim como a forma truncada do governo impor o plano – via decreto, gerou reação contrária de vários partidos de esquerda como PSB, PDT, PPS, PMN e PV.

5.22 IDENTIDADE DE GÊNERO (PL 7699/2006)

O Projeto de Lei n° 7699/2006 institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência. Conhecido como Estatuto da Pessoa com Deficiência, cria normas para garantir acessibilidade, transporte, moradia e atendimento de saúde específico para pessoas com algum tipo de deficiência. O texto-base foi aprovado em 05/03/2015. Feito isso o plenário passou a apreciar os destaques. O primeiro

destaque apreciado, apresentado pelo PRB, pedia a retirada do texto do inciso VI do § 4º do art. 18 da subemenda substitutiva, dispositivo que ressalta respeito à especificidade e à identidade de gênero e orientação sexual da pessoa com deficiência nos atendimentos realizados no Sistema Único de Saúde (SUS).

Para Lima (2011) a noção de identidade sexual, ou de gênero, implica que esta não tem relação direta com o nosso sexo anatômico, ou seja, “[...] é construída também a partir da identificação (ou não) com o sexo anatômico com o qual se nasceu e com a identificação (ou não) com o significado social associado a cada sexo” (p. 168). Nesse sentido a palavra “sexo” diz respeito ao aspecto anatômico e fisiológico humano, enquanto “gênero” refere-se ao significado atribuído ao sexo, coisas distintas. Como exemplo, o indivíduo poderia nascer com o sexo masculino e sentir-se uma mulher (identidade de gênero) ou vice-versa.

Dito isso, é notável o quão controverso é o tema e a relação com o (neo)conservadorismo, tema explorado no primeiro capítulo. Em período recente o debate se exacerba em relação a temas de cunho moral e comportamental como a revisão da legislação no campo do aborto, a discussão sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e a criação de novos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTs). Embora antes disso já estivesse presente a retórica da defesa da vida e da família, agora há uma reposição muito mais vigorosa da temática moral e de cunho privado.

Para Machado (2012) é importante destacar que entre as décadas de 1980 e 1990 passa a haver um grande interesse dos pentecostais pelos partidos políticos, em grande medida explicado pelo estímulo dado por lideranças partidárias a filiações e candidaturas de atores religiosos. Com isso há um crescimento de partidos como o Partido Liberal (PL) já na década de 80, e mais tarde Partido da República (PR)⁷⁵, Partido Republicano Brasileiro (PRB) e Partido Social Cristão (PSC). O fortalecimento desses partidos explica em grande parte o aumento do número de parlamentares evangélicos. Na Câmara Federal passou de 57 na 51ª legislatura (1999-2003) para 71 na 52ª legislatura (2003-2007). Almeida (2014) evidencia a relação desses partidos com as igrejas. O PRB é fundado por políticos ligados à Igreja Universal do Reino de Deus, o PSC estabeleceu parceria com as Assembleias de Deus, e assim por diante. Mesmo tendo ciência de que o

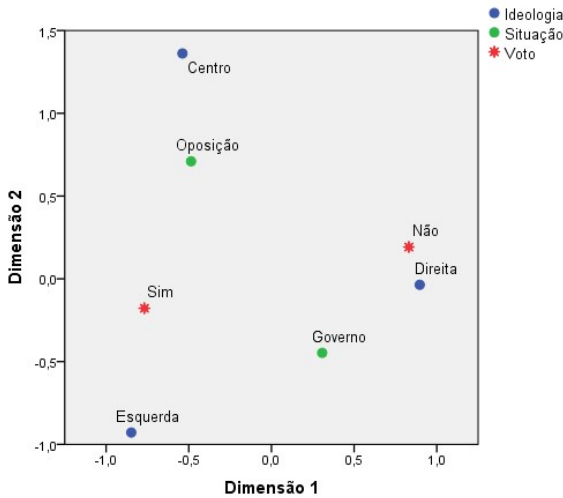
⁷⁵ O PR foi criado em 2006 a partir da fusão do PL e do Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA) e abrigou parte dos evangélicos da antiga legenda, enquanto a outra parcela passou a fazer parte do PRB.

conservadorismo pode ter várias origens, para além da filiação religiosa, a existência da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), uma das maiores frentes no Congresso Nacional, deixa clara essa articulação entre partidos e setores que têm enunciadas lutas como as contra o aborto e a união civil entre pessoas do mesmo sexo.⁷⁶ Se esperaria na presente votação que a esquerda defenderia a liberdade de escolha da orientação sexual e o direito de serem reconhecidos como sujeitos de direitos; a direita, amparada em uma concepção tradicional de família se posicionaria contra esses direitos. Semelhante ao que foi vislumbrado por Santos (2014)⁷⁷, espera-se que a esquerda esteja mais propensa a manter (sim) o dispositivo presente na Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência, e a direita a rejeitar o texto original (não). Segue gráfico com uma síntese do que ocorreu.

⁷⁶ De forma geral percebe-se que os pentecostais tendem a ser mais tradicionalistas que a população em geral. 79% dos entrevistados brasileiros afirmam que o aborto nunca é justificável, os pentecostais 91%. 49% dos brasileiros afirmam que a homossexualidade nunca é justificável, os pentecostais 76%, um aumento de 12 pontos e 27 pontos respectivamente (PEW FORUM, 2006, apud MACHADO, 2012).

⁷⁷ Para Santos (2014), analisando as candidaturas LGBT no Brasil contemporâneo (2002-2012) pode-se dizer que no caso brasileiro a questão dos direitos sexuais e o respeito à diversidade sexual ocupam um papel importante na definição das clivagens político-ideológicas entre os partidos políticos brasileiros. Na medida em que seguimos em direção à “direita” no espectro ideológico, menor a probabilidade de serem encontradas candidaturas LGBT. Quanto mais à “esquerda” maior a probabilidade, com exceção de alguns partidos pequenos no campo da esquerda.

Gráfico 22 – Identidade de gênero: análise de correspondência múltipla



Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

O gráfico 22 apresenta um mapa-resumo do que ocorreu na votação. Conforme o esperado percebe-se que a esquerda se aproxima mais do voto “sim” do que a direita. A direita tende a votar “não”. O centro está um pouco mais próximo do “sim” do que do “não”. Nesse caso governo e oposição parecem ter pouca relação com a variável dependente voto. Na tabela a seguir é apresentado uma sistematização em porcentagem de como os votos foram distribuídos entre direita, centro, esquerda, governo e oposição.

Tabela 64 – Identidade de gênero: votação por blocos (%)

Voto	Esquerda	Centro	Direita	Governo	Oposição	Total (N)
Sim	74,3	61,9	30,5	48,2	57,8	(188)
Não	25,7	38,1	69,5	51,8	42,2	(174)
Total (N)	(117)	(84)	(161)	(222)	(140)	(362)

Coefficiente de contingência: a) Ideologia: 0,36 ($p<0,01$);

b) Governo/oposição: 0,00 ($p=0,08$).

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

O plenário da Câmara dos deputados aprovou com placar apertado (188 votos a 174) a manutenção do texto original. Condizente ao exposto no gráfico 22, a esquerda se aproximou do “sim”, praticamente na mesma proporção do que a direita do “não”. Em outro contexto, na discussão da Comissão Especial de Educação sobre o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, mais precisamente sobre o texto do artigo 2º, inciso III que também tratava da identidade de gênero, ocorreu o mesmo. Teríamos a princípio os partidos de esquerda mais propensos a defender a identidade de gênero, ao passo que a direita em termos gerais se posicionou de forma contrária (SCHEEFFER, 2015).

O coeficiente de contingência no valor de 0,36 (associação moderada) demonstra que há uma tendência, mas não uma relação direta do tema às categorias esquerda e direita. Analisado esse tema em específico é viável dizer que a direita tender a ser mais conservadora ficando ainda a pergunta de como os partidos se posicionariam em temas como legalização do aborto, da maconha e união civil entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo. O valor de $p=0,08$ demonstra que a relação entre governo/oposição e voto é pouco significativa, ou seja, a relação provavelmente se dá ao acaso. Em seguida é apresentada a tabela com os dados da regressão logística.

Tabela 65 – Voto “não” identidade de gênero: análise de regressão logística

Variável	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Ideologia			49,223	2	,000	
Ideologia(D)	1,849	,274	45,592	1	,000	6,353
Ideologia(C)	,604	,311	3,774	1	,052	1,830
Governo	,245	,238	1,064	1	,302	1,278
Sexo(F)	-,611	,423	2,088	1	,148	,543
Constante	-1,150	,261	19,343	1	,000	,317

N = 362; Chi-quadrado = 61,854; g.l = 4; Sig. = 0,00; R^2 (Nagelkerke) = 0,210
% acerto total = 17,4%

Nessa lei foi inserida uma variável a mais, sexo, para testar se há ou não influência desta na votação em questão. Em relação à variável ideologia, a categoria “centro” se demonstrou pouco significativa, assim como a variável governo e sexo (Sig. = 0,052, 0,302 e 0,148 respectivamente). Por outro lado, ser de direita representa uma chance 6 vezes maior de votar “não” comparado a um parlamentar de esquerda. 17,4% dos casos podem ser explicados pelo modelo. Na sequência é

apresentada uma tabela que sintetiza o comportamento dos parlamentares na referida votação.

Tabela 66 - Identidade de gênero: votação por partido

E/D	Partido	Ind. líder	Sim	Não	Não vot.	% de votos (sim)	Total	Governo/oposição
D	DEM	Sim	14	6	0	70	20	Oposição
	PP	Não	6	23	0	20,7	29	Governo
	PR	Não	3	12	0	20	15	Governo
	PTB	Não	6	14	1 ^[1]	28,6	21	Governo
	PSC	Não	1	6	1 ^[1]	12,5	8	Oposição
	PRB	Não	1	15	0	6,2	16	Governo
	PRTB	Não	0	1	0	0	1	Oposição
	PTC	Não	1	1	0	50	2	Oposição
	PEN	Não	1	1	0	50	2	Oposição
	PROS	Lib.	7	3	0	70	10	Governo
	PRP	Não	0	3	0	0	33	Oposição
	PSD	Lib.	8	12	1 ^[1]	38,1	21	Governo
	PSDC	Não	0	2	0	0	2	Oposição
	PTN	Não	1	2	0	33,3	3	Oposição
	SD	Não	0	11	0	0	11	Oposição
C	PMDB	Não	20	23	3 ^[1:2]	43,5	46	Governo
	PSDB	Sim	32	9	1 ^[1]	76,2	42	Oposição
E	PT	Sim	44	0	0	100	44	Governo
	PSB	Sim	18	8	0	69,2	26	Oposição
	PDT	Não	3	13	0	18,7	16	Governo
	PCdoB	Sim	9	0	0	100	9	Governo
	PV	Sim	3	1	0	75	4	Oposição
	PPS	Sim	5	1	0	83,3	6	Oposição
	PMN	Não	0	2	0	0	2	Oposição
	PHS	Não	0	5	0	0	5	Oposição
	PSOL	Sim	5	0	0	100	5	Oposição
Total			188	174		-	369	-
Indicação governo: sim					Indicação minoria: liberado			

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

Em se tratando dos dois grandes partidos de centro, PMDB e PSDB, o PMDB se divide na votação, já o PSDB vota prioritariamente no “sim”. Esse posicionamento concatena com o que foi verificado por Santos (2014). O PSDB possui um número significativo de candidatos

“simpatizantes” da causa LGBT⁷⁸. Dessa forma seria desvinculado da realidade afirmar ser o partido conservador, ao menos levando em consideração o tema “identidade de gênero”.

Os partidos de esquerda votam “sim” na sua grande maioria, com exceção do PDT e de pequenos partidos como PMN e PHS. O mesmo ocorre com os partidos de direita em relação ao “não”. A grande maioria se comporta como esperado. A grande exceção é o DEM. O comportamento de partidos como DEM e PDT traz à tona a possível independência do conservadorismo em relação às distinções clássicas entre esquerda e direita, embora a afirmação veemente desta premissa carece de base empírica. Seria ainda por demais simplista homogeneizarmos os partidos de direita. É notório o maior vínculo ao “não” de partidos que nascem preocupados com temas morais como PR, PRB e PSC, partidos com fortes vínculos com igrejas, diferente de partidos como PP e DEM, liberais em termos clássicos.

Essas ressalvas podem ser ilustradas com o debate que ocorreu antes da votação. Jean Wyllys (PSOL/RJ) criticou o destaque. Segundo ele trata-se de uma tentativa de “[...] se apagar os homossexuais e transexuais por decreto”. Para ele as pessoas com deficiência não deixam de ter etnia, classe social, gênero e identidade de gênero. Já Alan Rick (PRB/AC) o dispositivo “fere princípios cristãos”. Manter o texto é tornar o Estado árbitro final de uma questão moral. Marcos Rogério (PDT/RO) ressaltou que a inclusão do texto é ideológica e que o tema não deve ser tratado nesta lei (BRASIL, 2015d).

5.23 COTAS PARA MULHERES NO LEGISLATIVO (PEC 182/2007)

A proposta de emenda à Constituição de nº 182/2007, chamada de PEC da fidelidade partidária, pretende alterar os artigos 17, 46 e 55 da Constituição Federal com o intuito de assegurar aos partidos políticos a titularidade dos mandados parlamentares e estabelecer a perda dos mandatos dos membros do Poder Legislativo e do Poder Executivo que se desfiliarem dos partidos pelos quais foram eleitos (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015s).

⁷⁸ Os dados foram obtidos junto à Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGL) para as eleições de 2008, 2010 e 2012 e levando em consideração os candidatos que assinaram o termo de compromisso “Voto contra a Homofobia, defendo a Cidadania” elaborado pela entidade.

A emenda aglutinativa nº 57 aglutina o substitutivo do relator e a emenda nº 40 apresentada pela deputada Moema Gramacho (PT/BA), e foi apresentada pela bancada feminina como proposta a ser incorporada pela reforma política buscando garantir um percentual de vagas no Legislativo para as mulheres. O texto prevê que para as eleições na Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas dos Estados, Câmara Legislativa do Distrito Federal e Câmaras Municipais, para o período de três legislaturas consecutivas, serão reservadas vagas para mulheres nas seguintes proporções: na primeira delas 10% do total de cadeiras, na segunda legislatura, o percentual subiria para 12% e, na terceira, para 15%. As vagas deveriam ser preenchidas pelo sistema proporcional. Se a cota não fosse preenchida, seria aplicado o princípio majoritário para as vagas remanescentes (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015t).

A adoção ou não do sistema de cotas enquanto medida para garantir participação de grupos considerados desprivilegiados insere-se em uma discussão mais ampla sobre representação política. Faz parte de um modelo de representação chamado por Pitkin (1967) de descritiva. Parte-se da premissa que os espaços representativos funcionariam de forma espelhada, havendo uma natural correspondência entre as características do representante e as do representado. Alvo de críticas essa noção é contestável ao excluir o ato de “agir por”: identidade por si só não garante congruência entre representante e representados. O mais importante seria o que os representantes fazem e não quem eles são. Nada garante que a presença física de membros de grupos sociais distintos seja necessariamente condição para que seus interesses sejam representados.

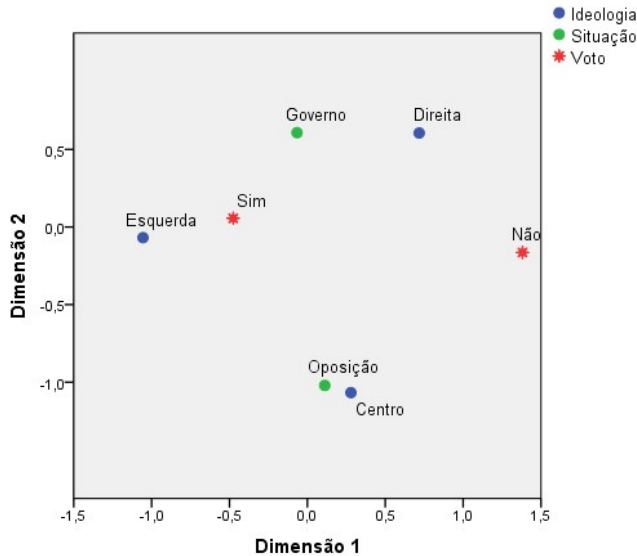
Para Maschio (2003), são consistentes as bases históricas e sociológicas para a exclusão feminina da política. Com o intuito de mudar esse quadro, surgem como soluções a curto prazo as ações afirmativas, e mais especificamente o sistema de cotas. Longe de ser uma novidade, é um instrumento já utilizado em vários países com o intuito de se ter equilíbrio entre homens e mulheres nos seus órgãos consultivos e administrativos.⁷⁹ De um ponto de vista mais progressista

⁷⁹ Na Noruega os partidos adotam cotas desde 1978. Na Dinamarca, a lei federal define o equilíbrio entre os sexos nos comitês consultivos e administrativos desde 1985. No Brasil, o sistema de cotas para candidaturas de mulheres nas chapas partidárias foi instituído em 1995 a partir do projeto de lei de autoria da deputada Marta Suplicy (PT/SP). Pode ser considerado um grande marco na

o sistema de cotas seria um mecanismo importante para desencadear processos de maior participação de grupos discriminados e que não contam com igualdade de oportunidades. De outro ângulo, a adoção do sistema de cotas seria prejudicial à emancipação feminina por se constituir uma medida paternalista, um “empurrão” indevido.

Sacchet (2012), semelhantemente, busca saber até que ponto o argumento por maior inclusão de membros de grupos sociais não hegemônicos em processos político-decisórios, como através de mecanismos de cotas, pode ser justificado normativamente. Afirmar que por uma perspectiva liberal as políticas de ações afirmativas criam privilégios considerados maléficos. Direitos universais seriam mais democráticos na medida em que atendem indiscriminadamente às necessidades e aos interesses de todos os cidadãos sem qualquer tipo de distinção. Prioriza-se, nesse caso, medidas universalistas em detrimento de estratégias particularistas. Diferentemente, para o projeto feminista, a igualdade política significa igualdade de acesso, ou ainda, tratamento especial para quem necessita de direitos especiais. Ações afirmativas, e as cotas mais especificamente, fariam sentido ao promover maior participação das mulheres que historicamente são submetidas a desvantagens sociais, econômicas, políticas e culturais. Diante do exposto e se pautando nas colocações sobre ações afirmativas já expostas no corpo do trabalho, espera-se que os partidos de esquerda sejam favoráveis à emenda, já a direita mais reticente. O gráfico subsequente apresenta a relação do voto com ideologia e pertencimento ou não ao governo.

Gráfico 23 – Cotas para mulheres no legislativo:
análise de correspondência múltipla



Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

A representação gráfica demonstra o quanto que tanto o governo quanto a oposição estão próximos do “sim”, o que não ocorre em se tratando de ideologia. A esquerda está significativamente mais próxima do “sim” comparada aos blocos de centro e direita. A tabela 67 detalha melhor o ocorrido em plenário.

Tabela 67 – Cotas para mulheres no legislativo: votação por blocos (%)

Voto	Esquerda	Centro	Direita	Governo	Oposição	Total (N)
Sim	91,3	70,1	62,7	76,9	70	(293)
Não	8,7	29,9	37,3	23,1	30	(101)
Total (N)	(138)	(87)	(169)	(247)	(147)	(394)

Coeficiente de contingência: a) Ideologia: 0,28 ($p < 0,01$);

b) Governo/oposição: 0,00 ($p = 0,14$).

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

Confirmando os dados da análise de correspondência múltipla, percebe-se que, embora todos os blocos analisados tenham se concentrado mais no voto “sim”, a maior distinção está entre esquerda e direita (91,3% e 62,7% respectivamente). O centro é mais favorável à emenda comparado à direita, enquanto praticamente não há distinção entre governo e oposição o que é notório pela não significância dos dados. Embora o grau de relação entre as variáveis independentes e o voto não seja tão grande, ainda assim a ideologia se sobressai (coeficiente de contingência de 0,28). Seguem dados da regressão logística.

Tabela 68 – Voto “não” cotas para mulheres no legislativo:
análise de regressão logística

Variável	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Ideologia			28,764	2	,000	
Ideologia(D)	1,863	,348	28,715	1	,000	6,443
Ideologia(C)	1,503	,388	14,991	1	,000	4,495
Governo	-,474	,253	3,507	1	,061	,622
Sexo(M)	2,704	1,027	6,925	1	,009	14,936
Constante	-5,129	1,070	22,985	1	,000	,006

N = 394; Chi-quadrado = 57,061; g.l = 4; Sig. = 0,00; R² (Nagelkerke) = 0,198
% acerto total = 0%

A relação entre governo e oposição e o voto não se demonstrou significativa, ocorrendo de forma frágil ou então aleatória, enquanto que em se tratando de ideologia ser de centro implicaria em 4,5 vezes a chance de votar “não” e de direita quase 6 vezes e meia comparado a um parlamentar de esquerda. De forma complementar foi inserida a variável sexo. A chance de um homem votar “não” é praticamente 15 vezes a chance comparado a uma mulher. Das 40 mulheres presentes em plenário, apenas uma rejeitou a emenda. Os 100 votos contrários se distribuíram nos 354 parlamentares do sexo masculino restantes. O modelo não se demonstrou muito eficiente. A tabela 69 apresenta o comportamento individual dos partidos em plenário.

Tabela 69 – Cotas para mulheres no legislativo: votação por partido

E/D	Partido	Ind. líder	Sim	Não	Não vot.	% de votos (sim)	Total	Governo/oposição
	DEM	Lib.	7	4	7 ^[1]	38,8	18	Oposição
	PP	Lib.	17	12	3 ^[1]	53,1	32	Governo

D	PR	Sim	16	8	7 ^[1]	51,6	31	Governo
	PTB	Lib.	12	7	2 ^[1]	57,1	21	Governo
	PSC	Lib.	7	3	1 ^[1]	63,6	11	Oposição
	PRB	Lib.	8	8	1 ^[1]	47	17	Governo
	PROS	Lib.	5	6	1 ^[1]	41,6	12	Oposição
	PRP	Lib.	2	1	0	66,6	3	Oposição
	PSD	Sim	15	8	6 ^[1]	51,7	29	Governo
	SD	Lib.	9	2	4 ^[1]	60	15	Oposição
	PTdoB	Lib.	1	1	0	50	2	Oposição
	PSDC	Lib.	1	1	0	50	2	Oposição
	PEN	Lib.	1	0	0	100	1	Oposição
	PRTB	Lib.	1	0	0	100	1	Oposição
	PSL	Lib.	1	0	0	100	1	Oposição
C	PTC	Lib.	1	0	0	100	1	Oposição
	PTN	Lib.	2	2	0	50	4	Oposição
E	PMDB	Lib.	39	14	1 ^[2]	72,2	54	Governo
	PSDB	Lib.	22	12	17 ^[1]	43,1	51	Oposição
	PT	Sim	56	0	1 ^[1]	98,2	57	Governo
	PSB	Lib.	22	7	1 ^[1]	73,3	30	Oposição
	PDT	Sim	16	0	2 ^[1]	88,8	18	Governo
	PCdoB	Sim	11	0	0	100	11	Governo
	PV	Sim	6	0	0	100	6	Oposição
	PPS	Sim	10	0	0	100	10	Oposição
	PMN	Lib.	1	0	0	100	1	Oposição
	PSOL	Sim	4	0	0	100	4	Oposição
	PHS	Lib.	0	5	0	0	5	Oposição
Total			293	101	54	-	448	-
Indicação governo: -					Indicação minoria: liberado			

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

De antemão chama a atenção o número de abstenções, 53 ao todo. Por se tratar de uma emenda constitucional, os 293 votos a favor do texto não foram suficientes para aprová-lo: o necessário era de 308.

Em plenário muitos deputados defenderam as cotas. A deputada Luciana Santos (PCdoB/PE), por exemplo, fez questão de ressaltar os marcos legais importantes conquistados pelas mulheres recentemente como as leis Maria da Penha e do Feminicídio. Entretanto, para ela, “ainda precisamos enfrentar o modelo político que exclui a participação das mulheres”. Em ótica semelhante Moema Gramacho (PT/BA) defendeu maior participação das mulheres nos espaços de decisão política. “Nós ainda representamos apenas 10% dos legislativos, em

média. Isso é muito desproporcional”, disse. “Hoje, dos 513 parlamentares [na Câmara dos Deputados], só temos 50 mulheres. Precisamos mudar isso.” O líder do PSOL, deputado Chico Alencar (RJ), destacou que o aumento da participação das mulheres no parlamento exige uma batalha jurídica, política e cultural. O baixo percentual (9,9% das vagas, enquanto as mulheres são 52% da população), segundo ele não passa de “uma sequela de uma estrutura patriarcal e machista que transborda do ambiente familiar para as relações sociais e instâncias do poder público”. Embora minoria, os parlamentares de posição contrária fizeram questão de se manifestar. O deputado João Rodrigues (PSD/SC) se disse contrário a qualquer tipo de cota que não esteja relacionada à renda. Segundo ele, “o Brasil está se transformando em País de cotas. Em estados e municípios, não é proibida a candidatura de mulher. Se criarmos cota, amanhã ou depois teremos deputadas federais eleitas com 5 mil, 10 mil ou meia dúzia de votos.” “Não entramos aqui pelo sexo nem por opção sexual; foi pelo trabalho, pelo empenho e pelo compromisso com a sociedade”, finalizou. De forma mais radical, para o deputado e delegado Edson Moreira (PTN/MG) a Constituição prevê que todos são iguais perante a lei. “Cotas daqui e dali e, daqui a pouco, todos estarão fazendo cirurgia para mudar de sexo para entrar no Congresso”, afirmou (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015t).

Ressalvas à parte, os discursos contrários evidenciam a crítica às cotas enquanto medida focalista, um debate notadamente ideológico. Em relação aos que apoiaram as cotas, fica evidente ser esta uma forma de discriminação positiva, ou seja, de tratar diferente os desiguais em busca de equidade. É importante destacar que os discursos denotam diferenças que nem sempre se traduzem em comportamentos distintos em plenário. Na votação da PEC 590/2006 que buscava garantir a representação proporcional de cada sexo na composição das Mesas e Comissões do Congresso Nacional, a matéria foi aprovada em primeiro turno no dia 10 de março de 2015 por 452 votos a 2, dois dias depois do dia da mulher. Todas as bancadas orientaram o voto “sim”, o que acarretou um posicionamento quase unânime em relação à matéria (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015v).⁸⁰ Embora tenha teor semelhante à PEC 182/2007 analisada, variáveis outras acabaram por

⁸⁰ Placar semelhante ocorreu na votação em segundo turno – 24/03/2015 (sim: 441; não: 5; abstenção: 2). Sendo a votação da PEC 590/2006 praticamente consensual optou-se por citá-la e não incorporar formalmente as análises.

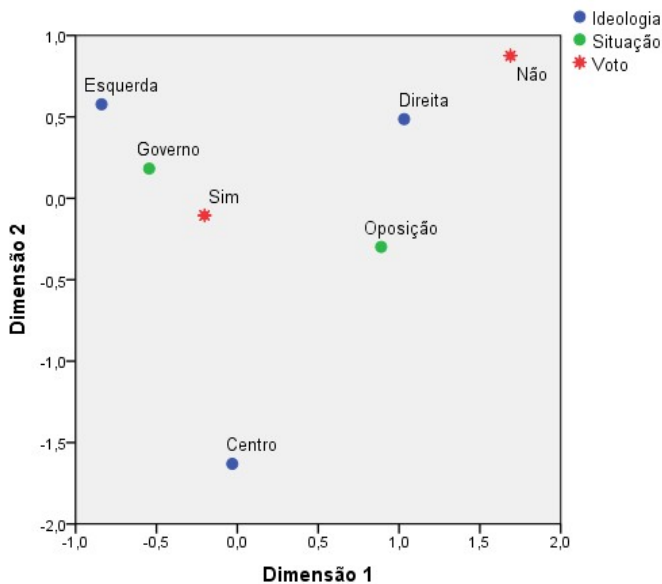
interferir na votação e acarretar uma homogeneidade que não condiz com a votação em questão. Nesse caso parece importante a pressão da opinião pública, notadamente constrangida pelo dia da mulher. O fato é que elementos dessa natureza servem para matizar o componente político-ideológico.

5.24 CRIAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (PL 7376/2010)

A chamada Comissão Nacional da Verdade, instituída pelo projeto de lei 7376/2010 e de autoria da Presidência da República, a proposição foi formulada em maio de 2010. Conciso, o texto que cria a comissão tem apenas 13 artigos. Desde que foi proposto foi alterado em vários pontos, principalmente para atender às queixas de militares. O principal temor foi o de ferir a Lei da Anistia que impede a responsabilização penal por crimes políticos cometidos durante a ditadura militar (1964-1985). Outra preocupação era fazer com que a comissão também tratasse de organizações de esquerda que aderiram à luta armada. Na sua versão final o texto prevê que a comissão teria a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946-1988 em busca da verdade histórica e promover o que foi chamado de “reconciliação nacional”. Deverá analisar casos de torturas, mortes, desaparecimentos, ocultação de cadáveres, além de identificar e tornar públicas as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas a essas práticas. Sete membros nomeados pela presidente Dilma Rousseff terão acesso a todos os arquivos do poder público, além de poder convocar vítimas ou acusados para depoimentos, mesmo sem caráter obrigatório. Ao final de dois anos, prazo de atuação do grupo, a comissão deverá emitir relatório com seus principais achados (GOIS, 2011; FELLET, 2011).

A análise em questão é a da votação do requerimento nº 1548/2011 que altera o regime de tramitação da matéria. Aprovado, o PL 7376/2010 passa a tramitar em regime de urgência, recurso utilizado para acelerar a sua aprovação. A votação foi realizada em 21 de setembro de 2011 e indiretamente significa priorizá-lo ou não, rejeitá-lo ou aceitá-lo. Visto que no caso brasileiro a direita tem vínculo com a ditadura militar e a esquerda se diz defensora dos direitos humanos, se esperaria que os grupos agissem em conformidade com esses pressupostos (direita “não” e esquerda “sim”). O gráfico 24 explana a dinâmica da votação.

Gráfico 24 – Criação da Comissão Nacional da Verdade:
análise de correspondência múltipla



Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

A representação gráfica da análise de correspondência múltipla evidencia a grande adesão ao “sim” por todas as categorias. A direita (78,3%), seguida da oposição (85,2%) são os grupos menos próximos como detalha a tabela 70.⁸¹

⁸¹ Como ressaltado nos procedimentos metodológicos, seguem os valores da medida de qualidade *fit* de todas as análises de correspondência múltipla (ACM) realizadas na ordem que aparecem no texto (1-24): 91,2; 94,3; 90; 87,8; 89,4; 89,3; 94,5; 85,9; 84,9; 84,3; 84,2; 91,1; 92,2; 95,1; 90,1; 96; 98,3; 93,2; 81,7; 87,9; 98,1; 83,5; 77,7; 83,4.

Tabela 70 – Criação da Comissão Nacional da Verdade: votação por blocos (%)

Voto	Esquerda	Centro	Direita	Governo	Oposição	Total (N)
Sim	96,8	91,7	78,3	91,7	85,2	(350)
Não	3,2	8,3	21,7	8,3	14,8	(42)
Total (N)	(161)	(97)	(134)	(243)	(149)	(392)

Coeficiente de contingência: a) Ideologia: 0,25 ($p < 0,01$);

b) Governo/oposição: 0,10 ($p < 0,05$).

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

O plenário aprovou por 351 votos a 42 e 11 abstenções o regime de urgência para o projeto de lei 7376/2010.⁸² Verificado o posicionamento dos blocos ideológicos percebe-se que a direita foi o que menos aderiu. Governo e oposição se comportam semelhantemente, o que é corroborado pelo valor do coeficiente baixo e menor significância (0,10 – $p < 0,05$). A ideologia se destaca, embora o coeficiente de contingência (0,25), demonstre uma relação mediana. Seguem dados da regressão logística.

Tabela 71 – Voto “não” criação da Comissão Nacional da Verdade: análise de regressão logística

Variável	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Ideologia			19,350	2	,000	
Ideologia(D)	2,111	,518	16,593	1	,000	8,254
Ideologia(C)	1,008	,590	2,919	1	,088	2,740
Governo	-,113	,352	,102	1	,749	,893
Constante	-3,351	,532	39,749	1	,000	,035

N = 392; Chi-quadrado = 27,260; g.l = 3; Sig. = 0,00; R² (Nagelkerke) = 0,136
% acerto total = 0%

Os valores da estatística de Wald denotam a maior relação entre ideologia e voto, mesmo que de forma discreta. Nesse sentido, ser de direita corresponde a aproximadamente 8 vezes a chance de votar “não” comparado a um parlamentar de esquerda. Não é possível inferir sobre a chance do centro e do governo se comportar visto que os dados não

⁸² Um dos votos favoráveis não foi computado por o parlamentar não ter partido no momento da votação.

foram significativos. O modelo peca em poder explicativo, se demonstrando frágil.

Tabela 72 – Criação da Comissão Nacional da Verdade:
votação por partido

E/D	Partido	Ind. líder	Sim	Não	Não vot.	% de votos (sim)	Total	Governo/oposição
D	DEM	Sim	26	8	2 ^[1]	72,2	36	Oposição
	PP	Sim	21	6	4 ^[1]	67,7	31	Governo
	PR	Lib.	22	7	1 ^[3]	73,3	30	Governo
	PTB	Lib.	15	3	0	83,3	18	Oposição
	PSC	Sim	12	2	1 ^[1]	80	15	Oposição
	PRB	Lib.	3	2	0	60	5	Oposição
	PTdoB	Lib.	2	1	0	66,6	3	Oposição
	PSL	Lib.	1	0	0	100	1	Oposição
	PTC	Lib.	1	0	0	100	1	Oposição
	PRP	Lib.	1	0	0	100	1	Oposição
	PRTB	Lib.	1	0	0	100	1	Oposição
C	PMDB	Sim	53	5	3 ^[1]	86,8	61	Governo
	PSDB	Sim	36	3	1 ^[3]	90	40	Oposição
E	PT	Sim	76	0	1 ^[2]	98,7	77	Governo
	PSB	Lib.	20	2	0	90,9	22	Governo
	PDT	Sim	21	0	1 ^[1]	95,4	22	Governo
	PCdoB	Lib.	10	0	0	100	10	Governo
	PV	Sim	13	0	0	100	13	Oposição
	PPS	Sim	10	0	0	100	10	Oposição
	PMN	Lib.	3	1	0	75	4	Oposição
	PHS	Lib.	0	2	0	0	2	Oposição
	PSOL	Sim	3	0	0	100	3	Oposição
Total			350	42	14	-	406	-
Indicação governo: sim					Indicação minoria: -			

Fonte: Centro de Documentação e Informação/Câmara Deputados (elaboração do autor)

Mesmo com quase de 90% dos parlamentares se posicionamento favoravelmente ao pedido de urgência do PL 7376/2010, como pode-se constatar, a menor adesão partiu de partidos de direita como DEM, PP, PR, PTB, PSC, PRB e PTdoB. Na esquerda destaca-se o PMN. A orientação da maioria dos líderes de partido foi voto favorável, com exceção do PRB e dos bloco PSB-PTB-PCdoB e PR-PTdoB-PRP-PHS-PTC-PSL que liberaram as bancadas.

Embora a votação tenha sido tranquila, vários pontos acarretaram divergência. Um deles é a função da comissão. Não pode indenizar, função da Comissão de anistia, e nem punir, já que não é órgão jurisdicional. Seu trabalho se resume a construir narrativa histórica sobre a história recente do Brasil. Em relação ao período histórico a ser investigado, embora o país tenha vivido ditadura militar entre 1964 e 1985, o texto aprovado define que o período a ser investigado é entre 1946 e 1988 (GÓIS, 2011).

Várias foram as divergências ao longo do trâmite da matéria. Modificações importantes foram realizadas em comparação com o texto original que permitiram inclusive aprovar o texto final de forma simbólica. Um destaque apresentado pelo DEM disse respeito aos critérios de escolha dos integrantes da comissão. Conforme a sugestão, não poderiam ser pessoas com função executiva em partidos políticos, ou ocupante de cargos de confiança a fim de exercer o trabalho com isenção. O líder do partido na Câmara, ACM Neto (BA), afirmou que o partido defendia a criação do grupo, entretanto é importante “blindá-la” contra interesses políticos. Alguns políticos temeram exatamente isso, um trabalho politizado e que abrisse brechas para revanchismos. O deputado Jair Bolsonaro (PP/RJ), representante da ala militar, em vários momentos atacou a comissão. Segundo ele “é uma comissão revanchista. Só querem apurar os crimes de que somos acusados. Vão criar um problema com as Forças Armadas de graça. Eu digo: as Forças Armadas não precisam de mais inimigos, já têm o Congresso como inimigo”. Para ele trata-se uma iniciativa para perseguir os militares. Na contramão, o deputado Chico Alencar (RJ) e líder do PSOL, criticou a versão do texto aprovada. Segundo ele a comissão será composta por poucos membros para um trabalho que será executado em pouco tempo e de pesquisa intensa (IJUI, 2011).

Após uma série de mudanças e concessões tanto o pedido de urgência (REQ 1548/2011) quanto o texto final foram aprovados sem grandes problemas. Mesmo que de forma tímida e não muito consistente, dentre as variáveis elencadas, ideologia e posicionamento estratégico, a ideologia se sobressai. Os partidos de direita tendem a ser mais avessos ao regime de urgência e à Comissão Nacional da Verdade, enquanto a esquerda mais simpática à ideia, como esperado e previsto teoricamente.

5.25 ANÁLISE GERAL

Realizadas as análises individuais das leis, segue quadro que demonstra sinteticamente qual a variável independente que predominou em cada votação a partir do coeficiente de contingência.

Quadro 8 – Síntese dos resultados

“Velhos” temas		Predominância
Economia	MPV 532/2011 – Transformação dos correios em sociedade anônima (17/08/2011)	G/O (0,38) Ideologia (0,31)
	PLN 36/2014 – Superávit primário (04/12/2014)	G/O (0,40) Ideologia (0,25)
	PL 6726/2013 – Concessão do pré-sal (06/10/2015)	G/O (0,49) Ideologia (0,31)
Seguridade social	PL 1992/2007 – Previdência complementar dos servidores públicos (28/02/2012)	Ideologia (0,22) G/O (0,12)
Educação	PL 8035/2010 – 10% PIB educação (03/06/2014)	Ideologia (0,27) G/O (0,20)
	PEC 395/2014 – Cobrança especialização universidades públicas (21/10/2015)	Ideologia (0,47) G/O (0,10)
Direitos trabalhistas	PL 382/2011 – Valor do salário mínimo (11/02/2011)	G/O (0,50) Ideologia (0,25)
	PLP 302/2013 – Seguro- desemprego trabalhadores domésticos (17/03/2015)	G/O (0,47) Ideologia (0,00)
	PL 4330/2004 – Terceirização da atividade-fim (22/04/2015)	Ideologia (0,43) G/O (0,00)
	MPV 665/2014 – Seguro- desemprego e abono salarial (07/05/2015)	G/O (0,47) Ideologia (0,00)
Reforma agrária	PEC 438/2001 – Expropriação de terras e trabalho escravo (22/05/2014)	Ideologia (0,21) G/O (0,00)
Financiamento eleitoral	PEC 182/2007 – Financiamento empresarial de campanha (27/05/2015)	Ideologia (0,58) G/O (0,13)
Segurança	PEC 171/1993 – Redução da maioridade penal	Ideologia (0,56) G/O (0,00)

	(02/07/2015)	
Tributos	PLP 306/2008 – Contribuição Social para a Saúde (CSS) (21/09/2011)	Ideologia (0,49) G/O (0,33)
	MPV 675/2015 – Aumento da CSLL (03/09/2015)	G/O (0,46) Ideologia (0,35)
Relações internacionais	PDC 2600/2010 – Tratado de Itaipu (06/04/2011)	G/O (0,41) Ideologia (0,30)
“Novos” temas		
Meio ambiente	PL 1876/1999 – Código Florestal Brasileiro (24/05/2011)	Ideologia (0,52) G/O (0,28)
	PL 4148/2008 – Rotulagem de transgênicos (28/04/2015)	Ideologia (0,57) G/O (0,00)
Multiculturalismo	PL 6738/2013 – Cotas para concurso público (26/03/2014)	Ideologia (0,16) G/O (0,13)
	PL 1057/2007 – Criminalização de práticas indígenas nocivas (26/08/2015)	Ideologia (0,47) G/O (0,15)
Participação	PDC 1491/2014 – Plano Nacional de Participação Social (15/07/2014)	Ideologia (0,55) G/O (0,28)
Conservadorismo	PL 7699/2006 – Identidade de gênero (05/03/2015)	Ideologia (0,36) G/O (0,00)
Feminismo	PEC 182/2007 – Cotas para mulheres no legislativo (16/06/2015)	Ideologia (0,28) G/O (0,00)
Direitos humanos	PL 7376/2010 – Criação da Comissão Nacional da Verdade (21/09/2011)	Ideologia (0,25) G/O (0,10)

Fonte: elaborado pelo autor.

O quadro 8 condensa os principais resultados do corrente trabalho e que, em última instância, buscam dar conta da questão-problema: qual o peso da ideologia na Câmara dos Deputados? Havendo concorrência entre duas variáveis substanciais: governo/oposição e ideologia, em temas com cunho ideológico, qual delas se sobressai?

Com nuances diferentes, em 16 das 24 votações analisadas, a variável ideologia sobrepujou. Chama a atenção a forte relação entre ideologia e voto na votação do Código Florestal Brasileiro, Plano Nacional de Participação Social, redução da maioria penal,

rotulagem de transgênicos e financiamento empresarial de campanha. Nos considerados “novos temas”, a ideologia triunfa em todas as votações, destacada a ênfase na questão ambiental, aparentando ser este um claro divisor de águas entre esquerda e direita.

Nos temas clássicos, percebe-se um menor peso da ideologia e o maior impacto do binômio governo/oposição. Em metade das votações, a afinidade ou o distanciamento com o executivo suplanta a concepção político-ideológica que alicerça os partidos. Destacam-se as votações do aumento da CSLL, seguro-desemprego e abono salarial, seguro-desemprego para trabalhadores domésticos, concessão do pré-sal e valor do salário mínimo em 2011. O que há de comum nas votações em que o posicionamento estratégico explica melhor o comportamento dos partidos do que a ideologia, é o impacto financeiro, ou seja, o envolvimento de recursos financeiros. Como exemplo, no caso do aumento da CSLL de 15% para 20% a medida deveria proporcionar uma arrecadação extra de cerca de R\$ 4 bilhões por ano, segundo estimativas do governo (RIBEIRO; DECAT; MONTEIRO; RODRIGUES, 2015). A MPV 665/2014, que endurece as regras de acesso ao seguro-desemprego, busca fazer frente aos enormes gastos com o benefício. Segundo o governo, em 2013, as despesas com abono salarial e seguro-desemprego somaram R\$ 31,9 bilhões e R\$ 14,7 bilhões, respectivamente (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015x). Tais medidas fazem parte do pacote de ajuste fiscal conduzido pelo governo e com claro interesse em equilibrar as contas públicas. Tais evidências certificam a hipótese central do referido trabalho, a saber: em temas com cunho ideológico a ideologia se sobrepõe à variável governo/oposição. Quando estão em jogo recursos financeiros robustos, seja onerando significativamente ou então gerando receita vultosa ao executivo federal, o posicionamento estratégico se sobressai. Embora o impacto dos recursos financeiros esteja também presente em votações como a da previdência complementar dos servidores públicos (PL 1992/2007) e Contribuição Social para a Saúde (CSS) - PLP 306/2008, no primeiro caso, a relação não é muito consistente com nenhuma das duas variáveis. No que diz respeito à CSS a ideologia tem maior poder explicativo, no entanto o único partido a votar em peso foi o PT, que com sua enorme bancada acabou no cômputo geral ressaltando o componente ideológico (dos 76 votos “não”, 70 vieram do PT).

Em 16 das 24 leis analisadas, a ideologia prevaleceu (66,6%), embora aqui se tenha uma desproporcionalidade entre “velhos” e “novos temas”. Apenas oito votações diziam respeito a questões pós-materialistas e nessas a ideologia foi a variável com o melhor poder

explicativo em todos os casos. Nas que em grande grau estava em jogo um maior ou menor papel do Estado (16), a ideologia é um bom preditor do que ocorreu em 50% dos casos, número ainda assim significativo. Destaca-se ainda a diferença entre os coeficientes de contingência das variáveis independentes nos casos em que a ideologia sobrepuja, maior do que os casos em que a relação governo/oposição impera.

Os dados empíricos confirmam o maior peso da ideologia, obviamente evocando que as duas variáveis escolhidas se entrecruzam, cada uma delas se demonstrando mais ou menos significativas dependendo do contexto e do que está em jogo na arena política. Fica difícil ainda detectar inclusive momentos em que o voto ideológico pode ser considerado estratégico, situações em que, por exemplo, os partidos percebendo que a votação está ganha ou perdida, optam por se comportar ideologicamente por implicar em menos custos para o partido e para os parlamentares.

As votações que concernem direitos trabalhistas servem para ilustrar tal constatação. A esquerda governista e o PT cortam direitos trabalhistas quando as medidas beneficiam os cofres públicos. Quando elas não interferem ou os impactos são dispersos, terceirização da atividade-fim, por exemplo, a ideologia prevalece.

A menor associação da variável ideologia nas votações relacionadas a questões econômicas e, pelo contrário, a superior conexão do componente ideológico em temas recentes presentes na agenda política, parece ter respaldo na asserção de que teríamos nos últimos tempos a emergência de questões pós-materialistas ou mesmo uma reorientação valorativa importante.

Como salientam Tarouco, Vieira e Madeira (2015), o debate contemporâneo vai além dos que defendem políticas redistributivistas e os que priorizam o ajuste fiscal, ou ainda, de forma pejorativa, os populistas e os neoliberais. Não é possível afirmar que o sistema partidário brasileiro não se caracteriza por importantes distinções ideológicas, entretanto, tudo indica que vivenciamos uma nova polarização política em que emergem a oposição agora entre, por exemplo, conservadores e progressistas. Esta dimensão vai além da tradicional escala esquerda-direita pautada em termos de intervenção social na economia: é transversal a ela. Embora possamos encontrar progressistas e conservadores em ambos os lados, a tendência é termos uma esquerda mais progressista e uma direita mais conservadora.

A constatação do papel ainda relevante da ideologia não ratifica o que vem sendo pregado e defendido tanto pelo senso comum quanto pela Ciência na área de domínio da Ciência Política. Dentre o arcabouço

dominante, destacam-se as contribuições de Zucco Jr. (2009; 2011) e Lucas e Samuels (2011). Para eles, o fazer parte ou não do governo é o principal determinante do voto e deixaria em segundo plano a coerência ideológica, considerada baixa no sistema partidário brasileiro. Diferentemente, o que os resultados aqui encontrados permitem concluir é que, mesmo considerando o peso das coalizões partidárias, em temas com caráter ideológico há ainda um debate programático importante e os partidos se posicionam de forma consideravelmente coerente na Câmara dos Deputados.

Atentando-se aos períodos em que ocorreram as votações objeto de análise, vale destacar a interferência de fatores conjunturais. Se em 2011 o impacto das variáveis ideologia e governo/oposição se equiparou (3/3), o mesmo não ocorre em 2015, com a supremacia da ideologia (8/4). Para além do impacto dos temas no comportamento parlamentar, faz-se necessário apontar a falta de apoio ao governo Dilma a partir do segundo mandato. Segundo informações disponibilizados pelo Basômetro⁸³, no primeiro mandato, em 296 votações, 543 deputados votaram com o governo em 50% das vezes ou mais; e 99 menos de 50%. Já no segundo mandato, em 246 votações, 391 deputados votaram com o governo em 50% das vezes ou mais; e 168 menos de 50% (ESTADÃO, 2016).

Como proposto por Pinto (2015), haveria no segundo mandato da presidente Dilma uma série de condições históricas adversas (cenário externo desfavorável, operação Lava Jato, extrema desconfiança das elites com o PT, dificuldade de mobilizar a base do partido em prol do ajuste fiscal, etc.) que levaram à destruição da já frágil base parlamentar do governo no Congresso Nacional. A crise política ampliou-se de forma impressionante, sobretudo após ao acolhimento do processo de impeachment pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. A relação intrincada entre governo e posição nesse período é digna de nota.

⁸³ O Basômetro é uma ferramenta que permite medir o apoio dos parlamentares ao governo e acompanhar como eles se posicionaram nas votações legislativas. Cada um é representado por uma bolinha com a cor do partido. Os votos dos parlamentares são obtidos no site da Câmara dos Deputados e do Senado e são levadas em consideração todas as votações nominais desde o início de 2011. No caso da Câmara, não entraram no levantamento os casos em que o governo não orientou os deputados sobre como votar.

De qualquer forma é importante ressaltar o número recorde de leis votadas em 2015 na Câmara dos Deputados. No comando de Eduardo Cunha (PMDB/RJ), a Câmara bate o recorde de votações nominais levadas a cabo desde 1991. Foram 300 propostas votadas desde o início da atual legislatura, número 39% maior que o recorde anterior de 2007. Possíveis explicações vão desde a sua declarada “independência” à falta de coesão das bancadas, o que implicaria menor consenso e consequentemente maior número de votações nominais em plenário (ESTADÃO, 2015). Independente das razões, é incontestável o enorme número de temas de cunho ideológico postos em pauta na Câmara dos deputados sob seu comando.

Após verificar quais os temas em que prevalece a ideologia ou então o posicionamento estratégico, exercício interessante é verificar como as variáveis independentes (ideologia e posicionamento estratégico) se relacionam. Para isso, na sequência, será verificado em termos percentuais, e em todas as votações analisadas, a porcentagem de votos em acordo com o que é esperado teoricamente dos partidos de esquerda e direita, dividindo-os ainda em governistas e de oposição. A intenção é, aqui, verificar a provável distinção dos blocos compostos por partidos da base aliada ou da oposição. Será dada atenção especial aos casos em que há indicação do líder do governo e da oposição para o posicionamento da bancada em plenário. Tem-se então esquerda/governo (E/G), esquerda/oposição (E/O), direita/governo (D/G) e por último direita/oposição (D/O). Para melhor inteligibilidade serão analisados individualmente os dados para a esquerda e a direita.

Tabela 73 – Percentual de voto esperado da Esquerda

Votação	Voto esperado	% de voto “ideológico”		
		E/G	E/O	Diferença
MPV 532/2011 – Transformação dos correios em sociedade anônima	E/Não	12,5	57,2	44,7
	D/Sim			
	G/Sim O/Não			
PLN 36/2014 – Superávit primário	E/Sim	98,9	41,6	57,3
	D/Não			
	G/Sim O/Não			
PL 6726/2013 – Concessão do pré-sal	E/Não	100	72,8	27,2
	D/Sim			
	G/Não O/Sim			
PL 1992/2007 – Previdência	E/Não			

complementar dos servidores públicos	D/Sim	37	79,2	42,2
	G/Sim O/Lib.			
PL 8035/2010 – 10% PIB educação	E/Não D/Sim	14,8	91,2	76,4
	G/Sim O/Lib.			
PEC 395/2014 – Cobrança especialização universidades públicas	E/Não D/Sim	71,7	52,5	19,2
	G/Lib. O/Sim			
PL 382/2011 – Valor do salário mínimo	E/Sim D/Não	2	46,8	44,8
	G/Não O/Sim			
PLP 302/2013 – Seguro-desemprego trabalhadores domésticos	E/Não D/Sim	23,5	53,8	30,3
	G/Sim O/Não			
PL 4330/2004 – Terceirização da atividade-fim	E/Não D/Sim	97,8	53,4	44,4
	G/Não O/Sim			
MPV 665/2014 – Seguro-desemprego e abono salarial	E/Não D/Sim	25,3	80,4	55,1
	G/Sim O/Não			
PEC 438/2001 – Expropriação de terras e trabalho escravo	E/Sim D/Não	99,2	96	3,2
	G/Sim O/Sim			
PEC 182/2007 – Financiamento empresarial de campanha	E/Não D/Sim	97,8	45,8	42
	G/Lib. O/Lib.			
PEC 171/1993 – Redução da maioria penal	E/Não D/Sim	95,5	55,2	40,3
	G/Não O/Lib.			
PLP 306/2008 – Contribuição Social para a Saúde (CSS)	E/Sim D/Não	55,3	3,1	52,2
	G/Lib. O/Não			
	E/Sim			

MPV 675/2015 – Aumento da CSLL	D/Não	100	91,4	8,6
	G/Sim			
	O/Lib.			
PDC 2600/2010 – Tratado de Itaipu	E/Sim	97,6	95,2	2,4
	D/Não			
	G/Sim			
PL 1876/1999 – Código Florestal Brasileiro	E/Não	80,3	54,9	25,4
	D/Sim			
	G/Não			
PL 4148/2008 – Rotulagem de transgênicos	E/Não	87,7	58,7	29
	D/Sim			
	G/Sim			
PL 6738/2013 – Cotas para concurso público	E/Sim	96,7	94,1	2,6
	D/Não			
	G/Sim			
PL 1057/2007 – Criminalização de práticas indígenas nocivas	E/Não	71,7	20,7	51
	D/Sim			
	G/Não			
PDC 1491/2014 – Plano Nacional de Participação Social	E/Não	79,7	19,4	60,3
	D/Sim			
	G/Não			
PL 7699/2006 – Identidade de gênero	E/Sim	81,1	64,5	16,6
	D/Não			
	G/Sim			
PEC 182/2007 – Cotas para mulheres no legislativo	E/Sim	100	78,1	21,9
	D/Não			
	G/Lib.			
PL 7376/2010 – Criação da Comissão Nacional da Verdade	E/Sim	98,4	90,6	7,8
	D/Não			
	G/Sim			
Média		71,8	62,3	9,5

Fonte: elaborado pelo autor.

Em se tratando do comportamento da esquerda, a tabela 73 evidencia um posicionamento bastante distinto dos partidos de esquerda

que compõem a base governista e os que fazem parte da oposição. Tal tendência não ocorre nas votações da PEC 438/2001, MPV 675/2015, PDC 2600/2010, PL 6738/2013 e PL 7376/2010 com uma diferença de menos de dez pontos percentuais. Versando, na devida ordem, sobre expropriação de terras e trabalho escravo, aumento da CSLL, Tratado de Itaipu, cotas para concurso público e criação da Comissão Nacional da Verdade, em quatro das cinco votações, não houve divergência entre o que se esperaria da esquerda ideologicamente e as indicações dos líderes do governo e da oposição. Apenas na votação do PDC 2600/2010, o líder da oposição sugeriu voto contrário e ainda assim a maioria dos parlamentares foi favorável. Das votações em que o comportamento dos blocos foi consideravelmente discrepante (17 com uma discrepância superior a 20 pontos percentuais), apenas na PEC 182/2007 (financiamento empresarial de campanha), PL 4148/2008 (rotulagem de transgênicos) e PL 7376/2010 (Criação da Comissão Nacional da Verdade) os líderes da minoria e do governo indicaram o mesmo voto. Em sete delas, um dos líderes liberou a bancada e nas demais governo ou oposição recomendam voto diferente do que é esperado ideologicamente, o que certamente explica as diferenças de comportamento entre os blocos.

Se no geral a diferença entre os blocos é de 9,5%, é curiosa a diferença em se tratando de “velhos temas”: verificada a diferença nas primeiras 16 votações, o percentual sobe para 26,8%. A esquerda-governo vota conforme esperado na ordem de 86,9%, enquanto que a esquerda-oposição 60,1%. Com a maioria dos temas envolvendo recursos financeiros, economia aos cofres públicos ou maior arrecadação estatal, e sem o ônus de estarem no governo, os partidos de esquerda podem aderir ao voto mais confortável, aquele que condiz com a opinião pública e com menor prejuízo eleitoral. Nesse conjunto de leis, bem como no total das analisadas percebe-se que a oposição vota menos ideologicamente que o governo. A tabela 74 apresenta os percentuais de voto esperado dos blocos direita/governo (D/G) e direita/oposição (D/O).

Tabela 74 – Percentual de voto esperado da Direita

Votação	Voto esperado	% de voto “ideológico”		
		D/G	D/O	Diferença
MPV 532/2011 – Transformação dos correios em sociedade anônima	D/Sim	44,8	41,8	3
	E/Não			
	G/Sim			
	O/Não			

PLN 36/2014 – Superávit primário	D/Não	14,9	29,8	14,9
	E/Sim			
	G/Sim O/Não			
PL 6726/2013 – Concessão do pré-sal	D/Sim	4,4	53,8	49,4
	E/Não			
	G/Não O/Sim			
PL 1992/2007 – Previdência complementar dos servidores públicos	D/Sim	80,5	68,7	11,8
	E/Não			
	G/Sim O/Lib.			
PL 8035/2010 – 10% PIB educação	D/Sim	80	62	18
	E/Não			
	G/Sim O/Lib.			
PEC 395/2014 – Cobrança especialização universidades públicas	D/Sim	84,9	86,1	1,2
	E/Não			
	G/Lib. O/Sim			
PL 382/2011 – Valor do salário mínimo	D/Não	93,8	63,9	29,9
	E/Sim			
	G/Não O/Sim			
PLP 302/2013 – Seguro- desemprego trabalhadores domésticos	D/Sim	79,5	28,3	51,2
	E/Não			
	G/Sim O/Não			
PL 4330/2004 – Terceirização da atividade-fim	D/Sim	71,7	55,5	16,2
	E/Não			
	G/Não O/Sim			
MPV 665/2014 – Seguro- desemprego e abono salarial	D/Sim	66,8	39,4	27,4
	E/Não			
	G/Sim O/Não			
PEC 438/2001 – Expropriação de terras e trabalho escravo	D/Não	10,5	17,1	6,6
	E/Sim			
	G/Sim O/Sim			
PEC 182/2007 – Financiamento empresarial de campanha	D/Sim	94,2	85,3	8,9
	E/Não			
	G/Lib. O/Lib.			

PEC 171/1993 – Redução da maioria penal	D/Sim	95,7	77,9	17,8
	E/Não G/Não O/Lib.			
PLP 306/2008 – Contribuição Social para a Saúde (CSS)	D/Não	100	100	0
	E/Sim G/Lib. O/Não			
MPV 675/2015 – Aumento da CSLL	D/Não	7,5	50	42,5
	E/Sim G/Sim O/Lib.			
PDC 2600/2010 – Tratado de Itaipu	D/Não	4,4	35,5	31,1
	E/Sim G/Sim O/Não			
PL 1876/1999 – Código Florestal Brasileiro	D/Sim	59	82,2	23,2
	E/Não G/Não O/Sim			
PL 4148/2008 – Rotulagem de transgênicos	D/Sim	89,7	92,7	3
	E/Não G/Sim O/Sim			
PL 6738/2013 – Cotas para concurso público	D/Não	5,7	21,2	15,5
	E/Sim G/Sim O/Sim			
PL 1057/2007 – Criminalização de práticas indígenas nocivas	D/Sim	96,8	88,8	8
	E/Não G/Não O/Sim			
PDC 1491/2014 – Plano Nacional de Participação Social	D/Sim	98,3	97,3	1
	E/Não G/Não O/Sim			
PL 7699/2006 – Identidade de gênero	D/Não	71,9	64,8	7,1
	E/Sim G/Sim O/Lib.			
PEC 182/2007 – Cotas para mulheres no legislativo	D/Não	38,8	34,5	4,3
	E/Sim G/Lib. O/Lib.			

PL 7376/2010 – Criação da Comissão Nacional da Verdade	D/Não E/Sim	23,2	20,5	2,7
	G/Sim O/Sim			
Média		59	58,2	0,8

Fonte: elaborado pelo autor.

Diferentemente da esquerda, a tabela 74 demonstra que a direita não divergiu tanto ao comparar os partidos que fazem parte da base governista e os de oposição. A maior discórdia está no PL 6726/2013, PLP 302/2013, MPV 675 /2015 e PDC 2600/2010. O PL 6726/2013 trata da concessão do pré-sal, o PLP 302/2013 do seguro-desemprego dos trabalhadores domésticos, MPV 675/2015 aumento da CSLL e o PDC 2600/2010 Tratado de Itaipu. Com exceção deste último, com graus diferenciados, nos outros três casos fica claro o interesse ardiloso do governo em termos das contas públicas, e da oposição contrária a tais medidas antipopulares. Há uma diferença expressiva, mas menos vigorosa, no PL 8035/2010 (10% do PIB em educação), PL 382/2011 (valor do salário mínimo), PL 4330/2004 (terceirização da atividade-fim), MPV 665/2014 (seguro-desemprego e abono salarial) e PEC 171/1993 (redução da maioria penal). A preocupação com o impacto financeiro também aparenta estar presente no PL 382/2011, PL 8035/2010 e MPV 665/2014, o que não ocorre no PL 4330/2004 e PEC 171/1993. Nestes últimos transparece haver um caráter mais normativo. Nos dois casos o governo majoritariamente composto por partidos de esquerda se declara contrário, enquanto a oposição sugere o voto “sim” no primeiro caso e libera no segundo.

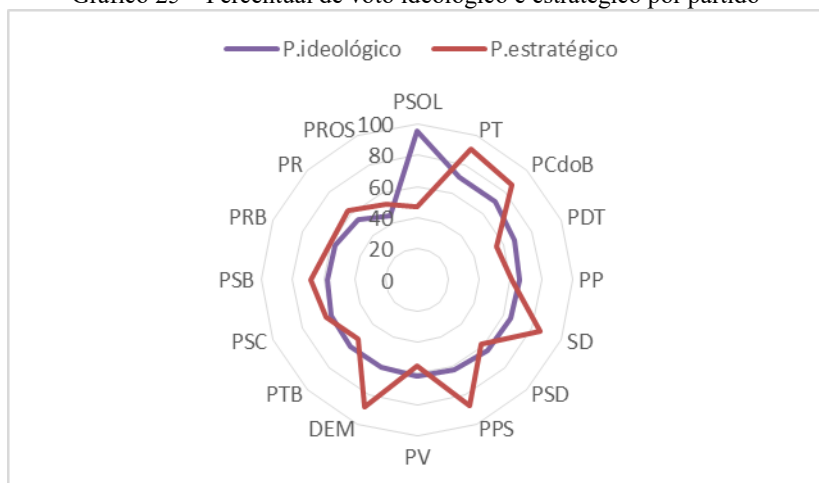
No total das leis analisadas, a diferença entre os dois blocos se demonstrou pouco significativa (0,8%). A exemplo do que ocorreu com a esquerda, a direita/oposição vota um pouco menos do que o esperado em comparação com a direita/governo (D/G – 59%; D/O – 58,2%).

É patente o quanto a relação com o executivo acaba por interferir no voto exclusivamente ideológico. As variáveis governo/oposição e ideologia se entrelaçam, demonstrando o quão complexa é a compreensão do comportamento político dos parlamentares individualmente ou dos partidos em sentido mais amplo.

O gráfico 25 apresenta o grau de aderência dos partidos ao voto esperado levando em conta a ideologia (posicionamento ideológico em ordem decrescente), assim como a respectiva porcentagem condizente ao posicionamento estratégico, ou seja, o respeito à indicação do líder do governo caso seja da base aliada, ou então do da minoria sendo

oposição. Não foram considerados os casos em que o líder liberou a bancada. Para o gráfico 25, assim como para o 26, optou-se por apresentar os dados dos partidos que tiveram representantes eleitos em todas as votações com no mínimo 2 parlamentares. PSD, PROS e SD, não tiveram representantes em todas as votações por serem partidos novos. Foram incluídos visto que após serem criados contaram com bancadas significativas.⁸⁴ Os resultados de todos os partidos encontram-se no apêndice D.

Gráfico 25 – Percentual de voto ideológico e estratégico por partido



Fonte: elaborado pelo autor.

O gráfico expõe de forma clara a pouco expressiva variação do posicionamento ideológico dos partidos. Excluindo o PSOL, com 95,8% de votos consonantes com o que se esperaria ideologicamente de um partido de esquerda, PT, PCdoB e PDT são os partidos que se demonstram mais coerentes ideologicamente (70,9%, 70,5% e 67,4%, respectivamente). Chama a atenção que os partidos mais consistentes ideologicamente estejam no campo da esquerda.

PROS (44,9%), PR (54,1%), PRB (57,1%), PSB (57,8%) e PSC (59,6%) são os partidos com atuação parlamentar menos condizentes com a expectativa diante dos seus enquadramentos ideológicos.

⁸⁴ O registro do PSD no TSE se deu em 27/09/2011, PROS e SD em 24/09/2013 (TSE, 2015). Por isso, do total de 18, o PSD esteve presente em 16 votações, PROS e SD em 14.

Atentando-se ao gráfico, no caso do DEM, tudo indica que a vocação oposicionista tenha influenciado fortemente, visto que os parlamentares do partido se comportaram de acordo com a indicação do líder da minoria em 88% dos casos.⁸⁵ PPS (87,7%) e SD (85,1%) se destacam também pelo elevado índice de concordância com a indicação do líder da minoria. Já pela ala governista destaca-se obviamente o PT com 90,6% e o fiel “escudeiro” PCdoB com 86%. Em contraposição o PDT apresenta a menor taxa de adesão ao líder do governo (55,1%), seguido do PSOL (47%), partido menos responsivo ao líder, nesse caso da oposição. Em relação ao PDT não causa estranhamento visto que vez ou outra o partido tem se colocado em uma posição de independência em relação ao governo. Quanto ao PSOL tal posicionamento justifica-se por ter sido o partido que votou mais ideologicamente nas leis analisadas. No geral importante salientar que os partidos percentualmente votaram mais estrategicamente (67,1%) do que ideologicamente (63,7%). Vale lembrar que fizeram parte desta análise os partidos mais significativos, assim como as categorias se sobrepõem em vários momentos, ou seja, um partido de esquerda da base governista pode se comportar conforme o que se espera ideologicamente e esse posicionamento estar em conformidade com o líder do governo.

Dalton e McAllister (2014) afirmam que são inúmeros os estudos empíricos utilizando métodos dos mais variados para estimar as posições dos partidos relacionadas à dimensão esquerda e direita. Os estudos dos manifestos e programas partidários, a avaliação de especialistas, a auto-localização das elites políticas, a percepção dos cidadãos. Segundo eles, não há nenhuma fonte única e definitiva para identificar a posição de um partido e em grande medida todas elas se demonstram medidas consistentes, levando logicamente em consideração o contexto e os fatores a serem considerados. No caso brasileiro o processo se dá de forma semelhante. Para Tarouco (2008) e Tarouco e Madeira (2013) são muitos os métodos para localizar os partidos no eixo esquerda-direita, normalmente se utilizando da imagem que a opinião pública constrói a seu respeito, avaliação realizada por especialistas, declarações dos próprios partidos, como também a atuação parlamentar.

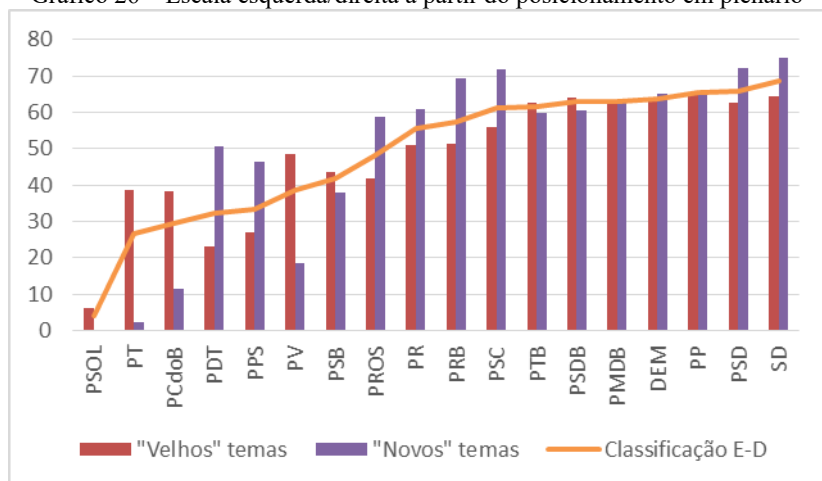
Embora a avaliação de especialistas seja o método mais comum de inserção dos partidos em uma escala esquerda-direita, muitos se atêm ao estudo dos manifestos ou então a análise de entrevistas e

⁸⁵ Embora não faça parte desta análise, o PSDB é o partido que os parlamentares mais aderiram à indicação do líder da minoria (94,4%).

questionários aplicados aos atores políticos onde, nos dois casos, há uma categorização que permite alocar os partidos em um ou outro lado. Em relação aos programas partidários, analisados de forma isolada pode simplesmente ser um cardápio de propostas bem-vindas para a maioria dos eleitores, sem condizer necessariamente com a atuação parlamentar dos membros do partido. Em relação ao questionamento aos atores políticos, pode-se supor que um parlamentar com uma mínima formação política consiga decifrar facilmente o que o aplicador quer ler ou ouvir, sem necessariamente, como no caso anterior, agir de forma espelhada. Nesse sentido a análise do comportamento efetivo é um dos métodos mais importantes para verificar o posicionamento dos partidos no espectro ideológico.

Diante desse cenário, na sequência é apresentada uma escala E-D, a partir do posicionamento em plenário. A construção do gráfico 26 se deu levando em consideração a porcentagem dos votos dos parlamentares condizente ao que se esperaria da direita (sim ou não, dependendo do caso). Assim, quanto mais condizente mais à direita do gráfico o partido se localizará (0-100). Em laranja, está a classificação geral a partir do comportamento efetivo no total de votações analisadas (24). De forma conjunta, em vermelho, consta o posicionamento nos temas clássicos, naqueles que envolvem sobretudo discussão a respeito de uma maior ou menor presença do Estado na vida das pessoas (16). Em roxo, o posicionamento dos partidos nos chamados “novos” temas, aqueles que extrapolam essa dimensão (8). Os valores de referência encontram-se no apêndice E.

Gráfico 26 – Escala esquerda/direita a partir do posicionamento em plenário



Fonte: elaborado pelo autor.

Segundo Tarouco (2008) e Tarouco e Madeira (2013; 2015), os partidos brasileiros têm sido classificados sem muitas controvérsias. A disposição de PT e PDT na esquerda, PMDB e PSDB no centro e PP, PTB, DEM, dentre outros, na direita, pode ser verificada em várias classificações adotadas. O gráfico 26 apresenta uma escala esquerda-direita a partir do posicionamento dos partidos em plenário e chamam a atenção algumas dissonâncias importantes em comparação com o que é vislumbrado corriqueiramente pela Ciência Política. Um primeiro dado interessante é a ainda colocação do PT no campo da esquerda, só sendo superado pelo PSOL, o partido mais à esquerda do espectro político. Mesmo o posicionamento não ideológico em temas que envolviam impacto financeiro, o posicionamento em temas que extrapolam a discussão maior ou menor Estado fez com que o PT ainda se localizasse à esquerda. Tal dado diverge de críticas como as proferidas por Genro e Robaina (2006). Levando em consideração o conjunto de leis analisadas não é possível afirmar, como previsto pelos autores, que o PT altera radicalmente sua natureza, isto é, deixa de ser uma força com características progressistas para se tornar uma força política reacionária. Ele ainda se apresenta como um partido de recorte social-democrata, caminho escolhido por parte significativa dos partidos de esquerda a nível mundial.

Embora PDT e PPS estejam logo à direita do PCdoB, o posicionamento em relação aos “novos temas” os empurraria mais para

o centro. PROS, PR e PRB praticamente se enquadram no centro, partidos consensualmente alocados na direita. Diferente do que se poderia imaginar, o DEM não é o partido mais à direita do espectro político. Esse posicionamento inesperado se dá supostamente por suas escolhas estratégicas. O partido votou em 88% dos casos em consonância com o líder da minoria. O PSDB se localiza em posição semelhante, parecendo estar em situação análoga ao DEM. Foi o partido que mais votou conforme o líder, 94,4%, mesmo que em alguns casos implicasse possivelmente em um voto não programático. Caminhando para a direita está o PP. PSD e SD são os partidos mais à direita do espectro político.

No tocante aos partidos que vêm polarizando a disputa política a nível federal, PT e PSDB, é clara a grande discrepância de posicionamento em plenário, sobretudo nos “novos temas” (2,3 – 60,7). O PSDB se localiza à esquerda do PMDB, mas ainda assim ambos muito mais próximos da direita do que do centro. Provavelmente o dado mais surpreendente seja o posicionamento do PMDB. O comportamento da bancada fez com que o partido se colocasse na escala à direita do PSDB e à esquerda do DEM. Documento recente apresentado pelo PMDB à nação e intitulado “Uma Ponte para o Futuro”, talvez explique esse movimento. Servindo como uma espécie de receituário para a saída da crise, apresenta iniciativas para superar o que chamam de “imobilidade política”. Defende, dentre outras coisas, a redução das despesas públicas, diminuição da carga tributária, sugere acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, aumento do superávit primário, bem como a participação mais efetiva do setor privado. Sugere a pertinência de um estado mais enxuto para fazer frente à profunda recessão e severa crise fiscal (PMDB, 2015). Em linhas gerais deixa claro a direção das mudanças, avessa às origens históricas do partido e às lutas e bandeiras oriundas do antigo MDB. Uma mudança de identidade expressiva e que ainda não é satisfatoriamente abarcada pela Ciência Política.

Tarouco e Madeira (2015) apresentam dados de um *survey* aplicado a cientistas políticos no Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) em 2010. Foi solicitado que os participantes das áreas temáticas de eleições e representação política e instituições classificassem os partidos políticos em uma escala de 7 pontos em que 1 representava extrema esquerda e 7 a extrema direita. De forma mais precisa, e de forma complementar o quadro 9 apresenta os resultados do *survey* respondido por especialistas, bem como a classificação dos partidos a partir do comportamento em plenário (geral e a partir do

posicionamento em velhos e “novos” temas). Embora os especialistas fossem perguntados sobre o posicionamento de 27 partidos, a título de comparação foram levados em consideração os partidos mais relevantes e presentes no gráfico 26.

Quadro 9 – Comparação escala E-D especialistas *versus* comportamento efetivo

Classificação realizada por especialistas
PSOL – PCdoB – PT – PSB – PDT – PV – PPS – PMDB – PSDB – PTB – PRB – PSC – PR – PP – DEM
Classificação geral a partir do comportamento em plenário
PSOL – PT – PCdoB – PDT – PPS – PV – PSB – PROS – PR – PRB – PSC – PTB – PSDB – PMDB – DEM – PP – PSD – SD
Classificação a partir do posicionamento em velhos temas
PSOL – PDT – PPS – PCdoB – PT – PROS – PSB – PV – PR – PRB – PSC – PTB – PSD – DEM – PMDB – PSDB – SD – PP
Classificação a partir do posicionamento em “novos” temas
PSOL – PT – PCdoB – PV – PSB – PPS – PDT – PROS – PTB – PSDB – PR – PMDB – DEM – PP – PRB – PSC – PSD – SD

Fonte: Adaptado de Tarouco e Madeira (2015)/dados da pesquisa.

É interessante perceber o quanto que a classificação realizada por especialistas coincide ou em que medida diverge da classificação pautada na atuação dos partidos na Câmara dos Deputados. Em se tratando de partidos tradicionalmente considerados de direita, excluindo os novos PSD e SD, o PP se demonstra mais à direita que o DEM. PR se posiciona mais à esquerda do que o esperado, provavelmente por votar com o governo em vários momentos. No campo da esquerda PT, PCdoB, PDT, PPS, PV e PSB acabam estando em localizações levemente diferenciadas, chamando a atenção que a partir do posicionamento em plenário o PPS se localiza à esquerda de PV e PSB, na contramão da asserção de que o partido estaria caminhando para a direita. No geral não é possível afirmar que são muito substanciais as diferenças entre a classificação dos especialistas e a oriunda da atuação parlamentar.

Discretizando os posicionamentos em velhos e “novos” temas, percebe-se o quanto que diferentes pautas impactam sobremaneira no comportamento dos partidos. Levando em consideração o comportamento parlamentar em temas clássicos, PV e PR localizam-se ao centro do espectro político e o PP o mais à direita. De fundamental importância é a localização do PMDB e do PSDB, ambos na extrema direita da escala, só a esquerda do SD e do PP. Em se tratando de velhos temas é possível afirmar que PMDB e PSDB se comportam conforme o

que esperaria dos partidos de direita. Em relação ao PSDB o que foi verificado permite aferir que embora o partido tenha se originado como um partido de centro-esquerda, seu comportamento revela uma aparente adesão à direita, mormente em temas clássicos que nortearam a divisão esquerda e direita.

De forma distinta, em relação aos “novos” temas o PV aparece à esquerda da escala, com um constatado impacto da postura do partido em temas relacionados ao meio ambiente, e diante outras questões pós-materialistas. Por sua vez o PSC encontra-se na extrema direita. Assim como a questão ambiental está para o PV, o conservadorismo em questões de cunho moral e comportamental está para o PSC. O SD foi o partido que portou-se de forma mais condizente com o que se esperava dos partidos de direita nos temas contemporâneos. Votou de forma correspondente com uma taxa de adesão bastante significativa (75%).

Importante salientar o quanto os partidos de esquerda e direita diferenciam-se significativamente em relação à pautas e prioridades, não fazendo sentido de antemão considerar os partidos localizados no mesmo espectro político como semelhantes. Como comparar, por exemplo, partidos de direita como DEM e PP com PSC e PRB? Os dois primeiros demonstram-se claramente preocupados com questões clássicas como a defesa de um Estado menos interventor. Os dois últimos, diferentemente, nascem e se autodeclaram como defensores da família e dos costumes, ou seja, têm um caráter explicitamente conservador.

Se em relação aos velhos temas o PSDB se comporta como um partido de direita, o mesmo não ocorre em relação aos “novos” temas, se situando muito mais à esquerda, no centro, como seria previsto. A exemplo do que foi verificado na votação do PL 7699/2006 (identidade de gênero), não é exequível alegar que o partido se comporte de forma conservadora. Ainda assim, como apontado por Tarouco e Madeira (2013), há de se considerar também que os partidos acabam com o passar do tempo também acolhendo outros temas, sobretudo questões pós-materialistas que inclusive ganham espaço na opinião pública.

Para além dos programas partidários, respostas dos agentes políticos captadas em *surveys*, ou ainda, a análise realizada por especialistas, a mensuração do comportamento efetivo se demonstra um importante balizador das semelhanças e diferenças político-ideológicas dos partidos brasileiros. Mesmo ciente da gama enorme de variáveis que interferem em última instância nas decisões políticas, fica a pergunta se, no final das contas, o que mais importa não é o comportamento político, em se tratando de legislativo, o posicionamento em plenário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscarmos com o devido rigor interpretar o significado da dicotomia esquerda/direita, tudo indica que não faz sentido compreendê-la nos moldes da Revolução Francesa, assim como atualizações como a proposta por Bobbio (1995) se referem apenas a novos agrupamentos das ideologias clássicas. Dado o momento atual e as características do que vem sendo chamado de sociedade pós-industrial, não convém nos atermos apenas ao binômio Estado/mercado ou igualdade/desigualdade, dada a diversidade de temas que cunham o cenário político atual. Tamanha complexidade é notória ao se utilizar alguns termos como liberalismo, com significado distinto dependendo do contexto do uso. Se a liberdade individual é considerada o bem supremo para a direita e só pode ser alcançada pela diminuição do tamanho do Estado, em se tratando de “novos” temas a liberdade individual, sobretudo de escolha, terá preponderância em relação à tradição e pode ser considerado um ideário de esquerda.

Embora a alocação dos partidos em uma escala esquerda/direita se dê de forma linear e em um *continuum*, isto não implica desconsiderar que a discussão seja multifacetada e labiríntica. Cabe à Ciência Política em especial concentrar energias para requalificar o uso dos termos e, de preferência, buscando abster-se do debate normativo. Diante disso, diferente do que é pregado por Basile (2015), que minimiza a importância da polarização ideológica entre direita e esquerda, o caminho mais adequado parece ser o de não cristalizar o significado da terminologia. Mesmo assim, há de se ter cuidado no uso da terminologia. Não é possível e coerente alocar todos os temas presentes na pauta do discurso e da ação política nestas duas grandes categorias conceituais. Em muitos casos, embora possamos ainda falar em ideologias políticas, não faz sentido falar em esquerda e direita. De qualquer forma, é inegável que as categorias esquerda e direita servem como atalhos informacionais importantes, embora como toda tentativa de simplificação do mundo, apresenta limites.

Mesmo tendo ciência de que em se tratando de comportamento parlamentar muitas são as variáveis que interferem no voto, grupos de pressão, interesses eleitorais, estratégias organizativas, dentre outras, optou-se por colocar em disputa duas delas: posicionamento ideológico (E/D) e estratégico (G/O). O estudo em questão confronta duas variáveis que constroem de forma incisiva o comportamento dos partidos na Câmara dos Deputados. Nesse sentido, a questão central que foi colocada é: qual o peso da ideologia atualmente na Câmara dos

Deputados? Em relação à dicotomia governo/oposição é impossível descartar que a governabilidade é alcançada em boa medida pela troca de votos por cargos e verbas. Quanto à distribuição de cargos entre os membros da base de sustentação do governo, é uma das estratégias para a formação de maiorias. Embora seja lícita e comum em diversos países, nosso potencial diferencial possivelmente esteja no número de cargos e no alto grau de capilarização. Esse padrão de relacionamento compromete a qualidade da representação e das políticas públicas a serem implementadas (BASILE, 2015).

Diferente do que é apontado por autores como Lucas e Samuels (2011) e Zucco Jr. (2009; 2011) que afirmam haver no sistema partidário brasileiro uma baixa coerência ideológica e que o fazer parte do governo (ou não) é o principal determinante do voto, o trabalho em questão aponta para uma direção se não contrária, menos incisiva. Sem pretender negar a importância das relações presentes no nosso presidencialismo de coalizão, em temas com teor ideológico a ideologia prevalece e os partidos em sua maioria se posicionam de forma coerente com o que é esperado do ponto de vista político-ideológico. Nos casos em que estão em jogo recursos financeiros robustos o posicionamento estratégico impera, isto é, o governo tende a poupar e arrecadar, sobretudo em tempos de ajustes fiscais, enquanto que a oposição tende a se opor a medidas impopulares dessa natureza. A ideologia dos partidos, nestes casos, acaba por pouco importar.

O peso dado à ideologia nesse trabalho se assemelha ao que é constatado por Kinzo (1990) e Leoni (2002), feitas as devidas ponderações. Ambos se ativeram às votações nominais em plenário. A grande diferença em relação ao trabalho de Leoni (2002) está em que aqui se analisou com maior acuidade o conteúdo do voto e o entrelaçamento das variáveis governo/oposição e esquerda e direita, dimensões que à época daquele estudo (1991-1998) estavam sobrepostas. Quanto à Kinzo (1990), talvez seja o estudo que mais se aproxima ao que foi feito aqui. Analisando votações polêmicas submetidas do plenário na Constituinte, sugere haver uma relação consistente entre a direita com governismo e conservadorismo, enquanto a esquerda se demonstrou mais avessa a essas categorias e “simpática” ao que chamou de democratismo, nacionalismo e com uma postura anti-bancos. Em relação com a pesquisa em questão, é notória a aproximação entre esquerda e ambientalismo, multiculturalismo, participação e feminismo. Além de não priorizar as questões anteriores, faz parte do repertório da direita uma atuação mais pró-mercado e conservadora quando estão em jogo temas morais.

Buscando melhor qualificar o relevante impacto da ideologia constatado na Câmara dos Deputados, fica patente a maior influência em temas que extrapolam a discussão clássica Estado *versus* mercado. Nos temas tidos como tradicionais, a ideologia se demonstra mais frágil para diferenciar o comportamento dos parlamentares dos diversos partidos. Tal constatação é coerente, levando em conta que em grande parte dos temas estão implícitas questões de ordem financeira que afetam o orçamento do governo. Esse resultado também se deve a fatores conjunturais, especialmente ao fato de que diversos partidos que fizeram parte da coalizão governista, ao longo do período analisado, eram de esquerda e alguns dos principais partidos de oposição eram de centro ou direita. Numa situação inversa, como a que ocorria antes do primeiro Governo Lula, em que os governos eram basicamente de centro/direita e os partidos de esquerda estavam na oposição, as duas dimensões (esquerda/direita e governo/oposição) deviam influenciar na mesma direção. Para o caso brasileiro, em especial, teríamos ainda algumas peculiaridades que levariam a uma certa homogeneidade de discursos e práticas. Diante da dificuldade de efetivar muitas das atribuições impostas ao Estado brasileiro na Constituição de 1988 e de uma carga tributária ostensiva, a defesa ferrenha tanto de um Estado enxuto, quanto de um aumento da carga tributária, não seriam medidas consideradas plausíveis por grande parte da opinião pública e com custos eleitorais evidentes.

Se mesmo em “velhos temas” o peso da ideologia se demonstra equiparado à relação que os partidos têm como o executivo, o maior impacto da ideologia se vê em temas ligados ao bem-estar e a questões pós-materialistas, como propõe Inglehart (1977;2001). Segundo ele, passaríamos, após a segunda metade do século XX, a presenciar uma mudança gradual dos valores humanos. Alcançada uma certa segurança material, surgiriam novas preocupações, mormente relacionadas à qualidade de vida em seu sentido mais amplo. Se essa proposição é válida para os cidadãos comuns, faz sentido supor que a arena legislativa passaria a incorporar tais preocupações. Estando em pauta “novos” temas, como consequência, tomariam corpo desacordos sobre distintas prioridades, além de buscar entender o interesse de grupos dos mais diversos, cada qual reivindicando uma pauta bastante singular. A vida moral contemporânea é tomada pela existência de inúmeros particularismos, predominando a atomização de ideais, sejam eles dos grupos religiosos, dos movimentos ecológicos, dos homossexuais, das feministas e assim por diante. Tratam-se de grupos minoritários em busca de reconhecimento e aceitação enquanto sujeitos de direitos. É

exatamente nesses “novos” temas que as diferenças ideológicas têm ainda maior impacto no comportamento parlamentar, explicando em boa parte o posicionamento dos partidos.

Importante nessa discussão é papel e o espaço ocupado pelos dois partidos que vêm polarizando as disputas presidenciais: PT e PSDB. Segundo Pereira e Pessoa (2015), desde 1994, PT e PSDB contribuíram para a efetivação de um amplo Estado de bem-estar social, entretanto, diferente do que é defendido pelos autores, as diferenças aparentam ir além de restrições conjunturais ou diferenças estratégicas típicas do principal partido governista e do principal opositor. O comportamento em plenário revela, sobretudo em “novos” temas, discrepâncias relevantes. Em relação ao posicionamento “inesperado” do PT (tomando como referência o posicionamento ideológico esperado do partido), em temas que envolveram recursos financeiros, uma possibilidade de interpretação é a leitura sugerida por Panebianco (2005). Segundo ele, os partidos passariam por uma fase inicial em que a ideologia seria manifesta (objetivos específicos e coerentes) e uma segunda em que a ideologia organizativa torna-se latente, isto é, os objetivos tornam-se vagos, implícitos e muitas vezes contraditórios. Tal leitura se demonstra bastante apropriada para captar em alguns momentos a distinção do PT opositor e do governista. No governo, se depara com desafios que colocam em alguns momentos a ideologia em um segundo plano, embora levando em consideração o posicionamento do partido no conjunto das leis analisadas, na maioria delas, ele se demonstrou coerente. Em relação ao PSDB, o alto percentual de adesão à indicação do líder da minoria nas votações que fizeram parte da amostra, sugerem que haja uma interferência no posicionamento ideológico, embora não tenha sido definida uma posição esperada para os partidos localizados ao centro.

Para Basile (2015), uma crítica razoável é a de que os partidos, de forma geral nesses últimos vinte anos, não têm obtido êxito em demonstrar de forma clara quais suas doutrinas e planos de governo e, mais do que isso, quais suas propostas efetivas para enfrentar os problemas do presente, assim como deixar claro seus objetivos últimos. Diferente do que é defendido pelo autor, com todas as interveniências típicas de um espaço complexo e influenciado por infindáveis variáveis, não há como desconsiderar as diferenças ideológicas entre os partidos. Mesmo considerando os posicionamentos estratégicos dos partidos, notam-se diferenças ideológicas entre eles, diferenças mais nítidas nos “novos” temas, mas também em menor grau nos velhos. No caso de formação de governos com composição mais homogênea, e semelhante

à que caracterizava os governos até 2002 e, em boa medida, o atual governo provisório Temer, se esperaria que as diferenças ideológicas seriam ainda mais amplificadas.

A partir das votações nominais analisadas, é possível ponderar que em temas morais os partidos de esquerda se demonstram mais progressistas, os de direita mais conservadores. Os partidos de esquerda mais ambientalistas, os de direita menos. Os partidos de centro (PMDB e PSDB) se comportam de forma muito semelhante ou até mais à direita do que alguns partidos considerados como tais. O que não pode ser negado é o que aponta Panebianco (2005, p. 527):

Mudam-se os termos das divisões políticas. No passado [...] a principal divisão estava relacionada ao *quantum* de intervenção social na economia: mais intervenção significava políticas a favor do “trabalho”; menos intervenção significava políticas a favor do “capital”. Mas os dilemas da metade dos anos 70 em diante são diferentes.

O presente trabalho destaca exatamente isso. As maiores clivagens entre esquerda e direita se encontram em temas que excedem a velha discussão relativa a mais ou menos Estado. Vão além do maior ou menor intervencionismo, seja ele econômico ou social. Óbvio que nem todos “novos” temas são totalmente desconexos com os “velhos”, como talvez se possa imaginar. Em se tratando de questões morais, é notória uma independência que não é constatada, por exemplo, em se tratando de questões ambientais, em que a divergência pode estar em se defender uma maior ou menor regulação estatal do setor, por exemplo.

Empiricamente, não faz sentido, pelo menos a partir do conjunto de casos analisados, afirmar que direita e esquerda são termos ultrapassados e que os termos não carregariam consigo significados distintos e, além do mais, serviriam como balizadores do comportamento efetivo dos agentes políticos. Partidos de esquerda e direita se comportam de forma distinta e consideravelmente previsível, mesmo havendo a interveniência de outras variáveis, dependendo do que está em pauta. Além de serem termos pouco estáticos, isto é, adquirem acepções distintas com o passar do tempo e com características locais, ainda denotam concepções e metas divergentes e que vêm à tona quando os partidos se posicionam. Na Câmara dos Deputados em particular, faz sentido ainda falarmos em esquerda e direita e em ideologia dos partidos políticos.

A constatação de que em muitos casos a dicotomia esquerda e direita não dá conta da diversidade de temas ideológicos que são fruto da complexidade das sociedades modernas, não permite inferir que estamos presenciando o fim das ideologias ou mesmo que chegamos ao "fim da história". Essa alegação, ao invés de trazer indicativos do enfraquecimento do poder explicativo das ideologias, ressalta sua elasticidade e possibilidade de se transformar com o passar do tempo. Elas mudam em consonância com circunstâncias sociais e históricas. Este talvez seja o principal motivo da sua ainda vivacidade. Diante de todos os entraves do tema, para Heywood (2010b), a ideologia dá às pessoas algo de suma importância, uma visão de futuro e, não menos importante, a possibilidade de acreditarmos em algo maior do que nós mesmos. Assim, "[...] uma era pós-ideológica seria uma era sem esperança, sem perspectiva. Essa razão é suficiente para afirmar que a ideologia política está destinada a ser um processo contínuo e sem fim" (p. 123).

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. H. H. de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, 1988, p. 05-34.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (ADUSP). **Aberração, PEC 395 é aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados**. 07 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/index.php/defesa-do-ensino-publico/2417-aberracao-pec-395-e-aprovada-em-primeiro-turno-na-camara-dos-deputados>> Acesso em: 02 mar. 2016.

AGÊNCIA BRASIL. **Câmara aprova retirada de aviso de produtos transgênicos**. 29 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/camara-aprova-retirada-de-aviso-de-produtos-transgenicos-175.html>> Acesso em: 04 set. 2015.

AGÊNCIA CÂMARA. **Câmara aprova aumento de imposto para bancos e administradoras de cartões**. 03 set. 2015. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/2015-09-03/plenario-aprova-aumento-de-tributo-sobre-lucro-de-instituicoes-financeiras.html>> Acesso em: 28 out. 2015.

AGÊNCIA ESTADO. **Plenário da Câmara aprova texto-base da MP 665**. 06 mai. 2015. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2015/05/06/interna_politica,575224/plenario-da-camara-aprova-texto-base-da-mp-665.shtml> Acesso em: 02 set. 2015.

AGÊNCIA SENADO. **Reajuste do preço da energia de Itaipu paga pelo Brasil ao Paraguai divide senadores**. 11 mai. 2011. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/05/11/reajuste-do-preco-da-energia-de-itaipu-paga-pelo-brasil-ao-paraguai-divide-senadores>> Acesso em: 10 mar. 2016.

AGGIO, A. Construir uma esquerda transformadora. In: ALMEIDA, F. I. de. (org.). **O que é ser esquerda hoje?** Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

ALMEIDA, A. C. **Ideologia e comportamento eleitoral:** evidências de que a ideologia não é importante para explicar o voto. Trabalho apresentado no 25º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu-MG, 2001.

ALMEIDA, L. **O que saber sobre os evangélicos e a política no Brasil:** partidos, representantes e eleições presidenciais. Curitiba: Prismas, 2014.

ALMEIDA, O. T. de.; CASTELO, T. B.; RIVERO, S. L. de M. Avaliação dos *stakeholders* em relação às mudanças na legislação ambiental e reforma do Código Florestal Brasileiro. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 27, p. 163-177, jan.-jun. 2013. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/29654/20678>> Acesso em: 06 fev. 2015.

AMES, B. **Os entraves da democracia no Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

AMORIM, C. Esqueça a polêmica entre "o bem e o mal": cada caso é um caso quando se fala em organismos modificados. **Revista Galileu**, n. 148, nov. 2003.

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; BORÓN, A. (org.). **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARNOLD, D. **The logic of Congressional action.** New Haven: Yale University Press, 1990.

AVRITZER, L. **Por que o novo decreto de Dilma não é bolivariano.** 10 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/por-que-o-novo-decreto-de-dilma-nao-e-bolivariano-8992.html>> Acesso em: 26 ago. 2015.

AVRITZER, L.; SANTOS, B. de S. Para ampliar o cânone democrático. In: **Democratizar a democracia:** os caminhos da democracia participative. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BARRETO, N. R. **Trabalho escravo**: nova arma contra a propriedade privada. São Paulo: Artpress, 2004.

BASILE, F. **Partidos, representação e reforma política**. Disponível em: < <http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-ii-constituicao-de-1988-o-brasil-20-anos-depois.-o-exercicio-da-politica/partidos-representacao-e-reforma-politica>> Acesso em: 19 nov. 2015.

BATISTA, C. **Entenda o que está por trás do projeto de privatização da previdência**. Disponível em: <<http://sindsef-sp.org.br/portal/node/11519>> Acesso em: 14 out. 2015.

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.

BELCHIOR, A. M. Are green political parties more post-materialist than other parties? An assessment of post-materialist forecasts. **European Societies**, v. 12(4), p. 467-492, 2010.

BEZERRA, G. M. L. A oposição no presidencialismo brasileiro: padrões institucionais e práticas políticas. In: 37º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. **Anais**. Aguas de Lindóia, SP, 2013a.

_____. O que pode a oposição no Brasil? Uma análise do uso dos recursos procedimentais no presidencialismo de coalizão (1995-2010). In: III FÓRUM BRASILEIRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA. **Anais**. Curitiba: UFPR, 2013b.

BLANCO, L. F. **O novo acordo Brasil-Paraguai e a renegociação do Tratado de Itaipu**: enfim uma postura de liderança sub-regional? Disponível em: <<file:///D:/User/Documents/Textos%20tese/Artigo%20Itaipu.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2016.

BOBBIO, N. **Direita e Esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília: Editora UNB, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2004.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>> Acesso em: 18 ago. 2015a.

_____. **Composição dos 10% do PIB para educação dominou debates do PNE**. 03 jun. 2014a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/469619-COMPOSICAO-DOS-10-DO-PIB-PARA-EDUCACAO-DOMINOU-DEBATES-DO-PNE.html>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

_____. **Câmara aprova em primeiro turno redução da maioria penal em crimes hediondos**. 02 jul. 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/491507-CAMARA-APROVA-EM-1-TURNO-REDUCAO-DA-MAIORIDADE-PENAL-EM-CRIMES-HEDIONDOS.html>> Acesso em: 10 ago. 2015b.

_____. **Projeto de lei nº 1876 de 1999**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=2FBCD244AF0A9A1A1796CC34F27AB502.proposicoesWeb?codteor=987261&filename=Tramitacao-PL+1876/1999> Acesso em: 03 fev. 2014b.

_____. **Majoria defendeu cotas para negros, mas tema causou polêmica em Plenário**. 26 mar. 2014d. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/464660-MAIORIA-DEFENDEU-COTAS-PARA-NEGROS,-MAS-TEMA-CAUSOU-POLEMICA-EM-PLENARIO.html>> Acesso em: 17 ago. 2015.

_____. **Decreto nº 8.243, de 23 maio de 2014**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm> Acesso em: 26 ago. 2015c.

_____. **Dispositivo sobre gênero causa polêmica no projeto da lei de inclusão**. 05 mar. 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/482854>>

-DISPOSITIVO-SOBRE-GENERO-CAUSA-POLEMICA-NO-PROJETO-DA-LEI-DE-INCLUSAO.html> Acesso em: 05 ago. 2015d.

BRITO, G.; V, NADER. **É preciso criar espaço para uma candidatura programática e ideológica de esquerda**. 13 mai. 2013. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8363:manchete130513&catid=72:imagens-rolantes> Acesso em: 11 dez. 2015.

BUDGE, I.; KLINGEMANN, H-D.; VOLKENS, A.; BARA, J.; TANENBAUM, E. **Mapping policy preferences: estimates for parties, electors and governments – 1945-1998**. New York: Oxford University Press, 2001.

BURITY, J. A. Religião, política e cultura. **Tempo social**. v. 20, n. 2, p. 83-113, nov. 2008.

BURKE, E. **Reflexões sobre a revolução na França**. São Paulo: Edipro, 2014.

BUTOVSKY, J. The salience of post-materialism in canadian politics. **Canadian Review of Sociology & Antropology**, v. 39(4), p. 471-484, nov. 2002.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Câmara aprova projeto que estabelece cotas nas universidades federais para alunos de escolas públicas**. 20 nov. 2008. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/ULTIMAS-NOTICIAS/360712-C%C3%82MARA-APROVA-PROJETO-QUE-ESTABELECE-COTAS-NAS-UNIVERSIDADES-FEDERAIS-PARA-ALUNOS-DE-ESCOLAS-P%C3%9ABLICAS-\(02'55%22\).html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/ULTIMAS-NOTICIAS/360712-C%C3%82MARA-APROVA-PROJETO-QUE-ESTABELECE-COTAS-NAS-UNIVERSIDADES-FEDERAIS-PARA-ALUNOS-DE-ESCOLAS-P%C3%9ABLICAS-(02'55%22).html)> Acesso em: 14 jun. 2016.

_____. **Câmara dos deputados: como funciona**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/como-funciona>> Acesso em: 12 jan. 2015a.

_____. **Regimento interno da Câmara dos Deputados**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade>>

legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/regimento-interno-da-camara-dos-deputados> Acesso em: 13 jan. 2015b.

_____. **Regulação do etanol pela ANP é aprovada; falta votar destaques sobre Correios.** 17 ago. 2011a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/201334-REGULACAO-DO-ETANOL-PELA-ANP-E-APROVADA-FALTA-VOTAR-DESTAQUES-SOBRE-CORREIOS.html>> Acesso em: 20 out. 2015.

_____. **Manifestantes dos Correios elevam o tom de protesto durante votação.** 23 ago. 2011b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/201585-MANIFESTANTES-DOS-CORREIOS-ELEVAM-O-TOM-DE-PROTESTO-DURANTE-VOTACAO.html>> Acesso em: 20 out. 2015.

_____. **Câmara aprova reestruturação dos Correios.** 23 ago. 2011c. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/201581-CAMARA-APROVA-REESTRUTURACAO-DOS-CORREIOS.html>> Acesso em: 20 out. 2015.

_____. **Câmara aprova o salário mínimo de R\$545,00.** 17 fev. 2011. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRABALHO-E-PREVIDENCIA/193755-CAMARA-APROVA-O-SALARIO-MINIMO-DE-R\\$-545.html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRABALHO-E-PREVIDENCIA/193755-CAMARA-APROVA-O-SALARIO-MINIMO-DE-R$-545.html)> Acesso em: 04 mar. 2016.

_____. **Alves quer votar urgência do projeto que susta decreto dos conselhos populares.** 01 jul. 2014a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/471012-ALVES-QUER-VOTAR-URGENCIA-DO-PROJETO-QUE-SUSTA-DECRETO-DOS-CONSELHOS-POPULARES.html>> Acesso em: 27 ago. 2015.

_____. **Congresso conclui votação de projeto que muda superávit; texto vai a sanção.** 09 dez. 2014b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/479117-CONGRESSO-CONCLUI-VOTACAO-DE-PROJETO-QUE-MUDA->

SUPERAVIT-TEXTO-VAI-A-SANCAO.html> Acesso em: 18 set. 2015.

_____. **Aprovado projeto que reserva 20% das vagas em concursos federais para negros.** 26 mar. 2014c. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/464662-APROVADO-PROJETO-QUE-RESERVA-20-DAS-VAGAS-EM-CONCURSOS-FEDERAIS-PARA-NEGROS.html>> Acesso em: 17 ago. 2015.

_____. **Projeto de Decreto Legislativo nº , de 2014.** Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=B2D729A8028F5B9C9C1BCE852A536290.proposicoesWeb1?codteor=1258271&filename=PDC+1491/2014> Acesso em: 26 ago. 2015c.

_____. **Regulamentação dos direitos do trabalhador doméstico aguarda votação.** 13 jan. 2015d. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRABALHO-E-PREVIDENCIA/480320-REGULAMENTACAO-DOS-DIREITOS-DO-TRABALHADOR-DOMESTICO-AGUARDA-VOTACAO.html>> Acesso em: 06 out. 2015.

_____. **Discursos e notas taquigráficas:** sessão 034.1.55.O. 17 mar. 2015e. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=034.1.55.O&nuQuarto=138&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=18:34&sgFaseSessao=OD%20%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=17/03/2015&txApelido=PRESIDENTE&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>> Acesso em: 07 out. 2015.

_____. **Câmara aprova projeto que permite terceirização da atividade-fim de empresa.** 22 abr. 2015f. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRABALHO-E-PREVIDENCIA/486413-CAMARA-APROVA-PROJETO-QUE-PERMITE-TERCEIRIZACAO-DA-ATIVIDADE-FIM-DE-EMPRESA.html>> Acesso em: 09 set. 2015.

_____. **Medida provisória nº 665, de 30 de dezembro de 2014.** Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1295852&filename=MPV+665/2014> Acesso em 31 ago. 2015g.

_____. **PEC 438/2001.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=36162>> Acesso em: 29 set. 2015h.

_____. **Câmara aprova PEC do trabalho escravo.** 22 mai. 2012. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRABALHO-E-PREVIDENCIA/418078-CAMARA-APROVA-PEC-DO-TRABALHO-ESCRAVO.html>> Acesso em: 30 set. 2015.

_____. **PEC 182/2007.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=373327>> Acesso em: 25 set. 2015i.

_____. **Emenda aglutinativa nº 28.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1341630&filename=EMA+28/2015+%3D%3E+PEC+182/2007> Acesso em: 25 set. 2015j.

_____. **Financiamento de campanha: Câmara aprova doações de empresas para partidos.** 28 mai. 2015k. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/489067-FINANCIAMENTO-DE-CAMPANHA-CAMARA-APROVA-DOACOES-DE-EMPRESAS-PARA-PARTIDOS.html>> Acesso em: 28 set. 2015.

_____. **Câmara exclui da reforma política o financiamento de campanha por empresas.** 27 mai. 2015l. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/488933-CAMARA-EXCLUI-DA-REFORMA-POLITICA-O-FINANCIAMENTO-DE-CAMPANHA-POR-EMPRESAS.html>> Acesso em: 28 set. 2015.

_____. **MP aumenta de 15% para 20% alíquota de CSLL de instituições financeiras.** 22 mai. 2015m. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ECONOMIA/488630-MP-AUMENTA-DE-15-PARA-20-ALIQOTA-DE-CSLL-DE-INSTITUICOES-FINANCEIRAS.html>> Acesso em: 23 out. 2015.

_____. **Votação de MP sobre aumento da CSLL para bancos fica para esta quarta-feira.** 25 ago. 2015n. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ECONOMIA/494694-VOTACAO-DE-MP-SOBRE-AUMENTO-DA-CSLL-PARA-BANCOS-FICA-PARA-ESTA-QUARTA-FEIRA.html>> Acesso em: 23 out. 2015.

_____. **Projeto de lei nº 4148 de 2008.** Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=4477655DB192D2965AF0E7CFA2C5C9CD.proposicoesWeb2?codteor=605180&filename=PL+4148/2008> Acesso em: 03 set. 2015o.

_____. **PL 1057/2007.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=351362>> Acesso em: 21 out. 2015p.

_____. **Câmara aprova projeto que prevê combate ao infanticídio em áreas indígenas.** 26 ago. 2015q. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/494777-CAMARA-APROVA-PROJETO-QUE-PREVE-COMBATE-AO-INFANTICIDIO-EM-AREAS-INDIGENAS.html>> Acesso em: 21 out. 2015.

_____. **PL 1992/2007.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=366851>> Acesso em: 14 out. 2015r.

_____. **PEC 182/2007.** Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=186C3F7C8BAB45D224ACF3A146B4A223.proposicoesWeb2?codteor=516056&filename=PEC+182/2007> Acesso em: 12 set. 2015s.

_____. **Proposta de Emenda à Constituição nº182, de 2007:** emenda aglutiva nº 57. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1349292&filename=EMA+57/2015+-%3D%3E+PEC+182/2007> Acesso em: 12 set. 2015t.

_____. **Projeto propõe que exploração na área do pré-sal seja feita sob regime de concessão.** 14 set. 2015u. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ECONOMIA/4960>>

20-PROJETO-PROPOE-QUE-EXPLORACAO-NA-AREA-DO-PRE-SAL-SEJA-FEITA-SOB-REGIME-DE-CONCESSAO.html > Acesso em: 25 fev. 2016.

_____. **Aprovada em 1º turno PEC que assegura vaga para mulher em Mesa Diretora.** 10 mar. 2015v. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/483184-APROVADA-EM-1-TURNO-PEC-QUE-ASSEGURA-VAGA-PARA-MULHER-EM-MESA-DIRETORA.html>> Acesso em: 14 jun. 2016.

_____. **Governo quer dificultar acesso ao seguro-desemprego.** 07 jan. 2015x. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRABALHO-E-PREVIDENCIA/480168-GOVERNO-QUER-DIFICULTAR-ACESSO-AO-SEGURO-DESEMPREGO.html>> Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. **PLP 306/2008.** Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=394079>> Acesso em: 07 mar. 2016.

_____. **Quais os regimes de tramitação?** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/processo-legislativo/fluxo/plTramitacao/conteudoFluxo/05.html>> Acesso em: 09 jun. 2016.

CAMARGO, R. **Conheça a emenda vilã do Código Florestal.** 28/05/2011. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/codigo-florestal/conheca-a-emenda-vila-do-codigo-florestal/>> Acesso em: 05 fev. 2015.

_____. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 14. Brasília, mai.-ago. 2014, p. 255, 295.

CARVALHO, H. **Análise multivariada de dados qualitativos:** utilização da HOMALS com o SPSS. Lisboa: Edições Sílabo, 2004.

CASTELLO-BRANCO, J. T. Conservadorismo. In: ROSAS, J. C.; FERREIRA, A. R. (orgs.) **Ideologias política contemporâneas.** Coimbra: Almedina, 2013.

CHARNOCK, D.; ELLIS, P. Postmaterialism and postmodernization in Australian electoral politics. **Electoral Studies**, v. 23(1), p. 45-72, 2004.

CONGRESSO EM FOCO. **Câmara aprova projeto que criminaliza ‘infanticídio’ em áreas indígenas**. 26 ago. 2015. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/camara-aprova-projeto-que-condena-infanticidio-em-areas-indigenas/>> Acesso em: 21 out. 2015.

CONGRESSO NACIONAL. **Atribuições do congresso nacional**. Disponível em: <<http://www.congressonacional.leg.br/portal/congresso/atribuicoes>> Acesso em: 12 jan. 2015.

CSP-CONLUTAS. **Privatização da Previdência dos servidores públicos é aprovada na Câmara dos Deputados**. 29 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/17235>> Acesso em: 15 out. 2015.

COUTINHO, J. P.; PONDÉ, L. F.; ROSENFELD, D. **Por que virei à direita**: três intelectuais explicam sua opção pelo conservadorismo. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

COUTO, C. **Ainda sobre esquerda e direita**: a polarização direita-esquerda refere-se também à desigualdade de honra social, e não apenas a desníveis econômicos. 17 jun. 2014. Disponível em: <<http://qualidadedademocracia.com.br/ainda-sobre-esquerda-e-direita/>> Acesso em: 12 mai. 2016.

CUNHA, S. B. da.; GUERRA, A. J. T. (orgs.) **A questão ambiental**: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DALTON, R. J.; McALLISTER, I. Random walk or planned excursion? Continuity and change in the left-right positions of political parties. **Comparative Political Studies**. December 9, 2014.

DALTON, R. J.; FARRELL, D.; McALLISTER, I. **Political parties and democratic linkage**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

DECAT, E. **Em “crise de identidade”, PSDB tenta modular discurso**. 06 jun. 2015. Disponível em:

<<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-crise-de-identidade--psdb-tenta-modular-discurso,1701273>> Acesso em: 28 dez. 2015.

DINIZ, S. Interações entre os poderes executivo e legislativo no processo decisório: avaliando sucesso e fracasso presidencial. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, 2005, p. 333-369.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: USP, 1999.

EAGLETON, T. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: UNESP/Boitempo, 1997.

ECONOMIA&NEGÓCIOS. **Entenda o superávit primário e a mudança proposta pelo governo**. 11. nov. 2014. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/blogs/descomplicador/entenda-o-superavit-primario-e-a-mudanca-proposta-pelo-governo/>> Acesso em: 18 set. 2015.

ESTADÃO. **Sob Cunha, número de projetos aprovados é recorde**. 27 dez. 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/12/27/sob-cunha-numero-de-projetos-votados-e-recorde.htm>> Acesso em: 28 dez. 2015.

_____. **Basômetro**. Disponível em: <<http://estadaodados.com/basometro/>> Acesso em: 24 ago. 2016.

FALEIROS, V. de P. **A política social do Estado Capitalista**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L. da.; CHAN, B. L. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FARIA, C. F. O que há de radical na teoria democrática contemporânea: análise do debate entre ativistas e deliberativos. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 25, n. 73, p. 101-111, jun. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092010000200006&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 14 jun. 2016.

FELLET, J. **Câmara aprova Comissão da Verdade: entenda como órgão atuará**. 21 set. 2011. Disponível em:

<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/09/110921_comissao_verdade_qa_jf.shtml> Acesso em: 14 mar. 2016.

FERNANDES, J. P. T. **A ideologia do multiculturalismo**. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/4286/a_ideologia_do_multiculturalismo.pdf?sequence=1> Acesso em: 17 mai. 2016.

FIGUEIRA, A. P. C. Procedimento HOMALS: instrumentalidade no estudo das orientações metodológicas dos professores portugueses de língua estrangeira. In: V Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia **Anais**. Lisboa, 2003.

FIGUEIREDO, A. C. Government coalitions in Brazilian democracy. **Brazilian Political Science Review**, 1(2), 2007, p. 182-2016.

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. **Dados, Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: IUERJ, v.38, n.3, 1995, p.497-525.

_____. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

_____. Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira. In: MELO, C. R.; SÁEZ, M. A. **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

_____. Poder de Agenda e Políticas Substantivas. In: INÁCIO, M.; RENNO, L. (orgs.). **Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

FREITAS, M. A. A esquerda brasileira em tempos neoliberais. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, v. 17, 2004.

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA. **História da FPA**. Disponível em: <<http://www.fpagropecuaria.org.br/fpa>> Acesso em: 3 jun. 2016.

FRENTE PARLAMENTAR AMBIENTALISTA. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.frenteambientalista.com/frente-parlamentar-ambientalista/>> Acesso em: 3 jun. 2016.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Arte Nova, 1977.

FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GARCIA, A. V. **A pobreza do homem**. Florianópolis, 2005. 364 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

GARCIA, Y. M. O código florestal brasileiro e suas alterações no Congresso Nacional. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, n.12, v.1, jan.-jun. 2012, p. 54-74.

GENRO, L. **PSOL defende salário mínimo de R\$700**. 10 nov. 2010. Disponível em: <<http://lucianagenro.com.br/2010/11/psol-defende-salario-minimo-de-r-700/>> Acesso em: 05 mar. 2016.

GENRO, L.; ROBAINA, R. **A falência do PT e a atualidade da luta socialista: ensaios sobre a falência do PT e a urgência de uma alternativa de esquerda**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

GIDDENS, A. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

_____. **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GÓIS, F. **CCJ aprova Comissão da Verdade com pedido de urgência**. 19 out. 2011. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/ccj-aprova-comissao-da-verdade-com-pedido-de-urgencia/>> Acesso em: 14 mar. 2016.

GOLOVATY, D. A política externa lulista e as esquerdas. **Revista Fevereiro**, 3 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=03&t=04>> Acesso em: 03 jun. 2016.

GOMBATA, M. **Partilha ou concessão?** Entenda as diferenças entre os modelos de produção. 21 set. 2015. Disponível em:

<<http://www.cartacapital.com.br/especiais/infraestrutura/partilha-ou-concessao-entenda-as-diferencas-entre-os-modelos-de-producao-7119.html>> Acesso em: 25 fev. 2016.

GONÇALVES, C. **Câmara aprova aumento de alíquota sobre bancos.** 03 set. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/brasil247/195522/C%C3%A2mara-aprova-aumento-de-al%C3%ADquota-sobre-bancos.htm>> Acesso em: 28 out. 2015.

GOUVÊA, C. B. **Financiamento de Campanha Eleitoral privado e público: um olhar com sentido constitucional e democrático.** Disponível em: <<http://carinagouvea25.jusbrasil.com.br/artigos/112336664/financiamento-de-campanha-eleitoral-privado-e-publico-um-olhar-com-sentido-constitucional-e-democratico>> Acesso em: 25 set. 2015.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e antirracismo no Brasil.** 34. ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 1999.

G1. **Câmara derruba emendas e aprova salário mínimo de R\$ 545.** 16 fev. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/02/camara-derruba-emendas-e-aprova-salario-minimo-de-r-545.html>> Acesso em: 04 mar. 2016.

HAIR JR., J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados.** 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HARNECKER, M. **Os desafios da esquerda latino-americana.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HAUBERT, M.; CANCIAN, N. **Por 5 votos, redução da idade penal para crimes graves é rejeitada na Câmara.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/07/1650037-por-cinco-votos-reducao-da-idade-penal-e-rejeitada-na-camara.shtml>> Acesso em: 10 ago. 2015.

HAYEK, F. **O caminho da servidão.** Porto Alegre: Globo, 1977.

HEYWOOD, A. **Ideologias políticas: do liberalismo ao fascismo**. São Paulo: Ática, 2010a.

_____. **Ideologias políticas: do feminismo ao multiculturalismo**. São Paulo: 2010b.

HOFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cad. CEDES.**, Campinas, v. 21, n. 55, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300003&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 08 jan. 2007.

IJUI. **Câmara aprova criação de grupo para investigar crimes da ditadura**. 22 set. 2011. Disponível em: <<http://www.ijui.com/noticias/politica/25959-camara-aprova-criacao-de-grupo-para-investigar-crimes-da-ditadura.html>> Acesso em: 15 mar. 2016.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS (IHU). **A votação do Salário Mínimo e o recado do governo Dilma**. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/cepat/cepat-conjuntura/500008-conjuntura-da-semana-a-votacao-do-salario-minimo-e-o-recado-do-governo-dilma>> Acesso em: 05 mar. 2016.

INGLEHART, R. **The silent revolution**. Princeton: Princeton University Press, 1977.

_____. **Modernización y posmodernización: el cambio cultural, económico y político en 43 sociedades**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas/Siglo Veintiuno, 2001.

JOU, W. How do citizens in East Asian democracies understand left and right? **Japanese Journal of Political Science**, v. 12, p. 33-55, apr. 2011.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

KINZO, M. D. O quadro partidário e a Constituinte. In: LAMOUNIER, B. **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Sumaré, 1990.

_____. **Radiografia do quadro partidário brasileiro**. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.

KLINGEMANN, H-D.; VOLKENS, A.; BARA, J.; TANENBAUM, E.; McDONALD, M. **Mapping policy preferences II: estimates for parties, electors and governments in Central and Eastern Europe, European Union and OECD – 1990-2003**. New York: Oxford University Press, 2006.

KOYSIS, D. T. **Visões e ilusões políticas: uma análise e crítica cristã das ideologias contemporâneas**. São Paulo: Vida Nova, 2014.

KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (orgs.) **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer, 2010.

LAVALLE, A. G.; VERA, E. I. A trama da crítica democrática: da participação à representação e à *accountability*. **Lua Nova**, n. 84, 2011, p. 353-364. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n84/a05n84.pdf>> Acesso em 29 set. 2013.

LAYMAN, G. C.; CARMINES, E. G. Cultural conflict in American politics: Religious traditionalism, postmaterialism, and U.S. political behavior. **Journal of Politics**, v. 59(3), p. 751-777, aug. 1997.

LEONI, E. Ideologia, democracia e comportamento parlamentar: a câmara dos deputados (1991-1998). **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 361-386, 2002.

LEVIN, Y. **The great debate: Edmund Burke, Thomas Paine, and the birth of right and left**. New York: Basic Books, 2014.

LIMA, R. de L. de. Diversidade, identidade de gênero e religião: algumas reflexões. **Em pauta**, v. 9, n. 28, p. 165-182, dez. 2011.

LIMA, S.; SADI, A. **Câmara derruba criação de novo imposto para a saúde**. 21 set. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/09/camara-derruba-criacao-de-novo-imposto-para-saude.html>> Acesso em: 08 mar. 2016.

LINZ, J. Presidencialismo ou parlamentarismo: faz alguma diferença? In: LAMOUNIER, B. (org.). **A ação parlamentarista**. São Paulo: Sumaré, 1991.

LOURENÇO, I. **Câmara aprova decreto legislativo sobre Tratado de Itaipu**. 07 abr. 2011. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-04-06/camara-aprova-decreto-legislativo-sobre-tratado-de-itaipu>> Acesso em: 09 mar. 2016.

LOPES, R. **PEC do Trabalho Escravo tramita há dez anos na Câmara e aguarda votação em segundo turno**. 08 out. 2011. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-10-08/pec-do-trabalho-escravo-tramita-ha-dez-anos-na-camara-e-aguarda-votacao-em-segundo-turno>> Acesso em: 01 out. 2015.

LÖWI, M. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 2008.

LUCAS, K.; SAMUELS, D. A “coerência” ideológica do sistema partidário brasileiro, 1990-2009. In: POWER, T. J.; ZUCCO JR. (orgs). **O congresso por ele mesmo**: autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

MAAKAROUN, B. **Trabalho inédito da UFMG mostra a ideologia dos deputados federais e estaduais**. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/09/16/interna_politica,449344/trabalho-inedito-da-ufmg-mostra-a-ideologia-dos-deputados-federais-e-estaduais.shtml> Acesso em: 28 jan. 2015.

MACHADO, M. das D. C. Religião, cultura e política. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 32(2), p. 29-56, 2012.

MACINTOSH, R. Global attitude measurement: an assessment of the World Values Survey post-materialism scale. **American Sociological Review**, v. 63, n. 3, p. 452-464, jun. 1998.

MADEIRA, R. M.; TAROUÇO, G. da S. Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 8, n. 15, jan./jun. 2011.

MADUEÑO, D. **Câmara aprova medida provisória que muda estrutura dos Correios**. 18 ago. 2011. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,camara-aprova-medida-provisoria-que-muda-estrutura-dos-correios-imp-,760285>> Acesso em: 20 out. 2015.

MAINWARING, S. P. **Democracia presidencialista: o caso do Brasil**. São Paulo: Revista, 1993.

MAIR, P. Left-right orientations. In: DALTON, R.; KLINGEMANN, H. D. **The Oxford Handbook of Political Behavior**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

_____. Cleavages. In: KATZ, R. S.; CROTTY, W. **Handbook of party politics**. London: Sage, 2013.

MALCHER FILHO, C. C. da G. **Sociedade anônima: conceito e características**. 24 set. 2002. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/886/Sociedade-Anonima-Conceito-e-caracteristicas>> Acesso em: 24 out. 2015.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARENCO, A.; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, jun. 2007.

MARTINS, R. C de R.; GOMES, F. de B. C. Parlamento brasileiro e políticas públicas. In: SATHLER, A.; BRAGA, R. (orgs.) **Legislativo Pós-1988: Reflexões e Perspectivas**. Brasília: Edições Câmara, 2015.

MASCHIO, J. J. Eficácia/ineficácia do sistema de cotas para as mulheres. **Resenha Eleitoral**, v. 10, n. 1, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://www.tre-sc.jus.br/site/resenha-eleitoral/edicoes-impressas/integra/2012/06/eficaciaineficacia-do-sistema-de-cotas-para-as-mulheres/indexa710.html?no_cache=1&cHash=fc178ef27a5e1110c3e55d48cb9f3881> Acesso em: 12 set. 2015.

MATOS, S. T. de S. Liberalismo e democracia: apontamentos sobre a evolução histórica dos conceitos liberais de democracia. **Rev. Mediações**, Londrina, v. 4, n. 2, p. 42-50, jul./dez. 1999. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/9270/7934>> Acesso em: 26 ago. 2015.

MEDINA, D. **O regime de previdência complementar do servidor público e as fundações de previdência complementar**. Jun. 2014. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/29168/o-regime-de-previdencia-complementar-do-servidor-publico-e-as-fundacoes-de-previdencia-complementar>> Acesso em: 14 out. 2015.

MELO, C. R.; CÂMARA, R. Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. **Dados, Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 55, no 1, 2012, p. 71 a 117.

MELO, M. M. de. **Capitalismo versus sustentabilidade: o desafio de uma nova ética ambiental**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

MIGUEL, L. F. **Esquerda e direita: classificando os partidos brasileiros**. Contribuições para a discussão no workshop “Coligações partidárias na nova democracia brasileira (1986-2008)”, Fundação Konrad-Adenauer, Rio de Janeiro (30/01/2009).

MILL, J. S. **Sobre a liberdade**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

MOISÉS, J. A. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 23, n. 66, fev. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000100002&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 21 nov. 2013.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

MORAES, R. C.. Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008000002&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 20 dez. 2006.

NETO, O. A. **Presidencialismo e governabilidade nas Américas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

NICOLETTI, A. S. **A discussão da reforma do código florestal brasileiro**: uma análise dos discursos parlamentares. In: IX Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia Rural - ALASRU, 2014, Ciudad de México, 2014.

O DIA. **Terceirização para todas as atividades passa na Câmara dos Deputados**. 22 abr. 2015. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/economia/2015-04-22/camara-aprova-emenda-que-muda-pontos-do-projeto-da-terceirizacao.html>> Acesso em: 09 set. 2015.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Entenda a discussão do ajuste fiscal no Congresso**. 06 mai. 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,entenda-a-discussao-do-ajuste-fiscal-no-congresso,1682105>> Acesso em: 31 ago. 2015.

OLIVEIRA, A. J. de.; ONUKI, J. Eleições, partidos políticos e política externa no Brasil. **Revista Política Hoje**, v. 19, n. 1, 2010. Disponível em: <file:///D:/User/Downloads/49-471-2-PB.pdf> Acesso em: 2 jun. 2016.

OLIVEIRA, H. M. J. de. **Cultura política e assistência social**: uma análise das orientações de gestores estaduais. São Paulo: Cortez, 2003.

PANEBIANCO, A. **Modelos de partido**: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PASSARINHO, N. **Câmara aprova pós-graduação paga em universidades públicas**. 22 out. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/10/camara-aprova-pos-graduacao-paga-em-universidade-publica.html>> Acesso em: 02 mar. 2016.

PASSARINHO, N.; ALEGRETTI, L. **Câmara rejeita mudanças e termina de votar MP do seguro-desemprego**. 07 mai. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/05/camara-rejeita-mudancas-e-termina-de-votar-mp-do-seguro-desemprego.html>> Acesso em: 31 ago. 2015.

_____. **Câmara aprova criação da Previdência Complementar do Servidor.** 28 fev. 2012. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Camara-aprova-criacao-da-Previdencia-Complementar-do-Servidor%0d%0a/4/24752>> Acesso em: 14 out. 2015.

_____. **PL 4330:** Câmara aprova terceirização da atividade-fim e estende regras para empresas públicas. 23. Abr. 2015. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/PL-4330-Camara-aprova-terceirizacao-da-atividade-fim-e-estende-regras-para-empresas-publicas/4/33328>> Acesso em: 10 set. 2015.

PEREIRA, C.; PESSOA, S. **PSDB e PT discordam mais sobre alianças do que sobre inclusão.** 11 out. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/10/1692263-psdb-e-pt-discordam-mais-sobre-aliancas-do-que-sobre-inclusao.shtml>> Acesso em: 12 out. 2015.

PEREIRA, C.; POWER, T. J.; RAILE, E. D. **Presidencialismo de coalizão e recompensas paralelas: explicando o escândalo do mensalão.** In: INÁCIO, M.; RENNÓ, L. (orgs.). **Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

PINTO, E. C. **Dilma:** de “coração valente” à “presidente acuada”. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2015/TD_IE_015_2015_PINTO_FILGUEIRAS_GONALVES.pdf> Acesso em: 23 ago. 2016.

PITKIN, H. **The concept of representation.** Londres: University of California Press, 1967.

PMDB. **Uma ponte para o futuro.** 29 out. 2015. Disponível em: <http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf> Acesso em: 02 nov. 2015.

PERISSINOTTO, R. M.; BRAUNERT, M. B. A direita, a esquerda e a democracia: os valores políticos dos parlamentares paranaenses (1995-2002). **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, abr./mai. 2006, p. 114-135.

PETRY, C. A. **Atuação da bancada ruralista nas votações de projetos relacionados ao novo código florestal brasileiro durante o governo Dilma.** Porto Alegre, 2013. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

POWER, T. J. Presidencialismo de coalizão e o design institucional no Brasil: o que sabemos até agora? In: SATHLER, A.; BRAGA, R. (orgs.) **Legislativo Pós-1988: reflexões e perspectivas.** Brasília: Edições Câmara, 2015.

POWER, T. J.; ZUCCO JR., C. Estimating ideology of Brazilian legislative parties, 1990-2005: a research communication. **Latin American Research Review**, v.44, n.1, 2009, p.218-246.

PRAZERES, L. **Veja cinco motivos a favor e cinco contra a redução da maioria penal.** Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/03/31/veja-cinco-motivos-a-favor-e-cinco-contra-a-reducao-da-maioridade-penal.htm>> Acesso em: 11 ago. 2015.

PRESTES, F. **Para deputado, Correios podem perder função pública.** 15 set. 2011. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/para-deputado-correios-podem-perder-funcao-publica/>> Acesso em: 20 out. 2015.

PRZEWORSKI, A. A social-democracia como fenômeno histórico. **Lua Nova**, São Paulo, n. 15, out. 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451988000200004&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 20 ago. 2014.

_____. **Capitalismo e social-democracia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

PSOL. **Câmara aprova proposta do PSOL que garante seguro-desemprego de 5 meses para domésticos.** 18 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.psol50.org.br/site/noticias/3193/camara-aprova-proposta-do-psol-que-garante-seguro-desemprego-de-5-meses-para-domesticos>> Acesso em: 06 out. 2015.

_____. **PSOL é contra criação de CSS, novo imposto para financiar saúde.** 20 set. 2011. Disponível em: <http://www.psolnacamara.org.br/lidpsol/index.php?option=com_content&view=article&id=1662:psol-e-contra-criacao-de-css-novo-imposto-para-financiar-saude&catid=17&Itemid=144> Acesso em: 08 mar. 2016.

QUADROS, M. P. dos R. Neoconservadorismo e direita religiosa nos Estados Unidos: formação ideológica, “guerra cultural” e política externa. **Espaço Plural**, Cascavel, ano XV, n. 31, p. 43-61. Disponível em: <<file:///D:/User/Documents/Textos%20tese/Artigo%20conservadorismo%20e%20direita%20religiosa.pdf>> Acesso em: 17 mai. 2016.

RAYMOND, C. The continued salience of religious voting in the United States, Germany and Great Britain. **Electoral Studies**, v. 30(1), p. 125-135, 2011.

RIBAS, J. R.; VIEIRA, P. R. da C. **Análise multivariada com o uso do SPSS**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

RIBEIRO, L. et al. **Governo edita MP que eleva de 15% para 20% CSLL de bancos.** 22 mai. 2015. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-edita-mp-que-eleva-de-15-para-20-csll-de-bancos,1692171>> Acesso em: 15 jun. 2016.

RICCI, P. O conteúdo da produção legislativa brasileira: leis nacionais ou políticas paroquiais?. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582003000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 jan. 2015.

ROCKWELL, L. **O que é a economia austríaca?** 6 fev. 2008. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=35>> Acesso em: 13 mai. 2016.

RODRIGUES, A. Feminismo e nova esquerda: um diálogo em construção. In: ALMEIDA, F. I. de. (org.). **O que é ser esquerda hoje?** Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

RODRIGUES, L. M. **Quem é quem na Constituinte**: uma análise sociopolítica dos partidos e deputados. São Paulo: OESP-Maltese, 1987.

_____. **Partidos, ideologia e composição social**: um estudo das bancadas partidárias na câmara dos deputados. São Paulo: EDUSP, 2002.

ROMA, C. **Agenda, ideologia e coesão partidária na Câmara dos Deputados**. In: XXX Encontro anual da ANPOCS, 2006, Caxambu - MG. XXX Encontro anual da ANPOCS.

ROSA, V. **Dilma deixa assinado veto a financiamento privado de campanhas eleitorais**. 25 set. 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-deixa-assinado-veto-a-financiamento-privado-de-campanhas-eleitorais,1768891>> Acesso em: 01 jun. 2016.

ROSAS, J. C. Mudanças e permanências na linguagem ideológica contemporânea. In: ROSAS, J. C.; FERREIRA, A. R. (orgs.) **Ideologias política contemporâneas**. Coimbra: Almedina, 2013.

ROSAS, J. C.; FERREIRA, A. R (orgs.) **Left and right: the great dichotomy revisited**. New Castle: Cambridge Scholars Publishing, 2013.

SACCHET, T. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 399-431, Ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200004&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 13 jun. 2016.

SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SADER, E. **O anjo torto**: Esquerda e Direita no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. **A nova toupeira**: os caminhos da esquerda latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2009.

SAFATLE, V. **A esquerda que não teme dizer seu nome**. São Paulo: Três Letras, 2013.

_____. **Lucro dos bancos: quem ganha, quem perde?** 08 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/786/quem-ganha-quem-perde-464.html>> Acesso em: 24 out. 2015.

SALCEDO, G. **Câmara derruba urgência de projeto que modifica regime do pré-sal.** 06 out. 2015. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/camara-derruba-urgencia-de-projeto-que-modifica-regime-do-pre-sal/>> Acesso em: 26 fev. 2016.

SALOMÓN, M.; PINHEIRO, L. Análise de política externa e política externa brasileira: trajetórias, desafios e possibilidades de um campo de estudo. **Rev. Bras. Polít. Int.**, Brasília, v. 56, n. 1, p. 40-59, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v56n1/03.pdf>> Acesso em: 2 jun. 2016.

SAMPAIO, I. **O PSDB de hoje é o PT de ontem.** 01 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.inaldosampaio.com.br/2015/06/o-psdb-de-hoje-e-o-pt-de-ontem/>> Acesso em: 04 jan. 2016.

SANTANA, L. Coalizões parlamentares e emendas às proposições do poder executivo: uma análise sobre o processo de acomodação de interesses no interior das coalizões. In: III Fórum Brasileiro de Pós-graduação em Ciência Política. **Anais.** Curitiba: UFPR, 2013.

SANTOS, G. G. da C. **Diversidade sexual, partidos políticos e eleições no Brasil contemporâneo.** Trabalho apresentado 38º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu-MG, 2014.

SARDENBERG, C. A. **Neoliberal, não. Liberal:** para entender o Brasil de hoje e de amanhã. São Paulo: Globo, 2008.

SCAVO, D. G.; BEZERRA, E. M. **A crise da democracia liberal e os novos movimentos democráticos.** Disponível em: <http://www.sndd2014.eventos.dype.com.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=4151> Acesso em: 27 mai. 2016.

SCHEEFFER, F. **Bolsa Família:** uma análise das diretrizes do programa de transferência de renda do governo brasileiro. Itajaí, 2007. 119f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) – Centro de Ciências Jurídicas, Políticas e Sociais, Universidade do Vale do Itajaí.

_____. Conservadorismo: uma nova face da direita brasileira? In: VI Seminário Nacional de Sociologia e Política. **Anais**. Curitiba: UFPR, 2015.

SCHREIBER, M. **Por que o PSDB apoiou em peso a redução da maioria penal na Câmara?** Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150703_psdb_reducao_maioridade_ms_cc> Acesso em: 11 ago. 2015.

SELL, C. E. **Introdução à Sociologia Política**: política e sociedade na modernidade tardia. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

SETEMBRINI, D. Social-Democracia. In: In: BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 9. ed., 1997.

SHALDERS, A. **PMDB confirma apoio a tucanos na redução da maioria penal**. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/06/16/interinas_polbraeco,486807/pmdb-confirma-apoio-a-tucanos-na-reducao-da-maioridade-penal.shtml> Acesso em: 11 ago. 2015.

SICSÚ, J. **Vale a pena voltar ao passado?** 24 out. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/vale-a-pena-voltar-ao-passado-2557.html>> Acesso em: 18 set. 2015.

SILVA, R. M. A. Da. Desafios da democracia participativa: padrões de relação Estado e sociedade no Brasil. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3ADC4216013AFAFDB12D224D/Texto%20Padr%C3%B5es%20de%20Rela%C3%A7%C3%A3o%20Estado%20e%20Sociedade.pdf>> Acesso em: 19 dez. 2014.

SILVA, L. de S. **Relativismo, universalismo e direito fundamental à vida**: breves considerações sobre o infanticídio indígena no Brasil. ago. 2014b. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/31048/relativismo-universalismo-e-direito-fundamental-a-vida/2>> Acesso em: 21 out. 2015.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1982.

SOUEN, J. A. **A política de valorização do salário mínimo e seus determinantes no contexto da retomada econômica: 2003-2010.** Trabalho apresentado no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), Lindóia-SP, 2012. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/ST8\[168\]ABEP2012.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/ST8[168]ABEP2012.pdf)> Acesso em: 05 mar. 2016.

SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

SOUZA, J. M. A. de. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo , n. 122, p. 199-223, jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000200199&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 16 mai. 2016.

SPIEGEL, M. R. **Estatística.** 3. ed. São Paulo: Madron Books, 1993.

TAROUÇO, G. Brazilian parties according to their manifestos: political identity and programmatic emphases. **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 54-76, 2011. Disponível em: <<http://www.bpsr.org.br/index.php/bpsr/article/view/114/105>> Acesso em: 11 nov. 2013.

_____. Esquerda e Direita no Sistema Partidário Brasileiro. In: Seminário Nacional de Ciência Política da UFRGS, 2008, Porto Alegre - RS. **Artigos dos Grupos de Trabalho.** Porto Alegre, 2008.

TAROUÇO, G.; VIEIRA, S.; MADEIRA, R. Mensuração de preferências políticas: análise de manifestos. **Revista Política Hoje**, 2. ed, v. 24, p. 135-150. 2015. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/politica hoje/index.php/politica/article/view/395/207>> Acesso em: 11 abr. 2016.

TAROUÇO, G. da S.; MADEIRA, R. M. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Rev. Sociol. Polit.** Curitiba , v. 21, n. 45, mar. 2013.

_____. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 24-39, jan.-mar. 2015. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/18077>> Acesso em: 10 abr. 2016.

THOMASSEN, J. Political communication between political elites and mass publics: the role of belief systems. In: MILLER, W. et al. **Policy representation in western democracies**. New York: Oxford University Press, 1999.

_____. The blind corner of political representation. **Representation**, 48:1, 13-27, 2012. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/loi/qrrp20>> Acesso em: 06 ago. 2014.

TRUFFI, R. **Maioridade penal**: a lista dos vira-casacas. Disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/maioridade-penal-a-lista-de-deputados-vira-casacas-3106.html>> Acesso em 11 ago. 2015.

TSE. **Partidos registrados no TSE**. 30 set. 2015. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>> Acesso em: 20 nov. 2015.

URBINATI, N. O que torna a representação democrática? **Lua Nova**, n. 67, 2006, p. 191-228. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a07n67.pdf>> Acesso em: 09 set. 2013.

VILLENEUVE, L. **Financiamento público de campanha pretendido pelo PT só existe em um país: o Butão**. 15 set. 2015. Disponível em: <<http://spotniks.com/publico-ou-privado-saiba-como-sao-financiadas-as-campanhas-politicas-ao-redor-do-mundo/>> Acesso em 25 set. 2015.

WIESEHOMMEIER, N.; DOYLE, D. Attitudes, ideological associations and de left-right associations in Latin America. **Journal of Politics in Latin America**, 4, 1, 3-33, 2012.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

ZUCCO JR., C. Ideology or what? Legislative behavior in multiparty presidential settings. **The Journal of Politics**, v. 71, p. 1.076-1.092, 2009.

_____. Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: POWER, T. J.; ZUCCO JR. (orgs). **O congresso por ele mesmo**: autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

APÊNDICE A – Classificação dos partidos políticos brasileiros

Esquerda	Centro	Direita
PSTU	PMDB	DEM
PCB	PSDB	PP
PCO		PR
PSOL		PTB
PCdoB		PTdoB
PDT		PTN
PT		PSL
PPS		PSDC
PSB		PSC
PV		PTC
PHS		PRTB
PMN		PRP
PPL		PL
		PRONA
		PRB
		PEN
		PRB
		PROS
		PSD
		SD

Fonte: Adaptado de Krause, Dantas e Miguel (2010). Para novos partidos, ver Nota 41.

APÊNDICE B – Coalizões governistas

Presidentes	Período	Partidos	Evento de início da coalizão
Dilma I 1	01/01/11 – 01/03/12	PT-PR-PCdoB-PSB-PMDB-PP-PDT	Eleição presidencial e legislativa
Dilma I 2	02/03/12 – 02/10/13	PT-PR-PCdoB-PSB-PMDB-PP-PDT-PRB	PRB entra
Dilma I 3	03/10/13 – 31/12/14	PT-PR-PCdoB-PMDB-PP-PDT-PRB	PSB sai
Dilma II 1	01/01/15 – 18/03/15	PT-PR-PCdoB-PMDB-PP-PDT-PRB-PSD-PTB-PROS	Eleição presidencial e legislativa
Dilma II 2	19/03/15 –	PT-PR-PCdoB-PMDB-PP-PDT-PRB-PSD-PTB	PROS sai

Fonte: Banco de dados legislativos do CEBRAP

**APÊNDICE C – Quadro-resumo das votações nominais da
Câmara dos Deputados (2011-2015)**

Questões/tema	Leis	Votações	Votações ideológicas (E/D)
Direitos trabalhistas	27	65	4
Esporte	6	12	-
Transporte	1	6	-
Relações internacionais	9	16	1
Tributos	24	63	2
Habitação	4	4	-
Meio ambiente	8	20	2
De ordem burocrática	32	40	-
Administrativo	37	97	-
Educação	13	18	2
Economia	38	101	3
Direitos humanos	7	12	1
Seguridade social	6	24	1
Participação social	2	5	1
Reforma agrária	2	5	1
Segurança	26	34	1
Transporte	4	24	-
Energia	3	7	-
Saúde	3	12	-
Agricultura	8	13	-
Reforma política/financiamento eleitoral	10	72	2
Ciência e tecnologia	3	4	-
Multiculturalismo	2	2	2
Comunicação	1	1	-
Conservadorismo	1	1	1
Gênero/feminismo	2	3	3
Total:	278	660	27

Fonte: Adaptado da base de dados do NECON.

**APÊNDICE D – Percentual de voto
ideológico e estratégico por partido⁸⁶**

Posicionamento ideológico (Direita/Centro/Esquerda)						
REDE 100%	PSOL 95,8%	PT 70,9%	PCdoB 70,5%	PSDC 67,8%	PDT 67,4%	PP 65,9%
SD 65,4%	PSD 64,5%	PPS 62,7%	PMDB 61,8%	PV 61,4%	DEM 60,8%	PTB 60,5%
PSDB 60,2%	PSC 59,6%	PSL 59,3%	PTdoB 58,3%	PEN 58,3%	PSB 57,8%	PTN 57,6%
PRB 57,1%	PRP 54,5%	PR 54,1%	PTC 46,8%	PROS 44,9%	PMN 44,9%	PRTB 44,1%
PHS 30,7%						
Posicionamento estratégico (Governo/oposição)						
PSDB 94,4%	PT 90,6%	DEM 88%	PPS 87,7%	PCdoB 86%	SD 85,1%	PSDC 75%
PSB 68,3%	PMDB 65,5%	PSC 63,5%	PR 62,8%	PP 61,1%	PRB 60,4%	PTdoB 60,4%
PRP 60%	PSD 58,1%	PMN 55,2%	PDT 55,1%	PV 54,8%	PTB 53,5%	PROS 52,1%
PEN 50%	PHS 50%	PSOL 47%	PTN 46,4%	PRTB 45,8%	PSL 45,8%	PTC 31,8%
REDE 0%						

Fonte: elaborado pelo autor.

⁸⁶ DEM, PP, PR, PTB, PSC, PRB, PMDB, PSDB, PT, PSB, PDT, PCdoB, PV, PPS e PSOL tiveram representantes em todas as votações (24), PMN em 23, PRP e PTdoB em 22, PHS em 20, PSD em 18, PRTB em 17, PROS, SD, PTC e PSL em 16, PSDC em 14, PEN e PTN em 12 e REDE em 2.

**APÊNDICE E – Valores de referência para a construção da escala
E/D a partir do posicionamento em plenário**

Partidos	Escala geral	Posicionamento em “velhos temas”	Posicionamento em “novos temas”
PSOL	4,1	6,2	0
PT	26,7	38,8	2,3
PCdoB	29,4	38,3	11,5
PDT	32,4	23,2	50,8
PPS	33,4	27	46,4
PV	38,5	48,6	18,4
PSB	41,7	43,6	37,9
PROS	48,2	41,9	58,7
PR	55,7	50,9	60,9
PRB	57,3	51,3	69,4
PSC	61,1	55,8	71,8
PTB	61,6	62,5	59,9
PSDB	62,9	64,1	60,7
PMDB	63	63,1	62,9
DEM	63,8	63	65,2
PP	65,4	65,3	65,5
PSD	65,7	62,5	72,1
SD	68,5	64,6	75

Fonte: Dados da pesquisa (elaboração do autor)

ANEXO A – Classificação dos partidos brasileiros⁸⁷

Autor	Coppedge* (1997)	Fernandes (1995)	Mainwaring, Power e Meneguello (2000)	Rodrigues (2002)	Power (2000)
Método	Compilação de avaliações anteriores de outros analistas	Votações durante a Constituinte analisadas por outros autores	Votações no Congresso e pesquisas de opinião com parlamentares	Adoção da classificação comum à maioria dos analistas	Questionários aplicados com elites partidárias
Partido					
PCB-PPS	SL	E	não consta	E	não consta
PCdoB	SL	E	não consta	E	não consta
PDC/PSDC	SCR	não consta	CD	não consta	D
PDS/PP	SR	D	D	D	D
PDT	SCL	E	não consta	E	E
PFL	SR	D	D	D	D
PJ/PRN/PTC	P	não consta	D	não consta	D
PL	SR	D	D	D	D
PMDB	SC	C	não consta	C	C
PMN	U	E	CD	E	não consta
PRONA	SR	D	D	D	não consta
PRP	U	D	não consta	não consta	não consta
PSB	SL	E	não consta	E	não consta
PSC	XC	D	CD	D	não consta
PSD	SR	D	D	D	não consta
PSDB	SCL	C	não consta	C	C
PSL	não consta	não consta	CD	não consta	não consta
PST	SCR	não consta	CD	D	não consta
PT	SL	E	não consta	E	E
PTB	SCR	D	CD	C	D
PTdoB	U	não consta	não consta	não consta	não consta
PTR/PP	SCR	C	CD	não consta	não consta
PV	O	E	não consta	E	não consta

Fonte: Tarouco e Madeira (2013, p. 150-151).

⁸⁷ XC = partidos cristãos de centro; SR = partidos seculares de direita; SCR = partidos seculares de centro-direita; SC = partidos seculares de centro; SCL = partidos seculares de centro-esquerda; SL = partidos seculares de esquerda; P = partidos personalistas; O = outros; U = desconhecido.